



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

CLEDIVALDO APARECIDO DONZELLI

O município de Penápolis-SP na fronteira dos campos do Avanhandava

Marília
2024

CLEDIVALDO APARECIDO DONZELLI

O município de Penápolis-SP na fronteira dos campos do Avanhanda

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor pela Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Câmpus de Marília.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira

Marília
2024

D689m

Donzelli, Cledivaldo Aparecido

O município de Penápolis-SP na fronteira dos campos do
Avanhandava / Cledivaldo Aparecido Donzelli. -- Marília, 2024
179 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Paulo Eduardo Teixeira

1. Frente de expansão. 2. Imigração. 3. Paisagem urbana. 4.
Espaços de sociabilidade. 5. Conformação social. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade
Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CLEDIVALDO APARECIDO DONZELLI

O município de Penápolis-SP na fronteira dos campos do Avanhanda

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Câmpus de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.
Linha de Pesquisa: Cultura, Identidade e Memória.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-
UNESP/Câmpus de Marília-SP
Orientador

Dr. Andreas Hofbauer
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-
UNESP/Câmpus de Marília-SP

Prof. Dr. Francisco Carlos Ribeiro
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Profa. Dra. Lidia Maria Vianna Possas
Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista-
UNESP/Câmpus de Marília-SP

Prof. Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Marília, 22 de maio de 2024

Para Débora, Ana Clara e Maria Luísa, fonte de inspiração
E André Donzelli Sobrinho, meu pai, *in memoriam*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Eduardo Teixeira, por aceitar orientar a tese e acompanhar o processo da elaboração e escrita da pesquisa, sugerindo fontes e bibliografias, realizando apontamentos pertinentes e de ser sempre solícito para sanar dúvidas e corrigir a rota da pesquisa. Suas orientações possibilitaram cumprir todas as etapas do curso de doutorado, sugerindo e apresentando à um grupo de pesquisa, à encontros acadêmicos e estimulando produções de artigos visando suas publicações.

Aos membros da banca de qualificação, Prof. Dr. Francisco Carlos e Profa. Lídia Possas, pela leitura e contribuições para a redação do texto que ora é apresentado.

Ao Prof. Dr. Oswaldo Truzzi, pelas críticas e observações a respeito do recorte, temática e estrutura da pesquisa.

Ao Prof. Dr. Wesley Piante Chotolli, pelo incentivo e companhia nas viagens para Marília-SP.

Ao Prof. Dr. Luiz Antonio Alberti, pela leitura e observações na fase de elaboração do projeto de pesquisa.

À Alessandra Jorge de Nadai e aos demais colaboradores, pela recepção e disponibilização do acervo do Museu Histórico de Penápolis.

Às ex-alunas do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, Giovana Pitol e Nayara Carolino Miranda, pelo auxílio no tratamento das informações obtidas através das fichas de registros de imigrantes.

À Carolina Frontoura, ex-aluna e companheira de trabalho, pelo auxílio na tabulação de dados, importante para a elaboração dos quadros.

À minha família: Ozidia, minha mãe, Cleonice, minha irmã, Débora, minha companheira de profissão e esposa, e filhas, Ana Clara e Maria Luísa, pela compreensão e estímulo.

“estranho entremeio no tempo histórico, onde se toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda”
ARENDT, *La crise de la culture*, 1972.

RESUMO

A presente tese tem como objetivos compreender os antecedentes da constituição do município de Penápolis-SP levado a essa condição, em 1913, através do processo de povoamento de suas terras iniciado no contexto histórico das frentes demográfica, expansão e econômica na capitania de São Paulo desde o século XVIII, bem como apresentar os seus desdobramentos que redundaram na criação de espaços de sociabilidade denotadores de distinções sociais e de diversidade étnica, além de demonstrar sua proeminência na interiorização do desenvolvimento econômico da região Oeste do estado de São Paulo. A metodologia utilizada para atingir os objetivos acima elencados se deu através de pesquisa bibliográfica, ou seja, na utilização de fontes (documentos escritos originais primários) e de consulta bibliográfica utilizando-se de uma literatura corrente sobre o espaço pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos para a inteligibilidade da temática. Portanto, a partir de evidências de documentos de natureza diversa, tais como fichas de registro de imigrantes, cartas e ofícios dos séculos XVIII, XIX e XX, censos, mapas, fotos, além de edições do jornal “O Pennapolense” e de revisões bibliográficas, constatou-se que existiam, entre o anos de 1767 e os anos da década de 1920, dentro do espaço pesquisado, mobilidades humanas resultantes de migrações e imigrações em tempos históricos díspares permeadores de alteridade e de diversas formas de convívio caracterizando uma frente de expansão, contrapondo às teses da existência da frente pioneira neste recorte temporal, denotando, assim, um processo de conformação social dentro da fronteira dos campos do Avandava localizada na região Oeste do estado de São Paulo.

Palavras-chave: Frente de expansão. Imigração. Paisagem urbana. Espaços de sociabilidade. Conformação social.

ABSTRACT

The present thesis aims to understand the antecedents of the constitution of the municipality of Penápolis-SP brought to this condition, in 1913, through the process of populating its lands initiated in the historical context of the demographic, expansion and economic fronts in the captaincy of São Paulo since the 18th century, as well as presenting its developments that resulted in the creation of sociability spaces denoting social distinctions and ethnic diversity, in addition to demonstrating its prominence in the internalization of economic development in the western region of the state of São Paulo. The methodology used to achieve the objectives listed above was through bibliographic research, that is, the use of sources (original primary written documents) and bibliographic consultation using current literature on the researched space and works by authors who provided theoretical support for the intelligibility of the theme. Therefore, based on evidence from documents of a diverse nature, such as immigrant registration forms, letters and letters from the 18th, 19th and 20th centuries, censuses, maps, photos, as well as editions of the newspaper “O Pennapolense” and bibliographic reviews, it was found that there existed, between the years 1767 and the 1920s, within the researched space, human mobilities resulting from migrations and immigrations in disparate historical times permeating alterity and different forms of coexistence characterizing a front of expansion, opposing the theses of the existence of the pioneer front in this time frame, thus denoting a process of social conformation within the border of the Avandava fields located in the western region of the state of São Paulo.

Keywords: Expansion front. Immigration. Urban landscape. Sociability spaces. Social conformation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mappa chorographico da provincia de São Paulo, de 1841	29
Figura 2 - Mapa de localização aproximada dos “Campos do Avanhandava” no Estado de São Paulo	31
Figura 3 - Distribuição geográfica dos índios no Estado de São Paulo no começo do século XX	39
Figura 4 - Província de São Paulo – 1886	40
Figura 5 - “Carta da Província de São Paulo”, 1886, organizada por C. D. Rath, mostrando as colônias militares, dentre elas, a Colônia Militar Avanhandava, estações de linha férrea e aldeamento de indíginas.	46
Figura 6 - Adaptação e detalhe da “Carta da Província de São Paulo”, organizada por C. D. Rath, 1886: Salto e Colônia Militar Avanhandava. Notar Colônia Militar Avanhandava e Arraial da N. S. do Carmo no detalhe da legenda abaixo.	47
Figura 7 - Convento, capela e escola dos Capuchinhos – 1908	79
Figura 8 - Estação Santa Cruz do Avanhandava – 1908	80
Figura 9 - Prédio da primeira cadeia pública de Penápolis	81
Figura 10 - Cartaz publicitário da <i>A Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo</i>	85
Figura 11 - Foto de cafezal de 3 anos da Fazenda de Manuel Bento da Cruz - 1914	86
Figura 12 - Foto promocional de pé de café de 4 anos e 1 mês produzida pela The São Paulo Land, Lumber & Colonization – 1914	87
Figura 13 - Planta da Villa de Pennapolis com ruas e avenidas, 1909	93
Figura 14 - Planta da Villa de Pennapolis com as localizações dos primeiros estabelecimentos comerciais, 1909	94
Figura 15 - Mapa da Zona Noroeste	110
Figura 16 - Foto do Cine Theatro Avenida: prédio de esquina à esquerda	147
Figura 17 - Foto do Jardim Público do município de Penápolis, 1925	152
Figura 18 - Foto do prédio da 2ª sede do Club Pennapolense	155
Figura 19 - Convite publicado no dia 21/08/1921, no “O Pennapolense” contendo a programação da festa da Sociedade Hespanhola Socorros Mutuos de Pennapolis	158
Figura 20 – Foto do carnavalesco Bartolomeu Fernandes com sua esposa Margarida	162
Figura 21– Foto da carnavalesca Luzia Rosa da Escola de Samba 07 de Setembro, 1954	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Produção de café e população - estado de São Paulo - anos 1920 e 1935	56
Quadro 2 - Relação dos primeiros proprietários e propriedades – Penápolis - 1907-1914	96
Quadro 3 - Ocupações profissionais – Penápolis – 1920	99
Quadro 4 - Comerciantes e profissionais liberais de Penápolis – 1920	100
Quadro 5 - Proprietários rurais e urbanos de Penápolis correligionários de Manuel Bento da Cruz- 1920	101
Quadro 6 - População de Penápolis-SP – 1920	118
Quadro 7 - Imigrantes por sexo e nacionalidade (1939-42)	120
Quadro 8 - Imigrante por nacionalidade e profissão (1939-42)	121
Quadro 9 - Imigrante por nacionalidade e filhos menores de 18 Anos (1939-42)	122
Quadro 10 - Imigrante por nacionalidade e estado civil (1939-42)	123
Quadro 11 - Imigrantes em Penápolis por Sexo e Profissão (1939-42)	134
Quadro 12 - Imigrantes por sexo e zona de habitação (1939-42)	136

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO NOS CAMPOS DO AVANHANDAVA NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1767 – 1913	25
1.1 A gestão de Morgado de Mateus: um marco dos contatos humanos e conflitos nos campos do Avanhandava (1767 - 1821)	36
1.2 A consolidação da ocupação nos campos do Avanhandava: Presenças dos degredados soldados revoltosos de Santos e a criação da Colônia Militar (1821 – 1861)	43
1.3. Os mineiros nos campos do Avanhandava (1842 – 1908)	48
1.4 Os imigrantes e a linha férrea nos campos do Avanhandava (1908 – 1913)	54
2. PAISAGEM URBANA DE PENÁPOLIS-SP: A INTER-RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO NO PROCESSO DE SUA CONSTITUIÇÃO, 1905-1920	63
2.1 O município de Penápolis no processo de interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo	70
2.2 Manuel Bento da Cruz: um personagem capitalista no município de Penápolis-SP	75
2.3 Origem e evolução do processo de constituição do município de Penápolis-SP	89
3. OS NACIONAIS E OS IMIGRANTES NA FORMAÇÃO DA TESSITURA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS-SP	109
3.1 Emigrante, Imigrante e Migração: algumas considerações	112
3.2 A chegada dos estrangeiros no município de Penápolis-SP, 1910 – 1940	117
4. FORMAS DE CONVÍVIO E LAZER NOS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS-SP, 1910-1920	138
4.1 O teatro, o cinema e o circo	141
4.2 Os clubes, os grêmios e as associações	149
4.3 Carnaval penapolense	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174

INTRODUÇÃO

No ano de 2002, participei de um curso promovido pela Secretaria Municipal de Cultura do município de Penápolis-SP denominado *Memória Cultural – Noções Básicas sobre Museus e Preservação da Memória Local*, cujos objetivos foram resgatar, organizar e difundir fontes documentais, tridimensionais ou bidimensionais relacionadas à memória da cidade. O curso previu um encontro por mês, sendo que, nos primeiros, foram desenvolvidos estudos teóricos e conceituais. Realizou-se, em sua programação, uma oficina denominada *Memória Cultural: Memória da Cidade através de seus Monumentos e Patrimônios – Identidade e Cidadania*, cujos objetivos foram interdependentes: propor a delimitação de um espaço urbano entendido como Centro Histórico de Penápolis e elaborar um roteiro histórico-cultural que pudesse ilustrar e apresentar os aspectos da história da cidade em um período preestabelecido – no caso, da criação da cidade em 1913 aos anos de 1930.

Os dois objetivos colocados partiram de uma hipótese levantada pelo grupo de cursistas formado por professores, estudantes e demais cidadãos, após observações iniciais em uma planta de 1930 da cidade, que sugeria a possibilidade de Penápolis ter passado por um rápido desenvolvimento demográfico naquele período. Essas observações levaram a outra possibilidade: a de ter representado um centro importante para o desenvolvimento econômico da região Oeste do estado de São Paulo no início do século XX.

Por meio do acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”- documentos, fotografias, plantas, depoimentos, livros e jornais – delimitou-se o centro histórico da cidade e verificou-se o seu papel de protagonista no contexto mais amplo do desenvolvimento da região, bem como se compreenderam os aspectos afetivos da vivência na cidade, a construção do lugar a partir de relatos de memória e resgate de imagens, as montagens de roteiros diferentes para interpretação da cidade, assim como se descobriu a sua importância para as incursões rumo ao estado do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul.

O resultado foi a possibilidade de um tour histórico-cultural pela cidade como serviço público oferecido a estudantes e interessados em geral, escolhendo marcos que identificassem o espaço de estudo e reflexão. Como professor universitário da disciplina Conteúdos, Metodologias e Práticas de História do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE), mantida pela Fundação Educacional de Penápolis (FUNPEPE), e professor de História da rede estadual de ensino, daquela data em diante realizei várias parcerias com o referido museu no sentido de explorar as possibilidades pedagógicas

para a compreensão do espaço e para o desenvolvimento de consciência histórica dos discentes universitários e de ensino médio.

Esta tese, portanto, é resultado dessas experiências profissionais e acadêmicas permeadas por muitas questões em relação à trajetória da constituição da população desta cidade perpassada por encontros e desencontros e de seu papel para os primórdios e consolidação da ocupação do Oeste paulista, cuja justificativa se dá pela necessidade de explorar o potencial dos acervos dos lugares de memórias do município, tais como os museus do folclore e histórico e disponibilizar os resultados científicos de uma pesquisa histórica e sociológica para a inteligibilidade das experiências vivenciadas por homens e mulheres na tessitura social que compôs os primórdios da formação de uma cidade do Oeste paulista na denominada frente de expansão desde o século XVIII.

Isso posto, o objetivo geral da tese é compreender os antecedentes da constituição do município de Penápolis levado a essa condição, em 1913, através do processo de povoamento de suas terras iniciado no contexto histórico da capitania de São Paulo desde o século XVIII e seus desdobramentos que redundaram num município composto por componentes políticos, religiosos e econômicos, os quais colaboraram sobremaneira para a criação de espaços de sociabilidade denotadores de distinções sociais e de diversidade étnica, bem como numa referência para a interiorização do desenvolvimento econômico da região Oeste do estado de São Paulo. Isso se deu de forma paulatina levada a cabo por ações de pessoas imbuídas de ideias capitalistas entre os anos de 1905 e 1920 na esteira do movimento da interiorização do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo e com consequências indeléveis, tais como o extermínio, no início do século XX, dos Kaingang e dos Oti-Xavante também presentes na região.

Os objetivos específicos são apresentar o povoamento das terras que compõem o denominado campos do Salto do Avanhandava, localizado no rio Tietê, antes mesmo da instalação da linha férrea da Noroeste do Brasil – NOB, em 1908, espaço da constituição de futuras cidades, tais como Penápolis, Barbosa, Avanhandava e Glicério; enfatizar a importância da instalação da Colônia Militar do Salto do Avanhandava no século XIX para entender os fatores de atração de pessoas nessas terras; dar inteligibilidade às incursões de imigrantes e migrantes mineiros com suas consequentes transformações do espaço que redundaram em conflitos e extermínios dos Kaingang e Oti-Xavante e na consolidação da formação de patrimônio, bairros rurais, vila e cidade; entender o desdobramento desse processo de formação populacional no município por meio das evidentes presenças de

mecanismos que denotavam uma modernidade, tais como estação de trem para embarques e desembarques de passageiros e produtos em geral, energia elétrica, jornais e cinemas.

Para confirmação da tese ora apresentada, a análise das fontes utilizadas no curso mencionado ensejou confirmações e evidências para as seguintes hipóteses:

1. O povoamento da cidade de Penápolis, inserido na região Oeste do estado de São Paulo, não se deu no escopo da denominada marcha pioneira, tese defendida em 1950 por Pierre Monbeig, denominada *Pioneiros e Fazendeiros do estado de São Paulo*, mas sim na frente de expansão;

2. A cidade de Penápolis esteve na primazia em relação à região Oeste paulista, a partir da cidade de Bauru-SP até a divisa do estado de Mato Grosso do Sul, na direção da linha férrea da NOB, no que diz respeito ao seu adensamento populacional, ao aparato político-administrativo da República e à sua característica econômica entre as décadas de 1910 e 1920 por ser o mais longo no quesito povoamento e por contar com presenças de personagens capitalizados migrados e imbuídos de ideias capitalistas;

3. As diversas nacionalidades que compuseram o tecido social da cidade de Penápolis e a latente diferença social entre sua população proporcionaram diferentes espaços de sociabilidade e de lazer, dentre eles, os clubes sociais Penapolense e a Sociedade Espanhola.

Isso posto, as questões norteadoras para o desenvolvimento da tese foram:

1. Quais foram os fatores históricos da Capitania de São Paulo nos quais se inseriram as motivações que proporcionaram os primeiros adensamentos humanos desde o século XVIII nas terras que viriam a ser o município de Penápolis?

2. Como o município de Penápolis se tornou um espaço constituído como referência para a continuação da ocupação da região Oeste do estado de São Paulo rumo ao estado do Mato Grosso do Sul, sendo sede de Comarca já em 1917?

3. Quais foram as origens e as características das pessoas imigrantes e migrantes que constituíram a densidade demográfica do município de Penápolis nos primórdios de sua criação?;

4. Quais foram os espaços de sociabilidade reverberadores da distinção social e da diversidade de nacionalidades no município de Penápolis entre os anos de 1910 e 1920 e seus papéis no processo de sintonização do município com os elementos da modernidade, tais como estação de trem para embarques e desembarques de passageiros e produtos em geral, energia elétrica, jornais e cinemas?

No decorrer do texto da tese, será utilizado, para fins de localização do espaço em estudo, o termo Oeste paulista. Portanto, isso ensejou uma apresentação concisa que envolve

o termo, pois se trata de uma descrição não apenas geográfica, mas também histórica, uma vez que envolve a caracterização de um desenho a partir de uma conjuntura histórica comum.

Do ponto de vista geográfico, Ab'sáber (1954) apresenta a clássica regionalização geomorfológica do estado de São Paulo: Litoral, o Planalto Atlântico, a Depressão Periférica e o Planalto Ocidental, onde se localiza o que compreendemos nesta tese, a região Oeste paulista. Essa regionalização foi contraposta por Monbeig (1954, p 198), quando apresenta que a região Oeste paulista, em 1870, ultrapassa os limites desta circunscrição geográfica, tendo como exemplo as investidas mais intensas rumo ao estado do Mato Grosso a partir, segundo o autor, das cidades de Campinas, Piracicaba e Rio Claro (Depressão Periférica). Portanto, a denominação Oeste passa a se referir à região demarcada a partir das regiões dessas cidades, região central do estado de São Paulo até ao rio Paraná, conhecida, até então, como “sertão paulista” e demarcada nos mapas da província como “terras desconhecidas” e “habitadas” por índios”.

Enfim, o termo também é utilizado nos estudos sobre economia cafeeira e evolução ferroviária em São Paulo, por isso o denominado Oeste paulista “Novo” segue as coordenadas geográficas e representa a atual regionalização do Oeste Paulista (as regiões administrativas do Estado de São Paulo: 8º São José do Rio Preto, 9º Araçatuba (onde se insere o município de Penápolis), 10º Presidente Prudente e a 11º Marília).

Vale também apresentar aqui, para se chegar mais próximo de um rigor comparativo em uma cronologia no estudo do desenvolvimento da cultura do café no estado de São Paulo, a divisão regional realizada por Milliet (1941), baseada na concepção de zona, considerada por ele, a menor unidade territorial comparável, buscando se chegar a uma análise mais íntima do fenômeno econômico-demográfico do café. A divisão do Estado, dessa forma, efetuou-se em obediência à delimitação de sete regiões, e seus municípios enumerados na formação dessas zonas são os que constam do mapa do Estado, de 1929:

1. A chamada zona norte do Estado, inclusive o litoral;
2. A zona a que ele denominou de zona central, ressaltando que foi a mais arbitrariamente traçada, abrangendo toda a área incluída dentro do polígono;
3. A zona englobando os municípios tributários da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a partir de Campinas;
4. A zona dos municípios tributários da Estrada de Ferro Paulista, à exceção dos da Alta Paulista, que foram adidos à zona da Noroeste;

5. A zona que ele denominou de Araraquarense, e à qual se juntaram, para evitar-se a formação de uma nova unidade, encaixada entre essa e as zonas da Paulista e da Sorocabana, os municípios dos ramais que servem Bariri e Bauru até este exclusive;

6. A zona dos municípios tributários das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e a Alta Paulista, aqui constando a cidade em estudo, Penápolis; e,

7. A zona compreendendo os municípios da Sorocabana, a partir de Botucatu.

Portanto, quando me referir ao Oeste paulista, estou me referindo ao momento da regionalização do estado de São Paulo, baseada nas linhas férreas e com destaque à dimensão geoeconômica das áreas do estado e da expansão cafeeira.

Como a tese demonstrou o choque de pessoas interpondo realidades e dinâmicas históricas díspares estudadas e apresentadas na literatura das ciências sociais a partir de conceitos como frentes de expansão e pioneira, surgem interpretações do que seria o dualismo “antigo” e “moderno”, ou seja, no recorte cronológico selecionado das ocorrências proporcionadoras de adensamento de pessoas no espaço em estudo, emergiram significações para tipificarem os feitos do processo de povoamento desta região ficando latente esse dualismo.

Portanto, faz-se mister informar que o conceito de moderno permeará o texto da tese, por isso é necessário explicitá-lo, mesmo que brevemente. Ele possui uma complexidade por conta das diversas significações do termo ao longo dos tempos e não se pode formar esquemas ou data-limites, pois ao “moderno” contrapõe-se o “antigo” e isso enseja considerar o problema das rupturas e continuidades. (LE GOFF, 1994) Soma-se a isso, uma outra questão que é a significação ideológica que permeia a noção de modernidade.

Na trajetória humana ocorreram mutações, as quais são passíveis de serem apercebidas, mas também as pessoas, ao usufruírem do sentimento do moderno, ao mesmo tempo criaram o termo para designar as grandes descontinuidades históricas. O historiador francês Jacques Le Goff, assim, apresenta os vários momentos das significações do termo:

A palavra “moderno” nasceu com a queda do Império Romano no século V; a periodização da história em antiga, medieval e moderna instaura-se no século XVI, cuja “modernidade” foi assinalada por Henri Hauser [1930]; Théophile Gautier e Baudelaire lançam o conceito de modernidade na França do Segundo Império, quando a revolução Industrial está se impondo; economistas, sociólogos e politólogos definem e discutem a ideia de modernização logo após a Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e da emergência do Terceiro Mundo. O estudo do par antigo/moderno passa pela análise de um momento histórico que segrega a ideia de “modernidade” e, ao mesmo tempo, a cria para denegrir ou exaltar – ou simplesmente, para distinguir e afastar – uma “antiguidade”, pois que tanto se destaca uma modernidade para promovê-la como para vilipendia-la. (LE GOFF, 1994, p. 169-170)

Ainda na esteira de apresentação das significações do termo moderno, faz-se mister também a perspectiva de caracterização do que representaram os resultados da Revolução Industrial no imaginário do ocidente. A mecanização e a industrialização são símbolos inequívocos da modernidade, e soma-se a isso o processo de racionalização da produção acompanhada pela relação de trabalho assentada no salário. As concepções de desenvolvimento e crescimento passam a pautar os economistas imbuídos de ideias capitalistas a partir da prática do acúmulo de capital.

No que diz respeito às manifestações oriundas desse contexto tecnológico, tais como meios de comunicação, telefone, meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa, o rádio e o cinema, esses se tornam símbolos da modernidade e elementos fundamentais para o início das experiências de vida urbana.

Vale ainda ressaltar que existem várias percepções do moderno, pois como nos alerta Sevcenko (1998, p. 523), precisamos levar em consideração as “verdades contraditórias” que permeiam as distintas pessoas de várias gerações e de classes sociais diferentes. No texto da tese, por exemplo, leva-se em consideração que para uma parcela da sociedade penapolense formada pelos capitalizados, elas significaram oportunidade de negócios, principalmente porque precisava garantir a infraestrutura do município. Por isso, verificaram-se investimentos em ferrovias, rodovias, energia elétrica, rede de água, fábricas de telhas, tijolos, marcenarias e serrarias, além do setor de comercialização de terras no período de 1905 a 1920. Os capitalistas colocaram-se na missão de implementar o moderno a partir de suas vivências e interferências no mundo político, social e religioso no processo de distinção em relação aos outros diferentes atores da trama social do município. O significado do moderno, no entanto, para os Kaingang e Oti-Xavante não foi o mesmo, pois foram submetidos à adaptação, à assimilação e ao extermínio, assim como para os “migrantes bugreiros” e mineiros significou uma oportunidade de ocupação laboral no processo de derrubada das matas e colocação das dormentes para os trilhos do trem, sem contudo usufruírem da mesma forma dessa modernidade.

Por isso, ao mencionar o termo no decorrer do texto, foram levadas em consideração as significações que permearam o imaginário das pessoas em situações diversas dentro do período de 1905 e 1920, recorte da inteligibilidade da tese.

A metodologia utilizada para atingir os objetivos acima elencados se deu através de pesquisa bibliográfica, ou seja, na utilização de fontes (documentos escritos originais primários) e de consulta bibliográfica utilizando-se de uma literatura corrente sobre o espaço

pesquisado e de obras de autores que possibilitaram suportes teóricos para a inteligibilidade da temática.

No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, a opção foi selecionar os seguintes espaços e fontes:

1. Na hemeroteca do agora denominado “Museu Histórico e Pedagógico Glaucia Maria de Castilho Muçouçah” de Penápolis, encontram-se várias edições do jornal “O Pennapolense” do período da sua existência. Algumas edições trouxeram matérias referentes à vida urbana já calcada em hábitos dos médios e grandes centros urbanos mais antigos informando sobre a existências de clubes sociais, escolas, imprensa escrita, cinemas, praças, estação ferroviária, teatro e biblioteca, divulgando festas, footing, bailes, atividades culturais e esportivas, carnavais de clubes e de rua, ações de filantropia, deixando também subentender o processo de distinção étnico, social e cultural quando se percebe que os participantes desses espaços incluem e excluem pessoas. As matérias contribuíram para a compreensão da importância das localidades em estudo na imprensa escrita da época, bem como para verificar quais eram os componentes constitutivos das dimensões da sociabilidade.

Porém, faz-se necessário asseverar quanto às questões que envolvem o conteúdo e os idealizadores dos periódicos, e isso foi levado em conta na tessitura da narrativa, pois nesse periódico foram agregadas pessoas com intencionalidades e visões de mundo que ensejam conhecer as redes que as nutrem e embasam seus títulos de matérias, a própria matéria e a seleção do que informar. Por isso, a pesquisa visou também entender o contexto do surgimento dos mesmos e suas motivações, até para se acautelar quanto às entrelinhas do texto e à ausência de fatos explicitados em outras fontes da cidade. A fonte constituída na hemeroteca foi mais uma possibilidade para as questões levantadas na pesquisa, por isso as ponderações de Luca (2008) serão importantes para uma utilização mais adequada:

As considerações apontam, portanto, para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente (LUCA, 2008, p. 141).

2. No que diz respeito às fotografias utilizadas, é importante levar em consideração o alerta feito por Boris Kossoy, ou seja, que uma única imagem contém em si um inventário de informações acerca de um determinado momento passado, pois ela sintetiza, no documento, um fragmento do real visível destacando-o do contínuo da vida.

A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar. (KOSSOY, 2001, p. 114-115)

Como no acervo do referido museu há arquivos de fotos do período estudado e dos locais elencados para esta pesquisa, as considerações de Kossoy serão importantes no tratamento dessas fontes a fim de utilizá-las de forma integrada às demais fontes no processo de tessitura dos argumentos e reflexões sobre a temática proposta.

3. No Serviço de Expediente da Prefeitura Municipal de Penápolis e no Arquivo Virtual da Câmara de Penápolis encontram-se os atos do executivo, leis e portarias das décadas de 1910 e 1920, tais como Código de Postura e Lei de Uso e Ocupação do Solo.

4. Por meio de cerca de três mil registros de estrangeiros de 1939 a 1942 encontrados no Museu Histórico e Pedagógico “Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”, foi possível constatar o trajeto de libaneses, sírios, japoneses, portugueses, italianos e espanhóis que se deslocaram para a região. Nesses registros constam seus nomes, sexo, idade, data de nascimento, nacionalidade, profissão, quantidade de filhos, religião, residência anterior, local de nascimento, estado civil e porto de desembarque.

5. O Recenseamento Geral do Brasil do ano de 1920 possibilitou também a verificação das características econômicas e demográficas da cidade no recorte temporal escolhido para a pesquisa.

6. Nos arquivos do mencionado museu histórico encontram-se documentos de constituições, registros das programações de festas e eventos, atas de reuniões, fotografias e ações de filantropias dos clubes sociais do período da pesquisa: Penapolense, 07 de setembro (extinto), Esporte Clube Corinthians (extinto) e Sociedade Espanhola (extinta).

7. Obras de memorialistas da cidade de Penápolis:

Ainda na esteira das apresentações das fontes, as obras *Penápolis – História e Geografia*, e *Achêgas para a história de Penápolis – 1767-1948*, de Fausto Ribeiro de Barros, *Cel. Manoel Bento da Cruz. Apontamentos biográficos*, de Orentino Martins são exemplos de literatura local. Essas obras forneceram para a pesquisa informações sobre o processo inicial de povoamento, sobre os agentes de ocupação da região na qual se situa o município, antes denominada “Campos do Avandava”, bem como sobre a participação dos diferentes povos no processo de formação do município. Porém, esses autores elaboraram seus textos apenas

no sentido de sistematizar datas e informações que deram conta de explicar cronológica e factualmente a formação populacional e econômica da região e do município. Procuraram enfatizar a participação de algumas famílias pioneiras, dentre elas, a do capitalista Manoel Bento da Cruz.

8. Arquivo Público Digital do Estado de São Paulo.

No arquivo, foram encontradas cartas e documentos importantes que demonstraram as primeiras tentativas de ocupação das terras dos “Campos do Avanhandava” no século XVII através das incursões pelo rio Tietê, além de demonstrar a criação da Colônia Militar do Avanhandava no século XIX.

9. Acervo digital Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

O acervo ofereceu importantes mapas de localização do espaço em estudo no recorte temporal escolhido para a tese.

10. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.

Muito embora os documentos tenham sido reunidos por um viés ideológico, foram usados na perspectiva de servirem como evidência da presença de pessoas nos campos do Avanhandava. São volumes de papéis, de naturezas distintas e temas variadíssimos, alguns originalmente manuscritos no final do século XVII e início do XIX e a maioria do século XVIII, que foram transcritos por uma equipe de paleógrafos coordenada por Toledo Piza. Estão disponibilizados pela URI Permanente <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>

A ausência de literatura sobre a temática com a consequente condenação ao anonimato de presenças de culturas nativas dos Kaingang, de mineiros e nordestinos, com seus espaços e manifestações influenciando a tessitura da constituição do povo dessa cidade é também uma justificativa para um viés de análise que traga à tona a problemática da identidade e das dimensões da cultura na trama constitutiva da história do lugar. Vale enfatizar, contudo, que parte da literatura sobre essa região e cidade é caracterizada por textos memorialistas produzidos com teores apologéticos em relação aos personagens significados como pioneiros.

A literatura local também é constituída por três dissertações de mestrado na área das ciências humanas, sendo que uma delas é de minha autoria. Intitulada *Bairros Rurais de Penápolis-SP no contexto do processo migratório – 1940 – 1970*, tratou a respeito do povoamento do espaço rural do município, sobre o qual ensejou uma reflexão relativamente às negociações das identidades na constituição dos bairros rurais. Portanto, sobre a alteridade na rotina dos espaços de moradia rural permeada por instituições religiosas e republicanas, além de apresentar as manifestações diversas nos saberes e fazeres dos indivíduos. As nacionalidades eram de proveniência italiana, espanhola, portuguesa e brasileira do estado de

Minas Gerais e dos estados do Nordeste. Tal dissertação narrou acerca dos locais de saídas e as origens das pessoas descendentes de primeira e segunda geração de estrangeiros e brasileiros no processo migratório, especificamente, na formação dos bairros rurais inseridos no contexto macro da história econômica e social do Brasil no recorte temporal de 1940 e 1970, pois os mesmos comportavam a metade da população do município, conforme já mencionado e verificado nos vários documentos e nas várias obras de memorialistas que descreveram as sagas de famílias pioneiras na ocupação da região e do município tratados neste trabalho.

Vale ressaltar que a temática ora proposta não fora trabalhada por outros estudos referentes a Penápolis-SP, mesmo porque a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo Marotta Peters, intitulada *Asilo Espírita “Discípulo de Jesus” de Penápolis: a loucura no cotidiano de uma instituição disciplinar (1935 – 1945)*¹ tratou dos problemas gerados pelo processo de povoamento da região noroeste do estado de São Paulo e das formas de reação da sociedade penapolense, onde foram enfatizados os discursos e ações no contexto da luta contra a mendicância e a loucura no espaço urbano de Penápolis. Segundo o autor, neste período (1935 – 1945), ocorreu um aumento populacional extremado acarretando uma série de problemas, tais como a pobreza, a mendicância, a prostituição, a criminalidade e também a loucura, tornada efeitos colaterais do crescimento econômico e urbano. A dissertação demonstrou que a grande crise de 1929, que de diversas maneiras vitimou produtores de café da região, impeliu alguns trabalhadores rurais para os centros urbanos na busca de emprego. Isso fez com que, segundo a linha de raciocínio do autor, a questão da assistência aos desvalidos passasse a preocupar as autoridades locais e, portanto, no contexto, diversos mecanismos foram criados para a contenção dos chamados comportamentos desviantes. A instituição pesquisada, denominada Asilo Espírita “Discípulos de Jesus”, iniciou o trabalho de recolhimento e de tratamento dos chamados loucos, o que foi objeto de análise e problematização desta dissertação.

A dissertação de mestrado de Rodolfo Frank Gonçalves intitulada *Filhos de São Francisco e Índios: a ação missionária dos capuchinhos trentinos na noroeste paulista (1890 – 1920)*² tratou das práticas e experiências de catequese da Ordem dos Frades Menores

¹Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Assis, para a obtenção do título de mestre em História (Área de Concentração: História e Sociedade) em setembro de 2000.

²Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Assis, para a obtenção do título de mestre em História (Área de Concentração: História e Sociedade) no ano de 1997.

Capuchinhos em sua expansão e missão na região Noroeste do Estado de São Paulo no período de 1890 – 1920. Segundo o autor, a escolha do tema tem como justificativa o fato de que, estando entre outras ordens religiosas, os capuchinhos contribuíram para elaborar imagens e representações em relação ao sertão, ao indígena, no sentido de civilizá-lo através de novas formas comportamentais e por códigos disciplinares. No que diz respeito à cidade de Penápolis, o autor discorre informando que os missionários capuchinhos atuaram no município e cita uma de suas incursões missionárias quando saíram do município, em 1912, rumo a Jupiá (SP) com o desejo de catequizar índios. A dissertação corroborou para a compreensão dos fatores proporcionadores do povoamento da região, principalmente porque aqui está incluso o fator religioso tão importante para a consolidação da ocupação destas terras junto aos Kaingang e Oti-xavante, pautada por conflitos e permeada pelo genocídio e pelo etnocídio.

Essas pesquisas, em última instância, auxiliaram nas respostas de problemas do tema proposto neste projeto. Assim sendo, pelo fato de grande parte da literatura produzida sobre o município, conforme já mencionado, ser composta por obras de pessoas que se enquadram no parâmetro memorialista, cujos sobrenomes são de famílias residentes na região desde antes da oficialização da constituição do município de Penápolis em 1913, ficaram de fora as questões que envolvem o objeto de estudo que ora são trazidas para este trabalho.

Esta tese dividiu-se em quatro capítulos. O primeiro denominado *Os primórdios do povoamento nos campos do Avanhandava na região Oeste do estado de São Paulo, 1767 - 1913*, pretendeu elucidar as características inerentes às especificidades dos antecedentes do adensamento populacional na formação desse município, na região Oeste do estado de São Paulo, na esteira das circunstâncias geradas ainda no período colonial na Capitania de São Paulo e que destarte efetivamente se constata o surgimento de vilas, patrimônios e cidades. Demonstra já um adensamento populacional antes mesmo da linha férrea da NOB em 1908, denotando um processo na região na frente de expansão formando um espaço de fronteira que foi impulsionada pela construção da ferrovia NOB e pela dinâmica específica da interiorização do desenvolvimento econômico.

O capítulo versa, ainda, sobre a cronologia de ocupação dos campos do Avanhandava, região onde futuramente são criados os municípios de Avanhandava, Penápolis, Barbosa e Glicério. Desde 1767, havia uma colônia denominada Degredo. Em 1842, ocorre a presença de mineiros instituidores de fazendas e, em 1858, a presença de uma Colônia Militar do Salto do Avanhandava, fatos esses antecessores da instalação da linha férrea Noroeste do Brasil. Em 1909, constitui-se um Distrito de Paz na comarca de Rio Preto, até a criação de uma cidade

no ano de 1913, denominada Penápolis que se torna sede de Comarca em 1917. No capítulo, portanto, consta a demonstração de uma ocupação proporcionadora de conflitos, inexoravelmente, catastróficos para os nativos da região principalmente formada por Kaingang e Oti-Xavante.

Houve a preocupação, no capítulo, de caracterizar a fronteira constituída na perspectiva da alteridade e dos choques de perfis sociais, econômicos e culturais díspares por conta da dinâmica própria da trajetória histórica de cada grupo social. Por isso, constatarem-se elementos que evidenciaram uma formação de densidade demográfica assentada na expansão de uma fronteira demográfica denotando, por isso, as características próprias de uma frente de expansão, bem como as várias significações desse contexto histórico, interligando as ocorrências econômicas e sociais da colônia portuguesa com o espaço aqui escolhido para estudo, principalmente no que diz respeito à produção do imaginário em torno do papel dessa região como componente da epopeia do estado de São Paulo como locomotiva do Brasil.

Por fim, o capítulo apresentou as especificidades dos antecedentes do adensamento populacional da cidade de Penápolis entre os anos de 1767 e 1913 na perspectiva de entendê-la na primazia de um centro de referência para a continuidade da ocupação da região Oeste rumo ao estado do Mato Grosso.

O segundo capítulo denominado *Paisagem Urbana de Penápolis: a inter-relação entre a tradição e a modernização no processo de sua constituição, 1905-1920*, apresentou a constituição populacional no momento da criação da cidade de Penápolis em 1913, refletindo sobre a tessitura social pautada por etnias diversas, mas com interesses comuns para adquirirem posses e, finalmente, estabelecerem-se em terras capazes de garantir a tão sonhada estabilidade para toda família, após alguns deles, estrangeiros e nacionais, perambularem antes por outras regiões do estado de São Paulo.

Outrossim, pretendeu apresentar o desenvolvimento econômico de Penápolis, inserido no contexto de desenvolvimento urbano e industrial do estado de São Paulo, principalmente através dos vieses industrial e comercial a partir da década de 1910, responsáveis por transformar o município em sede de comarca e impulsionando sobremaneira a criação de instituições, clubes sociais e associativos dando aspecto de meio urbano com cinemas, praças e footing, além de uma estrutura hoteleira que referenciava a estada de pessoas que negociavam nos incipientes distritos e municípios da região, tornando assim, a primeira experiência urbana que alocou pessoas ávidas e empreendedoras que vislumbraram a potencialidade de expansão de seus negócios pelo Oeste paulista, depois do município de Bauru-SP.

O recorte temporal proposto, no capítulo, deve-se ao período de formação e consolidação do município de Penápolis inserido na dinâmica e na evolução da interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo. Um momento de comercialização de terras a partir da cidade rumo à interiorização da região Oeste do estado de São Paulo. Foram décadas de diversificação na economia urbano-industrial, bem como nas atividades agrícolas. Isso se deveu à expansão da economia cafeeira que influenciou sobremaneira na acumulação industrial colocando o estado paulista na primazia por sua transformação qualitativa da estrutura produtiva.

Vale salientar, contudo, que as atividades econômicas baseadas no meio rural ainda eram preponderantes denotando ainda relações sociais e de trabalho longe de serem aquelas caracterizadas na tese da denominada frente pioneira, que se arvora em apresentar um modelo de sociedade já pautada nas relações modernas de um capitalismo próprio brasileiro substituindo o arcaísmo dos tempos coloniais e imperiais.

No terceiro capítulo intitulado *Os nacionais e imigrantes na formação da tessitura social do município de Penápolis-SP*, foram apresentados os componentes da tessitura social da cidade em estudo. Apresentou-se a mobilidade de imigrantes que, atraídos pela oportunidade de obtenção de terras e pela notória perspectiva de retorno econômico na cultura do café, foram responsáveis pelo aumento da população na cidade no início do século XX. Por meio do censo demográfico de 1920 e de fichas de registros de estrangeiros entre os anos de 1939 e 1942, foi possível conhecer suas diversas características. No capítulo procurou-se, portanto, inserir a dinâmica de formação de um adensamento populacional dentro de um contexto brasileiro de estímulo à importação de mão de obra europeia com interesses econômicos e de cunho étnico-racial iniciado no século XIX e intensificado no início do século XX.

Além dos imigrantes advindos, em sua grande maioria da Europa, o capítulo apresentou as presenças dos denominados nacionais, constituídos por mineiros e baianos, trabalhadores de várias regiões brasileiras na construção da ferrovia Noroeste do Brasil como componentes das motivações da alteridade expressas nos ambientes de ocorrências da sociabilidade.

Por fim, no quarto capítulo, intitulado *Espaços de sociabilidade do município de Penápolis-SP, 1910-1930*, a partir de documentos de fundações, atas, programações dos clubes sociais (Penapolense e Sociedade Espanhola), do jornal “O Pennapolense”, dos documentos legais de ordenamento da cidade, tais como Código de Postura, Lei de Uso e Ocupação de Solo e Plano Diretor e fotografias, verificou-se, pela composição populacional

caracterizada pela diversidade de nacionalidades e, portanto, de culturas, como se deu a produção de imaginários assentados numa sociabilidade intencional, evidentemente, pautada pela alteridade e pela demarcação de espaço na busca de assentarem valores, hábitos, costumes, civilidade e identidade.

O capítulo, dessa maneira, encontrou, dentre outros espaços, dois clubes sociais: um denominado Club Pennapolense, e cuja criação se deu pela necessidade de distinção de pessoas em função de suas condições financeiras e colocações sociais e denota uma hierarquia que precisava ser enfatizada na formação inicial do município de Penápolis, além de servir também de vaso comunicante com costumes e valores de médias e de grandes cidades do estado de São Paulo; o outro, oriundo de uma Associação de espanhóis, serviu para o processo de acolhida de espanhóis e seus descendentes no sentido de auxiliar e assistir conterrâneos com dificuldades financeiras.

Enfim, o capítulo objetivou refletir sobre as formas de convívio e os espaços onde elas se concretizavam, viabilizando a criação de redes de relações nos diversos âmbitos que envolvem o cotidiano das pessoas na cidade em estudo no recorte entre os anos de 1910 e 1930.

1 OS PRIMÓRDIOS DO POVOAMENTO NOS CAMPOS DO AVANHANDAVA NA REGIÃO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1767 – 1913

A caracterização dos campos do Avanhandava, do espaço e do território dos quais se tratará neste capítulo, na denominada região Oeste do estado de São Paulo, requer algumas considerações iniciais. Primeiro, porque a definição de região carrega consigo uma significação produzida socialmente, pois diz respeito às tensões políticas, ao poder de hierarquizar as coisas, portanto de classificar, de definir, de unir e separar, de dar legitimidade por meio de estratégias de manipulação simbólica (BOURDIEU, 2005). Segundo, porque o termo Oeste apresenta delimitações nas variadas temporalidades e de descrição não apenas geográfica, mas também histórica. Nesta tese, a opção pela utilização do termo Oeste ocorreu por meio da interpretação dos estudos sobre economia cafeeira e evolução ferroviária em São Paulo. Por isso, para fins de localização do objeto de estudo, utilizou-se o denominado Oeste paulista “Novo” por seguir as coordenadas geográficas que representam a atual regionalização do Oeste Paulista (as regiões administrativas do Estado de São Paulo: 8º São José do Rio Preto, 9º Araçatuba (onde se insere o município de Penápolis), 10º Presidente Prudente e a 11º Marília).

Em se tratando de território e espaço, suas definições importarão para este estudo na medida em que se objetiva compreender as mobilidades e fixações humanas em território e espaço que redundaram, por ação humana, em cidades no início do século XX.

O conceito de território será aqui entendido conforme Bueno (2001), o qual define contornos e limites precisos e é resultado de uma construção histórica, portanto, produto da ação humana e para além das fronteiras naturais. Enfim, o território estudado, neste trabalho, é resultado de fronteira política entendida como uma linha abstrata e convencionada por alguns, descrita, no caso do Brasil colonial, com expressões da cartografia colonial, tais como “sertão desconhecido”, “terrenos desconhecidos”, “terras pouco exploradas”, “terras não habitadas”, ou “terrenos ocupados por índios ferozes”. Já no que diz respeito ao espaço, para este estudo será considerado, conforme Moraes (1988), resultado da ação humana na superfície terrestre.

Essas expressões denotam a produção de significações dentro do escopo do processo de colonização levada a cabo pelos portugueses na dinâmica da ocupação de territórios no interior de sua colônia. Para essa empreitada, a Coroa portuguesa aperfeiçoou seu escopo administrativo, pois, ao constatar ameaças internas ao processo de ocupação e exploração da

colônia, conforme nos apresenta Faoro, cria-se outro arcabouço administrativo e fiscal denominado de Governo Geral:

O exercício da guerra ao indígena e a obra da defesa externa acentuavam esse traço, fazendo da autoridade local o corpo de uma força militar autônoma. Os governadores tornavam-se verdadeiros sátrapas, ampliando, por efeito das necessidades e pelo estímulo da ausência de vigilância, a esfera de suas delegações. Os colonos hauriam a autoridade de seus recursos, insubordinando-se contra os donatários, sem respeito ao próprio rei, distante, calado, inerte. Para a nobreza que cercava o rei, bem como para a que emigrara, vinculada ainda pela carreira e pelos serviços à lealdade ao monarca, as praias americanas seriam apenas um viveiro de criminosos turbulentos, prontos a cometer o mais terrível dos crimes, o de lesa-majestade. (FAORO, 1979, p. 142)

A ideia da instituição de Governo Geral na colônia ocorreu para centralizar as ações estratégicas de exploração do litoral, principalmente, visando à interiorização da colônia. Os campos do Avanhandava inserem-se neste contexto de alargamento demográfico levado a cabo por um escopo administrativo visando à otimização do processo de colonização num vasto território.

O governo-geral, instituído em 1548, instalado na Bahia, no ano seguinte, não extinguiu as capitânicas. De imediato, as atribuições públicas dos capitães se incorporam no sistema do governo-geral, fiscalizados por um poder mais alto, em assuntos militares, da fazenda e da justiça. [...] O governador-geral cuidaria, sobretudo, da defesa contra o gentio e da defesa contra o estrangeiro, com o cuidado de vigiar o litoral. De outro lado, disciplinaria os donos de embarcações, perturbadoras das relações entre as capitânicas, ao abrigo das linhas oficiais. Ninguém, daí por diante, poderia construir e armar navios e caravelões sem licença, vedado ao colono o comércio com os índios senão pelos cânones aprovados pelo governo. Os moradores não podiam, também, entrar no sertão, sem a licença direta do soberano. Estas diretrizes, no seu conjunto, indicam a consciente e deliberada preocupação de reduzir o espaço econômico ao espaço administrativo, mantendo o caranguejo agarrado à praia. (FAORO, 1979, p. 144 –145)

Por isso, os portugueses trouxeram a experiência de municipalidade, vilas, povoados e patrimônios para a colônia brasileira para estenderem seus tentáculos onde pudessem chegar e serem a presença da Coroa nos espaços e territórios caracterizando a expansão de fronteira.

É importante também salientar a utilização do termo sertão pelos portugueses para tipificar as áreas a serem desbravadas e o fato de se tornar objeto de investigação pelos geógrafos e cientistas sociais quando apresentam os estudos que caracterizam as denominadas fronteiras, termo utilizado para a compreensão dos processos de contatos entre realidades históricas díspares, permeados por conflitos e alteridade na conformação da presença humana num determinado espaço.

Os primórdios da formação de um adensamento populacional no século XVIII nos campos de Avanhandava, insere-se, portanto, nesse contexto proporcionador desse imaginário e de perspectiva colonizadora. Assim, segue uma caracterização do termo formulada por Antonio Carlos Robert Moraes:

[...] a mera qualificação de uma localidade como sertão já revela a existência de olhares externos que lhe ambicionam, que ali identificam espaços a serem conquistados, lugares para a expansão futura da economia e/ou do domínio político. Transformar estes fundos territoriais em território usado é uma diretriz que atravessa a formação histórica do Brasil, alçando-se mesmo à condição de um projeto estatal nacional básico do país. No período imperial, os sertões brasileiros foram definidos como um locus da barbárie, sendo sua apropriação legitimada como uma obra de civilização. Conhecer, conectar, integrar, povoar, ocupar, são metas que contrapõem a modernidade ao sertão, qualificando-o como o espaço-alvo de projetos modernizantes, recebendo destaque o estabelecimento de comunicações, notadamente por meio do telégrafo e de ligação ferroviária (Hardman, 1988). A ordem republicana se instala com este objetivo de modernização, que novamente qualifica o sertão como o locus do arcaísmo e do atraso. Situação que – na ótica de seus ideólogos – deveria ser superada com a alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território. (MORAES, 2003, p. 5-6)

Além dessa caracterização, é importante também enfatizar que sertão não se trata de um espaço, um lugar e sim, de uma tipificação carregada de etnocentrismo e formulada para designar o outro como desconhecido, ou seja, não sendo um lugar, é uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares.

Portanto, trata-se de um símbolo imposto, em diversos contextos históricos, a determinadas condições do espaço, sendo um qualificativo local básico no processo de sua valoração. Enfim, sendo um símbolo, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma realidade significada, ou ainda, uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes nesse processo. Refere-se à construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetivos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados (MORAES, 1988).

A negociação e a legitimação da posse em meio às contendas pelo espaço e pelo território, os quais são objetos de estudo neste capítulo, em grande parte, só se viabilizam por meio de desenhos cartográficos que propiciam a compreensão visual de vastas áreas de outra forma ininteligíveis. Um exemplo de como o termo sertão era significado vem de Rafael Bluteau com o seu *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico...*, onde apresentava às terras interiorizadas, porém não oficialmente mapeadas, de “região apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras” (BLUTEAU,

1712, v. 7, p. 613) – cabendo, portanto, à ação humana expandir os “confins” e “fronteiras”. Os desenhos cartográficos significam, portanto, desvelar, domesticar, submeter, conquistar, controlar, contradizer a ordem da natureza, e com isso otimizar e planejar a imposição de determinadas ações.

Isso posto, as figuras que conterão os mapas deste trabalho, foram apresentadas com a preocupação expressa acima na perspectiva de utilizá-los a partir dos alertas de Harley (2005, p. 61) para o qual é fundamental ao pesquisador estar ciente de que os mapas não são meras “representações gráficas de algum aspecto do mundo real” e não devem ser vistos como “uma janela transparente para o mundo”. Ao contrário, o pesquisador deve ter clareza de que os mapas são uma “construção social do mundo expressa pelo meio da cartografia” e, por isso, eles “reescrivem o mundo em termos de relações e práticas de poder, preferências e prioridades culturais”.

Como exemplo, veja a Figura 1 do mapa produzido pelo engenheiro militar Daniel Pedro Müller interpretando cartograficamente o território da província de São Paulo no século XIX onde, portanto, se localiza o denominado, campos do Avandava na área do “Sertão Desconhecido” e pronto para ser desbravado:³

³ Segue transcrição obtida do site da Revista da FAPESP, Edição 235, de setembro de 2015, postado por Carlos Fioravanti e Rodrigo de Oliveira Andrade apresentando as explicações concernentes ao mapa disponível no Arquivo do Estado de São Paulo: “O oeste paulista aparece como “sertão desconhecido”, sem nenhuma menção às populações indígenas, mas a região próxima ao litoral está bastante detalhada no Mappa chorographico da província de São Paulo, a primeira carta impressa a representar toda a província de São Paulo e a se tornar um instrumento de gestão do território. Impressas em Paris em 1841, as primeiras cópias – cerca de 100 – chegaram no ano seguinte às mãos dos deputados da Assembleia Legislativa, que desde 1835 ansiavam por mapas para administrar a província, após conquistarem relativa autonomia tributária com as reformas constitucionais decorrentes da abdicação de dom Pedro I, em 1831.” [...] “A encomenda de um mapa e de um levantamento populacional e econômico pela Assembleia Legislativa sugere uma preocupação da elite política com a ocupação do território, o desenvolvimento da infraestrutura viária e de comunicação com o porto de Santos e com a capacidade de expansão da ocupação do território no sentido oeste”, comenta Iris Kantor. Disponível em <https://revistaspesquisa.fapesp.br/as-primieras-formas-da-provincia>. Acesso em 25 mar. 2023.

Figura 1: Mappa chorographico da provincia de São Paulo, de 1841.



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como trataremos de um espaço que outrora foi denominado de “Campos do Avanhandava”, por conta da existência de cachoeiras num determinado lugar do rio Tietê denominadas de Salto do Avanhandava, onde hoje se encontram as cidades de Barbosa, Glicério, Penápolis e Avanhandava, é importante informar que a denominação vem desde os primeiros relatos dos bandeirantes paulistas do século XVII que viajavam pelo rio Tietê rumo a Cuiabá no Mato Grosso que, segundo Squeff (2003, p. 53), significava “lugar de correr dos homens”, ou seja, referia-se ao sítio em que os viajantes tinham de passar, rapidamente, uma vez que a cachoeira em questão seria intransponível para quem estivesse de barco ou canoa, que eram os meios então usados pelas bandeiras. O termo também foi estudado por Sampaio (1987, p. 179) apresentando que Avanhandava (Abá-nhandaba), de origem tupi, significa a carreira da gente, ou onde a gente corre.

No contexto do processo de consolidação da independência do Brasil, marcado pela perspectiva de se inventar social e politicamente um país, e, na esteira das preocupações do Império em fazer um diagnóstico sobre que Brasil seria aquele que se iniciava enquanto nação, foi que, por volta de 1826, a Assembleia Geral solicitou que cada província providenciasse um relatório contendo uma lista de quesitos a serem respondidos. A província de São Paulo preparou o seu no primeiro semestre de 1827, intitulado *A Estatística da Imperial Província*

de São Paulo: com várias anotações do tenente-coronel José Antônio Teixeira Cabral, membro da mesma estatística. O cientista social José de Souza Martins informa-nos - no texto de apresentação intitulado *O imaginário poético da independência num Manuscrito de 1827*, do documento publicado em edição Fac-similar com transcrições Paleográfica e Moderna pela Editora da Universidade de São Paulo, em 2009 - que se trata de uma descrição geográfica minuciosa da província, que englobava o que veio a ser depois o Estado do Paraná, ou seja, uma descrição do relevo, rios, flora e fauna que estendia à demografia e à economia.

É o que foi encontrado no interior do mencionado documento ao apresentar as principais caxoeiras do rio Tietê, na página 15, em relação, especificamente, ao Salto do Avanhandava:

[...] O Avinhandava tem uma altura de 53 palmos: o seu varadouro é de 150 braças: o Salto é medonho pelo embate das agoas despinhadas por entre variados penedos, que formão canaes diferentes, e tortuosos com diferentes, e multiplicadas quedas.

Em outra parte do referido documento, na página 134, no item que descreve o rio Tietê, desde Porto Feliz até a sua confluência no rio Paraná, são apresentadas as características do Salto do Avanhandava:

[...] o salto Grande [de] AVANHANDAVA (1º salto do rio Tietê, descendo) A sua maior altura é de 24 palmos. Embica-se do lado direito quando se desce. Conduzem-se as cargas às costas e varam-se as canoas. Neste serviço se gastam três dias, fazendo-o diligentemente. O mesmo acontece na volta. É um sítio agradável à vista mas muito falto de lenha. A sua passagem é trabalhosa. O seu varadouro é de 1680 palmos em que se conduzem as canoas à força de braço.

Destarte, já no início do século XX, o chefe da turma da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo ⁴, responsável pelo levantamento do Salto do Avanhandava, o Dr. Jorge Black Escorrrar, assim o descreve:

O rio em frente ao porto, no começo da corredeira, antes do Salto, mede 44 metros de largura e desce em corredeira com velocidade crescente até às duas quedas principais no lado direito. Ahi, divide-se em duas partes, uma que se precipita por esses dois boqueirões de 13,20 de altura; a outra, que continua no lado esquerdo,

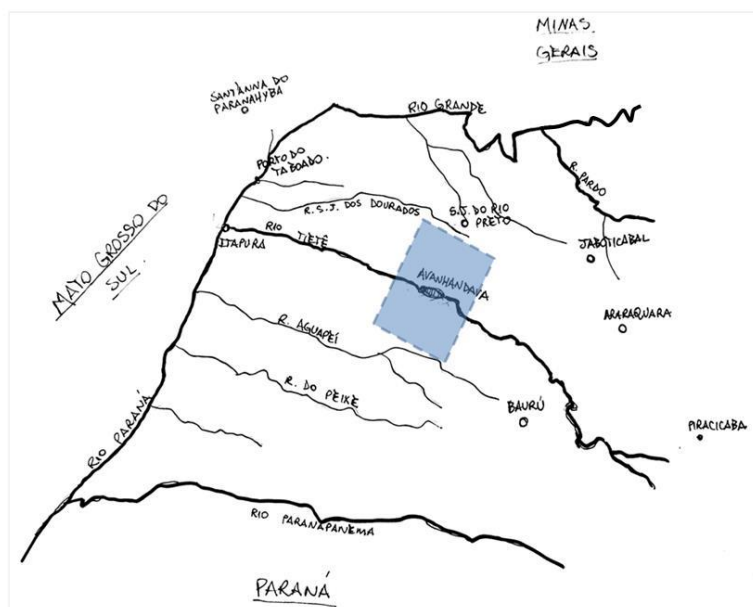
⁴ A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo foi criada em 1886 e mantida coesa até 1931, ano de sua extinção. O objetivo foi ultrapassar os obstáculos que interpunham a expansão da cultura do café, almejado pela facção modernizadora da elite cafeeira como caminho para a concretização das suas metas. Foi uma instituição voltada às ciências da Terra, dado os interesses da economia cafeeira, pois as instituições de pesquisa no Brasil surgiram em função das demandas específicas de determinados grupos. Para melhores informações ver a tese da Silvana Tercila Maria Pettinato, intitulada *João Pedro Cardoso e a ação da Comissão Geográfica e Geológica na apropriação e produção do território paulista – 1905-1931*.

Disponível em: <http://biblioteca.posgraduacaoredentor.com.br/link/?id=2391238> Pesquisado em: 23/02/2024.

cahindo as sobras pelas rochas em degraus dando assim um aspecto pitoresco a todo o salto. As duas cascatas reunidas medem 50 metros de largura e as outras duas 55, ao todo 105 metros. A linha das quedas entre as duas margens mede 260 metros. [...] (Almanach de Pennapolis para o ano de 1920, p. 94)

Para visualização da localização dos campos do Avanhandava e que destarte se tornaram adensamentos populacionais ao ponto de se constituírem cidades no início do século XX, foi utilizado um croqui realizado por Ferrari (2020), que compôs sua dissertação sobre a Colônia Militar do Salto do Avanhandava localizada neste território retratado na Figura 2:

Figura 2: Mapa de localização aproximada dos “Campos do Avanhandava” no Estado de São Paulo.



Fonte: FERRARI, 2020, p. 53

Outrossim, o recorte temporal apresentado para a problematização neste capítulo das ocorrências no espaço e no território escolhidos, além de se atentar à significação de sertão, enseja também a aplicação da definição de fronteira na perspectiva de entendê-la como situação de conflito social, uma realidade singular de alteridade, como a entende José de Souza Martins:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. (MARTINS, 2016, p. 133)

É possível constatar, portanto, que os campos do Avanhandava perfilam neste lugar de conflito e de alteridade, porém a partir de algumas evidências que denotam uma relação econômica e social longe de uma sobreposição de modelos que apontariam para uma ruptura levada a cabo por interesses individuais dentro de uma lógica capitalista de contornos clássicos.

A primeira evidência está relacionada às incursões dos sertanistas cada vez mais no interior do Brasil financiados por capitães donatários e sesmeiros, no atendimento às exigências de contrapartida da Coroa portuguesa, em busca de aprisionamento de populações indígenas, drogas do sertão, riquezas minerais e proteção do território.

A mola propulsora da economia colonial do século XVII na Capitania de São Paulo foi a escravidão a partir da mão-de obra indígena. Levada a cabo pelos empreendimentos bandeiristas, foi a base para a instituição da agricultura em terras interioranas. Portanto, as incursões para o interior da capitania paulista e para a colônia como um todo, muito se deveu ao apresamento de índios para a base produtiva do colonialismo. Isso proporcionou o alargamento da fronteira demográfica, pois muitas vilas foram fundadas para a garantia de uma administração eficaz e para a proteção territorial. Como nos atesta John Manuel Monteiro:

A maioria dos colonos, que não contava com os recursos de um Raposo Tavares ou um Vaz de Barros, restringia-se à procura de cativos nas regiões mais próximas à São Paulo. Diversas expedições penetravam no vale do Paraíba, região abandonada pelos predadores de índios da geração anterior. Este movimento acarretou a fundação na região de novas vilas por pioneiros paulistas, sendo que nos anos 1640-50 foram instalados pelourinhos em Taubaté, Guaratinguetá e Jacareí. Ao mesmo tempo, aventureiros da vila Parnaíba tulkaram os sertões para o Oeste e Sul, chegando a estabelecer as vilas de Itu, Sorocaba e Curitiba. A noroeste, colonos de São Paulo fundaram a vila de Jundiá. O desenvolvimento de cada uma dessas vilas refletia as novas orientações da busca pela mão-de-obra indígena. (MONTEIRO, 1994, p.81)

A segunda está relacionada às contendas territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola, redundando no envio de engenheiros-militares, astrônomos e matemáticos, dentre outros profissionais, para a demarcação dos limites dos territórios sob a soberania de Portugal e Espanha, pois essas monarquias estiveram inseridas nas disputas históricas desde os debates diplomáticos que redundaram nos Tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777), nos quais as terras dos campos do Avanhandava passariam para os domínios do reino de Portugal e, por conta disso, foram erigidas epopeias de heróis que passaram a perfilar em literaturas que imortalizaram os feitos dos denominados sertanejos bandeirantes, pois suas incursões para

o interior da colônia e sua ocupação selariam de vez o aumento das linhas divisórias do território que viria a ser Brasil, além da ampliação da fronteira.

A terceira evidência foi o planejamento da capitania de São Paulo visando à proteção de áreas auríferas contra as incursões de inimigos espanhóis que redundou em interiorização da ocupação da capitania. O rio Tietê corta os campos de Avanhandava, cuja navegação ocorre desde o período colonial por servir de passagem e ligação entre o litoral e o interior e vice versa, além de dar acesso para Mato Grosso. Serviu, ainda, para a mobilidade, primeiramente, dos guaranis e, depois, para o escoamento de pessoas, materiais e equipamentos na empresa de aprisionamento de índios pelos bandeirantes. Destarte, aqui também se estabelecem estratégias militares e religiosas para a eliminação de obstáculos caracterizados pela presença dos Kaingang e Oti-Xavante que, na visão das autoridades, prejudicaram os objetivos de acesso a áreas auríferas e de ocupação de áreas para a proteção do território contra as incursões dos espanhóis e, destarte, dos paraguaios.

A quarta evidência refere-se à histórica presença de criadores de gado e de porcos, além de produtores de uma agricultura que abastecia o centro-sul da colônia desde o século XVII, localizada no sul da capitania mineira e em algumas regiões da capitania de São Paulo e que a partir de 1842 também se localizou nos campos do Avanhandava.

Enfim, nesse território e espaço onde se assentaram as condições para a instituição da cidade de Penápolis, o desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois os índios Kaingang e Oti-Xavante, os sertanistas, os arregimentados para a caça e abertura de picadas, os militares, os degredados, os migrantes, os imigrantes e religiosos estão situados diversamente no tempo da História. Por isso, esse espaço e esse território, ao se constituírem em cidade em 1913, precisam ser entendidos como discorre Martins (2016, p.133 - 134) ao apresentar as várias facetas dos desencontros e encontros de pessoas: “a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do nós”.

Se estamos constatando nesse espaço e território as presenças de pessoas em tempos distintos de relações sociais e econômicas, faz-se mister situar essas experiências humanas dentro de uma concepção que fuja de uma interpretação dada pelos geógrafos a partir da década de 1940, pois privilegiaram a dimensão espacial em detrimento de uma dimensão mais propriamente social. A denominação formulada pelo geógrafo alemão Leo Waibel ⁵ e pelo

⁵ Leo Waibel foi um geógrafo alemão que no período de 1946 a 1950 esteve no Brasil, a convite do Conselho Nacional de Geografia (CNG). Nesta época vivia-se a expansão da fronteira agrícola no território brasileiro, onde

geógrafo francês Pierre Monbeig para as ocorrências de contatos de pessoas dentro desse escopo espacial é de “zona pioneira”. Esse viés interpretativo não foi capaz de captar os movimentos de pessoas que redundaram em incipientes adensamentos populacionais dentro de relações sociais e econômicas ainda não configuradas como capitalistas no sentido dado pelos geógrafos.

Para melhor situar, e como uma lupa, dar enfoque mais de perto a essas experiências humanas, escapando, contudo, de análises macros e generalizantes, este capítulo propõe como fundamento teórico um olhar da Antropologia e das ciências sociais para dar inteligibilidade às mobilidades humanas e fixações em um espaço e território que, desde o século XVIII, numa colônia portuguesa na América, que, em função de uma narrativa civilizacional, provocou deslocamentos de pessoas tendo como consequências as mudanças paulatinas da paisagem natural dos campos do Avanhadava deixando marcas indeléveis que se configuraram em distintas paisagens culturais.

Por conseguinte, reproduzo abaixo o trecho no qual o geógrafo alemão Waibel define o seu conceito de *zona pioneira* para dar conta de explicar as fronteiras:

O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida [...] De uma zona pioneira, em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e o povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um *boom* ou *rush*. Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população (WAIBEL, 1979, p. 281-282).

Utilizando-as como laboratório para a aplicação de suas considerações acerca do conceito de fronteira, as denominadas *zonas novas* caracterizadas geograficamente por planaltos e florestas do sertão paulista, foram objetos de estudos do geógrafo francês Pierre Monbeig que lecionou na Universidade de São Paulo (USP) nas décadas de 1940 e 1950. Sua

o tema colonização e uso da terra na agricultura eram destaque. Neste contexto, Waibel iniciou suas pesquisas dando continuidade a um projeto de interesse do governo norte-americano, que pretendia definir áreas em território latino-americano para o estabelecimento de colônias para europeus foragidos da guerra da Europa. Mas quando tomou conhecimento da região colonial do sul do país, redirecionou seus interesses e passou a dedicar-se à análise da realidade vivida pelos colonos, descendentes de imigrantes europeus, desta região. Foi nestes estudos que Waibel deu a sua contribuição mais importante à Geografia Agrária brasileira, estabelecendo uma tipologia de sistemas agrícolas, a partir do tamanho das propriedades e do uso da terra, feito pelos pequenos proprietários da região. Fonte: ETGES, Virgínia Elisabeta. **Geografia agrária**: a contribuição de Léo Waibel. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. Acesso em: 23 fev. 2024.

primeira obra, denominada *Ensaio de Geografia Humana Brasileira* e publicada em 1940, teve como preocupações os estudos que abarcavam movimentos migratórios vinculados ao superpovoamento, ao surgimento do pioneirismo à escala do mundo, relacionando a mobilidade de um excedente demográfico com a conquista e a valorização de terras consideradas “vazias”. Trata-se da reunião de seus primeiros artigos escritos. Sua segunda obra, tese do seu doutorado, redigida ao longo da década de 1940 e originalmente apresentada em 1950, na Universidade de Paris, sob o título *Marche de Peuplement et Pionniers de São Paulo*, foi publicada em livro no ano de 1952 com o título *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, traduzida em português no ano de 1984. Na obra inserem-se também espaço e território, objetos neste estudo, pois a cidade de Penápolis se localiza no que foi apresentado pelo autor como a expansão do povoamento no processo catalisado pelo avanço do café e do algodão nas denominadas por ele *zonas pioneiras* dos planaltos ocidentais paulistas. Essa cidade, portanto, perfila, segundo o autor, no rol de outras cidades que se sucedem ao longo das vias férreas como “contas de um rosário”, testemunhando os ritmos diversos de um avanço progressivo que as circunstâncias políticas e econômicas mundiais concorrem para acelerar ou retardar, mas não impedir. Ele publicaria, ainda, a obra *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*, em 1957, onde congregou textos já saídos no Brasil e outras traduções de artigos publicados originalmente em periódicos estrangeiros.

Ao ter contato com cartas e documentos produzidos nos séculos XVIII e XIX, referentes à presença humana nessas terras, verifica-se um avanço pelo interior paulista antes de uma ocupação que possa se designar como econômica, pois, ao navegarem pelas águas do rio Tietê rumo às capitanias de Mato Grosso e Goiás, depararam-se com um problema geográfico a ser transposto que foram as quedas d’água do Salto do Avanhandava. Isso ensejou uma logística de abastecimento e apoio para que se fizesse a transposição com segurança e destreza. Um lugar, portanto, de abrigo, fornecimento de roupas, alimentos e mão-de-obra que denotou uma incipiente fixação humana. Aqui se constata a denominada fronteira demográfica, apresentada pelos antropólogos quando também designaram a frente de expansão, pois a linha de povoamento avança antes da linha da ocupação econômica.

Quando os geógrafos, como Monbeig, caracterizam frentes pioneiras, fazem-no para demonstrarem uma fronteira econômica, fato aqui não verificável. Esse autor apresenta o fenômeno do pioneirismo brasileiro na perspectiva de entendê-lo como o avanço do povoamento impulsionado por uma colonização de base eminentemente agrária por sobre áreas pouco ou nada habitadas. Os protagonistas de tal ação, segundo o autor, são proprietários

de terras, empresas ligadas à colonização e exploração agrícola, ou mesmo órgãos ligados ao Estado (MONBEIG, 1984).

Por esse viés de análise, revela-se a invisibilidade dos habitantes que, por ventura se encontrassem antes do início do processo de ocupação, via de regra povos indígenas, posseiros e pequenos agricultores, concebidos como portadores de técnicas primitivas e os principais símbolos do atraso que se quer superar. Ao constatar colônias, sejam militares ou criadas em função de estratégia de interiorização para garantir e assegurar a demarcação de terras e a proteção das mesmas, ou com interesses no processo de catequização levada a cabo por padres, principalmente da Ordem dos Capuchinhos, além de um espaço onde pessoas cumpririam penas dentro do que preconizavam as autoridades coloniais, temos aqui, nos campos do Avanhandava, a caracterização de fronteira demográfica. Isto posto, reproduzo abaixo a distinção pertinente sobre tal questão:

[...] Isso nos põe, portanto, diante de uma primeira distinção essencial: entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica há uma zona de ocupação pelos agentes da “civilização”, que não são ainda os agentes característicos da produção capitalista, do moderno, da inovação, do racional, do urbano, das instituições políticas e jurídicas etc. [...] adiante da fronteira demográfica, da fronteira da “civilização”, estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora (MARTINS, 2016, p. 138).

Cabe agora apresentar os movimentos das incursões de pessoas inseridas neste espaço de fronteira constituindo sua densidade demográfica dentro de uma cronologia que demonstra o crescimento da fronteira demográfica na perspectiva de uma frente de expansão.

1.1 A gestão de Morgado de Mateus: um marco dos contatos humanos e conflitos nos campos do Avanhandava (1767 - 1821)

No primeiro momento dos contatos e conflitos humanos temos as informações sobre as presenças dos índios Guarani, que emigrados de outras regiões, localizaram-se nessa parte do estado de São Paulo na disputa de áreas com os Kaingang e, segundo Lima (1978), alguns de seus integrantes até integraram expedições “que demandavam os redutos dos índios Kaingang.” Eis aí um exemplo de conflitos interétnicos, com traços característicos de

comunidades nômades e seminômades disputando espaço e alimentos para a subsistência, bastante presentes na vasta área brasileira antes da chegada dos europeus. No que diz respeito aos Kaingang, segundo ainda Lima (1978, p. 34), referenciando Egon Schaden, localizavam-se na parte ocidental de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e partes adjacentes da República Argentina. Eram conhecidos por parte da literatura também como bugres e Coroados, por conta dos aprisionamentos pelos bugreiros de crianças que possuíam cabeças raspadas com uma orla de cabelo em volta do crânio, motivo pelo qual as pessoas concluíram que também os adultos possuíam as mesmas características.

A partir de pesquisas das expedições empreendidas pela Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, a partir de 1886 e início do século XX, acrescidas de informações de missionários, indigenistas, câmaras municipais, magistrados e dos encarregado da construção da E. F. Noroeste, pôde-se dimensionar definitivamente os limites do território dos Kaingang, ou seja, nos vales do Paranapanema e do rio do Peixe, às margens dos rios Santo Anastácio e Feio-Aguapeí, na região do rio Batalha (afluente de Tietê), no sertão de Botucatu, no sertão de Bauru.

A caracterização dos Kaingang foi feita pelo Dr. Geraldo H. de Paula Souza publicada na Revista do Museu Paulista em 1918 em texto intitulado *Notas sobre uma visita a acampamentos de índio Caingangs*. Vale ressaltar que os referidos acampamentos se encontravam nos campos do Avandava e em suas proximidades, em cujo espaço já constava uma cidade denominada da Pennapolis. No início do texto, o autor já apresentava a localidade onde se encontravam os acampamentos:

Aconteceu em dias de julho de 1916, lembrarem-se amigos nossos, de fazerem um passeio às terras situadas entre os rios do Peixe e Feio, de propriedade do Sr. Senador Luiz Pizza, pela curiosidade natural de visitar uma zona ainda pouco explorada e a atração da excelente companhia, nos fez seguir Noroeste afora, até Pennapolis (226k. além de Bauru), os irmãos Piza, o Dr. Rivadavia de Barros e autor destas linhas. [...] Em 19.6 no primeiro acampamento, no Icatú, existiam 64 índios, dos quaes 22 homens adultos, 11 menores e o restante mulheres; no segundo, no Piran, 31 índios, 12 homens, 13 mulheres e o restante crianças. Outros índios habitavam um aldeamento para os lados do rio do Peixe, afora os que viviam mesmo internados na mata. Note-se que essa população não permanece fixa aos acampamentos: a maioria dos índios, seja por nostalgia ou por causa outra vae a mata e volta dela para os aldeamentos.⁶ (SOUZA, 1918, p. 739-741)

⁶ Foram visitados os Postos indígenas Icatu e Piran. O relatório foi publicado em 1918, após a "pacificação" efetuada pelo SPI. Esses acampamentos estavam sob a direção de L. B. Horta Barbosa. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Asouza-1918-caingangs/souza_1918_caingangs.pdf Acesso em 25 mar. 2023.

Nas observações do pesquisador consta que, entre os Kaingang paulistas, os homens caçavam, pescavam e guerreavam, erguiam as habitações e faziam o fogo que a mulher se encarregava de conservar aceso. A caça era feita pelo caçador só ou em grupo, mas não era costume ser comida pelo próprio caçador nem pelos seus parentes próximos, com exceção de sua esposa para quem a carne caçada pelo marido era bem-vinda. Não consumiam o sal e assavam a carne em covas abertas ao lado das choupanas entre pedras aquecidas. O trabalho doméstico era atribuído às mulheres, fato que levou o observador a comentar que, aparentemente, só as mulheres trabalhavam, pois o lar e as imediações desse eram considerados "sua habitação"⁷.

As diversas incursões de pessoas financiadas e movidas por motivos inerentes aos preceitos civilizatórios, iniciadas na gestão de Morgado de Mateus, demonstram o choque com esses povos desde a sua chegada na região Oeste do estado de São Paulo. A partir da década de 1890, contudo, se observa uma aceleração do movimento demográfico que atinge os contingentes humanos dos Kaingang.

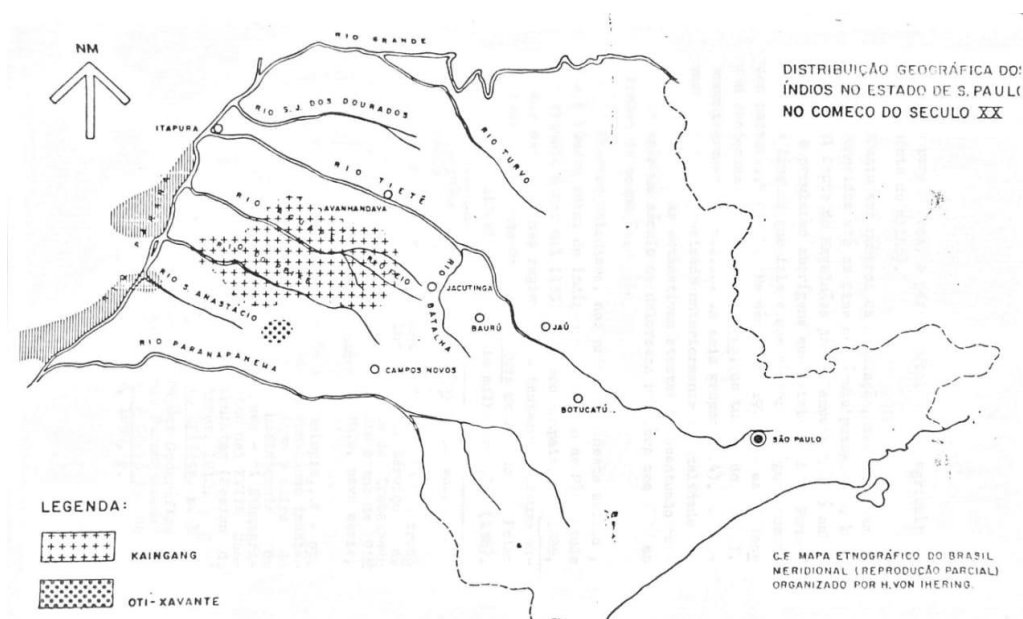
A Comissão Geográfica e Geológica foi constituída para o conhecimento das características e dos recursos do amplo espaço da região Oeste paulista, dentre eles, os campos do Avandava, onde se localizava a maioria dos povos Kaingang do estado. Portanto, a fim de driblar as dificuldades dos obstáculos encontrados nas vias fluviais utilizadas no passado, pretendiam agora abrir estradas para a expansão das lavouras cafeeiras e para o escoamento do gado. Dá-se, portanto, a partir dessa iniciativa, o início de um processo brutal de violência contra os Kaingang legitimada por juizes, funcionários e políticos do estado de São Paulo, quando da busca da legitimação das possessões de terras devolutas agora concebidas como mercadorias para a expansão da produção em larga escala do café em terras virgens para esse produto. Soma-se a isso, a construção da Estrada de Ferro Noroeste que demandou trabalhadores braçais, topógrafos, engenheiros e bugreiros para a segurança dos mesmos no processo de implantação. Isso acelerou o processo de matança dos Kaingang por meio de várias formas denunciadas em periódicos paulistas e nacionais, mas que não evitaram o extermínio completo dos mesmos.

Abaixo, na Figura 3, o mapa etnográfico de Von Ihering mostra-os em vários bolsões, distribuídos numa superfície não inferior a 50.000 Km²,⁸ antes do genocídio ocorrido no início do século XX:

⁷ SOUZA, Dr. G.H. P. Op. cit. p.744

⁸ IHERING, Hermann Von. **A questão dos índios no Brasil**. Revista do museu Paulista, São Paulo, 1911.

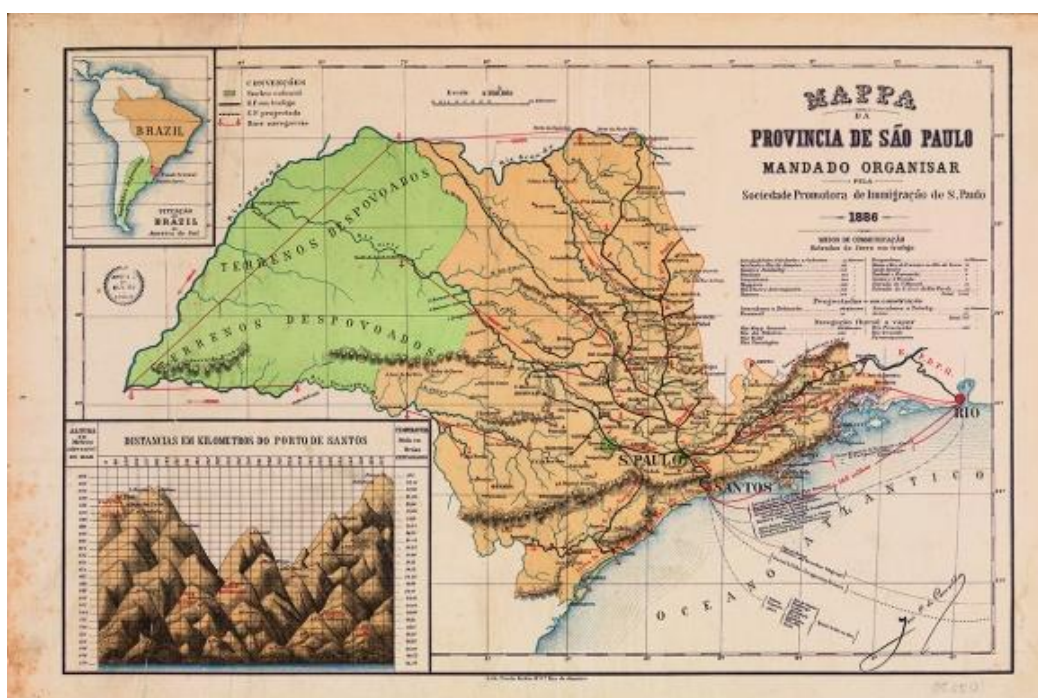
Figura 3: Distribuição geográfica dos índios no Estado de São Paulo no começo do século XX



Fonte: LIMA, João Francisco. Dissertação de Mestrado: A Ocupação da Terra e a Destruição dos índios na Região de Bauru. 1978, p. 39.

Não obstante a constatação da presença dos Kaingang na região Oeste do estado de São Paulo no século XIX, o que se observa no mapa da Figura 4 é que houve a tentativa de construir uma cartografia justificadora e incentivadora para o processo de importação de imigrantes e de povoamento da região, apresentando esse vasto território como “terrenos despovoados.”. Organizado pela “Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo”, destinava-se a divulgar aos imigrantes as novas áreas de ocupação. Nele se veem as estradas de ferro e as distâncias de cada cidade a partir do porto de Santos, os dados climáticos e as informações geográficas. Expressões como “sertão” e “habitado por indígenas ferozes” são evitadas, pois poderiam afugentar aqueles que se interessassem em ocupar as terras agora dentro de uma concepção de produção em larga escala de um produto rentável, que foi o café, para o atendimento do mercado externo. Uma cartografia, portanto, carregada de significação para os parâmetros da Geografia positivista que descrevia a paisagem para fins de estender a denominada civilização e assentar, no espaço, os fazeres que redundassem na submissão da natureza aos interesses comerciais do momento.

Figura 4: Província de São Paulo - 1886



FONTE: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Isso posto, é importante apresentar os vários momentos históricos do processo de ampliação da fronteira dos campos do Avanhandava, sendo o rio Tietê um importante componente a ser considerado para os primórdios do assentamento demográfico, pois, paulatinamente entre os anos de 1767 e 1821, conforme nos demonstraram algumas cartas oficiais coloniais e imperiais reunidos nos Documentos Interessantes⁹, deu-se, por diversos motivos demonstrados a seguir, o interesse em ocupar e se apropriar do lugar.

Primeiramente é importante informar que o Rei de Portugal, D. José I, durante o governo de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, diante da necessidade de proteção de áreas auríferas contra as incursões de inimigos espanhóis, determinou em 1763 que a capital do Vice-Reino fosse transferida para o Rio de Janeiro. Antes mesmo do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, foram criadas duas novas capitanias em 1748,

⁹ Ao apresentar o seu acervo, Denise Aparecida Soares de Moura afirma que “Em 1894 Antonio de Toledo Piza, membro atuante na intelectualidade paulista da época, primeiro secretário eleito do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, fundado neste mesmo ano e então diretor do Arquivo do Estado de São Paulo, teve a idéia de começar a transcrever e publicar documentos manuscritos, sob a guarda do próprio Arquivo ou de prestigiosas famílias paulistas, que contassem histórias de São Paulo colonial. Desta sua iniciativa nasceu a Coleção, batizada por ele próprio de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. O enorme volume de papéis, de naturezas distintas e temas variadíssimos, alguns originalmente manuscritos no final do século XVII e início do XIX e a maioria do século XVIII foram transcritos por uma equipe de paleógrafos coordenada por Toledo Piza [...]”.

Para saber mais sobre esta importante fonte de pesquisa acesse: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57>

Goiás e Mato Grosso. Vale ressaltar que São Paulo passou a fazer parte do governo do Rio de Janeiro em 1748 e, em 1765, foi restabelecida sua autonomia como capitania e nomeado o governador Morgado de Mateus. Foi nesse contexto, portanto, que, em São Paulo, se intensificam os projetos de povoamento, formação de milícias, criação de vilas e promoção da agricultura.

Como nos apresenta Bacellar:

O governo do Morgado de Mateus significou, em seus dez anos de duração, uma mudança bastante forte nas políticas voltadas para a população paulista, a qual passou a ser recenseada anualmente, com o olhar da coroa se tornado mais onipresente, tornou-se alvo de constantes recrutas, com vistas a formar tropas para os conflitos contra os castelhanos, e foi alvo de fortes demandas por povoadores, em sua maioria forçada, levada para ermos e por vezes insalubres sertões para povoar cada uma das 15 iniciativas promovidas pelo governador. (BACELLAR, 2017, p. 562)

Um exemplo que evidencia o exposto acima foi a ordem dada pelo Capitão Geral da Capitania de São Paulo, D. Luís Antonio Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, em carta endereçada a Antonio Barbosa Pereira, diretor da nova povoação de Piracicaba a 19 de julho de 1767, para que fizesse povoado no rio Tietê abaixo. Vale salientar que os campos do Avanhandava se localizavam, naquela época, nas vastas terras da povoação de Piracicaba:

Faz-se-me preciso recomendar a Vm.cê que o Citio da nova Povoação de Pirassicaba deve ser escolhido perto da Barra que fas o mesmo Rio no Tiete, procurando com todo o cuidado que a Povoação seja fundada em parte, mais acomodada à boa vivenda dos moradores, porem em citio proporcionado e vizinho que possam aproveitar-se p.a vender os seus fructos aos navegantes do Cuyabá, e estes acharem a facilidade terem mais esta Povoação no seu caminho para poderem refazer-se, e comprar os refrescos necessários.¹⁰

Outra evidente prova das incursões de pessoas a fim de estabelecer uma ocupação nessas terras foi a carta do cabo de tropas da campanha do Iguatemi, Martins Barros, datada de 17 de outubro de 1767 e endereçada ao Morgado de Mateus, sugerindo que “para facilitar as comunicações tanto dos povoadores do Iguatemí como dos cuiabanos”, que “a povoação de Pirassicaba viesse a barra do mesmo rio ou nas suas vezinhanças, e a de Woutucatú para o salto de Avanhandava, e a da Faxina ao Salto de Itapura”.¹¹ Em resposta ao cabo das tropas, Martins Barros, Morgado de Mateus então determina que:

¹⁰ Documentos Interessantes, Vol. 67, p. 180.

¹¹ Documentos Interessantes, Vol. 09, p. 26.

Emquanto ao passo do Avanhandava me tenho informado de que o lugar pestilente e doentio é só onde faz inundação, porém que tem campos saudáveis e aprazíveis, em que se pode formar a povoação, ou mais acima, ou mais abaixo, há-de haver sitio acomodado para a dita povoação. (BARROS, 1948, p. 03)

Os primeiros adensamentos populacionais, portanto, em terras que futuramente erigiriam as primeiras cidades dentro da referida região, deu-se na colônia denominada Degredo. Essa colônia que se iniciou no ano de 1767 recebeu esse nome pelo fato de que muitos de sua população, segundo Barros (1992), era composta de degredados bêbados, vagabundos e criminosos. Esses indesejáveis se localizaram nos campos, na margem esquerda, a duas ou três léguas das cachoeiras do Salto do Avanhandava.

O Capitão Geral da Capitania de São Paulo, então, determina ao seu cabo das tropas da campanha do Iguatemi, Martins Barros:

O ajudante Manoel José Alberto entregará a Vmcê, os presos vagabundos que constam da inclusa relação. Com os mesmos irá Vmcê povoar na margem do Rio Tietê os sitios de avanhandava e Itapura” (BARROS, 1948, p. 03)

Certamente aqui também se constataavam os reflexos da formação de uma camada intermediária dentro do sistema escravista colonial, ou seja, entre os proprietários de engenho e dos escravos. Conforme nos informou Caio Prado Jr., a sociedade colonial brasileira foi definida basicamente por esses extremos, porém,

[...] em cada fase descendente, desfaz-se um pedaço da estrutura colonial, desagrega-se a parte da sociedade atingida pela crise. Um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará a vegetar à margem da ordem social. (PRADO JR., 1989, p. 286)

Essas pessoas foram compreendidas como desclassificadas e, para corroborar com essa assertiva, temos Holanda (1995) quando afirma que o modelo do sistema econômico do colonialismo moderno criou uma população flutuante, pois não se encaixava numa posição social nítida por estar à margem das atividades regulares.

É importante salientar, contudo, que, na Europa, na denominada fase pré-capitalista, já estavam dadas as condições para o surgimento de uma grande parcela da população considerada inadaptada a formas sistemáticas de exploração dentro do escopo de uma relação de trabalho com bases capitalistas, proporcionando a desestruturação do trabalho de caráter coletivo dos servos feudais. Já na colônia portuguesa, as condições para o surgimento dos denominados desclassificados e vadios inserem-se na lógica mercantil baseada na escravidão

e na exploração em larga escala de enormes porções de terras, pois conforme nos informa Laura de Mello e Souza:

A noção de trabalho vigente na colônia é importante para a compreensão de outra peculiaridade nossa: a extensão que entre nós assume a expressão vadiagem e a categoria vadio. Mais do que na Europa pré-capitalista, o vadio é aqui o indivíduo que não se insere nos padrões de trabalho ditados pela obtenção do lucro imediato, a designação podendo abarcar uma enorme gama de indivíduos e atividades esporádicas, o que dificulta enormemente uma definição objetiva desta categoria social. (MELLO E SOUZA, 1986, p. 64)

Essa primeira fixação de pessoas nos campos do Avanhandava, portanto, está inserida, conforme já mencionado, numa lógica de planejamento dos gestores coloniais por meio do intuito de uma melhor gestão na colônia aqui na América, denotando a expansão demográfica inserida, portanto, na frente de expansão.

Enfim, podemos constatar que os primórdios da presença de pessoas onde futuramente se constituiriam cidades, deu-se por essas circunstâncias históricas assentadas nas práticas coloniais no sentido de manter as posses ultramarinas por parte de Portugal por meio dos mecanismos acima elencados e colocados em práticas por Morgado Mateus.

No segundo momento, entre os anos de 1810 e 1822, constatou-se que o governo da capitania de São Paulo sugeriu ao sertanista e padre Manoel Ferraz de San Payo Botelho que percorresse os rios Tietê, Paraná e Peixe, visando à catequese dos índios. Em diligência o padre escolheu os campos do Avanhandava.¹² Um outro padre e “Tesoureiro Mór da Sé de São Paulo”, João Ferreira de Oliveira Bueno, em carta datada de 25 de março de 1816, também cobiçava os campos do Avanhandava utilizando dos seguintes termos “Na minha viagem pelo Tietê entre outros muitos lugares próprios para estabelecimentos úteis notei três, qe encatarão os meus sentidos: o 1º héo campo acima do Salto do Guaíandava [...]”¹³

1.2 A consolidação da ocupação nos campos do Avanhandava: Presenças dos degredados soldados revoltosos de Santos e a criação da Colônia Militar (1821 – 1861)

Em 1821, após a volta de d. João VI e da corte para Portugal, atendendo às reivindicações das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, instituídas pelo movimento liberal iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto, denominado de Revolução do Porto, foram formadas as juntas provisórias de governo, também chamadas de juntas do

¹² Documentos Interessantes, Vol. 03

¹³ Documentos Interessantes, Vol. 03, p. 142

governo provisório, em substituição aos capitães e governadores das capitanias, tendo como competência toda a autoridade e jurisdição nos âmbitos civil, econômico, administrativo e de polícia.

Em São Paulo o Governo Provisório assume em 23 de junho de 1821, e logo depois teve de enfrentar em Santos um grave conflito, caracterizado pelo descontentamento pelos soldos pagos às tropas brasileiras que eram inferiores aos soldos pagos para as tropas portuguesas e porque ainda ocorriam atrasos nos mesmos. Isso acarretou ações dos revoltosos descritos desta forma nos Documentos Interessantes:

O 1.º batalhão de caçadores, estacionado em Santos, cujo soldo não era pago havia já annos, rompeu em revolta em 28 de Junho de 1821 e, sahindo á rua, tomou a cadêa e soltou os presos, apossou-se do deposito de armas, estabeleceu artilharia nas ruas e praças, donde fez fogo contra um navio de guerra e diversas embarcações mercantes ancorados no porto. Em seguida passou a saquear a cidade, sob a ameaça de incendiar a povoação se as suas exigencias não fossem satisfeitas. Tomada de surpresa e sem meio de defeza, a população soffreu o saque sem resistencia e o producto foi dividido entre os revoltosos. De algumas rixas entre marinheiros e os soldados resultaram alguns ferimentos e mortes, porém os cidadãos só tiveram a lamentar perdas pecuniárias e nada mais. Recebida no dia 30 de Junho pelo Governo Provisorio a noticia da revolta em Santos, declarou-se este em sessão permanente, que durou 48 horas, e tomou todas as medidas que o caso exigia para o restabelecimento da ordem e do socego publico naquella Villa. O 2.º batalhão de caçadores foi remetido immediatamente a Santos, sob o cominando dos coronéis Lazaro José Gonçalves e Daniel Pedro Muller, e alli surprehendeu, no dia (5 de Julho, os revoltosos, que foram batidos, cahindo prisioneiros a maior parte desses *infames rebeldes* e muitos dos seus chefes.) Em sessão de 7 Julho o Governo Provisorio publicou por um Bando esta *festival* noticia e declarou beneméritos os officiaes e soldados que tão heroicamente puzeram fim naquella rebellião, e por um outro Bando felicitou o povo de Santos por estar restituído a seus lares e antigo socego. Logo em seguida vieram os tribunaes militares, as devassas e as sentenças mais ou menos rigorosas, conforme o gráo de criminalidade de cada um.¹⁴

Esse fato teve como desenlace as diversas formas de punição desses revoltosos e, dentre elas, houve o encaminhamento de muitos deles para os povoados no interior paulista, dentre eles os campos do Avanhanda, conforme atesta o trecho abaixo:

[...] 3º Que depois de espalhados estes homens e applicados aos ditos trabalhos, aquelles que com o andar do tempo mostrarem morigeração, socego e completo arrependimento deverão ser trocados com os soldados cazados desta Provinda, que se acham na Campanha do Sul; outros que forem cazados ou que possam cazar, ministrando-lhes o Governo ou a Misericórdia algum pequeno dote, serão empregados como Colonos nas novas povoações de Guarapuava e Arapira, na Marinha e na povoação abandonada do Tietê, fundada pelo General, que foi desta Provinda, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão.¹⁵

¹⁴ Documentos Interessantes, Vol. 01, p. 20-21

¹⁵ Documentos Interessantes, Vol. 01, p. 22

Os membros do Governo Provisório de São Paulo, portanto, propuseram que os soldados revoltosos de Santos fossem encaminhados para diversas povoações. Quando se referiram à povoação abandonada do Tietê, fundada pelo General Luiz Antonio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, tratava-se dos campos do Avanhandava, na colônia denominada Degredo, pois, na ocasião do processo de povoação em 1767, havia aconselhado ao cabo Martins Barros, a ocupação abaixo do rio Tietê e o referido cabo pedia gente para morar no Salto do Avanhandava, uma vez que o Salto exigia gente para auxiliar a escalagem fluvial (BARROS, 1948).

Ainda na esteira da apresentação da evolução da constituição da densidade populacional no denominado campos do Avanhandava, um acontecimento fundamental para a concentração de pessoas nessas terras foi a instituição da Colônia Militar do Avanhandava por meio do Decreto nº 2126, de 23 de março de 1858, ainda não conhecida com esse nome:

Crêa huma Colonia militar na estrada que vai da Villa da Constituição em São Paulo á de Sant'Anna da Parnahyba.

Hei por bem crear huma Colonia militar na estrada, que vai da Villa da Constituição em São Paulo á de Sant'Anna da Parnahyba, a qual será regida pelo Regulamento, que com este baixo, assignado pelo Marquez de Olinda, Conselheiro d'Estado, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em treze de Março de mil oitocentos e cincoenta e oito, trigesimo setimo da Independencia e do Imperio.

*Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.
Marquez de Olinda.391¹⁶*

Na verdade, neste Decreto, não foi definido o local exato onde seria assentada a Colônia, pois isso seria definido posteriormente pelo seu Diretor. Outro detalhe importante é que o nome Vila da Constituição é a cidade de Piracicaba no estado de São Paulo e Sant'Anna da Parnahyba é Paranaíba (antiga Província de Matto Grosso, atual Estado do Mato Grosso do Sul). O local de escolha foi próximo ao Salto do Avanhandava a fim de estabelecer uma linha postal de estafetas entre as duas províncias, haja vista a ideia de povoar e proteger as possessões da Coroa portuguesa.

Essa colônia foi mais uma das ações estratégicas no sentido de garantir a ocupação numa fronteira que precisava de uma consolidação dentro dos parâmetros dos paradigmas da

¹⁶ Decreto Nº 2.126 de 23 de março de 1858.

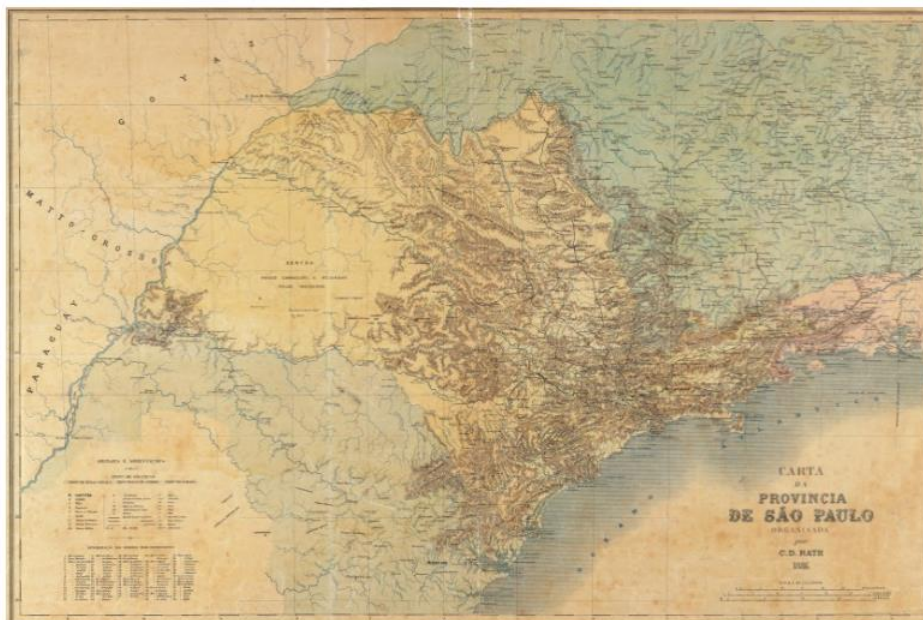
Disponível em file:///C:/Users/Home/Downloads/collecao_leis_1858_parte2%20(1).pdf Acesso em 11 de março de 2023.

civilização, do progresso e de garantia de um processo impositivo de valores e costumes. A ação deu início a uma consolidação da presença de pessoas que removeriam os obstáculos consubstanciados pela presença de povos indígenas, do usufruto da paisagem natural do rio Tietê, da otimização e utilização da Lei de Terras, e a atração para uma ocupação mineira e destarte de estrangeiros. Nesse momento, os Kaingang desapareceram, ficando alguns poucos confinados em reservas criadas por serviços institucionalizados pelo Estado, tais como o Serviço de Proteção ao Índio. Certamente ocorreu no início do século XX nos campos do Avanhandava um dos maiores genocídios da história das fronteiras brasileiras.

Portanto, a ideia de uma Colônia Militar teve um propósito que estava além de demarcar, vigiar e proteger o território, pois desde a escolha do local, estrategicamente posicionado, até a elaboração de mapas e plantas, verificou-se o intuito de ocupar de forma racional um espaço que era “desconhecido” para o homem branco. Vale ressaltar que para sua fundação, foram fundamentais os poderes civis, religiosos e militares.

Próximo da Colônia Militar do Salto do Avanhandava, começava uma aglomeração de pessoas que fundaram um arraial denominado Nossa Senhora do Carmo e um patrimônio denominado Nosso Senhor dos Passos. Abaixo, as figuras 5 e 6 mostram o mapa da localização da Colônia Militar no Salto do Avanhandava.

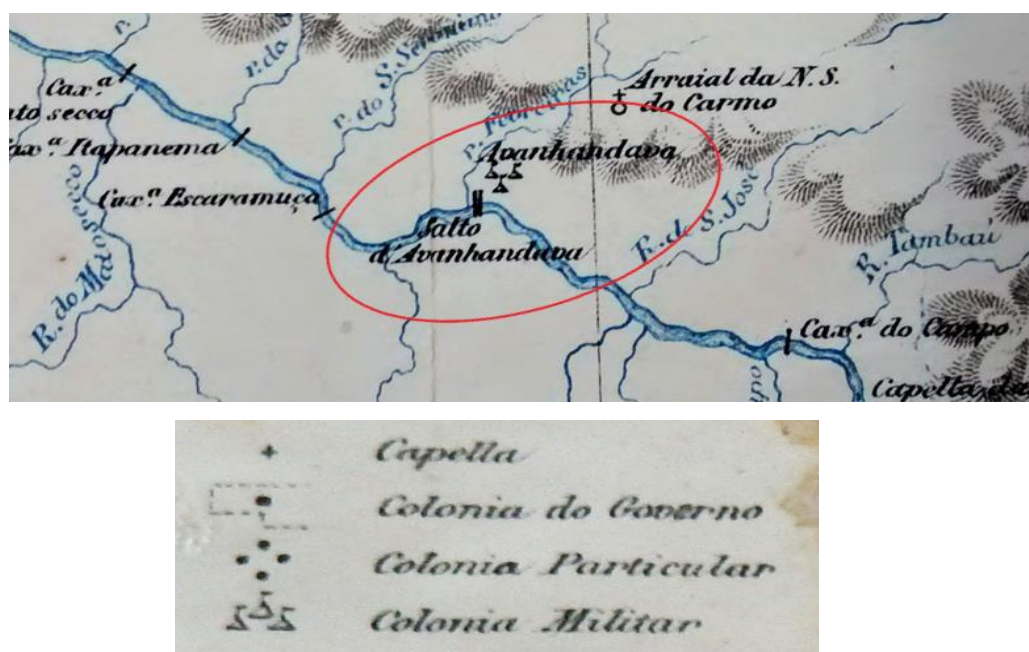
Figura 5: “Carta da Província de São Paulo”, 1886, organizada por C. D. Rath ¹⁷, mostrando as colônias militares, dentre elas, a Colônia Militar Avanhandava, estações de linha férrea e aldeamento de indígenas.



Fonte: Acervo Alesp

¹⁷ Esta "Carta da Província de São Paulo", organizada por Carlos Daniel Rath e produzida pelo governo provincial em 1886, integrava a "Carteira do Viajante". De autoria desconhecida, está entre os primeiros registros de São Paulo com os limites atuais, sem o Paraná, que foi desmembrado em 1853. Acervo Alesp. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/linha-do-tempo/imperio.html> Acesso em: 23/02/2024.

Figura 6: Adaptação e detalhe da “Carta da Província de São Paulo”, organizada por C. D. Rath, 1886: Salto e Colônia Militar Avanhandava. Notar Colônia Militar Avanhandava e Arraial da N. S. do Carmo no detalhe da legenda abaixo.



Fonte: FERRARI, 2020, p. 191

Devido ao aumento do número de pessoas nessas terras, foi realizada uma petição em sete de setembro de 1861, solicitando a criação de um Distrito de Paz junto à Colônia Militar do Salto do Avanhandava, o que veio a acontecer somente em 17 de novembro de 1909, pelo Decreto nº 1.777, pertencendo ao município e comarca de São José do Rio Preto. O memorialista, professor e geógrafo penapolense, filho de um dos pioneiros dessas terras, assim relata as consequências da instalação dessa colônia militar para a atração de populações para essa região:

Este fato, por certo, despertou nos moradores dos campos a ideia de fundar um núcleo urbano. Para isso J. Pinto Caldeira e sua mulher doaram terras a Nosso Senhor dos Passos, às margens do Ribeirão Lageado, distante doze quilômetros do Salto do Avanhandava. Entre os fazendeiros citamos José Antonio de Castilho, Alexandre Ferreira de Souza com sua mulher Maria Chica, os irmãos Pinto Caldeira, Joaquim Zeferino Castilho, Monteiro de Barros, os Moreira e os Pereiras. (BARROS, 1992, p 21)

Enfim, a ideia era garantir uma presença maior de vasos comunicantes com instituições que redundariam nas futuras cidades compostas de espaços de sociabilidade e garantidores da sintonização com o que significaria de mais moderno.

1.3. Os mineiros nos campos do Avanhandava (1842 – 1908)

Outro movimento populacional que compôs a denominada frente de expansão rumo ao Oeste paulista, já com um passado de adensamento de pessoas, conforme demonstrado anteriormente, foi, em sua maioria, o dos emigrados já miscigenados de Minas Gerais, os caboclos.

Muitos imigrantes mineiros entraram na região em estudo atraídos pela oportunidade de possuírem terras para a criação de gado e porcos, além de plantação de milho e formação de grandes lavouras de café por conta da nova legislação estimuladora dessas ocupações. Aqui, ainda não observamos um agrupamento humano dentro de uma lógica de valorização da terra para fins comerciais e de uma perspectiva de uma utilização dentro dos moldes de uma empresa moderna para produção em larga escala de um produto que traria acúmulo de capital.

Alguns poucos mineiros fazendeiros atraíram muitos outros em condições de miséria para descampar a terra e apossá-la. Para isso, muitos desempenharam a função de bugreiros, caçando índios e abrindo picadas para uma missão estimulada pelas autoridades legislativas paulistas a fim de realizar por vias da iniciativa privada a tão decantada ocupação produtiva. Eles proporcionaram as condições com suas práticas econômicas para os futuros projetos de empresa agroexportadora de café e de comércio de terras, pois desbravaram e derrubaram florestas, além de extinguirem os empecilhos caracterizados pelas presenças indígenas.

Existem dois vieses de interpretação para a compreensão das presenças de pessoas oriundas de Minas Gerais em terras paulistas. O primeiro viés versa sobre a crise da extração de metais preciosos iniciada em fins do século XVIII, provocando também uma crise em toda a província de dimensões econômicas e sociais, obrigando muitas pessoas a se dispersarem para outras províncias, principalmente as de São Paulo e Rio de Janeiro. Essa versão interpretativa ficou explícita na tese do geógrafo francês Pierre Monbeig, pois afirmou que um dos fatores que colaborou sobremaneira com a concentração de pessoas no Oeste paulista, foi e quando ocorreu o final de um ciclo de produção em larga escala do ouro de Minas Gerais quando o Brasil já havia deixado de ser colônia, acarretando miséria e emigração de milhares de caboclos. Esse fato, segundo Monbeig, fez com que as terras paulistas fossem atraentes para a sua ocupação por essas pessoas, pois tinha terra fértil para o plantio do café já iniciado no Rio de Janeiro.

Os fatores de expulsão daquela província e de atração para a província paulista foram assim descritos por Pierre Monbeig:

Vieram quase todos de Minas Gerais, os pioneiros que, a partir de 1850, se chocaram com os índios. Sua província não se restabelecera da crise econômica, acarretada pela decadência da mineração. Crescia a pobreza e contra isso o único remédio era a emigração. Perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Por fim, durante a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, preferiu bom número deles correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. Muitos desses caboclos de Minas dirigiram-se para São Paulo, cujos cafezais começavam a celebrar-se. (MONBEIG, 1984, P. 133)

Um outro viés de interpretação para o entendimento das presenças mineiras em terras paulistas, versa sobre a histórica importância da economia mineira voltada para atender o mercado interno, abastecendo as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo com produtos agrícolas e carne de gado e de porco. Nessa linha interpretativa há uma relativização da tese de que a crise da extração do ouro tenha afetado toda a economia de Minas Gerais, pois essa atividade existia antes e foi intensificada quando houve o aumento populacional no centro sul em função da atividade de extração de metais preciosos. Além disso, a vinda da Coroa portuguesa em 1808, intensificou e atraiu muitas pessoas para a pecuária e para a produção de gêneros de primeira necessidade visando ao abastecimento da pujante província do Rio de Janeiro. Portanto, verificou-se uma concentração de pessoas no sul de Minas e nas regiões norte, nordeste e oeste de São Paulo, produzindo lavouras e criando gado e porcos, além de enveredarem no plantio do café no século XIX. Esse viés foi corroborado por Rodrigo Fontanari quando afirma que:

Este movimento centrífugo da população de Minas Gerais, tem haver com a dispersão geográfica do contingente humano daquelas zonas ligadas, a cada vez menos, importante atividade extrativa de metais nobres e pedras preciosas, para outras regiões da mesma província, principalmente para o Sul mineiro. Este movimento centrífugo, revela-se como um dos episódios de maior significação histórica para a região Centro-Sul do Brasil, pois assinala o momento de transformação dessa economia que, a partir de então, voltou-se à agricultura e a pecuária, ambas destinadas ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade para o mercado interno; podendo mesmo, esse episódio, ser considerado o fundador da principal área agrícola do país e o elo essencial para a compreensão do posterior surto cafeeiro. Desta maneira, salientamos que a marcha da economia de abastecimento do Sul de Minas Gerais, para a província de São Paulo, em meados do século XIX, não pode ser encarada como simples fuga da população, derivada do contexto de crise da mineração, mas, reafirmamos ser esta resultante de uma ativa economia de abastecimento interno que, desdobrou-se para outras localidades com objetivo de angariar mais terras para seu desenvolvimento, alcançando, por exemplo, as cidades paulistas de Franca, Batatais e Casa Branca, além da serra da Mantiqueira, nas regiões banhada pelos rios Pardo e Mogi-Guaçu. (FONTANARI, 2012, p. 01)

De acordo ainda com o autor da dissertação de mestrado intitulada *O problema do financiamento: uma análise histórica sobre crédito no complexo cafeeiro paulista*, as fontes documentais pesquisadas por ele informaram que os “entrantes mineiros não vieram para se dedicarem diretamente à cafeicultura, mas sim à produção de gado e gêneros de primeira necessidade como, por exemplo, açúcar, milho, arroz, feijão e queijo”. Acrescenta que, segundo os inventários pesquisados, antes de 1850, nenhum agricultor residente em Casa Branca, no estado de São Paulo, oriundo de Minas Gerais, possuía atividade cafeeira em escala comercial. Concluiu afirmando que foi somente em meados da segunda metade do século XIX que eles começaram as plantações mais dilatadas de café, e muitos deles já estavam estabelecidos na região, por isso não foram atraídos pelo café, e sim foram os que as iniciaram. Aqui se evidencia, contudo, a ausência de uma fronteira econômica nos moldes da interpretação das mobilidades humanas numa frente pioneira.

De qualquer forma, nos campos do Avandava, também se constatou a presença de mineiros, pois, segundo Barros (1948), ao afirmar sobre uma cronologia da ocupação, afirma que houve o povoamento dos campos do Avandava, região às margens do Salto do Avandava no rio Tietê, no início no ano de 1842, de mineiros do município de Piumhy, que deixaram as cidades de Pirassununga e Descalvado e vieram tomar posse de terras dos campos e florestas da região. Segundo ainda o autor, eles apossaram de latifúndios e formaram fazendas denominadas Degredo, Brejo Alegre, Cachimba, Quaresma, Água Limpa, Lageado, Moreira Farelo, Patos e Banhado.

Assim nos descreve Fausto Ribeiro de Barros acerca da presença de pessoas oriundas da província de Minas Gerais nos campos do Avandava:

Dizem que as crônicas do Descalvado registram a passagem por ali, vindos de Piumhy, Minas Gerais, das famílias Goulart e Castilho, em 1842, as quais vinham radicar-se nos campos do Avandava, nesse ano, como fito da posse de terras e da criação de gado bovino. Ao lado dessas famílias aparecem, na região, os Ferreira de Souza, os Pintos Caldeira, os Correia, os Pereira, Joaquim Zeferino e outros. Data, pois, de 1842, o início do estabelecimento das sociedades pastoril nos campos do Avandava, do que resultaram a legalização das propriedades, a formação de centros de interesse econômico na região, além da herança de nomes de bairros, bem como de alguns valos e rêsos d'água, afôra taperas construídas de pau a pique ou sobre tocos. (BARROS, 1948, p. 8)

Essa presença de mineiros nos campos do Avandava se insere no contexto da ocupação da fronteira da região Oeste de São Paulo em meados do século XIX como resultado do escopo pretendido, desde o Império brasileiro, de uma nova estrutura fundiária agora assentada na aquisição e posse da terra por meio de registros reconhecidos pelo Estado

brasileiro. Foi a forma encontrada para a interiorização e a expansão de fronteiras a partir da iniciativa privada cujo resultado indelével foi o choque interétnico e uma sobreposição de modelo social e econômico, que, na fase de expansão, não foram avassaladores do ritmo das relações econômicas e sociais próprias de um Brasil mestiço e arcaico proveniente da escravidão. A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850¹⁸, tipificará as terras em particulares e devolutas. Na região Oeste do estado de São Paulo, as terras foram, portanto, enquadradas na tipificação devolutas, embora estivessem, como já demonstrada anteriormente, ocupadas por povos indígenas. O artigo 1º dessa lei, proibia “as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” e o artigo 5º estabelecia a legitimação das “posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se acharem cultivadas, ou com o princípio de cultura, e morada habitual do respectivo possessor [...]”

Com a República, os domínios sobre as terras devolutas foram transferidos ao Estado, e um exemplo emblemático da linha tênue entre o interesse público e o interesse privado, em São Paulo, foi a lei 545 de 1898 que legitimou a propriedade das terras que estivessem na posse particular por título de domínio obtido vinte anos antes dessa lei.

Para essa problemática vale descrever a observação feita por Sergio Silva:

Na medida em que as fronteiras do café deslocavam-se para o interior do país, a proporção das terras “devolutas” torna-se maior. Então os homens do café ocupam, apropriam-se dessas terras. Para fazer isso, era necessário estabelecer um título de propriedade, coisa fácil para a burguesia cafeeira, que controlava diretamente o poder. Assim, de um dia para o outro, essas terras tornavam-se sua propriedade e eles podiam nelas estabelecer o café. Como essas terras jamais haviam “pertencido” a alguém, a lei estava do lado do proprietário. (SILVA, 1986, p. 65)

A lei, desse modo, foi extremamente favorável em relação aos que ocupavam essas terras, pois foi permissível a legitimação de posses anteriores a 1878, bastando para isso a comprovação de títulos de domínio. Uma lei liberal que denotava a fragilidade do limite entre o interesse público e o interesse privado que sempre transpunha a linha tênue para o lado do interesse privado de uma elite política e econômica.

¹⁸ Coleção das leis do Brasil. 1850. V. 1., P. 307: Ementa: DISPÕE SOBRE AS TERRAS DEVOLUTAS NO IMPÉRIO, E ACERCA DAS QUE SÃO POSSUÍDAS POR TÍTULO DE SESMARIA SEM PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES LEGAIS BEM COMO POR SIMPLES TÍTULO DE POSSE MANSA E PACÍFICA; E DETERMINA QUE, MEDIDAS E DEMARCADAS AS PRIMEIRAS, SEJAM ELAS CEDIDAS A TÍTULO ONEROSO, ASSIM PARA EMPRESAS PARTICULARES, COMO PARA O ESTABELECIMENTO DE COLONIAS DE NACIONAIS E DE EXTRANGEIROS, AUTORIZADO O GOVERNO A PROMOVER A COLONIZAÇÃO EXTRANGEIRA NA FORMA QUE SE DECLARA. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm Acesso em 31 jul. 2022.

Soma-se a isso a facilidade para a legitimação de posses, bastando, conforme a época de ocupação, apresentar títulos de domínio que poderiam ser recibos de compra e venda. Uma constante na denominada Zona Noroeste foram os “grilos”:

[...] nada mais eram que falsos títulos de domínio conseguidos de diversas formas. Usava-se papel com antigos timbres, antigos papéis com as armas do Império ou mesmo o envelhecimento destes por diversos métodos que iam do esfumaçamento nos girsos à guarda dentro de recipientes sob a terra. (GHIRARDELLO, 2002, p.90)

As áreas devolutas eram facilitadas pelo fato de as mesmas não terem sido ocupadas pelo homem branco. Porém, há muitos registros de contendas entre grileiros e mesmo entre esses e descendentes dos primeiros ocupantes dos meados do século XIX. A fragilidade para se confirmar as divisas dessas ocupações, seja pelo desconhecimento geográfico das glebas estabelecidas em meio à floresta, pela ausência de demarcações físicas, pela nomenclatura incerta e por vezes repetida de córregos e ribeirões em muito contribuíam para a indeterminação de propriedade.

Podemos inferir, portanto, que grande parte das terras foi grilada ou ocupada ilegalmente, se observados estritamente os termos da lei. Isso aponta para o fato de que toda a região Oeste do estado de São Paulo assistiu, durante décadas, às lutas pela apropriação de imensos latifúndios de propriedade e época de ocupação incerta, na qual, dependendo dos interesses envolvidos, havia “legítimos” documentos de comprovação de posse.

Assim ficou o desenho fundiário de Penápolis a qual se insere na denominada região Oeste do estado de São Paulo a partir do que estava inscrito nos documentos do Cartório de Paz e Tabelião por Lei, onde se inscreveram as principais divisões de terras da região Oeste, iniciadas a partir de 1904, com a criação da Comarca de Rio Preto. Lembrando que Penápolis se torna sede de comarca no ano de 1917, para onde toda essa documentação foi levada. Transcrevo abaixo um trecho do memorialista Orentino Martins que nos apresenta esse desenho fundiário e as contendas sobre ele.

[...] Antes de serem criadas as comarcas da Noroeste, os títulos de origem das terras compreendidas entre os rios Feio, Aguapeí e Tietê e entre Bauru e a barranca do rio Paraná consignavam as seguintes denominações: Patrimônio de Bauru, parte integrante da Fazenda Flores; Pirajuí, Cafelândia e Lins: Fazenda Dourados do Oeste; Promissão: Fazenda Itacolomi (ou Patos), Fazenda Banhado e Fazenda Goaporanga; Penápolis: Fazenda Ribeirão do Lageado, Fazenda Campo Alegre (ou Farelo), Fazenda Moreiras, Fazenda Brejo Alegre, Fazenda Água Limpa e Fazenda Matão; Birigui: Fazenda Baguassu (ou Perobal) e Fazenda Baixotes ou (Congonhas). As fazendas Baguassu, Jangada e Aguapeí abrangiam as comarcas de Araçatuba, Guararapes, Valparaíso e Andradina.

[...] Nos foros da zona Noroeste travaram-se memoriáveis batalhas judiciárias que tinham por objeto a divisão dessas fazendas ou a posse de suas terras. Muitos desses pleitos, ainda sob o guante do Regulamento 737, arrastaram-se durante alguns lustros.

[...] Acontecia, muitas vezes, que aqueles que se julgavam legítimos possuidores dessas terras opunham resistência aos meirinhos ou oficiais de Justiça encarregados de fazerem cumprir os mandados expedidos pelos Juizes de Direito, de tal maneira que se fazia necessária a requisição da Força Policial do Estado para a realização de tais diligências. (MARTINS, 1968, p. 68)

Por conseguinte, verifica-se, no início do século XX, a expulsão dessas terras dos primeiros posseiros mineiros e seus descendentes que tiveram dificuldade em comprovar suas posses por conta de uma avassaladora maquinaria burocrática instalada no interior paulista na forma de cartórios legitimadores de práticas impositivas dos capitalizados fazendeiros que estenderam seus negócios para a região, tendo como consequência, naquele momento, um desenho agrário caracterizado por latifúndio nas mãos também de companhias loteadoras de terras.

No ano de 1905 a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo estuda o rio Tietê, desde o Porto de Laranja Azeda, em Ibitinga, até sua foz no rio Paraná. O relatório de exploração em relação aos campos do Avandava é um retrato do que já se tinha de adensamento demográfico nessas terras. O relatório menciona os resquícios da Colônia Militar do Avandava dando conta de sua consequente atração de mais pessoas para a localidade. Abaixo segue transcrição do relatório do engenheiro chefe:

Em Avandava existe um terreno demarcado com área de 4.356 hectares propriedade do Governo Federal, onde foi estabelecida uma colônia militar da qual só existem duas casas assoalhadas e cobertas de telhas, em estado precário de conservação, porém habitadas, que ali se ostentam como padrão do progresso dos tempos idos. Neste terreno existem também outros casebres, alguns cobertos de telhas e outros de sapé, construídos posteriormente. Além dessas, encontram-se fora dos limites do terreno federal, perfazendo o total de 13 fogões. Contam-se também uma olaria e um monjolo. Fomos informados de que nas imediações existem 3.000 almas que se ocupam na plantação de cereais e de cana para fabrico de aguardente e rapadura, e de criações de gado. As suas relações são com S. José do Rio Preto, distante 93 Kilometros. (BARROS, 1948, p. 20)

Portanto, a Colônia Militar do Avandava e a nova configuração da estrutura agrária decorrente de legislações imperiais e da incipiente República, são fatores importantes para a compreensão da constituição populacional em terras nas quais se localizaria a cidade de Penápolis mesmo antes da chegada da linha férrea com sua estação.

1.4 Os imigrantes e a linha férrea nos campos do Avanhanda (1908 – 1913)

Três providências concatenadas foram colocadas em prática pelos fazendeiros e legisladores paulistas. Foram garantidoras de transformações das paisagens rural e urbana com importantes consequências para a formação da identidade paulista como locomotiva do país. Inicia-se um processo de implementações de elementos nesse espaço visando à denominada modernidade civilizatória e à criação de um imaginário formador de novas tradições, agora em sintonia com o que era de mais avançado na Europa e nos EUA.

A primeira providência se refere à importação de braços advindos de outras localidades do Brasil e, em grande medida dos países europeus, principalmente para a mão de obra nas lavouras de café; a segunda foi implementar linhas de comunicação entre regiões do estado de São Paulo por meio de parcerias com a expertise inglesa, principalmente concernente às malhas ferroviárias e destarte com a implementação de estradas de rodagem de veículos de carga. Se na frente de expansão as atividades produtoras e comerciais eram menos complexas, isso se deve à ausência de um transporte mais eficaz e rápido que pudesse chegar à capital e, principalmente, ao porto de Santos para se procederem as vendas internacionais; já a terceira foi a importação dos EUA de estratégias de esquadramento das terras visando ao comércio de pedaços topograficamente pensados para a formação de sítios, fazendas e cidades.

Essas providências modernas, portanto, foram planejadas e executadas, principalmente, com capitais privados e internacionais sob o respaldo do governo da província na época imperial e do estado de São Paulo na época republicana. Foi a versão política própria do modelo econômico local que erigiu uma prática pautada no denominado coronelismo cujo *modus operandi* é típico de um federalismo onde prevalece o papel das elites locais nas decisões para a constituição econômica e para a tessitura da sociedade.

No que diz respeito à primeira providência, a atração de mão de obra para essas terras deu-se na esteira das preocupações do governo imperial e dos legisladores oligarcas em resolverem o problema da mão de obra, uma vez que com a proibição do tráfico internacional de escravos e a abolição da escravidão em 1888, demandava um outro modelo de produção, agora pensado na perspectiva de um trabalho remunerado ou outro modo que pudesse garantir a produção dentro do escopo da transição para o incipiente capitalismo, como o colonato e o sistema de meiação. O trabalho assalariado, aos poucos, foi implementado, porém o que prevaleceu no início da substituição da mão de obra escrava foram as modalidades de parcerias e colonato, verificadas nas grandes lavouras cafeeiras, conforme será explicitado melhor no próximo capítulo.

Isso posto, como consequência para a densidade demográfica brasileira, segundo Levy (1974), desde 1824, o Império brasileiro já iniciava uma colonização subvencionada localizada nas províncias do Sul do país. Porém, segunda ainda a autora, houve um interstício entre 1830, ano da instituição de uma lei que proibia qualquer despesa governamental para fins de colonização por grupos de estrangeiros em qualquer província do Império, e 1834, quando as províncias foram encarregadas de promover a colonização. O fato é que podemos constatar, portanto, que seja através das províncias ou do Império, até 1876 entraram 350.117 imigrantes; entre 1877 e 1903, na transição do Império para a República, entraram no Brasil 1.927.992 e, no recorte de 1904 a 1930, entraram no Brasil 2.142.781 imigrantes.

No que diz respeito ao estado de São Paulo, no século XIX, esse possuía uma pequena proporção de estrangeiros em sua população (de 3,54% a 5,42%), atingindo o máximo de 20,96% em 1900. Depois disso há uma diminuição para 18,07% em 1920 e 11,34% em 1940. Em relação à nacionalidade dos imigrantes em São Paulo, no censo de 1920, os italianos apareciam em maior proporção, 48% da população estrangeira, em seguida, vinham os espanhóis, 20,6% e os portugueses, 20,1%. (LEVY, 1974)

Para situar melhor e esmiuçar o contingente de pessoas na região denominada Oeste paulista, a mesma recebeu um contingente expressivo de pessoas cujas nacionalidades eram diversas. Eram brasileiros e estrangeiros no intuito de ocupar a terra para o cultivo, principalmente do café. Segundo Beozzo (1969), entre 1905 e 1920, a região Oeste recebeu 136.000 pessoas e possuía 722.119 cafeeiros. Para melhor explicitar a ocupação da região, é necessário destacar que ela apresenta duas fases: a primeira de implantação (1905-1920) e expansão do povoamento (1920-1940) e a segunda, caracterizada pela transição e declínio da população a partir de 1940. Na fase de implantação e expansão, portanto, a população pioneira era formada pelos trabalhadores das estradas de ferro (recrutados em Bauru, São Paulo dos Agudos, Pederneiras, Jaú, retirantes de áreas decadentes do café ou de Minas Gerais e Nordeste), por trabalhadores abridores do sertão e os fundadores de cidades.

Segundo os dados apresentados por Milliet (1982) na obra Roteiro do Café e Outros Ensaio, em 1935 a região Noroeste possuía 608.027 habitantes e um total de 12.544.045 pés de café. Abaixo, o quadro 1 explicita, com detalhamento, a população do Estado de São Paulo acompanhada do avanço das lavouras cafeeiras, nas quais se tornaram a substância do capital cafeeiro. Segundo Silva (1986, p. 54), esse capital apresenta, ao mesmo tempo, as características do capital agrário, do capital industrial, do capital bancário e do capital comercial, redundando na formação das burguesias agrária, industrial e comercial. Portanto,

segundo ainda o autor, não havia uma burguesia agrária cafeeira, mas uma burguesia cafeeira exercendo múltiplas funções.

Quadro 1: Produção de café e população - estado de São Paulo - anos de 1920 e 1935

ZONAS	ANO 1920				ANO 1935			
	POPUL.	PORC.	CAFÉ	PORC.	POPUL.	PORC.	CAFÉ	PORC.
NORTE	490.660	13,43	767.069	3,47	483.834	9,79	898.332	1,71
CENTRAL	769.802	21,07	2.780.525	12,56	887.077	17,74	3.716.021	7,09
MOGIANA	811.974	22,23	7.852.020	33,53	845.442	17,10	8.521.076	16,20
PAULISTA	537.237	14,71	4.148.462	18,77	661.920	13,39	6.110.213	11,64
ARARAQUARENSE	579.653	15,87	4.152.438	18,79	890.095	18,01	14.126.113	26,93
<u>NOROESTE *</u>	<u>136.454</u>	<u>3,74</u>	<u>722.119</u>	<u>3,27</u>	<u>608.027</u>	<u>12,30</u>	<u>12.544.045</u>	<u>23,92</u>
ALTA SOROCABANA	326.994	8,95	1.676.228	7,59	576.812	11,67	6.524.410	12,51
TOTAL	3.652.774	100,00	22.098.861	100,00	4.943.207	100,00	52.440.210	100,00

Fonte: Milliet (1982), grifo nosso.

Portanto, diante desses dados constata-se que, a partir de 1920, não são mais “desbravadores do sertão” que aparecem na região, mas predominantemente aqueles que pretendiam se fixar, para instalar lavouras, acompanhados de suas famílias. Como consequência, observa-se que a população da região Oeste foi a que mais cresceu em todo estado de São Paulo no período. Isso é assunto do próximo capítulo.

Os dados são provas do modelo de produção que se começava a ser pautado numa mecanização, que, muito embora fosse limitada às operações de beneficiamento, onde os produtos eram tratados e ensacados nas fazendas, foi o prenúncio da organização moderna. A região Oeste do estado de São Paulo foi palco da otimização e da transformação dessas fazendas em empresas agroexportadoras mudando a paisagem local e proporcionando um dos espaços mais habitados por uma diversidade de etnias e nacionalidades do estado de São Paulo, demonstrando diversas negociações de identidades.

A segunda providência - que concomitantemente concorreu para a dinamização da ocupação da região Oeste paulista, uma vez que já se vislumbrava uma ocupação mais robusta para a expansão da produção em larga escala do café a fim de assentar milhares de pessoas na região com a consolidação de mão de obra fora do escopo da escravidão e pautada, principalmente, no regime de parceria e colonato – refere-se à necessidade de interligação mais eficiente e rápida para a comercialização não somente das mercadorias auferidas da

opção no plantio em larga escala do café, mas também de tudo que pudesse agregar à sua produção e industrialização. Na esteira dessa engrenagem, viriam outros setores consubstanciados no comércio, indústria e outras lavouras para subsistência da região e também para sua comercialização. Esse contexto ensejou por parte dos capitalistas agroexportadores, industriais e comerciais e das autoridades do estado de São Paulo, medidas para a modernização do transporte de cargas para, assim, minimizar custos e agilizar entregas para atender os requisitos mais exigentes do ambiente nacional e internacional.

Vale ressaltar que, antes disso, já se verificou a necessidade de uma opção de via de comunicação mais rápida dentro de uma perspectiva de estratégia de defesa de território em função da iminente ameaça e da instabilidade proporcionadas pela Guerra do Paraguai, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870. Tal situação impulsionou a ideia de se ter um plano estratégico de viação, pois era inaceitável o isolamento de uma região inteira, no caso Mato Grosso, por conta da inacessibilidade de navegação do rio Paraguai. Destarte, na República, o traçado básico que originará a Futura Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, será lançado somente no Plano de 1890.

O Decreto n. 5.349, de 18 de outubro de 1904, estabeleceu a linha de Bauru a Cuiabá e para sua execução o Banco União de São Paulo, concessionário original, organizou a CEFNOB, formada por capitais brasileiros e franco-belgas e a ela transferiu a concessão pelo Decreto n. 5.266 (GHIRARDELLO, 2002, p. 28). Com isso, como nos informa ainda esse mesmo autor, o percurso deveria ser executado em três partes.

A primeira constituída foi a de um trecho de cem quilômetros a partir de Bauru, que, em 27 de setembro de 1906, foi inaugurada com a presença do ministro da Viação Lauro Muller, o presidente do Estado Jorge Tybiriçá e demais outras autoridades e imprensa. A importância da pomposa inauguração verifica-se pelo que poderia trazer essa grande obra; a expansão da produção cafeeira, a total eliminação dos remanescentes dos nativos, principalmente dos Kaingang e o comércio de terras para o assentamento de pessoas que trariam a civilidade e o progresso para essas terras. Nesse dia, são inauguradas, mesmo que inconclusas, as estações de Presidente Tybiriçá, Jacutinga, Presidente Alves e Lauro Muller, esta última localizada logo após a Fazenda da Faca, pertencente ao coronel Joaquim de Toledo Piza, exatamente no quilômetro 92.

O segundo trecho da ferrovia foi inaugurado em 16 de fevereiro de 1908. Nesse dia, foram entregues as estações de Presidente Penna, Albuquerque Lins, Hector Legru e Miguel Calmon no quilômetro 202. Também em 1908, são entregues as estações de General Glicério, Pennapolis e Araçatuba.

Por fim, entre 1909 e 1910, são abertas as últimas estações no Estado de São Paulo: Córrego Azul, Aracanguá, Anhangai, Manso do Bacuri, Lussanvira, Ilha Seca e Itapura, todas localizadas à beira do Rio Tietê em zona palustre. Essas jamais sediarão núcleos urbanos em razão de sua péssima localização, foco de moléstias. Em fevereiro de 1910, o trecho paulista da ferrovia estava concluído e, portanto, de toda região Oeste do Estado.

Por isso, este estudo constatou que, destarte, as cidades também serão palcos das consequências desse específico e imbricado modelo de produção, pois existirão tensões numa disputa de memórias e de uma conformação nas narrativas e registros apontando, portanto, para uma necessária revisão e enfatizando os papéis de todos os agentes que construíram a tessitura social da região, cimentada por imaginários de “epopeias”, “desbravadores” e “civilizadores”.

A cidade de Penápolis insere-se nessa lógica com a singularidade de ter um adensamento demográfico iniciado desde o século XVIII devido às circunstâncias expostas anteriormente. A cidade, portanto, teve uma trajetória de ocupação que antecedeu a ferrovia, diferentemente dos demais municípios da região, como Birigui e Araçatuba que tiveram seus percursos de adensamento populacional mais recente na esteira dos acontecimentos da instalação da linha férrea Noroeste do Brasil e da comercialização de terras por companhias loteadoras.

Destarte, à guisa dessa cronologia e como consequência dos fatos inseridos nela, faz-se mister demonstrar a fase do início de um assentamento humano nas terras que viriam a ser a cidade de Penápolis, já com contornos das aspirações modernizadoras no que se refere às estruturas administrativas e aos vasos comunicantes com o que se apresentavam no período republicano, como escola, Prefeitura, Delegacia de Polícia, Câmara de Vereadores, bem como com o que se caracterizavam como elementos modernizadores, jornal, cinema, centro comercial, banco, praça e energia elétrica.

Primeiramente foi criado, no ano de 1909, o Distrito de Paz no Município e Comarca de Rio Preto, denominado Penápolis em homenagem ao recém falecido presidente da República Afonso Augusto Moreira Penna, com sede no povoado e estação de Santa Cruz do Avanhandava, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; e, em 1910, o presidente do estado de São Paulo, Manoel Joaquim de Albuquerque Lins criou a Comarca de Bauru e a ela anexou o Distrito de Paz de Penápolis.

Muito embora historicamente os munícipes penapolenses comemorem a data de aniversário por conta de uma missa solene ocorrida no ano de 1908 e realizada pelo diretor da Ordem dos Capuchinhos, o padre frei Bernardino de Lavale, tendo como auxiliares o frei

Boaventura de Aldeno, frei Sigismundo de Canazi e o irmão Leigo frei José da Cassana, oficialmente somente em 22 de dezembro de 1913 pela Lei nº 1.937 é que Penápolis conseguiu sua emancipação política para a categoria de município.

O fato concreto que demonstra que o município de Penápolis, entre os anos de 1910 e 1920, tornou-se o principal espaço de um desenvolvimento econômico, social e político, na região Oeste do estado de São Paulo, foi sua transformação em sede de Comarca, pelo decreto nº 1.557, de 10 de outubro de 1917, e sua instalação no ano de 1918, tendo como titular o MM. Juiz de Direito Dr. Cândido da Cunha Cintra. Nela constaram os distritos de Hector Legru, emancipado na condição de município pela Lei nº 1934 de 29 de novembro de 1923 com o nome de Promissão, Miguel Calmon, emancipado na condição de município pela Lei nº 2102, de 29 de dezembro de 1925, com o nome de Avanhadava, Birigui, emancipado pela Lei nº 1811 de 08 de dezembro de 1921 e Araçatuba, emancipado pela lei nº 1812 de 08 de dezembro de 1921.

Nota-se, portanto, que as primeiras experiências institucionais da República serão realizadas nesse espaço, pois foi a partir daqui também que se processa a expansão da região seguindo as margens da linha férrea. Uma cidade que possuía órgãos governamentais que facilitariam as regularizações de propriedades rurais e que atraiu muitas pessoas para a obtenção de um pedaço de terra, além de elas encontrarem eventuais oportunidades de negócio no seu meio urbano que já constava com um centro comercial e financeiro.

Enfim, como conclusão do capítulo, podemos afirmar que a trajetória das mobilidades humanas que compuseram a formação da população da cidade de Penápolis na região Oeste do estado de São Paulo, se dá ao longo de diversos contextos históricos descritos neste capítulo, pois antes mesmo da instalação da estação na linha férrea da Estrada de Ferro Noroeste que ocorreria apenas em 1908, já existia a presença de pessoas num adensamento importante que se caracterizou no embrião para a constituição de um núcleo urbano verificável em 1908, consolidado quando ganha o status de cidade em 1913.

Não obstante a constatação de elementos da modernidade aspirada pelos últimos ocupadores desse espaço, ainda não se figura como uma fronteira de onde se eliminaram características pré-capitalistas e a irrupção de uma outra lógica totalmente diferente e assentada em relações sociais e econômicas de um capitalismo típico brasileiro verificado a posteriori. Portanto, longe ainda de se chamar de resultado de uma expansão pioneira.

Isso posto, faz-se mister voltar a apresentar algumas reflexões sobre os termos frente de expansão e frente pioneira. Neste trabalho optou-se pela compreensão de que não foi na

frente pioneira que ocorreu o processo de formação populacional que redundou na cidade de Penápolis, conforme atesta Monbeig (1984), e, sim na frente de expansão.

Por isso, quando Monbeig define o movimento de pessoas ocupando esse espaço, o faz sem levar em consideração esses acontecimentos que ajudam no entendimento da mobilidade humana e de adensamento populacional nessas terras antes da fronteira econômica. O geógrafo chama de “percussores” da franja pioneira ou frente pioneira, os índios e mineiros quando estabelecem o início das presenças humanas na perspectiva que ele denominou de condições históricas para sua ocorrência. Todos aqui, contudo, neste viés de interpretação, são pioneiros: índios, mineiros, caboclos e afrodescendentes, que ocuparam a área em circunstâncias “fortuitas”. Monbeig aponta que somente no século XIX é que ocorre - em função de um estágio no qual se encontravam os fazendeiros de café no que diz respeito ao uso de alguns equipamentos e recursos pela força animal, e pelas condições físicas da região que aqui denomino de Oeste - a ocupação em larga escala na esteira da valorização da terra enquanto mercadoria e dos investimentos em torno do eficiente transporte até ao porto de Santos através da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB), momento que para ele, foi emblemático para a superação de práticas arcaicas e a instituição de outro escopo econômico e social. Assim, pioneirismo denota presença moderna dos modos de adquirir as terras, cultivar as lavouras, do seu transporte e da forma de sua comercialização. Uma massa de fazendeiros implementando nas terras uma experiência exitosa de acumulação de capital ensejando núcleos urbanos com instituições modernas republicanas e tudo que redundaria como consequência do adensamento humano. Seria a substituição de um tempo histórico arcaico por um outro assentado nos estímulos de uniões de capitais locais e internacionais rumo a um modelo de economia capitalista moderna.

Relativizando a tese de Monbeig, o que as fontes puderam demonstrar foi um processo que, pelo menos até 1920, nos campos do Avanhadava se perduraria uma realidade de dualismos interpenetrados caracterizados por uma economia ainda voltada para o meio rural com suas consequentes relações sociais inerentes a ela, e uma outra realidade com alguns elementos de urbanização a partir de uma incipiente economia verificável no meio urbano por meio de um centro comercial e algumas indústrias voltadas aos beneficiamentos dos produtos agrícolas.

Segue transcrição dessas presenças de realidades ambíguas, porém interdependentes, refletidas por José de Souza Martins:

Nesse equívoco repousa a controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e o tempo histórico da frente pioneira, pois não se reconhece que o tempo histórico de um camponês dedicado a uma agricultura de excedentes é um, enquanto o tempo histórico do pequeno agricultor próspero, cuja produção é mediada pelo capital, é outro. E é ainda outro o tempo histórico do grande empresário rural. Como é outro o tempo histórico do índio integrado, mas não assimilado, que vive e se concebe no limite entre o mundo do mito e o mundo da História. Como ainda é inteiramente outro o tempo histórico do pistoleiro que mata índios e camponeses a mandado do patrão e grande proprietário de terra: seu tempo é o do poder pessoal da ordem política patrimonial e não o de uma sociedade moderna, igualitária e democrática que atribui à instituição neutra da justiça a decisão sobre os litígios entre seus membros. A bala de seu tiro não só atravessa o espaço entre ele e a vítima. Atravessa a distância histórica entre seus mundos, que é o que os separa. Estão juntos na complexidade de um tempo histórico composto pela mediação do capital, que junta sem destruir inteiramente essa diversidade de situações. (MARTINS, 2016, p. 139)

É preciso, alerta-nos o autor, conhecer a distinção entre frente de expansão e frente pioneira, e nos apresenta através do antropólogo Darcy Ribeiro, responsável por aprofundar os estudos dessas frentes. Para esse autor, relata Martins, a frente de expansão não é apenas o deslocamento de agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas, incluiu também, as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças (MARTINS, 2016, p. 135).

Para melhor caracterização dos desencontros de perspectivas sobre as frentes de expansão e pioneira, seguem as explicações do autor:

A diferença inicial que os dois pontos de vista sugeriam era de que quando os geógrafos falavam de frente pioneira estavam falando de uma das faces da reprodução ampliada do capital: a sua reprodução extensiva e territorial, essencialmente mediante a conversão da terra em mercadoria e, portanto, em renda capitalizada, como indicava e indica a proliferação de companhias de terras e negócios imobiliários nas áreas de fronteira em que a expansão assume essa forma. Nesse sentido, estavam falando de uma das dimensões da reprodução capitalista do capital. Quando os antropólogos falavam originalmente da frente de expansão, estavam falando de uma forma de expansão do capital que não pode ser qualificado como caracteristicamente capitalista. Essa expansão é essencialmente expansão de uma rede de trocas e de comércio, de que quase sempre o dinheiro está ausente, sendo mera referência nominal arbitrada por quem tem o poder pessoal e o controle dos recursos materiais na sua relação com os que explora, índios ou camponeses. (MARTINS, 2016, p. 137)

Essas distinções foram fundamentais para compreendermos as formas de contato de pessoas dentro de uma especificidade histórica do processo de constituição de um adensamento populacional na qual se insere a cidade de Penápolis desde o século XVIII.

Ao esboçar, neste capítulo, as evidentes mobilidades humanas e seu assentamento nos campos do Avanhandava em diversos contextos históricos, as quais redundariam na cidade de Penápolis - primeira experiência de um meio urbano na região Oeste caracterizado com vasos

comunicantes e mecanismos garantidores de valores significados como civilizacionais - justamente por conta desses acontecimentos de mobilidades humanas, se quer demonstrar que se tratou de uma expansão demográfica na perspectiva discutida por José de Souza Martins, pois ainda não se constatou uma ruptura econômica e social nas relações humanas, conforme se continuará a demonstrar no próximo capítulo.

2 PAISAGEM URBANA DE PENÁPOLIS-SP: A INTER-RELAÇÃO ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIZAÇÃO NO PROCESSO DE SUA CONSTITUIÇÃO, 1905-1920

Para a compreensão do processo de constituição da cidade de Penápolis, de sua elevação ao status de sede de Comarca e das incipientes presenças de elementos modernizadores, compreendidos como hábitos, costumes, energia elétrica, estação ferroviária, jornal, teatro, cinema, banco e veículos automotores, no período que se inicia ano de 1905 e os registros realizados pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, dando conta da existência de um povoado com “3.000 almas” até os anos da década de 1920, período de crescimento populacional devido ao parcelamento e venda de terras, fator determinante pela chegada de milhares de imigrantes para suas aquisições, faz-se necessário desenvolver algumas considerações em relação às representações espaciais para não incidir açodadamente em interpretações que durante a primeira metade do século XX eram usuais e que postulavam realidades sociais estanques e territorialmente delimitadas em relação aos espaços rural e urbano.

O que estava posto, por exemplo, era que existiam três tipos ideais de sociedade: as pequenas comunidades (ou primitivas), autossuficientes e que se encontram imunes a qualquer tipo de ligação a territórios mais urbanizados, as sociedades camponesas, que não são completamente autônomas e estabelecem algumas ligações com os meios urbanos (sobretudo, comerciais), e as sociedades urbanas, que representam as cidades mais desenvolvidas (REDFIELD, 1960).

A partir da década de 1960, no entanto, houve uma mudança de perspectiva na compreensão do continuum quando se passa a identificar a forma como os processos de modernização e de urbanização adentram em territórios rurais. Portanto, começam a aparecer definições de representação de forma mais dinâmica e menos determinista do continuum rural-urbano. Por exemplo, a ideia de que as oposições e as respectivas gradações que se estabelecem entre os dois polos desenvolvem-se a partir de distintas escalas espaciais (local, nacional) e de diferentes situações econômicas e sociais, será relativizada. Por isso, a partir daí, fazem-se questionamentos em relação à definição de uma divisão antagônica e rígida entre territórios rurais e urbanos definindo uma representação mais dinâmica e menos determinista do continuum rural-urbano (PAHL, 1968).

Neste capítulo da tese, contudo, se levará em consideração o asseverar quanto ao cuidado para evitar a compreensão da constituição do meio urbano de uma cidade da região

Oeste do estado de São Paulo, numa perspectiva de ocorrências homogêneas configuradas como modelo onde todas as cidades passariam necessariamente na lógica da frente pioneira perpassada pela dicotomia rural e urbana, sendo o rural atrasado e o urbano, moderno. Por isso, se reconhecerá que todos os processos que redundam na formação do meio rural e urbano compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Isto é, a modernização e a urbanização que passam a ser percebidas, significadas e ressignificadas na cidade de Penápolis, resultam de processos ativos e dinâmicos, levados a cabo concomitantemente pelas próprias pessoas naquela ocasião, que interpretam e se apropriam singularmente de uma série de fatores de ordem socioeconômica e sociocultural.

Conforme serão apresentadas mais a seguir, as evidências consubstanciadas em dados estatísticos, legislações, planta urbana, fontes de jornais locais, relatos orais e bibliografias sobre a localidade, a cidade em estudo, situa-se neste escopo de interpretação, cujo entendimento seguirá a seguinte premissa:

[...] Por isso, enquanto tal este deverá ser interpretado a partir de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional, definida tendo por base o binómio penetração / apropriação. Isto é, o espaço rural sofre, sem dúvida, um conjunto profundo de alterações que resultam da penetração dos factores de urbanização. No entanto, estes não se generalizam uniformemente pelas diversas zonas rurais, por dois motivos essenciais: primeiro, porque o processo de urbanização não é em si homogêneo, variando em função dos contextos sociais e económicos em que é produzido (a influência de uma cidade pequena - ou média - sobre o espaço rural limítrofe não terá a mesma natureza da que é exercida por uma grande cidade); segundo, porque as comunidades rurais empreendem diferentes formas de apropriação das componentes urbanas, em função de um conjunto de especificidades locais, sejam elas de carácter socioeconómico, cultural, ambiental. (CARMO, 2009, p.23)

Portanto, no território em estudo, é possível inferir que aos poucos os equipamentos administrativos de Estado foram adentrando o espaço com contornos rurais dando forma de patrimônio, vila e cidade, levada a cabo por iniciativas de alguns capitalistas, as quais redundariam na atração de ferrovia com uma estação de embarque e desembarque de pessoas, produtos agrícolas, animais e uma variedade de outros produtos.

Conforme foi tratado no capítulo anterior, desde o século XVIII, os campos do Avanhandava, onde se localiza a cidade de Penápolis, cortados pelo rio Tietê com seu salto com várias cachoeiras, atraíram várias pessoas, tais como o povo Guarani e sobretudo os Kaingang, e, como espaço transitório, bandeirantes na busca de ouro no estado do Mato Grosso, bem como pessoas a serviço da Coroa visando à defesa do território e, por fim, criadores de animais e roceiros mineiros. Esses últimos, segundo Barros (1948),

estabeleceram-se nas terras a partir do ano de 1842 com o propósito de posse de terras, legalizadas mais tarde graças à Lei de Terras de 1850. Segundo ainda o mesmo autor, foram erigidas taperas de pau a pique ou sobre tocos.

Portanto, naquele tempo, não se constatarem as presenças de vilas ou município, tampouco de Câmara de Vereadores, o que se verificou foi um arraial denominado Carmo do Avanhanda, sob jurisdição de Araraquara. De qualquer forma, o povoamento, onde hoje se localiza a cidade de Penápolis, antecedeu a todas as outras regiões a partir de Bauru, por razões já explicitadas anteriormente.

Por isso, é bom salientar que, apesar de presenças humanas desde o século XVIII nestas terras, não ensejaram nesse período instituições administrativas régias coloniais ou do Império brasileiro, vindo apenas a ocorrer no início do século XX com a República. A cidade de Penápolis surge a partir de povoações dispersas e constituídas em fazendas e sítios e somente depois é que se verificam as presenças de bairros rurais.

Sobre isso, cabe aqui considerar também para a inteligibilidade do processo de constituição da cidade de Penápolis no recorte apresentado para sua elucidação, as presenças dos denominados bairros rurais, pois a maioria das pessoas, na ocasião de sua formalização como cidade em 1913, eram imigrantes e residiam em sítios e fazendas que, destarte, serão reunidos numa concepção de pertença a um agrupamento capaz de garantir uma identidade dentro de um território.

Contudo, vale salientar o asseverar de Queiroz (1973, p. 13) quando nos apresenta o trabalho de Juarez R. Brandão Lopes dando conta de dividir o estado de São Paulo em zonas ecológicas, ou seja, o autor criou o critério para determinar a semelhança por meio da similitude de certos elementos socioeconômicos, destacando-se entre eles a densidade populacional geral e rural, o grau de urbanização, a composição da população, o crescimento da população entre os anos de 1940 e 1950, os principais produtos agrícolas e o tamanho das propriedades. Foi justamente a partir desses critérios que distinguiram as zonas pioneiras, onde se localiza a cidade de Penápolis, das demais zonas. Nessas localidades, portanto, segundo o autor, não se encontram bairros rurais de camponeses, como nas demais zonas de povoamento mais antigo, e sim bairros rurais com presenças de agricultores, caracterizados como pequenos agricultores, ou seja, pequenos proprietários orientados para a venda do café, ao lado de grandes fazendeiros. As roças de subsistência existiram apenas durante o período de formação de lavouras, após a primeira derrubada.

Como o assunto é complexo, aqui será apresentada uma breve exposição da trajetória dos estudos concernentes à compreensão deste território. Entre os anos de 1940 e 1970,

estudiosos da geografia e da sociologia tiveram como objeto de estudo os bairros “caipiras”, concebendo-os como organizações rurais dispersas, estruturadas por grupos de vizinhança, e marcadas por uma consciência coletiva de pertencimento, emanada na convivência diária do homem do campo com seus parentes, vizinhos e parceiros.

Um exemplo está na obra *Os parceiros do Rio Bonito*, do sociólogo Antonio Candido Sousa (1964) que, ao discorrer sobre o povoamento da zona rural de São Paulo, define o bairro tradicional como uma estrutura basilar da “sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”, ou ainda, “como unidades mínimas de povoamento nas áreas rurais paulistas, de nível econômico precário, entrando em decadência muito facilmente e parecendo fadadas à degradação social ao sofrer o impacto da industrialização”. O bairro, deste modo, representa uma unidade social impregnada de identidade, valores e diferenciação. Os estudos de geografia, como os de Alice Cannabrava (1941) e de Nilo Bernardes (1958) contém a descrição do bairro mais relacionada à distribuição espacial das moradias, sendo designado como um tipo de “habitat” disperso, ainda que por vezes revele tendências para uma aglutinação, concentrando suas análises na forma de dispersão das habitações, nos aspectos concernentes ao uso do solo e na relação do lugar com o espaço circundante.

Em outros trabalhos, contudo, encontram-se conceituações não ligadas propriamente à dispersão rural, mas dando ênfase à existência de unidades territoriais, mais ou menos amplas, definidas em função da presença de determinados contatos sociais estabelecidos entre a população residente. É o caso do trabalho *A região de São Luiz do Paraitinga*, de Pasquale Petrone (1959), e também da análise de Nice Lecocq-Müller (1946), já que conceituam o bairro rural como uma célula de comunidade social não morfológica, formada por habitações dispersas suficientemente próximas: “[...] onde existem certos tipos de relações sociais a lhe dar corpo: laços de parentesco ou de vizinhança, reforçados frequentemente pela existência de uma venda, capela ou escola cujo raio de ação marca comumente os limites do bairro”. (LECOQC-MÜLLER, 1946, p. 42)

Destarte, Liliana Laganá Fernandes (1972), ao apresentar a colonização japonesa no meio rural paulista, igualmente identifica o bairro como uma designação genérica de limites nem sempre precisos, geralmente definidos em função de um sentimento de localidade, não raro reforçado pela presença de algum elemento social de coesão.

Enfim, os conceitos elaborados por geógrafos e sociólogos sobre a realidade bairro, apresentavam certa uniformidade de compreensão no que diz respeito ao sentimento de

pertencimento dos habitantes com o local de moradia, ou seja, nos primeiros estudos, o bairro é definido como um espaço vivido onde reúnem-se igreja, praça e escola, sentido pelos seus moradores com sintomáticas e variadas populações. E ainda, um grupo de vizinhança disperso, portador de características marcantes, e, por conseguinte, reveladoras de uma identidade particular aceita por aqueles que ali vivem.

Ainda na esteira das considerações para melhor inteligibilidade da constituição da cidade de Penápolis, outra perspectiva diz respeito ao aspecto do pragmatismo administrativo levada a cabo pelo Estado a fim de garantir a consolidação econômica e a influência política de grupos. Foi assim no Brasil na passagem do século XIX e XX e reverberado nos campos do Avandava na esteira da lógica da denominada República Velha permeada por práticas mandonistas e coronelistas proporcionadoras do surgimento das designadas cidades pelo interior do Brasil.

Sobre isso, Abramovay (2000) informa-nos que no Brasil e em muitos países como no Equador, na Guatemala, em El Salvador e na República Dominicana, muitas cidades nas quais a economia e a vida social giram em torno de aspectos rurais, são consideradas urbanas pelo simples fato de possuírem um aparato administrativo, que é necessário para a regulação das regiões.

Podemos identificar, no caso específico da cidade de Penápolis, a primeira legislação visando ao seu ordenamento no ano de 1914 a partir da elaboração, pelo então prefeito James Mellor, da Lei nº 2, de 26 de maio que estabeleceu o Código de Posturas que versa sobre os distritos e povoações do município. Na sua segunda parte, a Seção I trata de delimitar os perímetros do município e não aparece a denominação bairro rural. A seção definiu os perímetros como: central, que compreendeu a “parte levantada” e que consta da planta da cidade, e suburbano, que compreendeu todas as “partes arruadas” da cidade e seus bairros. A definição de povoações referia-se ao meio rural do município com seus conjuntos dispersos de propriedades consistentes em chácaras, sítios, fazendas, com suas respectivas nomenclaturas.

Destarte, em 1924, o prefeito Euclides de Oliveira Lima elaborou a Lei nº 226 de 15 de dezembro, aprovada pela Câmara de Vereadores que o autorizou a auxiliar com três contos e quinhentos a construção da estrada do bairro Araponga. Aqui já se verifica a presença do termo bairro dando forma a uma região agrícola do município que passou a ser conhecida como Araponga.

Em 1928, o prefeito Joaquim Mendes Braga elaborou a lei nº 289 de 1º de outubro, aprovada pela Câmara de Vereadores que criou duas escolas mistas, sendo uma no bairro do Paraguai e outra no bairro do Bonito.

Em 1934, o prefeito Carlos Sampaio Filho instituiu o Ato nº 140 de 25 de janeiro, transferindo a escola mista municipal do bairro de Alto Alegre para o bairro Coroadó.

Portanto, essas leis e atos das décadas de 1920 e 1930 que versam sobre verbas para auxiliarem nas construções de estradas, e possibilitam criações e transferências de escolas, demonstraram que o poder público municipal passou a tratar como bairros as antigas povoações de unidades geográficas compostas de fazendas, sítios, chácaras e estâncias.

Se as autoridades assim definiam essas povoações é de se supor que os habitantes já se identificassem com uma unidade territorial cujas práticas cotidianas em comum lhes possibilitavam tais representações de grupo. Nos três bairros exemplificados havia campo de futebol com atividades dominicais, farmácia - mesmo não tendo condições adequadas para atendimento e com insuficiência de remédios - açougue, dentista, alfaiate, armazéns de secos e molhados, escola, máquina de beneficiar arroz, bar e até sorveteria. Uma capela localizava-se no núcleo central em cada um dos bairros.

Uma última consideração é sobre as significações do moderno que permearam o imaginário e desejos de pessoas responsáveis pela implementação de um território que agregou órgãos administrativos na perspectiva de sintonizar-se com a trajetória da interiorização das práticas republicanas na cidade de Penápolis. Neste capítulo constarão as diversas impressões em relação às presenças palpáveis da modernidade. Essas impressões foram captadas por meio das páginas do jornal “O Pennapolense” que, em si, já se autoproclamava como moderno ao canalizar os hábitos e costumes desejados dos habitantes daquele território com presenças de casas comerciais e espaços de lazer e sociabilidade. Seja ela no escopo dos mecanismos administrativos e econômicos, ou na materialidade demonstrada nos veículos de passeio, trabalho e de negócios, a “posse” da modernidade, ou o sentimento dela, distinguia as pessoas, conforme será demonstrado.

Longe, evidentemente, da modernidade da capital da República, Rio de Janeiro, ou da capital do estado de São Paulo, que viviam a êxtase das novidades vindas do continente europeu, e que já se encontravam às voltas com o processo de industrialização e mudanças substanciais nas relações de trabalho, a cidade em estudo no recorte escolhido, ainda mantinha características tradicionais da vida no campo no território com aspecto urbano próximo da estação ferroviária, primeira evidência da decantada modernidade.

A tentativa de introduzir a urbanidade em Penápolis constata-se nas intenções dos primeiros legisladores presentes no primeiro Código de Posturas do ano de 1914, conforme documento já mencionado. A Lei nº 2, de 26 de maio de 1914, sancionada pelo, então, Prefeito Municipal, James Mellor, estava assim dividida:

Primeira parte: **Das repartições e funcionários municipais**; Segunda Parte: **Leis e regulamentos**, com seis seções: I. **Da cidade, seus subúrbios, distritos e povoações**; II. **Higiene Municipal**; III. **Ordem pública (Costumes)**; IV. **Da viação municipal**; V. **Lavoura, Comércio e Indústria**; VI. **Disposições diversas**. Ao todo, o primeiro Código de Posturas continha 625 artigos.

O disciplinamento da vida em comunidade permeava o desejo da garantia dos mínimos aspectos da vida urbana. O que se verifica nos trechos do referido Código são parametrizações do polido e do vulgar, cuja intenção foi distinguir os sentimentos “primitivos” dos sentimentos “civilizados” aos quais se agregariam outros sucessivos, contínuos, múltiplos e recíprocos elementos do discurso de modernização. Além da moralização dos costumes, das ações de controle social e da normatização dos espaços, o discurso modernizador higienista também permeava a legislação.

Algumas evidências dessas tentativas estão expressas em alguns trechos a seguir.

Seção II – **Higiene Municipal**, Título I: **Da limpeza em geral**, Capítulo I: **Da limpeza das ruas, praças, etc** – Art. 118: Em geral, são os proprietários obrigados a conservar perfeitamente assejadas as frentes de suas propriedades, na largura de um metro, removendo as impurezas encontradas. Art. 119: É proibido: A) Lançar nas ruas, praças e logradouros públicos, em geral, corpos sólidos ou líquidos que causem incomodo aos transeuntes ou prejudiquem o asseio. E) Queimar lixo ou quaisquer outros corpos que possam corromper a atmosfera ou o fumo incomodar o público ou os vizinhos. Capítulo II: **Da higiene das habitações**. Art. 122: Sempre que a higiene o reclamar, mediante edital, os proprietários são obrigados a caiar ou pintar decentemente os seus prédios, não só exterior como interiormente, assim como olear as portas, janelas, forros, etc. Capítulo IV: **Das cocheiras e estábulos**. Art. 143: É proibido o recolhimento de animais para permanência ou pernoite nos quintais, sem que estes estejam devidamente calçados. O morador do prédio será multado em 10\$000, devendo o animal ser prontamente removido.

Essas previsões legais sempre vinham acompanhadas com a perspectiva de punições, demonstrando a imposição a um enquadramento social típico de uma vivência social urbana. Nos trechos, por ser uma cidade voltada para as atividades no campo, as presenças de hábitos

rurais eram coibidas, pois se tratava de um início de convivência pautada nos parâmetros do que se entendia por civilidade urbana.

A seguir mais trechos do código:

Seção III: **Ordem pública**, Título I: **Comunidade e segurança**, Capítulo I: **Dos costumes**. Art. 365: São proibidos os acompanhamentos com cânticos fúnebres pelas ruas, a exposição de cadáveres para encomendações, salvo dentro dos templos e cemitérios, e os repetidos dobres de sino por ocasião de falecimento ou enterros, salvo no dia de finados. Pena: Cada um dos infratores será punido com a multa de 10\$. Art. 367: É proibido tirar esmolas dentro do município, com subscrições ou sem elas, sem atestado de pobreza com “visto” da autoridade policial. & 1º: os mendigos serão matriculados na repartição policial e deverão trazer consigo visível ao lado esquerdo do peito a chapa correspondente ao número da matrícula e que lhes será fornecida pela Prefeitura. Art. 371: É proibido conservar na cidade ou povoações, animais ou aves que pelos gritos ou cantos estrídulos incomodem os vizinhos ou o público. O infrator será punido com a multa de 10\$000, se depois de avisado pelo fiscal não retirar o animal.

Esses trechos contêm as evidências do desejo dos legisladores de garantir suas distinções sociais sem serem incomodados com as importunações de mendigos e nem que seus sossegos sejam alvejados com ruídos de animais e aves que, normalmente, os “camponeses rústicos” possuem.

Mesmo que se trate de um escopo jurídico que reúne intenções de um determinado setor da sociedade, vale para dar legibilidade aos esforços de uma introdução de novos hábitos, valores e costumes de uma cidade do interior do estado de São Paulo no início do século XX. Trazendo para os dias de hoje, como constatação empírica do cumprimento dos Códigos de Posturas, é possível intuir que existiam dificuldades nos cumprimentos dos artigos, mesmo que se leve em conta a presença de apenas 3.000 habitantes na época. De qualquer forma, a despeito de aparentar um contexto artificial, a cidade de Penápolis se apresentava e se arvorava como o mais novo experimento social que jamais houve nos campos do Avanhandava e na região Oeste do estado de São Paulo, depois da cidade de Bauru.

2.1 O município de Penápolis no processo de interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de São Paulo

Diante do exposto, para melhor entendimento da trajetória histórica da constituição da cidade de Penápolis, faz-se mister também uma menção à tese de Victor Nunes Leal, pois o

formato do escopo político e administrativo da denominada Primeira República assentou-se num fenômeno próprio e típico da dinâmica histórica da transição da colônia para a formação de um Estado-nação, que primeiro passou pela experiência monárquica com contornos próprios verificados aqui no Brasil.

O município de Penápolis insere-se no bojo da complexa acomodação econômica e política verificada na prática coronelista onde ascendeu um aparato jurídico e administrativo graças aos resquícios de um período colonial de latifúndio, monocultura e escravidão. Para inteligibilidade desse processo, Victor Nunes Leal combinou os vieses econômicos, culturais, políticos e jurídicos para apresentar esse fenômeno específico da trajetória política da constituição do Estado-nação brasileiro. Isso se confirma nas palavras de José Murilo de Carvalho no prefácio da sétima edição da obra *Coronelismo, Enxada e Voto*:

[...] Victor Nunes combinou diversas abordagens, sem atribuir a apenas uma variável caráter explicativo exclusivo e excludente. Reconhece a estrutura agrária e uma classe proprietária que se inserem na economia de exportação. Mas o coronel, operador dessa economia, é também um ser profundamente político que interage com o Estado, servindo-o e dele se servindo, perdendo lentamente no processo sua hegemonia. No esquema analítico do autor entram fatores econômicos, políticos e sociais, além dos tradicionais aspectos jurídicos e financeiros. (LEAL, 2012, p. 13)

Quando Leal (2012, p.44) denomina o coronelismo, o faz, como ele mesmo expõe, a partir de constatações em várias localidades do interior do Brasil. Ele se refere a esse fenômeno como “compromisso, numa troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terra,” verificável no momento da constituição da cidade de Penápolis, no recorte entre os anos de 1905 e 1920, e, evidentemente, durante o transcorrer da trajetória política local, pois foi justamente na efervescência das disputas políticas e de concepções díspares sobre a economia entre os antigos proprietários de terras e os proprietários já com concepções capitalistas nas implementações de seus negócios é que erigiu o arcabouço jurídico e administrativo, inaugurando espaços políticos como o executivo e legislativo.

Por isso, faz-se mister a apresentação dos primórdios e as características da evolução dos assentamentos de pessoas ao longo da trajetória de povoamento nessas terras que viriam a ser o Brasil, se quisermos compreender os específicos movimentos populacionais nesse ponto da região Oeste do estado de São Paulo.

Isso posto, para a compreensão desse aspecto, portanto, Deffontaines (1938) apresenta-nos características históricas brasileiras para compreensão do embrião do

surgimento de cidades. Para este estudo, foram escolhidas seis, por também se tratarem de contextos específicos do território onde foi assentada a cidade de Penápolis:

Primeira:

Reduções: Foram as primeiras formas de assentamentos humanos no período colonial realizadas pelo viés religioso levadas a cabo pelos missionários jesuítas visando à evangelização dos nativos em terras coloniais consubstanciadas nas experiências das missões, tendo como exemplo emblemático o surgimento da cidade de São Paulo. Esses primeiros agrupamentos de evangelização garantiram, no primeiro momento, ao Brasil uma rede inicial de pequenas aglomerações, porém, houve, então, lutas ferozes envolvendo os fazendeiros contra as reduções e os grandes proprietários concorreram muito para a supressão do poderio jesuítico na América do Sul. Vale ressaltar que nos campos do Avanhandava onde se constituiu a cidade de Penápolis na passagem do século XIX para o XX, a Ordem dos Capuchinhos concorreu também com o processo de ocupação mesmo sendo já no período republicano, pois aqui ocorre com a conotação de atração de pessoas e negócios porque significava a “pacificação de índios bravios” e “presença de civilidade” na esteira da implementação da rede ferroviária NOB com suas estações de embarque e desembarque;

Segunda:

Colônias militares: Em seguida, o autor apresenta o assentamento humano de origem militar pelas necessidades de defesa e posse do território, fato também verificado nas terras onde se situa a cidade pesquisada, pois a Colônia Militar do Avanhandava representou segurança frente aos assaltos e assim significou um dos fatores de atração de pessoas nesta localidade do oeste paulista, conforme já apresentado no capítulo anterior, evidenciando as primeiras fixações de pessoas no território a oeste da cidade de Bauru;

Terceira:

Corrida pelo ouro: O autor nos apresenta também o assentamento de pessoas em Minas Gerais e em pousadas nas beiras de rios em função da corrida pelo ouro patrocinada pela Coroa portuguesa para que, finalmente, depois de mais de um século de colonização, pudesse realizar a exploração desse metal precioso, motivo para o crescimento vertiginoso de quantidades de vilas e cidades, e temos como exemplo a Rota Fernão Dias e, inclusive, os campos do Avanhandava por conta da presença do rio Tietê que facilitava o acesso ao estado do Mato Grosso;

Quarta:

Pousadas nas beiras das estradas: Destarte, segundo ainda o autor, as pousadas nas beiras das estradas também colaboraram para a formação de cidades, e como exemplo

podemos apontar a Via Anhanguera no estado de São Paulo e os portos de madeira ao longo de rios de diversas regiões do país;

Quinta:

Linhas férreas: As linhas férreas foram, segundo o autor, ao mesmo tempo responsáveis pela ruína de algumas cidades e formadoras de novas, principalmente na região Oeste do estado de São Paulo, cujas estradas de ferro seguiram em geral os divisores das bacias fluviais, os espigões, e afastavam-se dos fundos dos vales, assim, as antigas aglomerações junto aos rios tornaram-se afastadas e desfavorecidas em benefício das novas cidades do planalto. No caso do traçado da linha férrea NOB na cidade de Penápolis, esse cortou um território onde já havia um adensamento populacional, favorecendo, contudo, uma atração de investimentos e pessoas, principalmente imigrantes, redundando no surgimento de cidades e comarcas.

Sexta:

Bocas do sertão: e, por fim, a constatação das denominadas bocas do sertão, pois necessitavam de ocupação e exploração econômica para adentrar em territórios desconhecidos, como, por exemplo, foram Porto Feliz e Bauru no estado de São Paulo. As Bocas do sertão também perfilaram entre as diversas formas de assentamentos de pessoas, fato verificável nos campos do Avanhadava, onde mais tarde se localizará a cidade de Penápolis, transformada em sede de Comarca. Portanto, as características históricas brasileiras do surgimento de vilas e cidades, muito se devem também à específica trajetória da implementação da interiorização de aparatos político-administrativos iniciados na colônia que perpassaram pelo Império e desembocaram na República. Como este estudo trata da trajetória da constituição de um município, o mesmo é entendido como sinônimo de governo local, comumente denominado, em português, de vila, freguesia, conselho, comuna, ou seja, ele se reveste de um papel de instrumento de descentralização governamental e de presença de poder público dentro do território de um país.

A consequência disso foi um modelo de povoamento do interior a partir da iniciativa privada sob o manto de legislações imperiais e republicanas, levadas a cabo por uma política de dependência de investimentos ingleses tanto em capitais financeiros como em maquinários e tecnologias de transportes, tais como vias férreas e a formação de companhias de compra e vendas de terras, responsáveis por parcelamento da maioria das terras do Oeste paulista.

Isso enseja reflexões a partir de um recorte temporal para melhor compreender o período da formação e da consolidação da cidade de Penápolis, o qual está inserido na dinâmica e evolução da interiorização do desenvolvimento urbano e econômico no estado de

São Paulo. O recorte a ser dado inteligibilidade refere-se os anos entre as décadas de 1910 e 1920. Foram décadas de diversificação da economia urbano industrial, bem como nas atividades agrícolas verificadas no estado de São Paulo. Isso se deveu à expansão da economia cafeeira que influenciou sobremaneira na acumulação industrial colocando o estado paulista na primazia por sua transformação qualitativa da estrutura produtiva.

Nesse contexto, nas denominadas e significadas regiões pioneiras, ocorria uma retomada da produção da lavoura cafeeira a partir dos anos de 1910, agora assentadas numa produção estruturada dentro dos parâmetros capitalistas contando com uma rede de transportes mais ágil e barata, núcleos urbanos de apoio e instituições financeiras como suporte.

Segundo Cano, Negri e Gonçalves (1988), essas determinantes do processo de urbanização, na transição do século XIX para o XX, proporcionaram, nos anos 10 do século XX no estado de São Paulo, a retomada da expansão cafeeira que levou a criação de mais 31 municípios, dentre eles, Penápolis, sendo que, na década seguinte, houve uma febre expansionista na denominada frente pioneira (região Oeste paulista), em que mais 53 municípios foram criados totalizando, na década de 1920, 245 municípios.

O crescimento populacional na região onde surgiu o município de Penápolis, também está ligado com a especulação de terras, e como nos apresentam ainda os autores citados acima, isso se deu dentro de um ordenamento empresarial com a criação de companhias loteadoras e colonizadoras que passariam a agir no mercado de terras.

É possível, portanto, identificar um desenho geográfico do estado de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX onde se verificam regiões paulistas díspares, porém interdependentes economicamente, fato que ajuda a entender a presente assimetria no quesito economia e renda per capita.

A região de povoamento mais recente, a Oeste do estado de São Paulo, serviu primeiramente essas regiões que passavam por essas transformações urbanas e econômicas com matérias primas como algodão e amendoim, além de servir com a carne advinda da pecuária de corte. Segundo atestam ainda Cano, Negri e Gonçalves (1988), nessa região, na década de 1920, a população economicamente ativa urbana ocupava a mais baixa proporção do estado, pois sua população se ocupava nas atividades agropecuárias. As únicas indústrias na região, segundo os autores, eram pequenos estabelecimentos de apoio à construção civil, como tijolos, telhas, madeira, etc.

Eles nos chamam à atenção pelo fato de que aqui as incipientes cidades começam a desempenhar um papel de frente avançada de comércio e de serviços, que davam apoio à

ocupação de novas terras. Foi justamente isso que aconteceu com a cidade de Penápolis, entre os anos de 1905 e 1920, quando também supria as necessidades da população em constante crescimento e que se instalava nessas terras demandando serviços de hotelaria para os viajantes comerciais e eventuais empreendedores.

Vale aqui ressaltar, detalhadamente, as características da região naquele período no qual se insere o município de Penápolis:

Assim, a atividade urbana que tipifica o novo interior do Estado nessa época – áreas de ocupação mais recente que estavam começando a se desenvolver – consistia, de um lado, numa atividade produtiva urbana nascente, de beneficiamento e transformação de produtos agrícolas como o algodão, açúcar, arroz, carne, etc., uma pequena indústria alimentar de apoio à concentração populacional urbana como pão, farinha, queijo, sorvete, aguardente, matadouros, etc., e uma pequena indústria de apoio à construção civil como serrarias, serralherias, marcenarias, etc. De outro lado, a atividade urbana consistia em serviços de apoio à produção agrícola, especialmente ao pequeno produtor, como bancos, cooperativas, postos de gasolina, armazéns para venda de sementes e instrumentos de trabalho, oficinas de reparação, etc. (CANO, NEGRI e GONÇALVES, 1988, p. 16)¹⁹

2.2 Manuel Bento da Cruz: um personagem capitalista no município de Penápolis-SP

A presença desse personagem em diversos periódicos locais e estaduais, em livros de memorialistas e álbuns dos municípios de diversas edições, na tessitura da constituição das relações sociais, econômicas e políticas na cidade de Penápolis, no recorte que compõe o objeto de estudo deste capítulo, requereu um item à parte.

O fato de Manuel Bento da Cruz possuir olarias, serraria, ser sócio de empresa de energia e de companhia de terras, além de proprietário de fazendas de café, leva-nos a inferir que se trata de um personagem que contratava trabalhadores, cuja remuneração já se fazia por assalariamento e lucrava com vendas dos seus produtos tanto na região como fora dela. Um personagem que chega ao povoado que viria a ser a cidade de Penápolis, possuidor de negócios também em outras localidades, como nas cidades de Bauru, Birigui e Araçatuba e, portanto, destoando dos proprietários rurais mais arraigados à localidade com seus sítios e fazendas oriundos das aquisições provenientes das legislações concernentes à posse de terras das esferas nacional e estadual no século XIX.

¹⁹ Citação extraída do resultado de uma pesquisa coordenada por Wilson Cano e patrocinada pelo convênio entre Secretaria de Economia e Planejamento do estado de São Paulo, Fundação SEAD, FECAMP e Instituto de Economia da Unicamp, realizada no período de janeiro de 1986 a março de 1987 e presente no capítulo intitulado *O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no estado de São Paulo (1920 – 1980)*, de autoria de Barjas Negri, Maria Flora Gonçalves e Wilson Cano.

Na ocasião das comemorações do 60º aniversário da cidade de Penápolis, o então prefeito municipal, o engenheiro Edison João Geraissate, resolveu encampar o projeto do memorialista e correspondente do Jornal “O Estado de São Paulo”, Orentino Martins, que se dispôs a escrever, após várias pesquisas e entrevistas, a biografia do Manoel Bento da Cruz. A Prefeitura, portanto, apoiou ajudando-o nas custas de tal empreendimento. Disso resultou a obra intitulada *Cel. Manoel Bento da Cruz, Apontamentos Biográficos* impressa na NOROGRAF – Tipografia Noroestina Ltda, de Araçatuba, SP, no ano de 1968.

A obra foi escrita na perspectiva de enaltecer os feitos desse homem como fundador e plantador de cidades e responsável pelas obras modernas que redundaram na formação da cidade de Penápolis. Como o autor mesmo escreve: “Fundador de cidades e introdutor da civilização na Noroeste, Bento da Cruz era homem de inteligência incomum, líder autêntico, condutor enérgico e destemido, dotado de coração generoso, sempre pronto a ajudar seus amigos e estimular seus correligionários”. (MARTINS, 1968, p. 32)

O autor informa, na introdução, que pesquisou em documentos de legislativos, executivos e cartórios, além de ter feito entrevistas com aqueles que ele denominou de pioneiros, moradores nas cidades de São José do Rio Preto, Jundiaí, Bauru e Penápolis.

Uma outra fonte importante que informa sobre esse personagem, é o Jornal “O Pennapolense”, cujas edições de 1915 a 1939 encontram-se digitalizadas fazendo parte da hemeroteca do Museu Histórico e Pedagógico “Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão.” Trata-se do primeiro veículo de comunicação escrito na cidade. Esse jornal, após alguns anos, fez parte da estratégia do grupo político ligado a Manoel Bento da Cruz.

No dia 14/07/1915, um grupo formado por comerciantes, industriais e proprietários de terras, lança a primeira edição do Jornal “O Pennapolense”, informando que fora uma iniciativa do recém-fundado Grêmio Littero-Recreativo a sua criação com o objetivo de ser “um propulsor do progresso desta terra”, tendo como redator, Altino Vaz de Melo.

No dia 21/11/1915, o jornal publicou, em sua primeira página, um texto denominado Manifestação Popular, expressando o fervor e o vínculo de um grupo detentor de poder econômico e político local com Bento da Cruz:

Realizou-se no dia 19 do corrente mez uma manifestação de apreço ao Coronel Manoel Bento da Cruz, prestigioso chefe político local e fundador desta cidade, justificada pela sua retirada para a Europa em tratamento de sua saúde. Foi uma homenagem altamente significativa pela elevada concorrência de seus amigos, que lhe foram levar a prova da amizade sincera e reconhecimento pelo muito que tem feito para o engrandecimento do município. [...] Às 4 horas da tarde, acompanhados da banda musical Internacional, dirigiram-se para a residência do Coronel Manoel Bento da Cruz, levantando constantes vivas ao manifestado.

Alguns anos mais tarde, tornou-se um evidente canal ligado ao grupo situacionista de Manoel Bento da Cruz, pois, na primeira página da edição do dia 26/02/1920, consta como “Orgam do Partido Republicano.” Davam a ele o tratamento de Coronel, porém, a partir de elementos discorridos logo a seguir, verifica-se que sua concepção política e de economia, destoava dos demais coronéis proprietários de terras no município, inclusive revelando contendas políticas.

A seguir, portanto, as informações concernentes a esse personagem foram extraídas de diversas páginas da obra do memorialista mencionada, do *Achêgas para a História de Penápolis*, de Fausto Ribeiro de Barros e das páginas do referido jornal.

Segundo Orentino Martins, Manoel Bento da Cruz nasceu no dia 30 de junho de 1875, no Largo da Carioca, Rio de Janeiro. Era filho do comerciante abastado José Rocha Cruz, natural da cidade de Porto, Portugal, e de Maria Vieira da Cruz, natural da Ilha da Madeira, Portugal. Concluiu seus estudos no Colégio Pedro II e fez os preparatórios para a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Bento da Cruz herdou, desse modo, o capital da família. Casou-se aos 18 anos de idade em Campinas, interior do estado de São Paulo, com Leonor do Amaral Rocha, filha de Antonio José do Amaral Rocha e Benedita Maria Luiza Rocha.

O primeiro cargo que Bento da Cruz ocupou em São Paulo foi o de tradutor da Comissão do Planejamento da Vargem do Carmo, bairro do Braz. Em seguida trabalhou no Cartório do 1º Tabelião de notas e Anexos na cidade de São Pedro no estado de São Paulo. Mudou-se para São Carlos do Pinhal onde atuou em outro cartório servindo sob as judicaturas dos juízes Miguel José de Brito Bastos (tendo ocupado o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo) e Otaviano da Costa Vieira.

É importante notar a informação de que passa a estabelecer relações de amizade com o ex-juiz de Direito de São Manuel, Geminiano Costa, com Júlio de Faria, Presidente do Tribunal de Justiça do estado de São Paulo, com os deputados Cincinato Braga, Joaquim Augusto Gomide, Vitor Manuel de Souza Lima e Joaquim Pinheiro Paranaguá. Aqui se observa seu trânsito no meio judiciário e político, fato que o credenciou para as vindouras atuações como comerciante de terras e para outras diversas atividades de negócios e do meio político.

Bento da Cruz deslocou-se para Santana do Paranaíba, estado do Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, onde atuou como advogado e exerceu as funções de Promotor Público.

Na ocasião da instalação da comarca de Rio Preto, foi nomeado Curador de Órfãos. No foro local trabalhou como primeiro advogado provisionado, tendo como juízes Antonio de Souza Barros e João Baptista de Castro Rodrigues. Foi promotor público interino. Na ocasião

também, ingressa na política, chefiando a secção dominante do Partido Republicano Paulista na Zona Araraquarence.

Após todas essas ocupações profissionais e políticas, chegou aos campos do Avanhandava no ano de 1905 e seguiu para o patrimônio do Lageado. Segundo Barros (1992, p. 98), dizendo-se advogado, procurava contratar inventários, pretendia adquirir terras, especialmente a Fazenda Lageado. O geógrafo e memorialista informa ainda que Manoel Bento da Cruz propôs para um proprietário já instalado na região, Fernando Ribeiro Paes de Barros, uma sociedade para compra, venda e loteamento de terras, para a fundação de uma cidade, uma vez que ele já tinha conhecimento da vinda dos engenheiros da ferrovia para a realização das picadas de exploração nestas terras. Além disso, em 1906, Manuel Bento da Cruz solicitou ao casal de fazendeiros, Eduardo José de Castilho e Melvira de Castilho, para doarem terras aos religiosos da Ordem dos Capuchinhos de São Francisco do estado de São Paulo. A presença desses atrairia pessoas, uma vez que significaria um território com todos os elementos para um assentamento seguro com vasos comunicantes com a dita civilidade, e, por conseguinte, tornaria as terras mais seguras e prósperas. O casal doou 100 alqueires de terras da Fazenda Ribeirão Lageado e, assim, garantiram a constituição do patrimônio de Santa Cruz do Avanhandava, futura cidade de Penápolis. Isso denota uma comprovação de seu planejamento visando instalar seus negócios e desempenhar um papel de liderança política no escopo do mandonismo e nas disputas com os coronéis pelas terras.

Na linha da prática corriqueira de lideranças regionais da República Velha - o interesse privado se impondo ao interesse público, tendo sido o capital privado autorizado a realizar bem feitorias que seriam de responsabilidade do Estado, inclusive remunerando o detentor do mesmo num processo típico do recorte histórico na história política brasileira que se estenderia até 1930 - esse personagem doa mourões e telhas de suas olarias para a construção da primeira casa da povoação do patrimônio Santa Cruz do Avanhandava, que serviu de convento, capela e escola para os Capuchinhos. Abaixo, veja a Figura 7, foto da casa da povoação do Santa Cruz do Avanhandava:

Figura 7: Convento, capela e escola dos Capuchinhos – 1908



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

Em 25 de outubro de 1908, Frei Bernardino toma posse do Patrimônio, celebra a primeira missa e funda-se, com isso, o povoado sob o nome de Santa Cruz do Avanhandava. É importante descrever o texto de Padre Frei Salvador de Cavedine, inserido no livro manuscrito intitulado “Notas Históricas sobre o Convento dos Capuchinhos em Pennapolis”, na folha 3:

A 25 de outubro de 1908 o Rvmo. P. Frei Bernardino de Lavalles tomava posse do Patrimônio a nome da Ordem Regular dos Missionários Capuchinhos do Estado de S. Paulo, erguendo e benzendo, com a maior solenidade possível, um cruzeiro, symbolo de paz e de progresso, um largo da futura cidade, dando com este acto o nome de Sta. Cruz do Avanhandava à povoação que se iniciava. – No mesmo dia o Rvmo. Pa. Frei Boaventura de Aldeno, superior da nova Residência, o Rvmo. Pa. Frei Sigismundo de Canazei e o Irmão Frei José de Cassana instalavam-se na residência provisória, em uma casa feita de táboas propriedade do Exmo Sr. Manoel Bento da Cruz, por êle oferecida aos Religiosos até que hes fosse possível construir a nova Residência. – Começou assim n’esta zona a acção benéfica dos Capuchinhos, já com o exercício do sagrado ministério, já também com uma escola gratuita de primeiras letras com a matricula de 12 alunos.

Após a celebração marcando o início da trajetória da constituição da cidade de Penápolis, Cruz foi melhorando a sua residência familiar até torná-la um centro de admiração pelo parque zoológico e pelo jardim botânico que ali ostentava. Anos mais tarde, construiu um palacete de dois pavimentos.

Manoel Bento da Cruz construiu também por sua conta, o prédio da primeira Estação da Noroeste, sendo inaugurada no dia 02 de dezembro de 1908, sendo um enorme feito que valorizou suas terras e atraiu várias pessoas para suas aquisições visando ao plantio de café e outras de lavouras com a garantia do escoamento mais rápido e seguro.

A seguir, a Figura 8 da foto da Estação Santa Cruz do Avandava:

Figura 8: Estação Santa Cruz do Avandava - 1908



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouh Brandão”

Por influência política de Manoel Bento da Cruz, adquirida a partir de suas relações por conta das funções ocupadas anteriormente, o patrimônio de Santa Cruz do Avandava foi elevado à categoria de Distrito de Paz / Vila, anexado à comarca de Rio Preto em 17 de novembro de 1909, denominado “Affonso Pena” e, em 1910, por intermédio dele junto ao prefeito municipal de Rio Preto, foram contratados os agrimensores Christiano Olsen que fez as transversais e Adolpho Hecht que fez as longitudinais para demarcação e alinhamento da povoação do Distrito / Vila “Affonso Pena”.

Em 1909, Manoel Bento da Cruz mandou construir o prédio da primeira cadeia com recursos próprios, o que somado as outras providências, deu as condições para que, no ano de 1910, por sua interferência política, se transferisse o Distrito para a cidade de Bauru, evitando problemas de locomoção por conta da ausência de ponte no rio tietê rumo a São José de Rio Preto, o que obrigava as pessoas a atravessarem de balsa para a sede da Comarca.

Figura 9: Prédio da primeira cadeia pública de Penápolis



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/municipios/penapolis/index.html>

O Republicano governista, Manoel Bento da Cruz, constituiu diretórios políticos no trajeto da linha Noroeste e, nas eleições municipais de 1911, que se realizaram em Bauru, partindo de Penápolis em trem especial, foi agregando todo o seu eleitorado. Naquele ano, elegeu-se vereador em Bauru impondo derrota ao Coronel Gustavo Maciel. Assim descreve o jornal “Gazeta de São Paulo” na ocasião:

Foi hoje reconhecido pela Comissão Directora do Partido Republicano o directorio politico de Bauru, constituído pelos srs. Manoel Bento da Cruz, Juvencio Silva, João Antonio Loureiro, Azarias Noqueira Leite, Nelson Mauro, Americo Blois e Joaquim Bastos Pereira. Nesse directorio entraram elementos que seguiam a orientação do falecido chefe hermista coronel Azarias Leite. (Gazeta de São Paulo, 14 de março de 1911 apud MARTINS, 1968, p. 131)

Em 15 de janeiro de 1913, Cruz foi conduzido por seus pares da Câmara Municipal às funções de Prefeito de Bauru, cargo que ocupou até 1915, quando viajou para a Europa, para tratamento de saúde, regressando a Penápolis em 07 de setembro de 1916.

No ano de 1912, por atuação de Manoel Bento da Cruz, é criada em Penápolis a Primeira Escola Feminina. Ele foi até Campinas e conseguiu convencer a professora Aymbiré do Amaral Rocha, sua sobrinha, a reger a escola da Vila de Penápolis. Ela veio com o marido que ganhou o posto de Coletor de Rendas Estaduais da povoação, por intermédio também desse personagem.

Faltava pouca coisa para garantir as condições e, assim, convencer os deputados do legislativo paulista a elevar a Vila ao status de cidade, pois ainda a população estava às voltas com a questão indígena da região, o que atrasou o processo de adensamento populacional para o atendimento dos critérios de população a fim de se tornar cidade naquela época. Mais uma vez, o personagem atuou e as instalações de núcleos agrícolas para índios, futuras reservas indígenas de Vanuire em Tupã e “Capitão Kencla” / Icatú em Braúna, finalmente foram efetivadas em 1912. Manoel Bento da Cruz fez reivindicações ao Dr. Castro Rodrigues, Juiz de Direito de Rio Preto para que isso fosse concretizado.

Por conseguinte, estavam dadas todas as condições que atenderiam os critérios para a elevação da Vila em cidade e, entre os anos de 1910 e 1913, Manoel Bento da Cruz pressionou o Legislativo paulista para que o mesmo estudasse, a partir das informações dos líderes políticos penapolenses, a possibilidade de tornar a Vila / Distrito em cidade, o que veio a acontecer em 22 de dezembro de 1913.

Afunilando a análise para a compreensão da inserção dos campos do Avanhandava na passagem do século XIX para o século XX e, no contexto macro apresentado sobre o estado de São Paulo e a atuação desse personagem, é importante apresentar o exemplo de uma iniciativa muito bem-sucedida no parcelamento das terras em todo estado ocorrida justamente no lugar onde se situa a cidade de Penápolis, na área compreendida entre as estações de Hector Legru, futura vila de Promissão, e Araçatuba, num total de 103 quilômetros pela linha de posse de praticamente um único proprietário, Manoel Bento da Cruz.

Esse capitalista foi emblemático no que se refere aos perfis dos homens de negócios do período republicano, pois se situava no grupo de liberais que, impulsionados com as circunstâncias da época assentadas na ideia de construção de um país que ainda estava por se fazer, aproveitaram-se das oportunidades de negócios facilitados pelos estados da federação. Esse “plantador de cidades”²⁰ aproveitando-se de sua experiência cartorária e de

²⁰ Ver Martins (1968, p. 27, p.32 e p.103). Nessa biografia Manoel Bento da Cruz é tratado, em diversas passagens, por essa denominação e por “fundador de cidades” por ter sido, segundo o memorialista, o responsável direto pelo surgimento das cidades de Pirajuí, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados e Araçatuba.

conhecimento da advocacia, construiu uma das maiores riquezas auferidas nos esquadrinhamentos de terras e suas vendas mais baratas para os imigrantes. Um personagem inserido no contexto da aplicabilidade da Constituição Federal de 1891, que atribuiu aos estados a organização dos municípios, por conseguinte, verifica-se nos campos do Avandava, o surgimento de um poder privado redefinido em função do federalismo.

Usufruindo, portanto, do que preconizava a legislação e do seu status, Manoel Bento da Cruz ocupou a liderança e compôs alianças com “personalidades” locais – médicos, advogados, funcionários públicos, comerciantes, engenheiros, entre outros, assim detendo posição hegemônica na região Oeste.

Como consequência da presença desse homem de negócios, a cidade de Penápolis foi, entre os anos de 1913 a 1920, a primeira cidade da região Oeste do estado de São Paulo dotada de infraestrutura, órgãos político-administrativos republicanos, equipamentos culturais e espaços públicos e privados de sociabilidade.

Antes de 1912, os negócios com as terras eram feitos apenas por um negociador, assim sendo, verificamos a primeira experiência de um coletivo associado visando expandir e solidificar a colonização das terras do Oeste paulista. O visionário capitalista brasileiro Bento da Cruz forma a “The San Paulo Land, Lumber & Colonization Company” no ano de 1912. Essa companhia usufruiu do fato de os Kaingang terem sido exterminados ou confinados em aldeias sob os olhos da SPI (Serviço de Proteção ao Índio), pois asseguraram aos interessados compradores segurança e terras férteis com linhas de comunicação para o escoamento dos produtos agrícolas, dentre eles, o café. As condições estavam dadas e assim foi possível adentrar mais em direção aos rios Aguapeí/Feio e Tietê já que a ocupação poderia se “descolar” dos trilhos, oferecendo terras mais baratas ainda. São sócios majoritários na empresa o Coronel Manoel Bento da Cruz, Presciliano Pinto de Oliveira, o inglês James Mellor, que viria a ser o primeiro prefeito da cidade de Penápolis, e o escocês Robert Clarck. O capital da sociedade, em boa parte inglês, foi instituído com o valor de 800:000\$000, divididos por oito mil ações integralizadas. (MARTINS, 1968, p. 140)

Essa Companhia vendeu pequenos lotes rurais, com dimensões a partir de dez alqueires, pagos parceladamente, 30% à vista e o restante em três anos com juros de 10% (ERCILLA & PINHEIRO apud GHIRARDELLO, 2002, p. 106). Seu público-alvo foram os imigrantes, especialmente aqueles chegados ao Brasil há mais tempo. A esses, a região Oeste, distante, mas possuidora de boas terras e com preços acessíveis, acabava sendo a única alternativa na conquista de um pequeno chão.

Conforme Martins:

No ano de 1922, já havia dividido em lotes 38.343 alqueires, distribuídos a 2.032 sitiantes nacionais, portugueses, italianos, espanhóis e japoneses, que se tornaram possuidores de glebas ubertosas de padrões de primeira ordem, com madeiras de lei como: peroba, jequitibá, aroeira, cabriúva, cedro, canela, ipê, etc., pagando-se com as próprias colheitas de café e cereais, sendo compensados do seu labor, usufruindo assim vantagens e condições de uma vida melhor. Muitos armazenaram consideráveis fortunas. (MARTINS, 1968, p. 142)

O Almanach de Pennapolis para o Anno de 1920, tendo como um dos anunciantes a referida Companhia de Terras, assim publica como peça propagandística da empresa:

Esta poderosa companhia de colonização, fundada pelo Dr. James Mellhor, Manuel Bento da Cruz, Dr. Elyseo de Castro e outros, possui uma área importantíssima de terrenos de cultura de primeira qualidade, onde, como se vê pelas gravuras, crescem e se desenvolvem de um modo extraordinário todas as plantações da lavoura do Estado de São Paulo. Numerosíssimas são já as famílias que, nessas ubertosas terras, se teem localizado, attrahidas pela fama de sua já bem conhecida fertilidade, e pelas vantajosíssimas condições de venda pelas quaes lhes são feitas. A *Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo* possui ainda enorme quantidade dessas terras, que igualmente vende em idênticas condições, as quaes se acham todas judicialmente divididas e em lotes de 20, 30, 40, 100 e mais alqueires. O Dr. James Mellor, que é o diretor da Companhia, muito tem contribuído para o seu bom funcionamento. Em seu escriptorio, admiravelmente organizado, se encontra todas as informações a respeito. Além disso, tem a Companhia de Terras em cada localidade do município pessoas encarregadas de prestar toda e qualquer informação que possa interessar sobre ditos terrenos.

No mesmo Almanach, na figura 10, um cartaz publicitário” da Companhia:

Figura 10: Cartaz publicitário da A Companhia de Terras, Madeiras e Colonização de São Paulo

Numero de SITIANTES: 2121
Numero de LOTES: 1401

**Comp. de Terras
Madeiras e Coloni-
sação de São Paulo**

The San Paulo Land, Lumber &
Colonisation Co.

Proprietaria da MAIOR colonisação do Paiz.

Area colonizada: 23 MIL ALQUEIRES
Area a colonisar: 31 MIL ALQUEIRES

*Para mais informações no Escritorio Central nesta,
ou com os encarregados em Legru, Pennapo-
lis, Glycerio, Recta-Grande, Araçatuba e São
Paulo: Largo da Sé N. 3.*

BIRIGUY LINHA NOROESTE
EST. DE S. PAULO

Coroados

Na figura 11 abaixo, foto de trabalhador no ano de 1914 ao lado do cafeeiro de três anos na Fazenda do Coronel Manoel Bento da Cruz.

Figura 11: Foto de cafezal de 3 anos da Fazenda do Cel. Manuel Bento da Cruz - 1914



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/municipios/penapolis/index.html>

Na figura 12 abaixo, foto do ano de 1914 com trabalhador ao lado de pé de café de quatro anos e um mês. Fotografia produzida pela The São Paulo Land, Lumber & Colonization, com cena tradicional que exaltava a fertilidade e a produtividade das terras: “cem arrobas por mil pés”. Era utilizada em propaganda para atrair imigrantes. A foto original foi editada à época.

Figura 12: Foto promocional de pé de café de 4 anos e 1 mês produzida pela The São Paulo Land, Lumber & Colonization - 1914



Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/cenarios/municipios/penapolis/index.html>

Para se ter uma ideia do papel do personagem nos investimentos na cidade, já com características de um capitalista, pode-se afirmar que o mesmo se apossou do conhecimento de relatório realizado por uma comissão responsável por uma exploração científica no Salto do Avanhandava em 1905, cujo objetivo era, a partir de estudos feitos por profissionais

engenheiros, geólogo e até médico, apresentar a viabilidade de instalação de usina produtora de energia para o fornecimento aos moradores dos patrimônios e vilas adjacentes.

O relatório foi apresentado às autoridades do estado de São Paulo, dando conta de “uma força virtual de 61.000 cavalos” provenientes das quedas e corredeiras do Salto do Avanhandava. Estava aí um potencial a ser explorado, o que não aconteceu de imediato. Isso ensejou uma alternativa imediata para a resolução do problema da ausência de energia no município que haveria de esperar alguns anos. Era mais uma oportunidade de negócio que se apresentava.

No ano de 1915, quando Penápolis já se encontrava na condição de município, o engenheiro da empresa de Bento da Cruz, Eduardo Hamer, apresentou proposta para o fornecimento de força e calor por eletricidade à iluminação pública e particular para Penápolis. Tratava-se de iniciativa de Bento da Cruz, diretor-secretário da sociedade anônima “The São Paulo Land & Lumber Company”, depois transformada em “Companhia de Terras, Madeiras e Colonização São Paulo”, que apresentou essa proposta que foi apreciada e aprovada pela Comissão de Finanças da Câmara Municipal de Penápolis no dia 13 de novembro de 1915 com as presenças dos vereadores Francisco Coelho, James Mellor, primeiro prefeito do município e sócio-fundador da Companhia de Terras, Madeiras e Colonização São Paulo, cujo diretor era Bento da Cruz, Orôncio Vaz de Arruda, Raphael Cezário, Domingues Joaquim Pereira e José Ignácio da Silva, todos correligionários de Manoel Bento da Cruz filiados ao PRP (MARTINS, 1968). Na lei aprovada ficava facultativo ao concessionário o uso de um gerador de eletricidade movido a vapor, a óleo cru ou qualquer outro combustível.

É importante salientar que na ata da constituição da Cia. Força e Luz Avanhandava dos dias 01 e 04/08/1923, Manuel Bento da Cruz consta entre os associados acionistas, conforme relação a seguir: Eduardo Hamer, 253 ações; Manuel Bento da Cruz, 266 ações; Cia de Terras, Madeira e Colonização de S. Paulo, 215 ações; Francisco José Pereira Leite, 51 ações; James Mellor, Roberto Clark, George Rewland e Anôr Garcia, 03 ações cada, somando um capital social de 800 ações ou 80:000\$000. Esta Companhia foi fundada em 23/08/1917 em virtude da concessão municipal do município de Penápolis e teve como primeiros diretores: Augusto Elysio de Castro Fonseca, Presidente; James Mellor, Diretor Gerente; Robert Clark, Diretor Técnico; Manuel Bento da Cruz, Conselho Fiscal; Francisco J.P. Leite, Conselho Fiscal; Eduardo Hamer, Conselho Fiscal; George Rewland, Suplente; Anôr Garcia, Suplente.²¹

²¹ As informações foram adquiridas a partir da Ata da Constituição da Cia. Força e Luz Avanhandava, 01 e 04 de agosto de 1917 (Centro de memória da CPFL, Campinas, SP)

Em 1920, a iluminação pública e privada do município, bem como de todos os seus distritos, é elétrica e proveniente de uma empresa privada denominada Empresa Força e Luz do Avanhandava, cujos bem e direito foram posteriormente adquiridos pela Companhia Paulista de Força e Luz. As soluções apresentadas para o usufruto da energia a partir de fonte hidrelétrica já tinham sido apresentadas no relatório da mencionada comissão no ano de 1905. (BARROS,1992)

Manoel Bento da Cruz foi eleito vereador da cidade de Penápolis no triênio 1920/1923, e, como obteve expressiva votação, foi conduzido por seus pares, de acordo com a legislação em vigor, a Prefeito Municipal, cargo que exerceu de 15 de janeiro a 24 de agosto de 1920, quando renunciou.

Tanto quanto foi o seu poderio econômico na cidade, foi o seu Jardim Zoológico logo abaixo da estação ferroviária de Penápolis, localizado ao lado de sua casa. Como evidência dessa informação, o livro didático denominado Leitura – II, da coleção Série Braga, da Editora Melhoramentos do ano de 1938, assim descreve o referido Zoológico do Cruz:

Corria veloz o trem pelo âmagro negro da floresta, assustando, como rubro crepitar da chaminé, as fúnebres sombras das árvores, geradoras de tantas lendas impressionantes. Amanhecemos em Penápolis, próspera localidade, com certa vida, regular número de casas, algum comércio, plantações, criações de gado, etc. É enorme e variada a coleção de aves e animais que possui o Dr. Cruz. Vimos lá veados, faisões, papagaios, de várias cores, enormes pombas cinzentas da Austrália, atristurados socós de linda plumagem acinzentada além de desenvolvida criação de galinhas de várias raças. Percorrendo o magnífico jardim zoológico indaguei se não havia ali onças, capivaras etc. Responderam-me que ali não apreciavam tais animais. [...]

2.3 Origem e evolução do processo de constituição do município de Penápolis-SP

Para a inteligibilidade da origem e evolução do processo de constituição da cidade de Penápolis entre as décadas de 1910 e 1920, é preciso reconhecer que a cidade nos apresenta a possibilidade de dar inteligibilidade nas tramas e tensões cotidianas a partir das constituições das suas estruturas morfológicas, ou sua paisagem urbana. Sobre esse conceito na obra denominada *Desenho de Paisagem Urbana*, a autora nos informa que:

[...] a paisagem urbana configura-se e qualifica-se basicamente por meio desses elementos: o suporte físico, ou seja, o relevo, o solo, o subsolo e as águas, a cobertura vegetal original ou não, as estruturas urbanas ou massas de edificações e sua relação dialética com os espaços livres, o uso do solo, os loteamentos e o clima com suas alterações de ciclo diurno/noturno e as estações do ano. Contudo, a paisagem urbana não é delimitada apenas por esses elementos. Ela é uma imagem, uma criação mental

e social, está na mente das pessoas, nas relações de uso que se estabelecem entre os cidadãos, e entre estes e os elementos citados. A paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons. (LANDIM, 2004, p. 28-29)

Disso depreende-se, então, que é possível verificar na paisagem urbana da cidade de Penápolis, no recorte escolhido para esta tese, as digitais das ações de pessoas cuja identidade se construía e se significava dentro de uma especificidade inerente ao processo migratório do século XX percebido na região Oeste do estado de São Paulo, pautado pela diversidade cultural por conta de suas origens, conforme veremos no capítulo 3.

A obra mencionada ainda nos remete a pensar que a cidade é um lócus por excelência de fonte geradora de estímulos e percepção por meio dos elementos que a compõem e nela persistem. São elementos de vários tempos, pois suas edificações e as configurações de seu assentamento primitivo convivem com elementos de um passado mais próximo e/ou construções contemporâneas, refletindo a história e os embates dos grupos sociais que sucessivamente geraram esse espaço num processo tenso de garantia de preservar a memória de um setor da sociedade ou de garantir melhor uso desse espaço com privilégios inerentes à identidade de um determinado grupo, seja ela de caráter étnico ou de classe social.

Faz-se mister, portanto, a legibilidade da cidade, isto é, entender como suas construções e seus logradouros denotaram a tessitura de sua história para, com isso, o cidadão compreender como se deu a constituição da cidade rompendo com uma leitura capturada na tentativa de impor uma modernidade que proporciona significações apologéticas de pioneirismos que ofuscam e excluem vários seres humanos.

Na esteira dos acontecimentos políticos e econômicos macros, primeiramente é importante descrever, mesmo que de forma resumida, como se deu a ideia de municipalidade que perpassou o arcabouço político-administrativo na colônia, no Império e como reverberou na República.

O município no Brasil reuniu funções mais amplas do que a metrópole portuguesa, sendo a função judiciária das nossas câmaras a segunda mais importante no arranjo institucional do município brasileiro. Já a função administrativa das câmaras nos primeiros séculos foi mais inexpressiva, e isso se explica pela pobreza dos nossos Conselhos, razão pela qual, os sesmeiros e donatários rurais concentram a missiva de prover as vilas com benfeitorias públicas, tais como a construção de estradas, pontes e demais obras de interesse comunitário.

Sob a vigência das *Ordenações Manuelinas* (1521) e, mais tarde, sob o ordenamento jurídico contido nas *Ordenações Filipinas* (1603), o município começou a funcionar no Brasil

em 1532 e o Concelho, denominação dada à assembleia de vizinhos detentores de concessões de forais, era autorizado a ser instalado nas localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila concedida por ato régio, sendo ele formado por um corpo político-administrativo que implicava um núcleo de casas, uma população e um território denominado termo, sobre o qual se exercia a jurisdição municipal. Os membros do Concelho elegiam os representantes das câmaras coloniais, escolhidos entre os chamados homens-bons, moradores que se destacavam por suas qualidades pessoais como riqueza, origem nobre, entre outras distinções.

Victor Nunes Leal (2012) afirma que, não obstante as imprecisões relativas ao papel dos membros dos Conselhos, as câmaras coloniais tinham funções muito mais importantes e abrangentes do que as modernas municipalidades, porquanto exerciam também as atribuições policiais e judiciárias, não havendo ainda, nessa época, a distinção moderna da divisão dos poderes. Ele destaca ainda que elas tinham atribuições que hoje são do Ministério Público e que também desempenhavam as funções de polícia rural e de inspeção de higiene pública, além de elegerem um grande número de funcionários na administração geral e deterem o direito de nomear procuradores às Cortes. O isolamento a que estavam submetidas as autoridades locais, dada a extensão territorial e a baixa circulação política, é que tornava impossível congregar os municípios em torno de um governo central.

Faoro (2001) afirma que, por um longo período, as câmaras exerceram um imenso poder, desenvolvido às margens dos textos legais e muitas vezes contra eles, não sendo raro a própria Coroa sancionar as usurpações praticadas pelos senhores rurais através das câmaras.

No que diz respeito ao período monárquico, a lei de organização municipal de 1828 preconizava que as câmaras são declaradas corporações meramente administrativas, sendo reduzidas a simples peças da engrenagem monárquica, não podendo exercer o poder judiciário, passando, então, a serem submetidas a um rígido controle exercido pelos Conselhos Gerais, pelas Assembleias Provinciais e pelo Governo Geral, processo esse que foi denominado doutrina de tutela. Victor Nunes Leal (2012) informa ainda que o presidente da província permanece como a figura dominante no cenário provincial, sendo ele um delegado do Imperador, tendo entre as suas principais atribuições políticas, a função de garantir a vitória dos candidatos apoiados pelo governo. Leal afirma que a *Lei de Interpretação do Ato Adicional*, a reforma do *Código de Processo* criminal e a jurisprudência do *Conselho de Estado* foram os principais instrumentos de garantia da preeminência dos presidentes de província e da consolidação do poder central.

O arcabouço político-administrativo centralizado, vigente durante a Monarquia, na República, dá lugar a um sistema de cunho federalista com a transformação das Províncias em Estados soberanos, que passam a ser o eixo da vida política nacional.

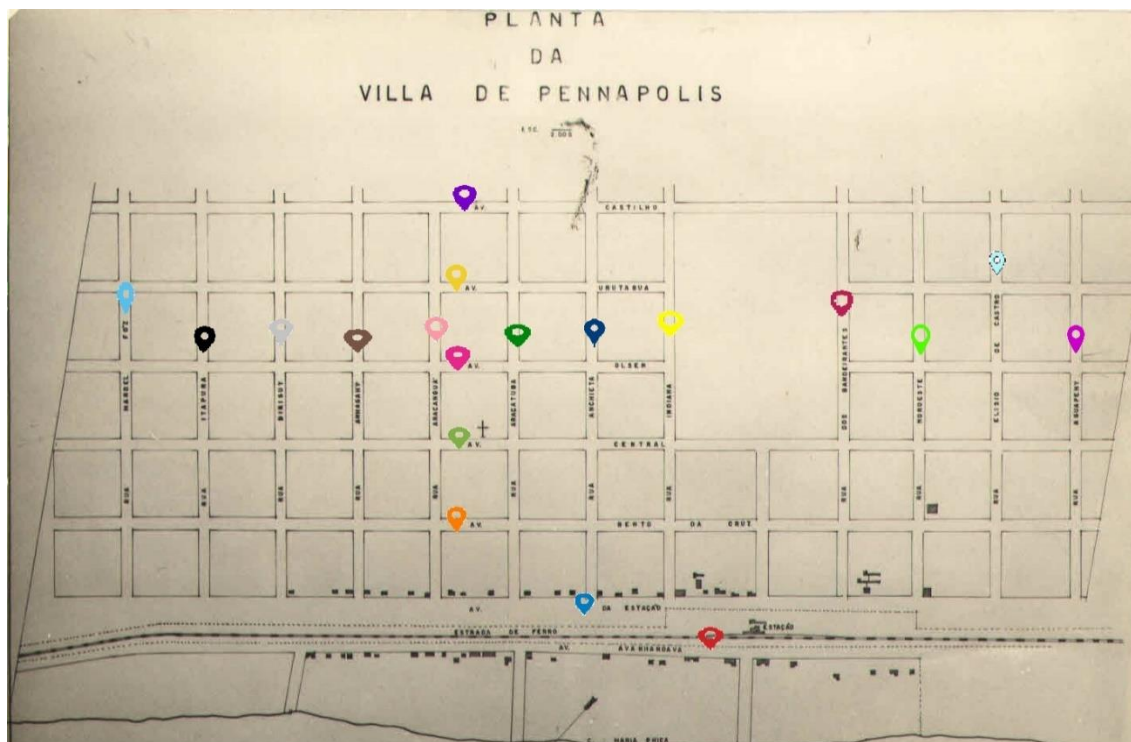
Foram criadas normas impositivas para a gestão municipal, tais como órgãos de fiscalização para a administração e para as finanças municipais, em alguns casos com verificação *a priori* dos atos municipais e, em alguns Estados da federação, foi suprimida até mesmo a prerrogativa de eleger o chefe do poder executivo local. No caso do estado de São Paulo, os vereadores é que procediam a eleição do chefe do Executivo.

A cidade de Penápolis surge no último contexto dessa trajetória. As iniciativas locais dependiam muito das articulações com a esfera da elite política estadual, principalmente, no que dizia respeito às formalizações de cidades e comarcas.

Para demonstrar o início da formação de um núcleo que concentrou nas margens da estação ferroviária um conjunto de lojas e prédios que abrigaram residências no início da constituição da paisagem urbana de Penápolis, foram mobilizadas várias fontes que nos deram a dimensão das suas características econômicas entre as décadas de 1910 e 1920.

Por exemplo, na figura 13, segue a “Planta da Villa de Pennapolis”, sob a escala de 1 / 2.000, contendo ruas e avenidas devidamente denominadas. Para facilitar as localizações, adaptamos a mesma através de legendas. Não foi possível encontrar sua data, mas foi utilizada para a elevação da condição de Patrimônio para a de Villa em 1909:

Figura 13: Planta da Villa de Pennapolis com ruas e avenidas, 1909

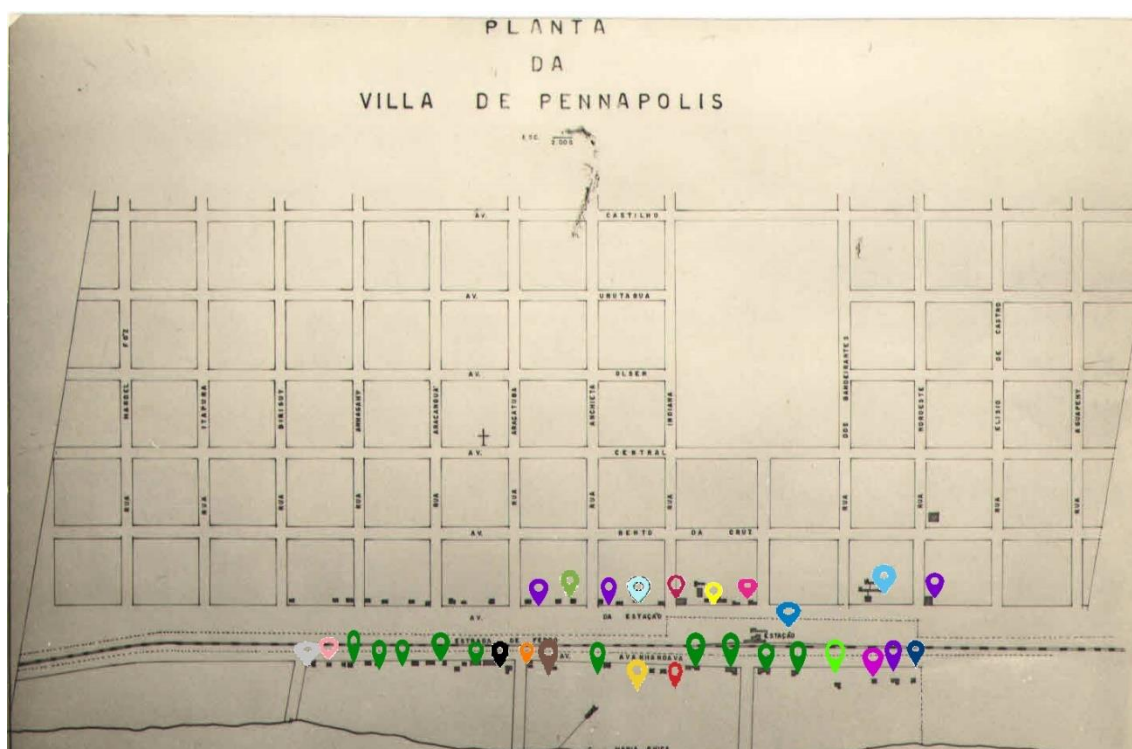


Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

- Avenida Avanhandava (hoje Adolpho Hecht)
- Avenida da Estação (hoje Rui Barbosa)
- Avenida Bento da Cruz
- Avenida Central (hoje Luiz Osório)
- Avenida Olsen (hoje Expedicionário Diogo Garcia Martins)
- Avenida Urutágua (hoje Dr. Antonio Define)
- Avenida Castilho (hoje Eduardo de Castilho)
- Rua Manoel Foz
- Rua Itapura
- Rua Birigui (hoje Giácomo Paro)
- Rua Anhangay (hoje 13 de maio)
- Rua Arancaguá (hoje 15 de novembro)
- Rua Araçatuba (hoje Irmãos Crisóstomo de Oliveira)
- Rua Anchieta
- Rua Indiana (hoje Dr. Ramalho Franco)
- Rua Bandeirantes (hoje Mário Sabino)
- Rua Noroeste (hoje Altino Vaz de Mello)
- Rua Elísio de Castro (hoje Rua Brasil)
- Rua Aguapey (hoje Fernando Ribeiro de Barros)

O memorialista Martins (1968, p.59-60) é quem nos fornece na figura 14, a partir de seus depoentes Emílio Fonseca e Dib Jorge, na ocasião de suas entrevistas, as localizações dos primeiros estabelecimentos comerciais e de alguns moradores.

Figura 14: Planta da Villa de Pennapolis com as localizações dos primeiros estabelecimentos comerciais, 1909



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

- Fonte: Arquivo do Museu Histórico Nacional.
- | | |
|---|-----------------------------------|
|  | Parque Avícola |
|  | Hotel |
|  | Botequim |
|  | Salão de Barbeiro e Botequim |
|  | Casa Comercial |
|  | Primeiro agente do Correio |
|  | Dib Jorge & Cia |
|  | Açougue de Carne de Porco |
|  | Carpinteiros |
|  | Farmacêutico Prático |
|  | Subdelegado |
|  | Suplente de Delegado |
|  | Prédio da Estação Ferroviária |
|  | Primeira Câmara dos Vereadores |
|  | Comerciante |
|  | Botica |
|  | Oficina de Ferreiro e Carpintaria |
|  | Loja do Sol |
|  | Sapataria |

A seguir, segue uma descrição minuciosa das localizações com seus respectivos proprietários:

Na Avenida Avanhandava, seguindo da direita para a esquerda, pela ordem dos prédios: Baptista Gargione, Ozorio Mathias, Cel. Bento da Cruz (com um parque avícula), Antonio Jacoleti (estabelecido com um pequeno hotel e botequim), Gilberto Cervelli (com botequim), Xisto de Creci (com salão de barbeiro e botequim), Adolpho Hecht, Pedro Anis (casa comercial), Eduardo Miguel, Abrão Fachi (casa comercial), José Issa (casa comercial), Miguel Bezerra dos Reis (Primeiro agente do Correio), Dib Jorge & Cia. (a firma era integrada por Dib Jorge, Jorge Salomão), Amadeu Soliani (casa comercial), Joaquim Soares de Oliveira e seu sócio Xavier (com açougue de carne de porco), José e Luiz Ciochi (carpinteiros), Bernardo Ciochi (farmacêutico prático), Mariano Melles (casa comercial), Antonio Greco (casa comercial), Experidião Makrakis (casa comercial), José Vermelho (casa comercial), Alcides Carvalho (casa comercial), Antonio Romão (sub-delegado) e Elesbão José de Souza (suplente de delegado).

Na Avenida da Estação, a que margeava a linha férrea, já se localizava o prédio da estação ferroviária. Também da direita para a esquerda da planta, os moradores e seus negócios eram os seguintes: Raphael Sezario, Antonio Cantareira (com hotel e botequim), Miguel Scotilha (comerciante), o prédio onde se instalou a primeira Câmara Municipal de Vereadores, José Marques (com botica), Manoel Saes (com oficina de ferreiro e carpintaria), a Loja do Sol, Angelo Rillo, Geraldo Ruiz Rodrigues, João Aurélio, Manoel Teixeira (com hotel), Mestre Gaspari (com sapataria) e Orlando dos Santos (Hotel Brasil).

Foi possível notar a partir da figura 14 que os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço localizavam-se próximos da estação ferroviária, revelando a origem do centro histórico onde se localizavam os primeiros prédios constituidores do espaço administrativo e de negócios da cidade de Penápolis.

A obra do memorialista e geógrafo Fausto Ribeiro de Barros servirá para apresentar as primeiras iniciativas empreendedoras de pessoas alçadas ao posto de pioneiras no processo de formação de negócios urbanos na região onde se insere Penápolis. A seguir, o quadro 2 com a relação dos primeiros proprietários urbanos a partir das informações do autor:

Quadro 2: Relação dos primeiros proprietários e propriedades – Penápolis - 1907-1914

PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	ANO
Olaria do Cruz	Manoel Bento da Cruz	1907
Engenho de cana de açúcar	Elesbão José de Souza	1910
Fábrica de pinga	João de Souza Barbeiro	1914
Máquina de beneficiar arroz	Manoel Rozetti	1914
Máquina de Beneficiar Café e Arroz	Oroncio Vaz de Arruda	1914
Moinho de fubá e farinha	Espiridião Makrakis	1914
Alfaiataria	Luis Minucci	1914
Padaria	Alberto Domingues da Silva	1914
Ourivesaria	Guilherme Mosca	1914
Serraria	Manoel Rozetti	1914
Sapataria	Gaspar Rocco	1914
Selaria	Gaspar Rocco	1914
Ferraria	João Ferreiro	1914

Fonte: (MARTINS, 1968)

É possível observar aqui que a maioria dos empreendimentos se refere às atividades voltadas para o atendimento de pessoas do meio rural, tais como, selaria, ferraria, moinho de fubá e farinha, máquina de beneficiar café e arroz e engenho de cana-de-açúcar, cujos proprietários, pelos sobrenomes, são em sua maioria, estrangeiros. Logo, um território urbano com vivências híbridas de perfis urbano e rural, devido ao processo próprio da constituição de uma cidade em meio a um modelo econômico experienciado pelo Brasil na transição do século XIX para o XX.

Uma evidência do perfil da cidade no período em análise neste capítulo está no relatório produzido pela Câmara de Vereadores que acompanhou o ofício do dia 15 de outubro de 1915 endereçado à Câmara dos Deputados e também o ofício endereçado para a Comissão de Estatística do Estado de São Paulo no dia 22 de outubro de 1915, prestando informações sobre a representação em que os habitantes requerem uma sede de Comarca instalada na cidade de Penápolis. Seguem trechos selecionados do referido relatório:

[...] A Municipalidade tem a informar mais:

a) - Que existe cadeia conforme a fotografia inclusa; b) – Que, abertas por particulares, existem mais de 700 kilometros de estradas de rodagem bem conservadas; [...] d) – Que o orçamento para 1916 já aprovado em primeira discussão apresenta uma renda de Rs. 51:020\$000, o que representa um aumento de 70% sobre o de 1915, sem que tenha havido aumento de tabelas ou criação de novas rendas; [...] f) Que o numero de eleitores de todo o município é de 350, sendo que o ultimo alistamento é do anno de 1913, pois o de 1914 (feito em Baurú) foi annullado e em o corrente anno não se reunio a respectiva comissão por não ter comparecido

o Ajudante do procurador da Republica, que a isso se recusou, como faz certo a inclusa copia da acta da reunião. É natural que no anno vindouro se dê o mesmo facto por não convir a tal autoridade que se proceda ao alistamento. Entretanto se fosse feito, o numero de leitores, entre a sede e distritos se elevaria facilmente a mais de mil; g) [...] O movimento crescente da população se vê bem demonstrado no quadro dos passageiros pois o mesmo, em 1909, foi de 3.621, 1913 de 14.426 e em 1914 – 13.084.

Em 1917, uma petição popular com 916 assinaturas foi apresentada ao Congresso Legislativo de São Paulo pelo deputado Freitas Valle, pleiteando a criação da Comarca de Penápolis. Justificando a iniciativa, os moradores destacaram que “a evolução de Penápolis faz lembrar a iniciativa norte-americana, que transformou repentinamente as regiões longínquas do Far West, habitadas por índios, em centros onde a atividade humana se desenvolve com o máximo esplendor”. Com apenas sete anos da fundação, a cidade, na fala dos subscritores, “se desabrochava em flor luxuriante, com os seus numerosos edificios, a indústria que já se esboçava, a pujante lavoura cafeeira que contava com 2.500.000 pés, as grandes plantações de cana-de-açúcar e a pecuária, cujo rebanho tinha mais de 30 mil cabeças de gado.” Na petição consta que a população crescia rapidamente e já se aproximava dos 13 mil habitantes e que havia 390 pequenos proprietários rurais, sendo que mais da metade era formada por imigrantes italianos, além de uma centena de espanhóis, portugueses, austríacos e japoneses, entre outras nacionalidades. Os moradores observaram que a concessão de “independência judiciária” era uma questão de justiça, pois beneficiaria toda a região e, para isso, segundo eles, “Penápolis dispunha de bons edificios que poderiam abrigar o fórum e reunir mais de 250 jurados.” Os moradores enfatizaram ainda que a distância era fator de “transcendente importância” para que houvesse justiça, pois a cidade de Penápolis estava a 220 quilômetros de Bauru, em viagem pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que durava cerca de oito horas. Só havia três viagens por semana, razão que aumentava a permanência dos jurados fora de Penápolis. Essa distância impossibilitava, muitas vezes, o exercício de um direito, além de elevar as custas a valores proibitivos. Finalizaram enfatizando que a possibilidade de um cidadão ser sorteado para jurado aterrorizava a todos em Penápolis, pois deveriam acompanhar o julgamento em Bauru, por vários dias, com grandes gastos.

Embora o juiz de Bauru tenha se manifestado contra a criação da nova comarca, pois considerava pequena a demanda judiciária de Penápolis, as comissões de Justiça e Fazenda do Congresso elaboraram pareceres favoráveis, por entenderem que a criação da comarca representava “inadiável medida de interesse público” e atendia o “interesse da justiça e da ordem social”. A avaliação estava de acordo com o Plano de Reforma Judiciária apresentado pelo governo anterior, que estabeleceu duas justificativas para a criação de comarcas: “a) a

necessidade de tornar o Poder Judiciário operativo em todo o Estado; b) colocar as autoridades judiciárias ao alcance das partes, de sorte a não forçá-las a viagens dispendiosas e à grande perda de tempo, o que equivaleria a negar-lhes justiça”.

O projeto de criação da Comarca de Penápolis foi aprovado no Congresso Legislativo paulista e seguiu para a sanção do presidente do Estado, Altino Arantes, que o transformou no Decreto 1.557, em 10 de outubro de 1917. A Comarca abrangia os distritos de Araçatuba, Birigui, Glicério, Braúna, Alto Alegre, Avanhandava, Luziânia e Barbosa. Atualmente apenas os dois primeiros se desmembraram da Comarca de Penápolis.

Uma outra fonte importante foi a publicação *São Paulo do Passado: Dados Demográficos - VI*, organizada por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi²² que nos trouxe informações detalhadas sobre as características da economia e da sociedade do município apresentando números concernentes aos perfis das ocupações profissionais. A partir dos dados foi elaborado o quadro 3 com as ocupações profissionais da cidade de Penápolis em 1920.

²² A série *São Paulo do Passado: Dados Demográficos* é resultado de um trabalho de pesquisa do Núcleo de Estudos de População (NEPO), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com o apoio do CNPq publicado no ano de 1999. Nela, a organizadora, na ocasião da sua apresentação, escreveu que “De modo especial, este trabalho busca ampliar o conhecimento que se tem da população paulista do século XIX e início do século XX, de sua estrutura e dinâmica e das relações existentes entre o comportamento demográfico e os processos sócio econômicos e culturais em curso nessa época.” Informou-nos que suas fontes de dados foram extraídas dos seguintes documentos: *Ensaio d’um Quadro Estatístico da Província de S. Paulo - 1836* - organizado por Daniel Pedro Müller, *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no anno de 1854*, *Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de S. Paulo durante o Anno de 1854* e outros Quadros estatísticos organizados por José Joaquim Machado de Oliveira, *Recenseamento Geral do Império - 1872*, *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de S. Paulo pela Comissão Central de Estatística* que contém informações levantadas no ano de 1886 e os *Recenseamentos de 1890 e de 1920*.

Quadro 3: Ocupações profissionais – Penápolis - 1920

Ocupação Profissional		Total	Porcentagem
Agricultura		9.187	74,18
Criação		571	4,61
Caça e pesca		03	0,02
Pedreiras		870	7,03
Minas salinas		01	0,01
Têxtil		03	0,02
Couros e peles		02	0,02
Madeiras		288	2,33
Metalurgia		69	0,56
Cerâmica		101	0,82
Produtos químicos		01	0,01
Alimentação		56	0,45
Vestuário		223	1,80
Mobiliário		15	0,12
Edificação		400	3,23
Aparelhos de transportes		11	0,09
Correios, Telégrafos e telefones		07	0,06
Bancos, Câmbio, Seguros e Comunicações		05	0,04
Comércio propriamente dito		349	2,82
Serviços domésticos		222	1,80
Indústrias			
Produção e transmissão de forças físicas 30		Relativas às Ciências Letras e Artes. Indústria luxo 18	
Transportes			
Marítimos e fluviais 20		Terrestres e aéreos 270	
Profissionais Liberais			
Judiciárias 23	Médicas 66	Magistério 52	Ciências, Letras e Artes 55

Fonte: São Paulo do Passado: Dados Demográficos, 1999

Percebemos no quadro que as características ocupacionais das pessoas residentes no município de Penápolis em 1920, denotam uma economia centrada no meio rural, pois 74,18% das ocupações estão concentradas na agricultura e 4,61% na criação, denotando uma total dependência econômica da cidade das atividades econômicas do meio rural que representam mais de 78% de todas as ocupações da cidade, desse modo, distante ainda de um meio urbano que demonstrasse uma pujança econômica.

Por outro lado, as poucas ocupações profissionais observadas no meio urbano, aparelhos de transporte, correios, telégrafos, telefones, comércio, vestuário, edificação, alimentação, metalurgia, mobiliário, têxtil, bancos, câmbio, seguros e comunicações, somadas chegam a 9,19% das ocupações profissionais. Vale registrar que uma outra fonte que trouxe

alguns dados da época foi o *Almanach de Pennápolis para o Anno de 1920*, que apresentou a informação de que a cidade contou com 500 prédios naquele ano.

O *Almanach de Pennápolis para o anno de 1920* nomina ainda os comerciantes e suas casas comerciais da década de 1920, além dos profissionais liberais e suas ocupações. Segue a lista demonstrada no quadro 4:

Quadro 4: Comerciantes e profissionais liberais de Penápolis - 1920

Casa Luzitana	Domingues & Cardoso
Casa Rolin	Pedro de Oliveira Rolim
Thipografia Pennapolense	Mello & Cia
Oficina de Carpintaria e Ferraria	Manoel Saes Sanches
Machina de Beneficiar Café e Arroz	Oroncio Vaz de Arruda
Pharmacia Pennapolis	Euclides de O. Lima
Gabinete dentário	Domingos Vieira da Silva
Hotel do Comércio	Germano Sanches
Pintor	José Maria
Médico Operador e Parteiro	Drº Aniceto Correia
Hotel S. Francisco	Eliseu Bertoli
Salão de Bilhares	Silvano de Faria & Cia.
Torreção Greca	Espiridião Makrakis
Hotel Jacoletti	Antonio Jacoletti
Cartório de 2º Ofício	José Candido de Andrade
Cartório de 1º Ofício	Jesuino Vianna Camargo
Extratos para transcrições	Bernardo J. Madureira
Cirurgião Dentista	Frederico C. Klinger
Cortume Canta Galo	Castilhione & Giacomo Paro
Relogiaria Curi	Azis Curi Safadi
Casa Faki	Abrahão Faki
Fazenda Sta Luzia	Adolpho Hecth
Cervejaria Avenir	Pepino Melchiori
Alfaiataria Bergamasco	Francisco Bergamasco
Sorveteria Paulista	Roque Fuda
Sapataria e Selaria	Gasparo Rocco
Sapataria Popular	Roque Angelo Lomoli
Casa Comercial	Gonçalo Ibanhes & Filho
Casa Rocha	João Rocha
Pharmacia Brasil	Gragoso & Cia.
Casa Figueiras	Francisco Figueira Cruz
Casa Brunemer	Irmãos Brunemer
Casa da Lavoura –	Mario de Souza Campos
Casa Esperança Luzitana	Vilela & Irmão
Companhia de Terras, Madeira e colonização de São Paulo	Manoel Bento da Cruz, James Mellor, Elyseo de Castro e outros

Fonte: Almanach de Pennápolis para o anno de 1920

É importante notar que muitos desses ocuparão lugares no legislativo e no executivo e serão inauguradores de espaços de entretenimento, clubes e jornais, além de seus nomes referenciando ruas do município.

A mesma fonte nos informa que existiam na cidade de Penápolis, na década de 1920, fábricas com as seguintes características: “fábricas de maçãs alimentícias, de cerveja, de couros, de sabão, de carroças, de especialidades farmacêuticas, de gelo, de fubá e de farinhas, de aguardente e assucar”. Acrescenta ainda a existência de “grande número de serrarias, machinas de beneficiar arroz e café e diversas olarias”.

O biógrafo do capitalista Manoel Bento da Cruz, Orentino Martins, destinou uma parte toda para apresentar os principais colaboradores e correligionários do biografado. Segundo Martins (1968), esses foram os que compuseram uma elite de proprietários rurais e urbanos cujas nacionalidades demonstram, em grande medida, que tanto no meio urbano como no meio rural do município, a tessitura social foi formada por uma diversidade de nacionalidades, não caracterizada como obstáculo para uma identidade classista. Segue abaixo, o quadro 5 com a relação dos nomes:

Quadro 5: Proprietários rurais e urbanos de Penápolis correligionários de Manuel Bento da Cruz- 1920

NOME	OCUPAÇÃO	NACIONALIDADE
Christiano Olsen	Engenheiro	Dinamarquesa
Luiz Osório da Fonseca	Fazendeiro	Brasileira
James Mellor	Comerciante de terras	Inglesa
Eduardo José de Castilho	Fazendeiro	Brasileira
Adolpho Hecht	Agrimensor	Tcheca
Rafael Cezário	Comerciante de madeira	Italiana
Emílio Casasco	Engenheiro	Italiana
Amadeu Soliani	Comerciante	Italiana
Joaquim Soares de Oliveira	Comerciante	Brasileira
Camilo Alves de Faria	Fazendeiro	Brasileira
Orôncio Vaz de Arruda	Fazendeiro	Brasileira

Fonte: (MARTINS, 1968)

Ainda na esteira de caracterização econômica do município de Penápolis entre as décadas de 1910 e 1920, é importante apresentar a quantidade de máquinas de beneficiamento existentes nos anos de 1926 e 1927, outra evidência que denota um território urbano vocacionado a atender as demandas da agricultura e do consumo local e de outras regiões do

estado de São Paulo. Isso proporcionou aos poucos outros setores de negócios, pois comercializavam algodão, arroz, café, madeira, telhas e tijolos, por meio de lojas e armazéns, além de industrializar esses produtos para atender a demanda de uma cadeia de consumo de uma população que crescia muito rapidamente.

Segundo Ercilla; Pinheiro (1928), mais uma fonte importante para demonstrar as características econômicas do município, Penápolis possuía, em 1926, dez máquinas de beneficiar café, em 1927, já eram dezoito e, no ano de 1926, o município já possuía seis máquinas de beneficiar arroz, uma máquina de beneficiar algodão, cinco serrarias e três olarias. O município possuía ainda 260 estabelecimentos comerciais e 101 estabelecimentos industriais.

Os autores, imbuídos pelo viés da interpretação de uma ruptura com os aspectos rurais, apressaram-se em apresentar as presenças de meios modernizadores enfatizando uma deferência em relação à cidade de Penápolis na região Oeste do estado de São Paulo pela rapidez da constituição de uma experiência urbana nos confins do interior do estado de São Paulo:

[...] Pennapolis é a única cidade noroestina onde a escola é dos primeiros edifícios a aparecerem. [...] Hoje é Pennapolis uma das melhores cidades da Noroeste. Ao viajante conhecedor da história do seu rápido desenvolver, deslumbra. Conta da vinda da Estrada de Ferro Noroeste, 1908, isto é, dos seus primeiros ranchos, apenas 20 anos, sendo um ano para a criação de Juízo de Paz, cinco para ser elevada a cidade e dez para ser sede da comarca” (ERCILLA; PINHEIRO, 1928, p. 444.)

Em 1915, segundo o jornal “O Pennapolense”, do dia 15 de outubro, a cidade estaria contando com a Junta de Revisão e Sorteio Militar e, nos anos da década de 1920, segundo o Almanach de Pennapolis, a cidade possuía em sua estrutura administrativa e judiciária, “Câmara Municipal, Prefeitura, Cemitério Municipal, Matadouro Municipal, Administração Judiciária, Promotoria Pública, Tabelliães de 1º e 2º Officio, Official de Registro de Hypothecas, Official de Registro Civil, Juizes de Paz, Collectorias, Delegacia e Agencia do correio”.

Como conclusão do capítulo, diante do processo de formação populacional e econômica verificado no município de Penápolis entre as décadas de 1910 e 1920, é possível inferir que se tratou de um espaço que denota uma referência para o adentrar no espaço geográfico mais a oeste rumo aos estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, pois tinha as condições burocráticas com as presenças de órgãos governamentais e judiciárias capazes

de darem respostas ao intuito de regularização fundiária, além de possuir instituições financeiras pública e privadas ao alcance dos empreendedores ávidos por terras.

Além disso, nos anos que compreendem o período entre 1910 e 1920, portanto, consolidou-se uma cidade que dava suporte urbano para uma atividade agrícola relativamente recente, assentada basicamente no comércio e nos transportes, não havendo uma indústria de transformação, mas apenas unidades produtivas circunstanciais de apoio à construção civil ou à agricultura local.

É importante mencionar também, que o setor da sociedade que implementou as instituições da República e as primeiras legislações, era composto por pessoas possuidoras de propriedades agrícolas, comerciais e industriais de várias nacionalidades e que tinham, dentro da lógica do mandonismo e do coronelismo, interlocuções políticas facilitadoras dos seus negócios no município e na região, capitaneados por Manoel Bento da Cruz.

Ainda como conclusão deste capítulo, nota-se que o afluxo de pessoas para o território e o espaço denominado de campos do Avanhandava iniciou-se no século XVIII por circunstâncias percorridas no primeiro capítulo, dando as condições para a vindoura formação de componentes urbanos na cidade de Penápolis no início do século XX. Isso se deve, em parte, pela presença de imigrantes e pelo parcelamento de terras na ótica mercadológica através de um olhar pautado em ideias capitalistas levado a cabo por Manoel Bento da Cruz e por alguns outros profissionais liberais, que, destoando das atividades majoritariamente voltadas ao campo, trouxeram o olhar para as atividades e negócios pensados para as vivências urbanas já na dinâmica das relações econômicas e sociais capitalistas. Portanto, um lugar ambíguo e característico de uma fronteira em fase de conformação social.

Ao se deparar com as fontes que trouxeram informações e evidências para a legibilidade do recorte do contexto histórico do capítulo, interpreta-se que o personagem Manoel Bento da Cruz, junto a alguns de seus correligionários, representaram um viés de concepção de economia e sociedade pautada na lógica da produção da mercadoria e aferição de lucros, portanto, diferente dos antigos proprietários que, desde o século XIX, possuíam roças e criação de animais para abastecimento das próprias famílias ou para o consumo local.

Alguns eventos, contudo, demonstraram os conflitos entre esses setores díspares. No ano de 1909, Bento da Cruz descobre que os frades da Ordem dos Capuchinhos, os mesmos que foram estimulados a virem para os campos do Avanhandava com doações de terras e construção de moradia, muito por conta das ações de Bento da Cruz, estavam planejando construir a igreja (hoje o Santuário São Francisco de Assis) atravancando a rua central (hoje rua São Francisco). Além disso, ocorreu na escola mantida por eles uma reunião com algumas

peessoas que tinham por finalidade a formação de um diretório político em oposição a Bento da Cruz, com total apoio de seu opositor, o Coronel Fernando Ribeiro Paes de Barros, fazendeiro na região desde o século XIX, considerado um dos pioneiros na região. Como se não bastasse isso, consta que, após a reunião, à tarde, a ala jovem desse grupo entusiasmada, dirigiu-se à Loja do Sol (localizada na esquina da atual rua Dr. Ramalho Franco com a atual Avenida Rui Barbosa), soltando bombas e rojões, além de franquear vinho tinto a todos. Em consequência disso, ocorrem ataques a tiros contra a nova casa dos padres, que ficava ao lado da pedra fundamental do Santuário, a fim de expulsá-los. Foi quando chegou ao lugar o Coronel Fernando Ribeiro e pôs fim aos ataques. Após esses acontecimentos, por ordem do então Secretário da Segurança Pública do Estado, veio a Penápolis, o Dr. Joaquim Albuquerque Maranhão, Delegado de Polícia, para abrir inquérito e apurar a responsabilidade dos participantes. (MARTINS, 1968)

A opinião de Fausto Ribeiro de Barros sobre a contenda, externada em 1948 no seu *Achêgas para a história de Penápolis*, na página 26, também aponta para a existência de duas vertentes paradoxais na disputa pelo domínio político e econômico no processo de constituição da cidade de Penápolis, além de encontrar no Bento da Cruz e em seus correligionários, pessoas capazes de trazer um desenvolvimento econômico e imbuídas de ideias capitalistas.

E o Cruz não deixava de ter as suas razões. Êle afirmava que o conservantismo ronceiro dos frades, a politiquice de capêla e o fanatismo religioso seriam pêias eternas no progresso de Penápolis. O visionário não se enganou. Haja à vista Lins e Araçatuba que se desenvolveram mais do que Penápolis – Os que plantam têm que revolver a terra, revolucionar a ordem anterior; os conservadores guardam o passado, estacam na estrada como cruces de finados e amedrontam os pósteros, que, como jovens, fogem de seus espéctrus tumulâres como a manhã foge da noite.

Uma outra contenda que vale registro para comprovação de evidente confronto de ideias, teve um desfecho trágico. Trata-se do assassinato em 1919 do vereador Luiz Ozório da Fonseca. Conforme já mencionado, Bento da Cruz, em 1911, vence as eleições municipais em Bauru e constitui um diretório político que se torna facção dominante do Partido Republicano Paulista, derrotando o grupo de Afrodísio Sampaio Coelho. Logo depois, ele e a esposa se mudam para Penápolis e passa advogar em ações contra alguns correligionários de Bento da Cruz, além de eleger-se presidente do Diretório do Partido Republicano Paulista de Penápolis, facção governista naquele momento. O fato é que, no pleito municipal daquele ano, o situacionismo havia eleito apenas um vereador, com 125 votos, ao passo que a oposição elegera dois, com 554 sufrágios. Orentino Martins assim descreve o ocorrido:

Na sessão do dia seguinte (16 de janeiro de 1919), Orôncio Vaz de Arruda, presidente da Câmara, procedeu a leitura das disposições regulamentares e já ia dar posse ao vereador Amadeu Soliani, quando se ouviram vários gritos: “Não pode! Não pode! Imediatamente a sala foi invadida por uma horda de capangas armados, que desfecharam muitos tiros. Luiz Ozório defendia-se em cima de uma mesa, com uma cadeira, quando foi mortalmente atingido por vários projéteis. (MARTINS, 1968, p. 118)

Assim manifestou Bento da Cruz sobre a morte de seu correligionário no Jornal O Estado de São Paulo:

Pennapolis. O bárbaro assassinato do sr. Luiz Ozório da Fonseca

Estava assegurada ao Partido Municipal a nova mesa da Camara em qualquer hypothese, mesmo em caso de empate, pela idade seria prefeito o inditoso sr. Luiz Fonseca por ser o vereador mais velho. CHAMAMOS A ATENÇÃO DO PUBLICO PARA ESTE PONTO, DE CAPITAL IMPORTANCIA.

Vendo o partido Afrodisista (que escarneio!) que lhe escapavam a Prefeitura e a presidência da câmara, conhecendo a perfeita legalidade da eleição, esgotados os meios legais, concebeu o infernal plano DE ELIMINAR AO INDITOSO VEREADOR PARA APOSSAR-SE DA PREFEITURA, CARGO QUE É ABSOLUTAMENTE NECESSARIO PARA A MANUTENÇÃO DO BANDITISMO LOCAL E PARA OUTROS E CRIMINOSOS FINS, que mais tarde explanaremos com as precisas provas. ESTE FOI O PRINCIPAL E HORROROSO MOVEL DO NEFANDO CRIME. Pereira dos Santos e Gumerindo Reis permaneceram longos dias em S. Paulo e lá tiveram, com o seu chefe, as precisas confabulações, receberam ordens e instruções e vieram! (O Estado de São Paulo, de 26 de janeiro de 1919)

Essas contendas demonstram também que a cidade ainda estava longe da dita civilidade, pois a presença de capangas, jagunços e caceteiros, contratados de outras localidades, promoviam o terror e eliminavam qualquer possibilidade de prática democrática e de exercício da política.

Outrossim, no que diz respeito às relações sociais e econômicas observadas no início do século XX, ainda não se contempla uma total ruptura da realidade percebida no século XIX, pois, em sua maioria, a população se localiza no campo em regime de colonato, meiação e parceria no processo de produção agrícola assentada em manifestações culturais tradicionais.

Sobre o regime de trabalho pautado no colonato, meiação e parceria, Martins (2015), no capítulo denominado *A produção capitalista de relações não capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café*, apresenta-nos a discussão realizada pela literatura de diversas ciências sociais, dentre elas, História, Sociologia, Economia e Ciência Política, em torno do que começa a existir no Brasil após a abolição da escravidão em 1888. Discussões pautadas em definir se já existiam, naquele período, relações de trabalho assentadas no assalariamento permeando a produção capitalista, principalmente no campo.

O autor esboça, no entanto, que a premissa é a de que, após a abolição do trabalho escravo, surge o trabalho livre, muito embora reconheça e assevere sobre a existência de diversas modalidades de condição de liberdade em pleno período colonial escravocrata. Após a abolição, seria de se supor a preponderância do trabalho assalariado na perspectiva da acumulação de capital na lógica do sistema capitalista, apesar de o autor também nos lembrar das diversas defesas de intelectuais das ciências sociais de que concomitante e pós-escravidão poderíamos constatar em terras brasileiras o modo de produção feudal. Tese também refutada pelo autor e por tantos outros das ciências sociais.

O autor nos traz a informação e a reflexão sobre o surgimento do colonato nas grandes fazendas de café do século XIX no interior de São Paulo acompanhada pelo processo de meiação e parceria, o que antecede as relações capitalistas pautadas na exploração da força de mão de obra de camponeses. Sobre esse conceito o autor discorre da seguinte forma:

Essa crise deu lugar a um regime de trabalho singular, que ficou conhecido como regime de colonato, como mencionei, que abrangeu a cultura de café, mas que também alcançou a de cana-de-açúcar em São Paulo. Ele não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, já que o salário em dinheiro é, no processo capitalista de produção, a única forma de remuneração da força de trabalho. Isso porque o colonato se caracterizou, como se verá em detalhe mais adiante, pela combinação de três elementos: um pagamento fixo em dinheiro pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional em dinheiro pela quantidade de café colhido e produção direta de alimentos, como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador, portanto, um componente camponês pré-capitalista na relação laboral. Além do que o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador familiar, modo camponês de trabalhar, estranho ao mundo do assalariamento e aos requisitos de sua efetivação. É, porém, a produção direta dos meios de vida, com base nesse trabalho familiar, que impossibilita definir essas relações como relações propriamente capitalistas de produção. (MARTINS, 2015, p. 35-36)

Nos bairros rurais que passam a surgir após a formalização da cidade de Penápolis em 1913, constituídos por pequenas propriedades em função do parcelamento de terras que ocorreu devido à sua comercialização, conforme já discorrido anteriormente, em sua maioria, será produzido o café. Muitos imigrantes foram atraídos pelo valor e pelo tamanho das glebas, além das condições favoráveis do solo e do clima e tornaram-se proprietários ou colonos, meeiros e parceiros.

Os imigrantes e seus descendentes localizados nos três maiores e mais populosos bairros rurais que se iniciam a partir da década de 1920, discorrem, por meio de relatos orais, histórias de itinerâncias e momento da chegada na cidade de Penápolis com descrições de suas ocupações.

O senhor Antonio Irvando de Andrade, morador remanescente do bairro rural Araponga, relatou a seguinte história das itinerâncias de seus pais portugueses:

[...] Meu pai veio de Portugal pra Taiúva. A ideia deles era ganhar dinheiro no Brasil e vortá, mas não vortou... trabalhou de colono lá, aí veio pra cá. Taiúva... era mais veio lá, aqui era tudo sertão, chegaram aqui (bairro Araponga) em 1924 e compraram um sitinho. Aqui era tudo mato.²³

Percebemos por meio dessa fala que sua família se capitalizou anteriormente em outra região mais antiga do interior de São Paulo para depois vir para Penápolis adquirir um pedaço de terra para assentar sua família. Quando diz que no bairro era tudo mato, podemos inferir que para formar lavouras precisou envidar esforços da família para tal empreitada, pois o colono não era um trabalhador individual, mas um trabalhador coletivo que combinava as forças de todos os membros da família: o marido, a mulher, os filhos com mais de sete anos.

Da mesma forma a senhora Carolina Boucinha de Souza, ex-moradora do bairro do Paraguai, analisou subjetivamente os motivos pelos quais seus pais portugueses migraram e de forma muito lúcida explanou os detalhes do movimento de seus ancestrais até localizarem-se no bairro do Paraguai e descreveu o que encontraram por volta de 1912 e 1913.

[...] Então, como ele (seu pai) queria adquirir fortuna, ele veio pro Brasil. Deixou minha mãe lá. Minha mãe ficou com o menino. Quando trouxeram pra cá, o menino estava com três anos e meio [...] Foi pra Taiúva e lá ficou sete anos de administrador e foi juntando um dinheirinho e aí comprou 25 alqueires de mato. Era mata pura, tinha onça, tinha tudo... Isso por volta de 1912 e 1913. Fez um rancho, nem casa! Um rancho! Não cheguei a conhecer o rancho coberto com folha de zinco. Diz que as onças berravam pelo corgo abaixo e cada ano ele derrubava um pouco de mato, cada ano ele derrubava um pouco, aí plantava café e foi formando, formando, formando. Meu pai chegou ser dono de oitenta mil pés de café.²⁴

Esse relato é mais uma evidência da aquisição de terras onde mais tarde se constituiria o bairro denominado Paraguai, cuja família já capitalizada, veio abrir o campo para o plantio de lavouras.

²³ Relato oral de Antônio Irvando de Andrade, 45 anos, remanescente do bairro Araponga em entrevista concedida no dia 10/06/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis-SP no contexto do processo migratório – 1940-1970. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP no ano de 2006.

²⁴ Relato oral de Carolina Boucinha de Souza, 78 anos, ex-moradora do bairro do Paraguai em entrevista concedida no dia 15/08/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis-SP no contexto do processo migratório – 1940-1970. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP no ano de 2006.

O relato oral do senhor Lair Aparício Caputo, descendente das nacionalidades espanhola e italiana, explicita bem o momento da chegada de seus familiares nas terras do bairro rural do Paraguai:

Meu pai veio da Espanha, da Província de Ávila. Ele chegou com três anos de idade. Eram em três irmãos (...), aí vieram para Taiúva, lá como meeiro de café. Ficaram lá um certo tempo... que a maioria do bairro do Paraguai vieram daquela região, Taiúva, Bebedouro, Batatais, e de lá vieram maior parte Taiúva e Bebedouro. Deve ter sido em 1908, por aí. Então, foi vendido pedaços de terra aqui no Bairro do Paraguai, né, que era tudo mato e meu avô comprou 20 alqueires, o Boucinha comprou mais terra, que era um português, a família Penteado comprou mais perto aqui e compraram também cada um, um quinhão de terra e formaram aquela comunidade. E foi só com o café. O que predominava era o café, só café, café, café...²⁵

A referida dissertação demonstrou que nem todos se integraram às comunidades na condição de proprietários, pois algumas pessoas envolviam-se na produção na condição de meeiros e parceiros dos próprios compatriotas, residindo nas terras alheias e nas moradias cedidas. Não obstante, essas pessoas doravante conseguiam uma condição de adquirir um pedaço de terra, mas a maioria permanecia na condição de meeiro e parceiro e nem todos os proprietários conseguiam parcerias no processo produtivo, sendo obrigados a envolver toda a família - mulheres, crianças, jovens e adultos - para garantir a sobrevivência e a manutenção da propriedade.

Como última observação, no início do século XX, verificou-se uma cidade híbrida com elementos tradicionais de cultura camponesa e com elementos presentes que denotam uma urbanidade em gestação, ou seja, ainda se constatava viva a fronteira, pois o conflito ainda não havia se dissipado, e os tempos estavam no processo de fundição.

²⁵ Relato oral de Lair Aparício Caputo, 71 anos, ex-morador do bairro do Paraguai em entrevista concedida no dia 14/08/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis-SP no contexto do processo migratório – 1940-1970. Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP no ano de 2006.

3 OS NACIONAIS E OS IMIGRANTES NA FORMAÇÃO DA TESSITURA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS-SP

Conforme apresentado anteriormente, a população do município de Penápolis na fronteira dos campos do Avanhandava foi formada através dos tempos por indígenas, tais como Guarani e Kaingang, degredados, mestiços, posseiros, bugreiros, religiosos e imigrantes em diversos momentos do processo de constituição dessa fronteira na região Oeste do estado de São Paulo na lógica da expansão geográfica, demográfica e, por conseguinte, econômica.

O presente capítulo versa sobre o momento em que foi verificado o aumento populacional pautado por circunstâncias também já apresentadas, mas que merece um estudo mais apurado em relação a um componente novo constitutivo do conjunto das nacionalidades envolvidas nesta volúpia populacional no processo de formação da Vila, do Distrito, da Cidade e da Comarca nas terras que compuseram essa fronteira no início do século XX. O componente foi o grupo de estrangeiros que se juntou aos núcleos populacionais já existentes, dando uma nova característica ao município e à população em formação.

Isso é importante, pois, na medida em que as fontes consultadas foram revelando um contingente de imigrantes oriundos, principalmente, dos continentes europeu e asiático, que se encaminhavam para esse território na busca da posse de um pedaço de terra para se tornarem produtores rurais, colaborou com o aumento populacional da região Oeste do estado de São Paulo e da cidade de Penápolis entre as décadas de 1910 e 1920.

É importante novamente informar que, quando se fala em zona Noroeste do estado de São Paulo, ao longo deste trabalho, trata-se da região Oeste, compreendida de Bauru ao rio Paraná, cujo tamanho é de 22.693 quilômetros quadrados. De acordo com a “Secção de Estatística Demographo-Sanitaria do Estado, sua população era, em 1920, de 121.137.

Segundo Ercilla; Pinheiro (1928), essa população se repartia, naquele ano, da seguinte maneira pelos municípios existentes nesta região:

Baurú: 20.386;

Avahy: 15.446;

Pirajuy: 29.042;

Lins: 12.692;

Pennapolis: 43.871

Observa-se aqui que, naquele ano, a cidade de Penápolis possuía o maior número de habitantes de toda região Oeste do estado de São Paulo, pois era sede de uma comarca que reunia as cidades que hoje se denominam Promissão, Avanhadava, Birigui e Araçatuba.

Já no ano de 1925, segundo a mesma fonte, observa-se um aumento considerável de habitantes na região, saindo de 121.137 no ano de 1920 e passando para 224.044 habitantes em 1925, assim distribuídos agora nas seguintes cidades:

Baurú: 25.350;
 Avahy: 22.033;
 Pirajuhy: 50.769;
 Lins: 35.937;
 Promissão: 13.125;
 Pennapolis: 35.999;
 Biriguy: 26.220;
 Araçatuba: 14.611

Nota-se aqui o aumento do número de cidades em relação ao ano de 1920, pois Promissão, Birigui e Araçatuba emanciparam-se de Penápolis nesse espaço de tempo. Abaixo a figura 15 do mapa da região retratada na década de 1920.

Figura 15: Mapa da Zona Noroeste



Fonte: (ERCILLA; PINHEIRO, 1918)

Contribuindo também com as estatísticas do período, Alfredo Ellis Filho no “Diário da Noroeste”, nº 66, de 16 de outubro de 1925, apresenta as participações das diversas nacionalidades nas ocupações de trabalho em termos percentuais. No que diz respeito à região Oeste temos a seguinte situação:

brasileiros: 91,4%;

italianos: 3.9%;

espanhóis: 2,7%

portugueses: 1,3%

De forma apologética e nacionalista, Alfredo Ellis, então Deputado Estadual, assim comemora os números:

É nos bem grato, e fala muito docemente ao nosso espírito de nacionalismo essa percentagem de brasileiros, que vem desmentir fragrantemente essa negra lenda de que somos inferiores ao imigrante estrangeiro. [...] e são os nacionais os que mais se avolumam nessa conquista ao sertão, a manejarem sobranceiros e infatigáveis nesse “mar tenebroso” da matta virgem. [...] As populações dos outros Estados, attrahidas pelo formidável surto de prosperidade de S. Paulo, onde as perspectivas de victoria na vida são infinitamente maiores, para aqui accorrem em ondas silenciosas, volumosíssimas, que dia a dia atravessam as nossas divisas estaduais, incólumes aos registros demográficos. [...] Na Noroeste o número desses brasileiros beneméritos que sem estímulo oficial, sem outra orientação que não a do seu espírito aventureiro: - é mais do dobro do número dos italianos e três vezes o dos hespanhoes. (ERCILLA; PINHEIRO, 1928, p. 23)

Essas informações, acrescidas de outras fontes que logo mais serão apresentadas, evidenciam que, nessa região, muito embora tenha ocorrido a chegada de estrangeiros europeus e asiáticos, o que predominou foi a presença de pessoas já naturalizadas brasileiras e miscigenadas oriundas de várias partes do Brasil, principalmente de Minas Gerais e Bahia.

Em relação às informações demográficas, vale salientar, conforme nos informa Truzzi, Palma; Monsma (2023), que durante o início do século XX os censos nacionais de 1900 e 1920 não incluíram a variável cor em sua coleta de dados. O estado de São Paulo realizou um censo estadual em 1934, mas que ainda não incluiu a variável cor. Por isso, segundo os autores, há uma lacuna de mais de meio século entre o recenseamento estadual de 1886 e o censo nacional de 1940, o primeiro recenseamento confiável, no período republicano, no qual a variável cor foi considerada. Esse fato, dificultou mensurar a presença de afro-brasileiros.

Na esteira das informações que colaboraram para a inteligibilidade das características da constituição populacional, temos o texto denominado *Histórico da Região Noroeste*, de A. M. de Ercilla e Brenno Pinheiro, em obra já mencionada, denominada Zona Noroeste, que se inicia na página 123. Abaixo segue um trecho:

[...] A fazenda Cangica, de Roberto Schuenger contava 50 a 60 mil pés – no Km 65 da estrada, onde está hoje a estação de Mirante, e outras pequenas lavouras de brasileiros, pois por essa época era Roberto Schuenger o único estrangeiro dos primeiros abridores de fazendas em terras da Noroeste. Desses fazendeiros incipientes eram colonos elementos nacionais, - notadamente nortista, vindos quase todos dos sertões da Bahia. Dahi talvez o chamarem-se bahianos, no Noroeste, a todos os trabalhadores que, pelo seu falar arrastado ou cantante e pelos modos descansados denunciem origem nortista. Como dentre os bahianos havia muitos negros, em pouco os daqui, que tinham a pigmentação preta, com aqueles eram confundidos. Temos portanto, como primeiros abridores do sertão, engenheiros nacionais com ajuda de nortista.

Por isso, as constatações de estrangeiros nessas terras requer algumas reflexões. Para a inteligibilidade dos motivos de suas presenças num território e espaço onde se verificou a implementação de estruturas administrativas e jurídicas inserida no recorte dos anos de 1910 e 1920, o tema imigração enseja uma apresentação dentro do escopo dos diversos estudos das ciências sociais, bem como sua conceituação.

3.1 Emigrante, Imigrante e Migração: algumas considerações

A partir do momento em que se constata um contingente populacional importante de pessoas oriundas de diversas localidades da Europa e Ásia e cujo perfil de ocupações laborais se caracteriza, principalmente, pelas atividades agrícolas, recorre-se às análises produzidas por Sayad (1998)), principalmente quando coloca o status da imigração como um “fato social completo”, ou seja, o itinerário do imigrante passa a ter um tratamento pautado nas diversas dimensões de interpretação e apreensão. Por isso, a imigração, segundo o autor, é, em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço. As ciências que buscarão uma inteligibilidade em relação à população e ao espaço, serão a demografia e a geografia, pois, ao tratarem da ocupação dos territórios e da distribuição da população, a relação entre as ambas se faz necessária. Outrossim, o espaço dos deslocamentos, não sendo apenas um espaço físico e sim também um espaço qualificado em muitos sentidos; social, econômica, política e culturalmente, as outras inúmeras disciplinas, tais como a história, economia, direito, sociologia, psicologia social, antropologia, linguística e ciência política são mobilizadas para explicar a imigração por ser um “fato social total” a fim de compreender a imigração dentro da perspectiva de compreensão da sociedade como um todo.

Por isso, este trabalho assume o viés de entendimento que a imigração é “um fato social total” e, se trataremos de um espaço e território cujo povoamento caracterizou-se pela diversidade de composição humana a partir de movimentações provocadas sob os mais

diversos aspectos, faz-se mister incluir as reflexões desse autor contidas na obra *A imigração ou os paradoxos da alteridade* na qual se enfatiza a importância do reconhecimento da complexidade que o estudo da emigração e da imigração requer, pois, na origem da imigração, encontramos a emigração porque é ato inicial do processo. Segundo ele, o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em dado lugar e sociedade, é chamado em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, de emigração.

Como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como a outra vertente da imigração, na qual se prolonga e sobrevive, e que continuará acompanhando enquanto o imigrante, como duplo do emigrante, não desaparecer ou tiver sido definitivamente esquecido como tal – e, mesmo assim, isto ainda não é absolutamente certo, pois o emigrante pode ser esquecido como tal pela sociedade de emigração mais facilmente e antes mesmo que tenha deixado de ser chamado com o nome de imigrante. (SAYAD, 1998, p. 14)

Faz-se também pertinente, a assertiva de Leite (2000, p.183) e (MOYA, 2004, p. 405) neste exercício de apresentação da temática imigração, pois nos trazem a reflexão de que a repulsão ou atração não deve ser entendida como uma análise que seleciona um fator e elimina outro, isto é, as migrações não acontecem, segundo os autores, em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas, sim, da conjugação, em situações concretas, da necessidade com a oportunidade. Ou seja, esses autores, ao pesquisarem sobre a temática da imigração internacional, pretenderam tratá-la da maneira mais abrangente possível, buscando não deixar lacunas sobre as razões que explicam o fenômeno da migração.

Assim, nessa direção também, para Moya, os fatores de atração e expulsão devem ser substituídos pelo que chama de interação entre fatores macro e microestruturais, interligadores de “tendências globais e redes com bases locais” (MOYA, 2004, p. 405).

Os estudos em geral das ciências sociais, portanto, nos indicam que a iniciativa de migrar é estimulada a partir das dificuldades de sobrevivência das pessoas inseridas em seus meios tradicionais de origem. É a luta pela obtenção de alimentos e condição econômica adequada a uma existência humana que faz da migração uma opção um tanto quanto desesperadora, mas, ao mesmo tempo, idílica. Se não é o único motivo, é o mais importante fator de expulsão de milhões de pessoas dos lugares mais diversos do planeta ao longo da existência histórica humana.

Logo, para este estudo, é importante reconhecer a assertiva de que existem basicamente três fatores que, reunidos, permitem a compreensão do fenômeno da imigração: o primeiro versa sobre o acesso à terra e, portanto, ao alimento; o segundo, a variação da

produtividade da terra; e o terceiro, o número de membros da família que precisam ser mantidos. (KLEIN, 2000, p. 14)

No caso do estudo em questão, grande parte da população que passou a residir no município de Penápolis-SP era oriunda do continente europeu e, portanto, é desse continente que trataremos brevemente. Desse modo, é necessária a compreensão dos fatores dominantes expostos acima e que são proporcionadores de itinerâncias, pois provocaram uma situação de dificuldades econômicas para grande número de camponeses europeus pelo menos até a década de 1930.

Segundo Klein (2000), em seu ensaio intitulado *Migração Internacional na História das Américas*, a mudança do arcabouço jurídico ordenador dos direitos de posse da terra, em resposta às crescentes demandas alimentares em função do crescimento populacional observado em toda Europa no século XIX, implicou a perda por muitos camponeses de seus direitos sobre a terra, forçando-os a trabalhar para outros. Como consequência, os *enclosures* (processo de passagem de terras livres ou comuns para uso privado, com a demarcação de áreas e seu cercamento) somados à crescente mecanização da agricultura, significaram menor necessidade de mão de obra, exatamente num momento em que surgia um excedente de força de trabalho, tendo como consequência direta a fome, uma ameaça às populações sem-terra ou que as possuíam de forma limitada. Assim, o autor conclui o diagnóstico das circunstâncias proporcionadoras dos fatores de expulsão do continente europeu:

Todos esses fatores trouxeram dificuldades econômicas genuínas para grande número de camponeses europeus. No começo a própria Europa que mais atraía os camponeses expulsos da terra. Um escoadouro era o crescimento da população urbana européia e o outro, o trabalho migratório temporário. No entanto, essas oportunidades potenciais eram limitadas. O Hemisfério Ocidental oferecia maiores possibilidades de escapar das crescentes limitações nos mercados de trabalho europeus. (KLEIN, 2000, P. 15)

A fome e a miséria campeavam o continente europeu no campo e nas cidades, as quais repletas de desempregados expropriados do campo, impulsionaram as pessoas na busca de trabalho nos seus próprios países ou em países vizinhos, consubstanciando, assim, uma migração sazonal. Quando nem a sazonalidade das ocupações resolvia a carestia, começava a emigração.

Todavia, para essas pessoas o fulcro de suas existências e de suas motivações orbitavam em torno de um pedaço de terra, pois seus mundos eram os limites da comunidade a que pertenciam e dentro da qual acontecia a coesão do grupo, ou seja, o que estava acontecendo era a perda da autossuficiência e de seus valores tradicionais. Por isso, o desejo

de reconstruir tudo isso continuaria, e emigrar passou a ser a única possibilidade de resgate agora em terras americanas, e, em grande medida, no Brasil.

Como nos informa Zuleika Alvim:

Assim, motivos econômicos, perseguições religiosas, crescimento demográfico, desenvolvimento tecnológico, expansão das companhias de navegação podem ser apontados como causas da emigração em larga escala, principalmente a partir de 1850. [...] A América entra nos lares camponeses como o pão com o que se alimentavam, pela estratégia montada pelos países arregimentadores de mão-de-obra, como o Brasil. (ALVIM, 1998, p. 230)

Enfim, atraídos pelas promessas de um dia poderem ser proprietários de terra e possuírem seus próprios negócios, levadas de mulheres e homens deixaram seus países na Europa e rumaram para o Brasil recém-inaugurado como Estado-nação, onde tudo estaria por fazer.

É salutar também para este estudo demonstrar o contexto brasileiro a fim de compreender o afluxo de pessoas, pois, a partir do século XIX, constata-se seu aumento. Isso tem a ver com a política imigratória, cujo período remonta à época joanina e oscila até 1880, perpassando os anseios de alguns liberais do Império por atrair pequenos proprietários com o intuito de povoar as regiões sulinas. Era necessário, para esses, consolidar o território brasileiro, portanto, ocupar as terras na região evitaria a cobiça dos platinos.

Nas regras de admissão de estrangeiros, o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor; mais do que isso, um agricultor branco que emigra em família. Soma-se a isso, o anseio dos grandes fazendeiros por manter a política agrária assentada na grande propriedade e na agricultura de exportação, assim ensejando uma farta mão de obra, fosse ela advinda da entrada maciça de escravo ou de imigrantes pobres destinados à substituição dos escravos nas plantações e à garantia de que não se tornassem, naquele momento, proprietários.

No cerne desse debate estiveram latentes as duas faces da política imigratória: o branqueamento da raça e a necessidade de uma nação mais civilizada e de um país onde o binômio senhor/escravo fosse amenizado.

Porém, a política de colonização da região sul do país não logrou sucesso, pois conforme nos apresenta Zuleika Alvim:

Funcionários mal treinados no gerenciamento dos núcleos, demora na demarcação dos lotes e abertura de estradas, ausência de hospedaria para abrigar as pessoas imediatamente após a sua chegada obrigaram muitas famílias embarcadas com o destino ao sul a esperar seis meses para se estabelecer ou até mesmo um ano, em casos limites, nos quais o governo era obrigado a mantê-las, aumentando ainda mais suas despesas. Vários relatos chamam a atenção para o número de europeus

maltrapilhos que desfilavam pelas cidades sulinas, pedindo esmolas para sobreviver. (ALVIM, 1998, p. 232)

Por outro lado, numa outra linha de ação política e estratégia de atração de pessoas para o Brasil, os grandes fazendeiros, mais organizados e mais enriquecidos, buscavam perpetuar a grande propriedade e o comércio de exportação. O que se verificou, portanto, principalmente a partir de 1870, na província de São Paulo, em função do plantio em larga escala do café, foi o início da introdução de imigrantes europeus com passagens pagas pelos fazendeiros e obrigados a cumprir um contrato de cinco anos. Ao findar do mesmo, as despesas deveriam ser restituídas. Destarte, em 1881, os fazendeiros conseguiram que o governo imperial arcasse com as despesas de metade das passagens. Em 1884, no entanto, o governo da província paulista assumiu o traslado integral dos colonos.

Porém, é importante ressaltar que a preferência por estrangeiros europeus foi motivada pela busca de um país de futuro branco ou branqueado por parte de um setor da sociedade brasileira alocada nas instituições inauguradas após a independência. Isso se deu no contexto das teorias raciais importadas da Europa a partir de meados do século XIX, no momento do processo de intensificação da abolição da escravidão. Conforme apresenta Lilia Schwarcz no livro *O espetáculo das raças* (1996), o papel desempenhado por essas teorias no processo de desmontagem do escravismo desencadeou explicações sobre a constituição do povo brasileiro, no início do século XX, a partir da perspectiva multiétnica, mas em transição. A escravidão que perdurou mais de três séculos no Brasil, havia inibido qualquer discussão sobre cidadania, pois ela legitimou a inferioridade.

Foi somente nos estertores da escravidão e da monarquia que a questão racial passou para a agenda do dia, pois, como nos informa Schwarcz (1998, p. 186), “A “raça” era introduzida, assim, com base nos dados da biologia da época e privilegiava a definição dos grupos segundo seu fenótipo, o que eliminava a possibilidade de se pensar no indivíduo e no próprio exercício da cidadania.” Como consequência, tivemos no Brasil a ideia de que pela entrada maciça de imigrantes brancos, conseguiríamos embranquecer a “raça”, ou seja, regenerar a “raça” na perspectiva de seu clareamento.

De qualquer forma, o que se constatou é que esses vieses de ação visando à resolução da questão da mão de obra e do processo de branqueamento redundaram numa legislação fundiária, a Lei de Terras (regulamentada em 1854 e já apresentada anteriormente), na qual se verificou a passagem do controle das terras devolutas para as províncias e definiu a concessão de terras devolutas, exclusivamente, por compra - o que, na prática, permitiu a

atuação de empresas particulares de colonização – ou seja, foi concebida a política de colonização atrelada à imigração. Além disso, as constituições não previram a inclusão social, pelo contrário, destinaram-se desde sempre a poucos.

A região Oeste do estado de São Paulo, no início do século XX, conforme já apresentado no capítulo anterior, por conta de empreendimentos levados a cabo por empresas de colonização, foi emblemática no tocante ao parcelamento de terras e seu barateamento, visando justamente aos ávidos estrangeiros por obtê-las e oriundos de várias regiões do estado de São Paulo ou mesmo diretamente dos seus países de origens. Tratava-se, portanto, de um território de grandes possibilidades e que se consolidou pelo afluxo de pessoas para as lavouras de subsistências, para a criação de gado e para o plantio em larga escala do café. Estava garantido assim, um território e espaço que atrairiam milhares de brancos camponeses europeus.

Logo, o espaço e território dos campos do Avanhadava onde se localiza o município de Penápolis, transformaram-se, no início do século XX, concretamente num modelo diferente das colônias do sul, pois aqui houve colonização privada e assentada na posse de pequenas e médias glebas de terras com trabalhadores de várias nacionalidades e advindas, principalmente da Europa, inauguradoras de experiências de relações de trabalho pautadas da meiação, parceria e colonato, conforme já explicitado anteriormente. Aos poucos foram se integrando, principalmente pelas legislações.

Por isso, é possível inferir que o município de Penápolis inscreve-se no processo de introdução por parte da elite imigrantista brasileira, comprometida com o modelo de colonização baseado na pequena propriedade, tendo em vista as intenções de legisladores que, ao articular a assimilação/miscigenação com imigração europeia, buscavam um povo branco na aparência para formação da nação pretendida.

3.2 A chegada dos estrangeiros no município de Penápolis-SP, 1910 – 1940

Isso posto, no bojo também desse contexto, faz-se mister inserir a apresentação da constituição populacional no momento da criação da cidade de Penápolis em 1913, refletindo sobre a tessitura social pautada por nacionalidades diversas, mas com interesses comuns que foram os de adquirirem posses e, finalmente, se estabelecerem em terras capazes de garantir a tão sonhada estabilidade para toda família, após alguns deles perambularem antes em outras regiões do estado.

Para a constatação de suas presenças na cidade de Penápolis, foram encontradas informações na publicação *São Paulo do Passado: Dados Demográficos – VI*, organizada por Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi. O texto já foi utilizado para embasar outras reflexões no capítulo anterior, após consultas nas fichas de registros de imigrantes encontradas de forma precária nos arquivos da Delegacia da Polícia Civil de Penápolis e levadas para o acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”. Sobre as mesmas, é possível, segundo informações de funcionários da Delegacia de Polícia Civil e do referido museu, que muitas fichas tenham sido descartadas por conta das condições precárias do arquivo, antes desse remanejamento. Foram verificadas 2.467 fichas de registros entre os anos de 1939 e 1942, de onde se extraíram as informações das nacionalidades dos primeiros estrangeiros na cidade de Penápolis, além de outras informações pertinentes. Esses registros foram o resultado de legislações do período getulista da República brasileira que objetivavam o controle e o abasileiramento desses estrangeiros.

Primeiro, a partir do quadro 6 logo abaixo, é possível um retrato da constituição populacional da cidade de Penápolis capturado no Censo de 1920.

Quadro 6: População de Penápolis-SP - 1920

	Brasileiros			Estrangeiros			População total
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	
Penápolis	5.324	4.481	9.805	2.292	1.640	3.932	13.754
Hector Legru	1.103	935	2.038	873	579	1.452	3.490
Miguel Calmon	1.464	1.282	2.746	361	317	678	3.424
Birigui	3.977	3.382	7.359	2.166	1.631	3.797	11.157
Araçatuba	5.131	4.031	9.142	1.644	1.240	2.884	12.046
Total	16.999	14.111	31.110	7.336	5.407	12.743	43.871

Fonte: Adaptado de São Paulo do Passado: Dados Demográficos, 1999

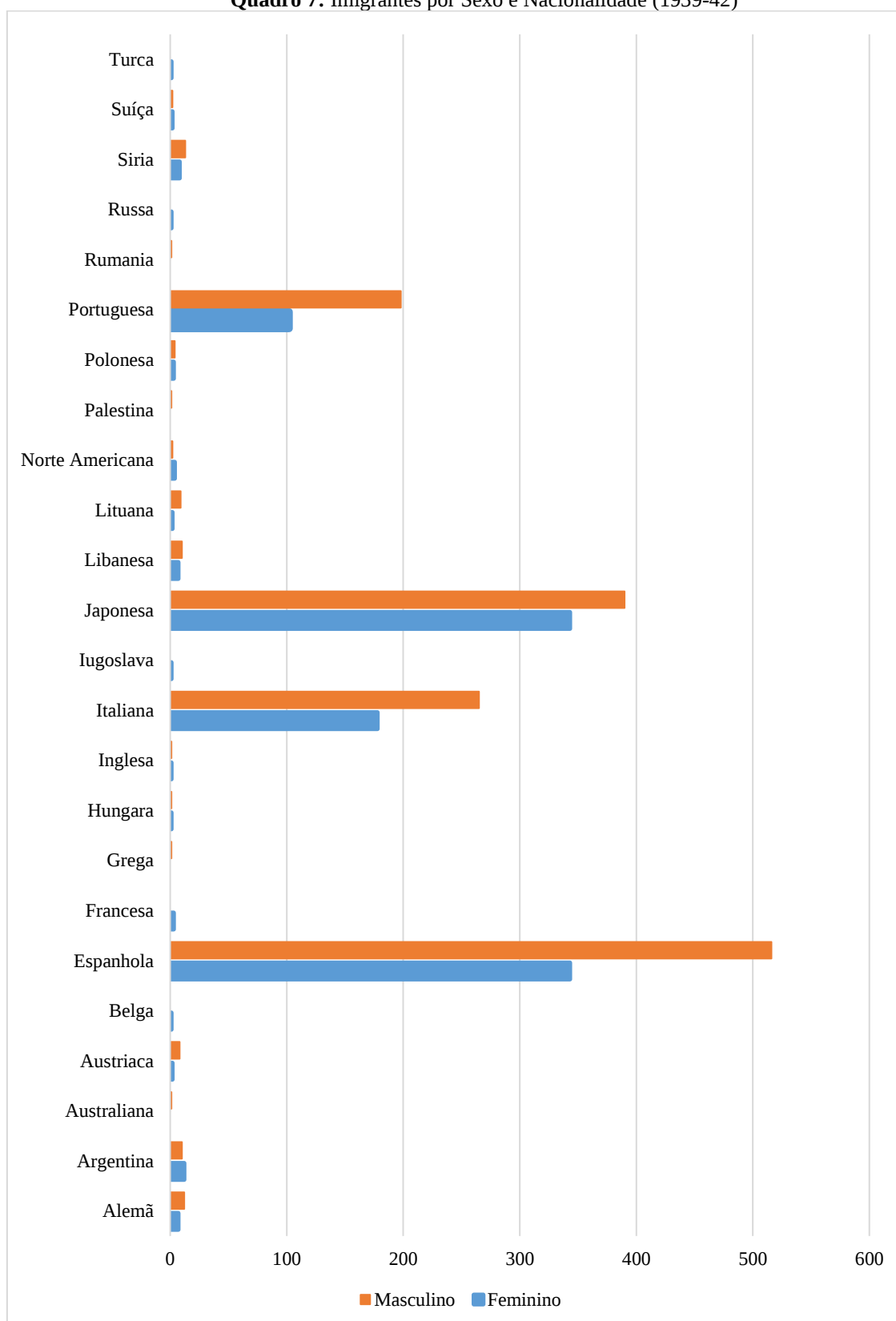
Se desde o século XVIII existiu afluxo de pessoas para o território onde se localiza a cidade de Penápolis, é possível inferir que dentre os 9.805 brasileiros presentes no ano de 1920, estão os descendentes da colônia do Degredo, do Patrimônio da Nossa Senhora do Carmo, dos atraídos e constituidores de fazendas e sítios localizados próximos da Colônia Militar do Avanhandava, dos mineiros posseiros, roceiros e criadores de animais e de muitos que vieram trabalhar como operários para os empreiteiros na construção da linha férrea Noroeste do Brasil – NOB. Somam-se a esses, alguns descendentes da primeira geração de imigrantes que já capitalizados em outras regiões do país e do Estado, vieram investir a perspectiva capitalista como fizeram Manuel Bento da Cruz, James Mellor, Orôncio Vaz de

Arruda e tantos outros. Foram os que participaram da frente de expansão no processo de ampliação da fronteira demográfica nessa localidade da região Oeste do estado de São Paulo.

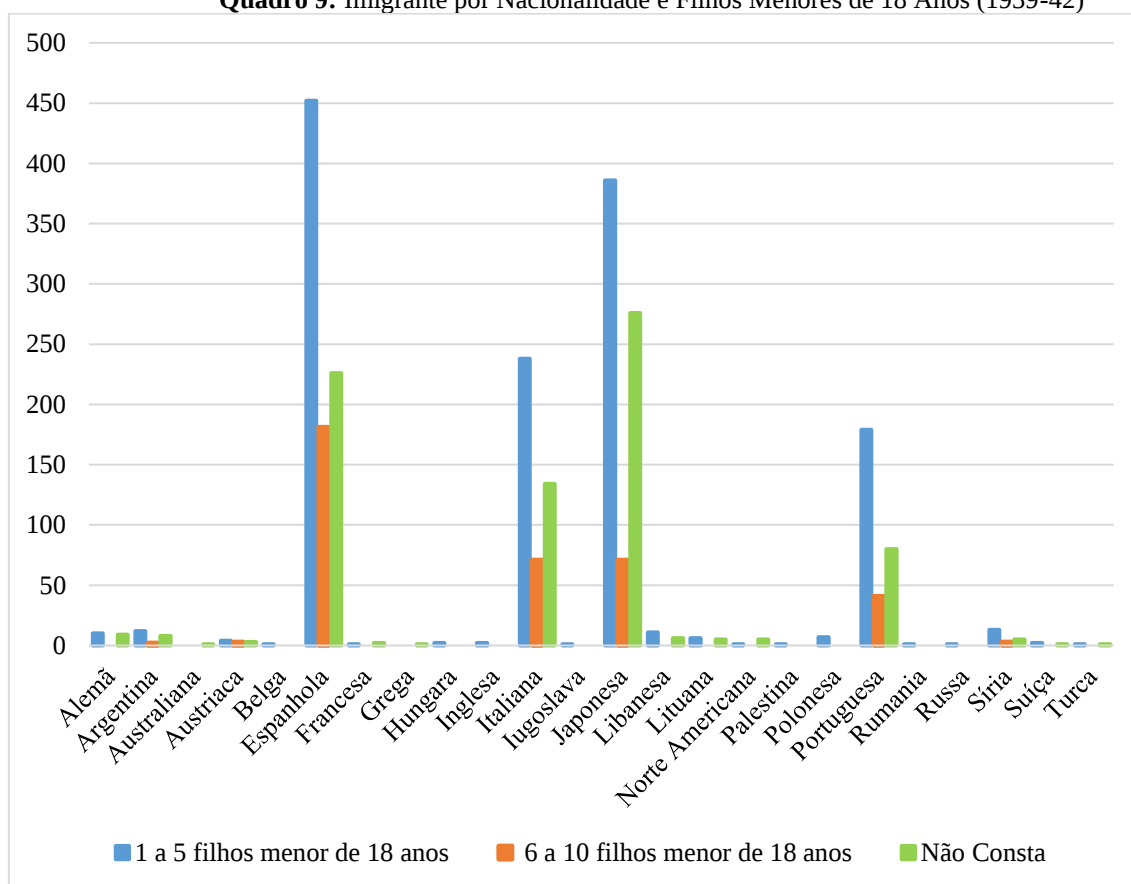
É importante enfatizar que, em relação a esses números da população, a cidade de Penápolis em 1920, como sede de comarca dos distritos de Hector Legru (hoje Promissão), Miguel Calmon (hoje Avanhandava), Birigui e Araçatuba, possuía o maior contingente populacional, tanto de brasileiros como de estrangeiros, confirmando, assim, seu papel de relevância para a interiorização do desenvolvimento econômico da região. Vale observar que hoje a cidade foi superada em termos econômicos e populacionais pelas cidades de Birigui e Araçatuba.

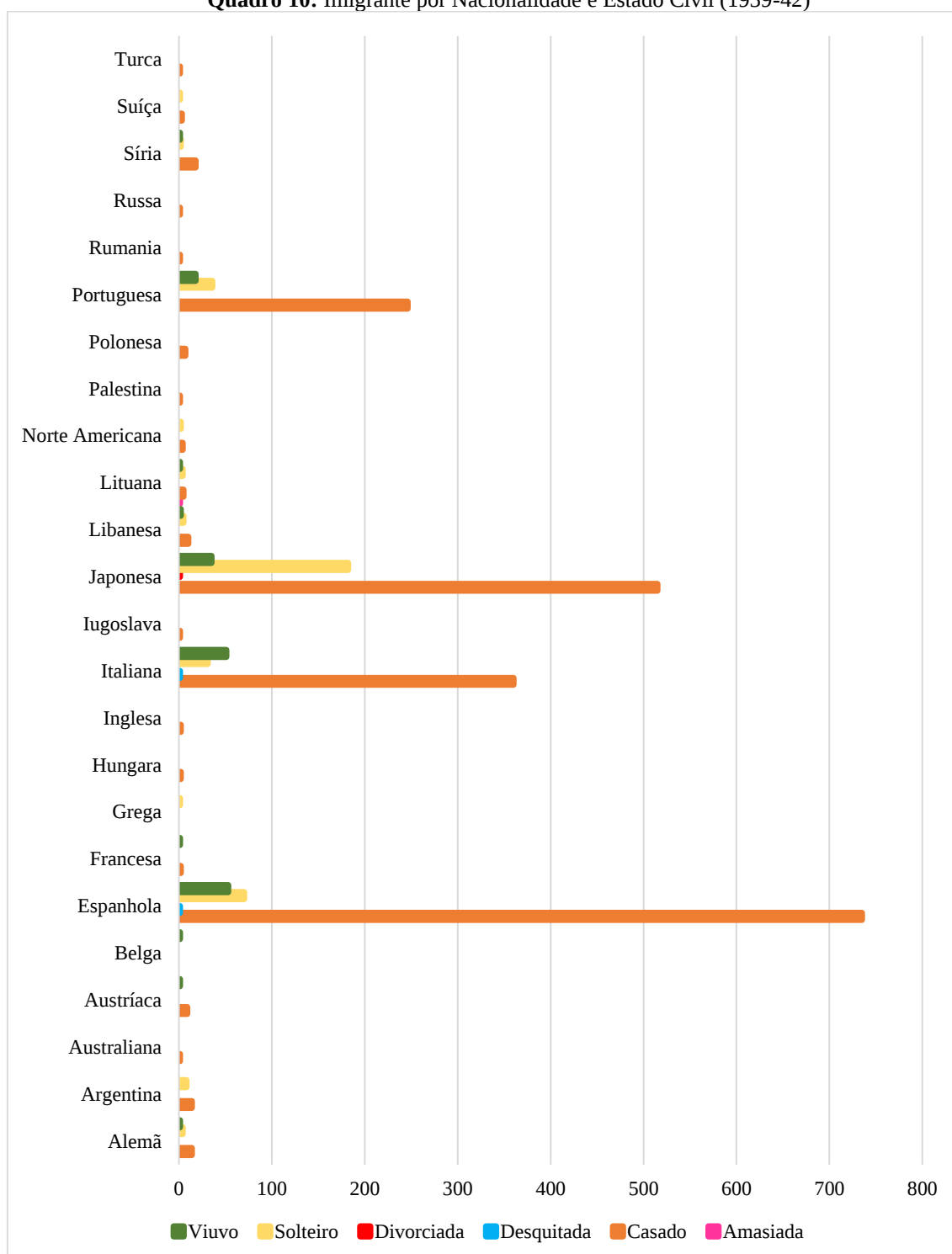
Uma outra constatação é de que o contingente populacional masculino foi maior tanto entre os brasileiros quanto entre os estrangeiros. Uma hipótese aventada é que os primeiros abridores do denominado “sertão desconhecido” dos campos do Avanhandava, vieram sem suas famílias para a ocupação das terras, abertura de picadões, derrubadas de matas e construção de estrada de ferro. Já entre os imigrantes, até o ano de 1920, o perfil dos imigrantes foi o de homem, jovem, solteiro, ou de homem, que, depois de um período, conseguiu buscar esposa e filho quando houve condições para isso.

Como as fontes pesquisadas trouxeram a informação de que as principais nacionalidades constitutivas do grupo de imigrantes são formadas por portugueses, italianos, espanhóis e japoneses, é importante apresentar alguns gráficos elaborados a partir das mencionadas fichas de registro de imigrantes, contendo cruzamentos de dados a fim de extrair deles algumas análises e conclusões sobre esse contingente de pessoas que constituíram a população da cidade.

Quadro 7: Imigrantes por Sexo e Nacionalidade (1939-42)

Quadro 8: Imigrante por nacionalidade e profissão (1939-42)

Quadro 9: Imigrante por Nacionalidade e Filhos Menores de 18 Anos (1939-42)

Quadro 10: Imigrante por Nacionalidade e Estado Civil (1939-42)

Esses quadros ensinam apresentações específicas de cada nacionalidade que compôs a tessitura social da cidade de Penápolis, dentro da denominada Zona nova de ocupação do estado de São Paulo.

No que diz respeito ao maior contingente de estrangeiros na cidade de Penápolis, os espanhóis, segundo Elda Evangelina González Martínez (2000, p. 251) em seu texto *O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis*, a política migratória desenvolvida pelo Estado de São Paulo foi o fator decisivo para que tantas pessoas saíssem da Espanha, ao passo que, segundo a autora, os fatores de expulsão não foram relevantes. A alternativa de emigrar só foi escolhida a partir do momento em que se tornou possível fazê-lo gratuitamente. Esta foi uma característica decisiva da emigração espanhola: só iriam para as fazendas aqueles que não tivessem dinheiro para comprar uma passagem que lhes permitisse emigrar para a Argentina, para o Uruguai ou Cuba. Portanto, pode-se inferir que emigraram para São Paulo os mais carentes, aqueles que não podiam assumir os custos da viagem para a família.

Algumas destas pessoas (cerca de 45 mil, segundo ainda a autora) passaram a residir na região Noroeste, que inclui o município de Penápolis, principalmente, no seu meio rural. Entre os anos de 1886 e 1900, mais de 1 milhão e duzentos mil imigrantes espanhóis deixaram a Espanha; desses, conforme nos informa Aguiar (1991, p. 161/162), 15% preferiram vir ao Brasil. Um outro autor, Holloway (1994, p. 73), informa ainda que, durante o período de 1886 - 1900, a Espanha forneceu 183.786 dos imigrantes entrados no Brasil. Desses, 11% vieram para São Paulo. No início do século XX, a emigração espanhola conheceu sua fase de maior índice de chegadas, com 129.241 entradas nos decênios 1901 – 1910, sendo que, nos anos antecedentes à Primeira Guerra Mundial, o fluxo migratório se elevou, quando entraram no Brasil 122.624 espanhóis apenas entre 1911 e 1914 (AGUIAR, 1991, p. 161).

Isso posto, é possível constatar que o fluxo de emigração espanhola ao Brasil tem a ver com a preferência em chegar às regiões onde já existia maior segurança de trabalho para si e suas famílias, no caso, as grandes fazendas de cultura de café, ou, como no caso da cidade de Penápolis, onde alguns, com recursos suficientes para a compra de uma gleba de terra, foram atraídos. Como confirmação dessa informação de cerca de 219.142 imigrantes espanhóis declarados pelo censo de 1920 como ‘residentes’, 171.189 se achavam definitivamente instalados em terras paulistas (AGUIAR, 1991, p. 13).

Klein (1994, p. 35) informa-nos que, das quatro principais etnias de imigrantes entrados no país, as italiana, portuguesa, espanhola e japonesa, o espanhol ocupa o terceiro lugar, depois dos italianos e portugueses, e se considerarmos apenas as estatísticas oficiais de entrada/saída de imigrantes no estado de São Paulo, ao longo das últimas décadas do século XIX até os anos de 1930, podemos afirmar que os espanhóis foram inferiores numericamente apenas aos italianos. Pouco antes de 1914, eles ultrapassaram temporariamente os italianos em importância e responderam por 22% de todos os imigrantes chegados ao país.

Vale ressaltar que, no início de 1910, o governo espanhol realizou uma investigação formal sobre as condições de vida de seus súditos no Brasil e concluiu que os contratos estavam levando à exploração e ao abuso. Disso resultou a ordem real de 25 de agosto de 1910 proibindo emigrar ao Brasil com bilhete gratuito (KLEIN, 1994, p. 43), providência que não alterou significativamente o fluxo de espanhóis para o Brasil, uma vez que os anos de maior índice de entrada deram-se depois da instauração da proibição.

Enfim, a imigração espanhola coincidiu com a expansão dos cafezais no Oeste Novo, onde se localiza a cidade de Penápolis, enquanto a italiana coincidira com a ocupação do Oeste Velho. Em 1920, dos 133.749 espanhóis que viviam nas regiões cafeeiras, 49,9% estavam nas zonas novas, enquanto, nessas zonas estavam 31,9% dos italianos e 27,2% dos brasileiros. No oeste velho viviam 57,4% dos brasileiros, 66,6% dos italianos e 48,3% dos espanhóis. Estes últimos tinham sua presença acima da média na Araraquarense, na Alta Sorocabana e na Noroeste (MARTINS, 1989, p. 22).

Fechando o foco para a especificidade da característica da mobilidade dos espanhóis rumo à cidade de Penápolis, os dados para a sua parcela no conjunto da população estrangeira localizada na cidade de Penápolis, segundo informações das fichas de registros de imigrantes expressas no quadro 10, o grupo populacional formado por espanhóis soma 859 pessoas ou 35% do total de imigrantes, sendo 516 homens e 343 mulheres. Essa quantidade demonstra que os espanhóis constituem o maior grupo de imigrantes localizados em Penápolis.

Os espanhóis informaram que desembarcaram no porto de Santos e do Rio de Janeiro, sendo 817 em Santos e 37 no Rio de Janeiro. Aqui também podemos intuir que foi em função dos atrativos do estado de São Paulo, principalmente os verificáveis na região Oeste. Quase sua totalidade, 858 espanhóis, informaram num campo da ficha que chegaram a Penápolis antes de 1935.

No que diz respeito às ocupações profissionais, entre os 859 espanhóis, 441 disseram ser lavradores, 343 domésticas, 28 comerciantes, 11 chauffeur, 05 pedreiros, 05 barbeiros, 05 carroceiros, 05 operários, 02 mecânicos, 01 hoteleiro e 01 padeiro.

Majoritariamente, 727 espanhóis informaram nas fichas que tinham mais de 30 anos, 735 deles disseram ser casados, sendo que 452 possuíam de 1 a 5 filhos menores de 18 anos e 187 possuíam de 6 a 10 filhos menores de 18 anos, além de 70 que informaram ser solteiros.

O relato oral do senhor Lair Aparício Caputo, descendente das nacionalidades espanhola e italiana, explicita bem o momento da chegada de seus familiares nas terras do bairro rural do Paraguai na cidade de Penápolis:

[...] Minha avó falava que lá (Província de Ávila – Espanha) era uma vida muito sofrida, tanto é que os dedos da mão dela era tudo defeituosos, porque ela lavava roupa pra fora lá, e a água era muito gelada e atrofiou os dedos. Então eles conseguiram, não sei, não me lembro se através de carta de chamada que eles falavam, né? Aí então eles vinham naquele vapor de graça e desembarcavam em Santos e aí já tinham os patrões esperando e pegavam as famílias e levavam, um pra Bebedouro, outra pra Taiúva, outro pra Ribeiro Preto, que era a região do café. Aí trabalhavam de colonos, meeiro e juntavam um dinheiro.²⁶

O segundo maior contingente de estrangeiros na cidade de Penápolis foi o dos japoneses. Os primeiros registros dão conta de afirmar que os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil a partir de 1906, porém, a data de 18 de junho de 1908 tornou-se o marco do início do processo de imigração desses estrangeiros com a chegada do navio Kasato Maru ao porto de Santos.

A partir daí, e durante boa parte do século XX, outros navios trouxeram milhares de japoneses: de 1908 a 1920 aqui chegaram 28.706 emigrantes; de 1921 a 1940, eles totalizaram 160.764 e de 1941 a 1960, foram registrados 43.572 emigrantes. A irregularidade no ingresso foi verificada, principalmente, nos períodos dos grandes conflitos mundiais, sobretudo da Segunda Guerra, quando o governo brasileiro opôs-se aos países do Eixo, do qual o Japão fazia parte. (WAWZYNIAK, 2008, p. 169)

Mesmo que brevemente, vale ressaltar as condições históricas das especificidades de motivos de emigração em larga escala no Japão. Desde o início do processo de modernização do país, em 1868, levada a cabo pela Restauração Meiji, o governo japonês adota uma política de enviar trabalhadores para outras partes do mundo, de início para o sudeste da Ásia e Oceania e, mais tarde, para as Américas. A pressão populacional é uma das razões para forçar a saída para fora de seu território. É o problema do acesso à terra que desloca parte da população para migrações mesmo dentro de seu território. (SAKURAI, 2000, p. 203)

A elevação da qualidade de vida da população japonesa leva ao crescimento demográfico, pois a diminuição da taxa de mortalidade infantil e a proibição do infanticídio são frutos da política do governo japonês na tentativa de modernizar rapidamente o país. Para enfrentar o problema do crescimento populacional e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreende uma política de expulsão, incentivando a emigração e o trabalho temporário no exterior.

²⁶ Relato oral de Lair Aparício Caputo, 71 anos, ex-morador do bairro do Paraguai em entrevista concedida no dia 14/08/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

Somadas a essas condições históricas do Japão, as do Brasil eram pautadas nos debates para se chegar a um consenso sobre a formação da identidade nacional e a solução para a substituição da mão de obra escrava. Isso posto, se nas projeções das elites, os contingentes brancos e europeus eram os imigrantes desejados, as críticas desses estrangeiros, latentes nas páginas de seus periódicos e nas recorrentes jornadas grevistas, revelam, por um lado, as mazelas do mundo do trabalho e, por outro lado, as dificuldades e também as decepções de ambos os lados. (SILVA, 2008, p. 50)

As dificuldades de adaptação e os questionamentos em relação às promessas de salários e de condições dignas nas novas relações de trabalho, recorrentemente descumpridas pelos empregadores, o tratamento violento dispensado aos trabalhadores quando protestavam, provocam a frustração de seus sonhos de uma vida menos miserável. Por isso, no âmbito das elites, os muitos embates e as críticas sofridas no enfrentamento dos problemas levantados pelos “novos candidatos a cidadão brasileiro” tornaram possível a aceitação de outros grupos, de imigrantes não-brancos, ou seja, fora dos padrões europeus. Nessa reavaliação aparecia a constatação da fraca atração entre os europeus que haviam chegado ao Brasil, que se mostraram excessivamente rebeldes, com suas constantes reivindicações por melhores salários e condições de trabalho, para desgosto de seus patrões, do campo ou da cidade.

A opção pelos japoneses ocorreu nesse contexto, mesmo que para isso tivessem que separá-los dos demais asiáticos, notadamente os chineses, considerados indesejáveis. Os diplomatas ou enviados brasileiros, deslocados para colher informações e estabelecer contato com as autoridades locais, visando ao estabelecimento de convênios de cooperação Brasil-Japão, consideraram o país rico e os japoneses ativos e dispostos a assimilar os conhecimentos de outros povos e culturas.

Segundo Silva, 2008, p. 50-51, as negociações entre os governos brasileiro e japonês também foram acompanhadas de visitas de representantes nipônicos ao Brasil para escolher as atividades e localidades mais apropriadas para sua fixação de modo que se beneficiassem os dois países e os envolvidos. A valorização do Japão, por ser um país rico e detentor de tecnologias avançadas, implicou outra percepção em relação a esses imigrantes, que tiveram um tratamento diferenciado na recepção dada pela imprensa, que realçou os cuidados com a aparência pessoal e os seus trajes.

Após algumas agruras, muitos japoneses financiados por instituições de seu país, rumaram à região Oeste do estado de São Paulo, visando também, assim como os demais estrangeiros, à posse de uma gleba de terras.

Analisando as características gerais do processo de ocupação japonesa na cidade de Penápolis, os dados indicadores de sua parcela no conjunto da população estrangeira, segundo informações são: das 2.467 fichas de registros de imigrantes expressas no quadro 10, o grupo populacional formado por japoneses é de 733 pessoas ou 30% do total das fichas de imigrantes, sendo 390 homens e 343 mulheres. A quantidade demonstra que os japoneses constituem o segundo maior grupo de imigrantes localizados em Penápolis.

Os japoneses informaram que desembarcaram no porto de Santos e do Rio de Janeiro, sendo 732 em Santos e somente 01 no Rio de Janeiro. As fichas revelaram que 687 japoneses chegaram a Penápolis antes de 1935 e 46 chegaram depois deste ano.

No que diz respeito às ocupações profissionais, entre os 733 japoneses, 368 disseram ser lavradores, 340 domésticas, 16 comerciantes, 03 motoristas, 02 fotógrafos, 01 pedreiro, 01 sapateiro e 01 estudante.

No que diz respeito à idade, 431 informaram nas fichas que tinham mais de 30 anos e 302 menos de trinta anos, sendo que 515 disseram ser casados e 182, solteiros. Em relação à quantidade de filhos, 386 disseram ter de 1 a 5 menores de 18 anos e 71 disseram ter de 06 a 10 filhos menores de 18 anos. As fichas revelaram, ainda, que 164 eram budistas e somente 19 eram católicos.

No que diz respeito à nacionalidade italiana, segundo Alvim (2000, p. 395), de todos os estrangeiros que, entre 1870 e 1920, se dirigiram para o estado, a italiana, com cerca de um milhão de indivíduos, representou 40% da soma de imigrantes, num total de 2,5 milhões. Vale ressaltar ainda que, do total de italianos que se dirigiram para o Brasil – cerca de 1,4 milhões, no mesmo período – 70% tiveram São Paulo como destino e a definição de um São Paulo italiano está na resposta sobre quem eram esses italianos.

As referências a tais imigrantes tratam o grupo de maneira geral, sem levar em conta suas peculiaridades, pois o país concluiu o processo de construção de um arcabouço jurídico e administrativo consubstanciado e Estado-nação, somente no século XIX. Por conseguinte, vênnetos, calabreses, lombardos ou sicilianos identificavam-se muito mais pelas diferenças regionais de que eram portadores do que como italianos.

Assim como os demais estrangeiros, a concentração do imigrante italiano no estado de São Paulo coincide com a expansão do café até os anos 1890, data em que as plantações atingem as cidades de Bebedouro, Araraquara e Botucatu. Dividindo o estado ao meio no sentido transversal, o rio Tietê é a fronteira natural da São Paulo italianíssima. Toda sua margem direita, desde a capital paulista até o Centro-oeste do território, apresenta alta concentração de italianos. Alvim (2000, p. 402).

Seguindo a Oeste do estado de São Paulo, as características de fixação desses estrangeiros foram diferentes, pois, essa região, por tudo o que já foi exposto, diferia em relação à Zona oeste antiga, por ainda não ter grandes fazendas com cafezais formados, ao contrário, seria preciso derrubar matas para o início da lavouras, dentre elas, a do café. Por isso, em função desse contexto, os italianos também foram atraídos pela oportunidade de um pedaço de terra, assim como as demais pessoas de outras nacionalidades.

Por isso, duas datas são fundamentais para acompanhar a luta do imigrante italiano pelo acesso aos pequenos lotes de terra: 1905, quando foi realizado um levantamento de todas as propriedades rurais nos 175 municípios que compunham o Estado. O levantamento recebeu o nome de Estatística Agrícola Zootécnica. A segunda data fundamental é 1920, ano do recenseamento nacional. O número de propriedades em mãos de italianos para o primeiro levantamento era de 5.197, número que salta para 11.815 no segundo momento. Comparados com o número total de propriedades em 1905, que era de 56.931, os italianos detinham 9,1% do total, e 14,6% no levantamento de 1920, cujo total de propriedades atingiu 80.921 unidades. Alvim (2000, p. 402).

Trazendo a apresentação da especificidade da característica da mobilidade dos italianos em direção à cidade de Penápolis, os dados para a sua parcela no conjunto da população estrangeira localizada na cidade de Penápolis, segundo informações das 2.467 fichas de registros de imigrantes expressas no quadro 10, o grupo populacional formado por italianos é de 443 pessoas ou 18% do total das fichas de imigrantes, sendo 265 homens e 178 mulheres. Essa quantidade demonstra que os italianos constituem o terceiro maior grupo de imigrantes localizados em Penápolis.

Os italianos informaram que desembarcaram no porto de Santos e do Rio de Janeiro, sendo 398 em Santos e 35 no Rio de Janeiro. Aqui também podemos intuir que foi em função dos atrativos do estado de São Paulo, principalmente os verificáveis na região Oeste. Quase sua totalidade, 442 italianos, informaram num campo da ficha que chegaram a Penápolis antes de 1935.

No que diz respeito às ocupações profissionais, entre os 443 italianos, 226 disseram ser lavradores, 174 domésticas, 08 comerciantes, 08 pedreiros, 03 chauffeur, 03 operários, 03 carroceiros, 02 seleiros, 02 sapateiros, 02 funileiros, 01 engenheiro, 01 industrial, 01 mecânico e 01 oleiro.

Majoritariamente, 416 italianos informaram nas fichas que tinham mais de 30 anos, 360 disseram ser casados e 31 solteiros, sendo que 238 possuíam de 1 a 5 filhos menores de 18 anos e 71 possuíam de 6 a 10 filhos menores de 18 anos.

O senhor José Gon Filho deixa explícitos os fatores dominantes do ato de emigrar. Filho de José Gon, que era natural da Província de Trieste na Itália e que desembarcou no porto de Santos em 11 de abril de 1911, assim relatou:

Meu pai veio da Europa, veio da Europa com 9 anos, da Itália, Baixa Itália, parece que ele falava. Veio com 9 anos, demorou 24 dia e 24 noite pra chegar. Vieram pra uma fazenda perto de Sertãozinho...Ribeirão Preto...pra aqueles lados. Moraram uma porção de ano pra lá, daí mudou pro bairro do Paraguai, Araponga. Meu pai nasceu...meu pai casou em Sertãozinho, e aí mudou pra aranponguinho e aí eu nasci. Morou um ano no Torrezan, morou um ano no Paraguai, e em 1956 que mudemo pro Araponga. A mãe do meu pai, veio junto com eles de lá(...). Ela comentava que na Europa, ah! Quanto que era sofrimento, aquilo lá. Sofria! Sofria! O serviço, né. Aí, o meu avô, marido dela, quando veio pra cá, diz que tava tão contente que ficou um ano ou dois anos aqui e aí morreu.²⁷

No bairro rural denominado Paraguai, a senhora Nadir Teresinha Passeri do Vale é muito respeitada por pertencer a uma família de italianos que sempre prezou pela permanência da tradição dos momentos religiosos da Igreja Católica nos terços que faz questão de realizar em todos os junhos no que restou do terreiro de sua propriedade. Como no passado, convida os remanescentes vizinhos e alguns citadinos, parentes e amigos e de forma saudosista comunga com os demais os velhos tempos. Em seu relato, expõe bem vagamente a transposição de sua família para o bairro, onde ela é o único membro remanescente.

Tanto do lado do meu pai, como da minha mãe, são italianos. Vieram da Itália e ficaram em Jaboticabal. Minha mãe falava que quando eles vieram de trem (de Jaboticabal para o bairro do Paraguai), tinha minha tia que era caçula, que é irmã da minha mãe, que ela tinha cinco anos. Hoje ela tá com 80 anos, agora você faz a conta (segundo a Sra. Nadir, chegaram, portanto no bairro do Paraguai por volta de 1929).²⁸

No processo de levantamento de informações sobre os remanescentes do bairro do Araponga, as pessoas fizeram questão de apresentar a senhora Hortência, por ser uma das mais antigas moradoras do bairro e, de certa forma, membro de família pioneira. Em seu relato ficou nítida a preocupação em enfatizar tal qualidade.

²⁷ Relato oral de José Gon Filho, 66 anos, remanescente do bairro Araponga em entrevista concedida no dia 17/06/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

²⁸ Relato oral de Nadir Terezinha Passeri do Vale, 69 anos, remanescente do bairro do Paraguai em entrevista concedida no dia 08/07/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

Meus pais era italianos. Eles falava que era da Veneza. Lá estava... muito pobreza, né? Aí meu avô veio pra cá, pai da minha mãe, veio pra cá e morou em Minas. De Minas ele veio compra aqui. Aí eles vieram comprar aqui. E aí na Usina (atualmente lugar onde está instalada a Usina Campestre) ... aí já era aberto, né? Meus pais morou aí, meus avô, meus tios, morou tudo aí, e de lá eles vinha abrir o mato aqui (bairro rural Araponga). Aqui era só mato. Só fizeram um lugar pra fazer as casinhas de barro ... era casa de barro, chão tudo... aquele tempo (1922) não tinha nada meu filho!²⁹

Em relação aos portugueses, a circunstância histórica de sua colonização em terras que viriam a ser o Brasil, ajuda a entender o fato de que este país tenha sido o principal destino de emigrantes portugueses durante os séculos XIX e XX, evidentemente por razões como idioma comum, vínculos históricos, comunidade local de negociantes formada majoritariamente por pessoas da mesma nacionalidade, entre outras. Segundo Leite (2000), de 1855 a 1914, as estatísticas portuguesas registraram um pouco mais de 1,3 milhões de saídas, sendo que o Brasil recebeu 89% desses emigrantes.

No que diz respeito a sua participação no conjunto de estrangeiros vivendo no estado de São Paulo, no recorte estudado neste capítulo, os portugueses representavam 20,1% do total de 829.851 pessoas em 1920, sendo que os italianos representavam 48,1%, os espanhóis 20,6% e japoneses 3%. (BASSANEZI; SCOTT; TRUZZI; BACELLAR, 2008)

Afunilando os dados para a sua parcela no conjunto da população estrangeira localizada na cidade de Penápolis, a partir de informações das 2.467 fichas de registros de imigrantes expressas no quadro 10, o grupo populacional formado por portugueses soma 300 pessoas (12,5%), sendo 198 homens e 102 mulheres.

A quantidade demonstra que os portugueses perfilavam como quarto maior grupo de pessoas imigrantes na cidade de Penápolis, sendo que, conforme já apresentado, os espanhóis constituíam o maior grupo com um total de 859 (35%), sendo 516 homens e 343 mulheres. O segundo maior grupo é o dos japoneses com 733 (30%), sendo 390 homens e 343 mulheres e, em terceiro, os italianos com um total de 443 (18%), sendo 245 homens e 178 mulheres.

Os portugueses informaram que desembarcaram no porto de Santos e do Rio de Janeiro, sendo 258 em Santos e 41 no Rio de Janeiro e aqui também podemos intuir que foi em função dos atrativos do estado de São Paulo, principalmente os verificáveis na região

²⁹ Relato oral de Hortência Crivellari Feltrin, 81 anos, remanescente do bairro Araponga em entrevista concedida no dia 20/06/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

Oeste. Em sua grande maioria, 285 portugueses informaram num campo da ficha que chegaram a Penápolis antes de 1935.

Entre os 300 portugueses, 67 informaram residirem no meio urbano e 233 no meio rural, sendo que 137 disseram ser lavradores, 98 domésticas, 18 comerciantes, 24 serradores e 6 carpinteiros.

Majoritariamente, 297 portugueses informaram nas fichas que tinham mais de 30 anos, 246 deles disseram ser casados, sendo que 179 possuíam de 1 a 5 filhos menores de 18 anos e 41 possuíam de 6 a 10 filhos menores de 18 anos, além de 36 que informaram ser solteiros. Disso depreende-se que, a partir do cruzamento dos dados, podemos inferir que vieram para a região em grupos familiares na perspectiva de se tornarem proprietários de terras e garantir uma segurança no quesito renda.

No que diz respeito à religião, dos que informaram na ficha, 68 disseram ser cristãos católicos.

A partir de falas de descendentes de imigrantes portugueses, também conseguimos dar uma tessitura no contexto estudado e, quando relacionadas com as demais fontes, dar inteligibilidade para o processo de mobilidades desses estrangeiros em terras dos campos do Avanhandava. Uma das falas é do senhor Antonio Irvando de Andrade, morador remanescente do bairro rural Araponga que relatou a seguinte história das itinerâncias de seus pais portugueses:

Meu pai era da Ilha da Madeira. Quando ele era novo, ele carregava... Os transportes era tudo nas costas, lá, carregava né? A água deles era o vinho, a bebida deles lá, era o vinho. Ele veio pra Taiúva.³⁰

Outro depoimento é o da senhora Carolina, ex-moradora do bairro do Paraguai que analisou subjetivamente os motivos pelos quais seus pais portugueses migraram e explanou os detalhes do movimento de seus ancestrais até se localizarem no bairro do Paraguai, descrevendo a partir de sua memória o que encontraram por volta de 1912 e 1913 na cidade de Penápolis.

Em Portugal, na Província do Minho, eles queriam lutar com a vida né, e lá não tem larguesa pro povo trabalhar. Aqui trata alqueires e lá é campos. Eles plantam e têm água pra aguar e tudo... e aqui já é diferente, aqui tem larguesa. Então, como ele

³⁰ Relato oral de Antônio Irvando de Andrade, 45 anos, remanescente do bairro Araponga em entrevista concedida no dia 10/06/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

queria adquirir fortuna, ele veio pro Brasil. Deixou minha mãe lá. Minha mãe ficou com o menino. Quando trouxeram pra cá, o menino estava com três anos e meio, meu irmão mais velho que se matou, e ficou em Taiúva sete anos de administrador e foi juntando um dinheirinho e aí comprou 25 alqueires de mato.³¹

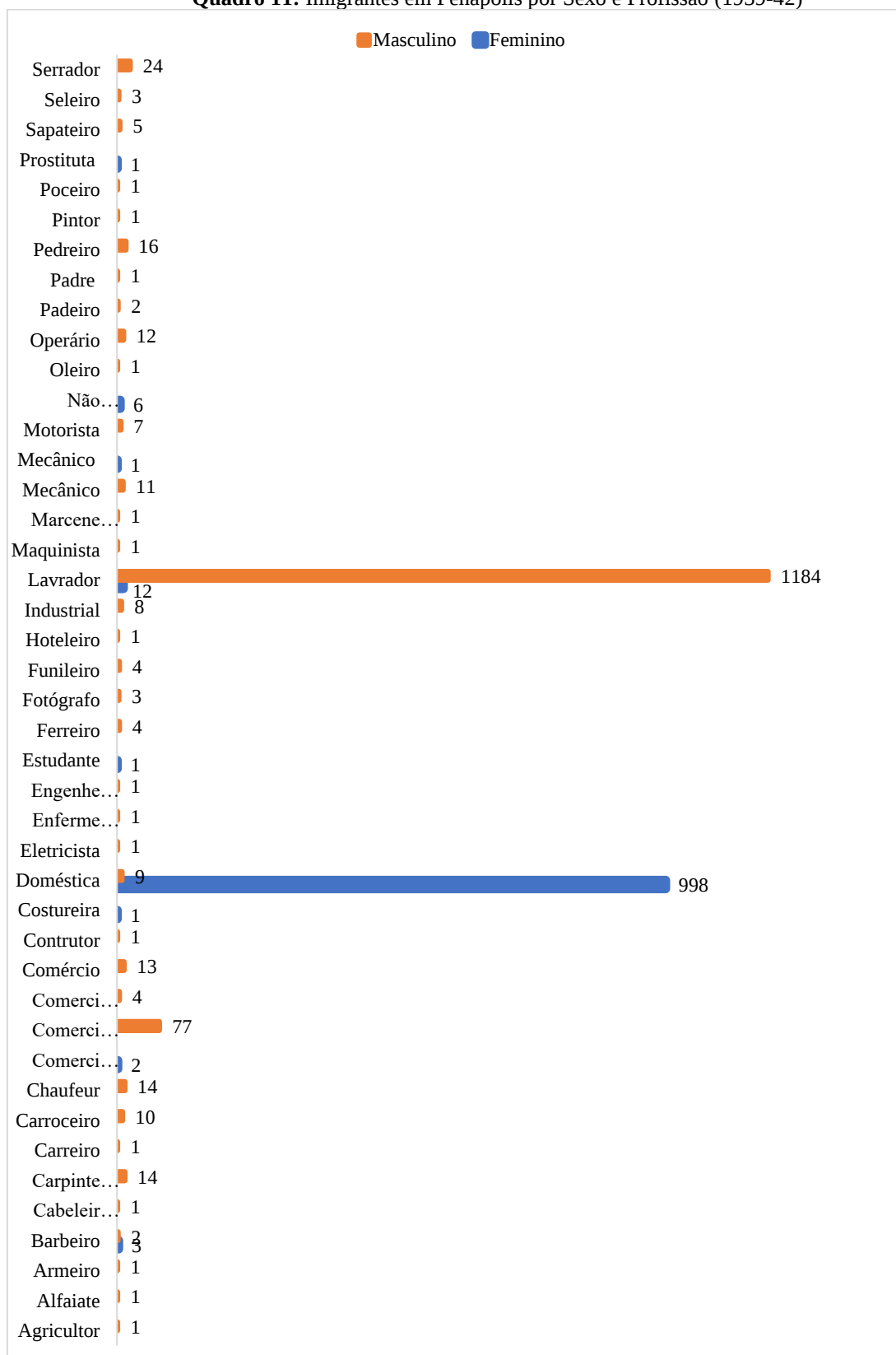
O senhor Jacinto Fernandes, filho do português Joaquim Henrique Fernandes, morador da cidade de Óbidos, na antiga Freguesia de Olival, também nos relata sobre a emigração de seu pai e o contexto da chegada na cidade de Penápolis:

[...] Ele veio como imigrante português junto com espanhóis e italianos no mesmo navio, numa duração de viagem de aproximadamente três meses e chegando no Porto de Santos ele foi encaminhado para São Paulo na imigração. Partindo dali perguntaram aos portugueses o que eles queriam fazer. O único meio que eles sabiam fazer é trabalhar, serrar madeira a mão. Então vocês irão para Noroeste. E eles partiram pra Noroeste. [...] Com 14 anos começou a primeira tiragem de madeira em Avaí, município de Bauru e de Avaí acompanhou a estrada de ferro tirando dormente, foi até Mato Grosso [...] e em 1913 ele retornou pra Penápolis onde ficou. Aqui se enraizou, casou-se aos 18 anos de idade com minha mãe portuguesa e vizinha da terra dele e aqui surgiu a família [...] Minha mãe chegou aqui com 5 anos de idade e casou com 15 anos.³²

A seguir, o quadro 11 contém o gráfico sobre as ocupações profissionais informadas nas fichas.

³¹ Relato oral de Carolina Boucinha de Souza, 78 anos, ex-moradora do bairro do Paraguai em entrevista concedida no dia 15/08/2004. Fonte: Dissertação de Mestrado: Bairros rurais de Penápolis no contexto do processo migratório – 1940 – 1970 – Faculdade de Ciências e Letras Universidade Estadual Paulista, 2006.

³²Fonte: Projeto Resgate 90 – Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Glaucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

Quadro 11: Imigrantes em Penápolis por Sexo e Profissão (1939-42)

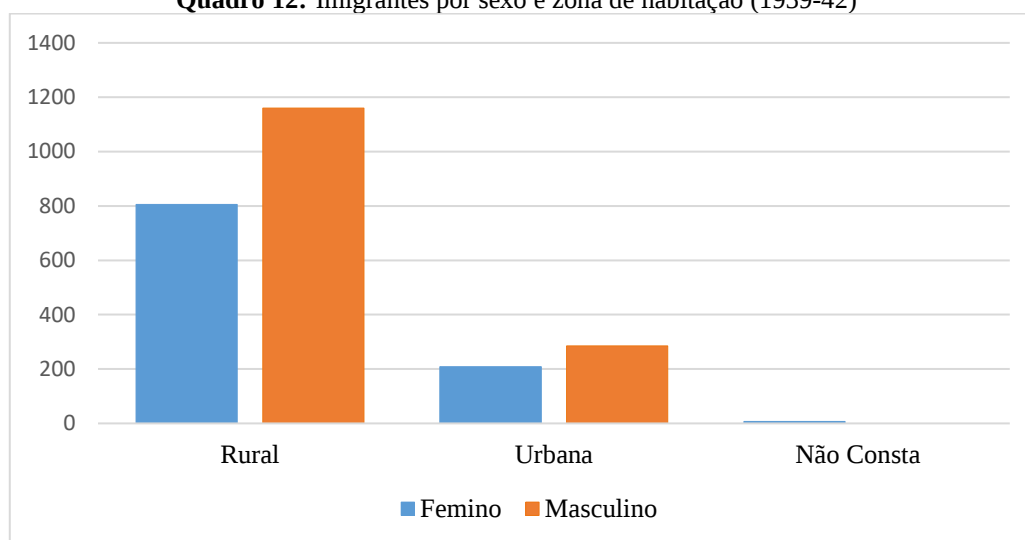
Como conclusão do capítulo, os dados em relação às ocupações profissionais vêm corroborar e confirmar o contexto histórico e o processo de desenvolvimento econômico dos campos do Avanhandava na lógica da transformação da terra em mercadoria e produção de

café em larga escala, somada ao plantio de agricultura de subsistência que abastecia outras regiões do estado de São Paulo na passagem do século XIX para o século XX, contexto e processo já apresentados anteriormente. Todos os maiores grupos de imigrantes informaram que, de 39 profissões apontadas pelos mesmos, em sua grande maioria, suas ocupações eram de lavradores e domésticas.

O quadro nos remete, ainda, a uma compreensão do início do processo da tessitura social e econômica da cidade de Penápolis: as ocupações laborais informadas pelos imigrantes na ocasião de seus estabelecimentos na cidade de Penápolis entre os anos de 1910 e 1920, denotam pessoas que outrora estavam vinculadas ao campo, pois 1.184, do montante de 2.467 fichas analisadas, informaram que eram lavradores. Segundo outros cruzamentos de dados obtidos pelas fichas, algumas pessoas são oriundas de outras regiões do estado de São Paulo e a maioria de seus países de origens. Aqui se comprova a informação sobre o fator de atração de imigrantes pela facilidade de compra de glebas de terras a partir da companhia de terras mencionada no capítulo anterior.

Apenas 77 comerciantes e 04 comerciários instalaram-se com seus negócios, denotando um ambiente de negócios pouco atraente para os mesmos naquela ocasião. O número de 12 operários demonstra também uma cidade que ainda estava longe de adquirir status de industrial, mesmo porque também apenas 08 informaram serem industriais, e, certamente, são atividades vinculadas às atividades agrícolas que não requeriam tanta tecnologia e máquinas sofisticadas.

Corroborando as informações anteriores, o quadro 12 nos informa que de um total de 2.467 fichas, 1.160 homens e 806 mulheres residiam na zona rural da cidade e somente 285 homens e 209 mulheres, na zona urbana.

Quadro 12: Imigrantes por sexo e zona de habitação (1939-42)

Na esteira da conclusão do capítulo, vale enfatizar que a constituição populacional nos campos do Avanhandava e na cidade de Penápolis, dá-se desde o século XVIII por meio de sucessórios afluxos de pessoas em circunstâncias diversas. O que se observou é que, no início do século XX, imigrantes estrangeiros e também os denominados nacionais juntaram-se aos muitos remanescentes de primeira e segunda gerações dos diversos núcleos habitacionais do século XIX, caracterizando desta forma a população dessa região.

Sejam elas estrangeiras ou brasileiras, em sua maioria, essas pessoas tinham em comum um passado de ocupações de trabalho vinculadas à terra com criação de animais e de diversas lavouras. No primeiro momento e até por volta de 1905, a característica produtiva do campo era pautada no pastoreiro e na agricultura de subsistência que atendia à demanda dos núcleos habitacionais locais. Alguns fazendeiros, bugreiros e abridores de matas mineiros e baianos foram os responsáveis pela expansão da fronteira numa frente demográfica considerada antes mesmo da presença da linha férrea.

Por razões e circunstâncias explanadas acima, a maioria das pessoas estrangeiras era proveniente da Espanha, Japão, Itália e Portugal que chegaram antes da década de 1930. Eram do sexo masculino, lavradores, acima de trinta anos, casados e possuidores de muitos filhos, viviam em sítios, fazendas e bairros rurais, inseridos num regime de trabalho pautado no colonato, parceria e meiação. Nos poucos quarteirões, entre as décadas de 1910 e 1920, fixados a partir da estação de trem, alguns desses imigrantes abriram lugares de prestação de serviços, lojas e fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas.

É importante mencionar, ainda, que a maioria dos ocupantes de cargos públicos e detentores de maior poder aquisitivo, foram aqueles que auferiram rendas antes da sua

chegada à cidade, por sua descendência de família possuidoras de rendas, por ocupações anteriores e pela formação acadêmica nas áreas do direito, saúde e engenharia.

4 FORMAS DE CONVÍVIO E LAZER NOS ESPAÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE PENÁPOLIS-SP, 1910-1920

O crescimento populacional, a urbanização contígua à estação ferroviária da NOB e o comércio crescente resultante desse processo, paulatinamente, viabilizaram à sociedade local inaugurações de espaços de convívio e de lazer. Na esteira dessas implementações, surgiram certas instituições formais como as escolas, as igrejas, os clubes, os grêmios, a polícia, proporcionando e instigando formas de comportamento diferenciadas daquelas às quais as pessoas estavam acostumadas na vivência cotidiana anterior.

Portanto, o início das formas de convívio e lazer dentro da área de expansão de fronteira num espaço onde institucionalmente se reconhece como município, precisa ser interpretado conforme o entendimento de uma perspectiva dinâmica e pluridimensional. Faz-se mister, contudo, a inteligibilidade das vivências híbridas permeadas pelas atividades econômicas diversas, tais como no campo com criação de animais e agricultura baseada em meiação, parcerias e colonato e na área que margeia a linha férrea com sua estação de embarque e desembarque onde se concentram as atividades comerciais e de apoio à produção voltada ao campo, como, por exemplo as indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, onde circulam as pessoas.

Entre os anos de 1910 e 1920, começa, na área contígua à linha férrea, a tentativa de implementação de espaços de lazer, entretenimento e de cultura por parte de algumas pessoas ávidas pela implementação da modernidade, o que denota uma vivência sintonizada com as novidades em andamento nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, a capital paulista, São Paulo. Por isso, nesse lugar de fronteira, onde permanecem elementos da tradição, as pessoas interpretam, significam e ressignificam de forma singular o processo de implementação de vasos comunicantes com a denominada civilização.

Muito embora a maioria da população do município de Penápolis naquele período, estivesse no meio rural, era no espaço em processo de urbanização que ocorriam as tomadas de decisões políticas, dos negócios, da entrada e saída de mercadorias, da produção e de circulação de notícias. Era alí que se localizavam os vasos comunicantes com o externo: estado, país e exterior. Por isso, a despeito do entendimento de que as pessoas circulavam em espaços de vivências rurais e urbanas, o capítulo focará mais diretamente o incipiente meio urbano e seu ambiente social.

A partir das fontes já mencionadas em capítulos anteriores, evidencia-se a existência de cinemas, teatro, clubes sociais, praças e associações no núcleo habitacional do meio urbano.

Portanto, faz-se mister refletir sobre as formas de convívio e seus espaços onde elas se concretizam, viabilizando a criação de redes de relações nos diversos âmbitos que envolvem o cotidiano das pessoas na cidade em estudo no recorte entre os anos de 1910 e 1920, principalmente, por ser um específico período de conformação social no processo de transição onde coabitavam tempos históricos díspares dentro da fronteira.

Antes, contudo, é importante apresentar a variedade de concepções do verbete sociabilidade a partir das reflexões e de estudos da comunidade sociológica. Por exemplo, para Gurvitch (1950), a sociabilidade designa o princípio das relações entre pessoas e a capacidade de estabelecer laços sociais, ou seja, abrange a formação de grupos. Já para Agulhon (1977), a sociabilidade indica, seja a capacidade associativa em geral, sejam as associações particulares que são os salões, os círculos, os clubes, os cafés, onde os homens encontram um meio de serem sociáveis. Por fim, mas não menos importante, a definição de Baechler (1995) de sociabilidade: a capacidade humana de estabelecer redes, por meio das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões, opiniões: vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações.

Para fins de compreensão do que estava se iniciando e se desenvolvendo no espaço e no recorte em estudo, foi utilizado o termo rede para demonstrar como as pessoas interagiam permeadas por valores e costumes escolhidos como válidos no processo de distinção e de construção de identidade.

Redes são laços, mais ou menos sólidos e exclusivos, que cada ator social estabelece com outros atores, os quais estão também em relação com outros atores, e assim por diante. A priori, podemos pressentir que a amplitude, a exclusividade e a densidade da trama das redes variará inteiramente conforme se tenha em consideração as redes de parentesco, de vizinhança, de classe. (BAECHLER, 1995, p. 65)

Isso nos remete a pensar também que, neste espaço e tempo, já se iniciava um ritual social, cujas normas obrigatórias deveriam aplicar-se a todos os indivíduos objetivando a civilidade, entendida aqui conforme Revel ao demonstrar o antagonismo entre civilidade e intimidade:

De fato, a primeira deve submeter as emoções, refrear os afetos, dissimular os movimentos da alma e do coração. A racionalidade que a domina proporcionaliza cada conduta à relação em que se inscreve e ajusta cada comportamento ao efeito que deveria produzir. Assim, a civilidade é acima de tudo uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ser reconhecida. (REVEL, 1991, P. 166)

Ao descrever neste capítulo os diversos espaços de convivência social, é bom salientar que, em sua maioria, são caracterizados como representações do poder e da riqueza de certas pessoas do município. Além disso, espaços propícios para o desfile e exibições dos padrões gestuais de comportamento e de educação, possibilitando fazer distinções entre os frequentadores. O objetivo era de preservação de status e de consciência do lugar social ocupado na sociedade. Ou seja, o gestual, o comportamento e a roupa desvelam, nesta percepção o caráter das pessoas, tema que foi desenvolvido e debatido também por Revel, ao afirmar que “[...] Os gestos são signos e podem organizar-se numa linguagem; expõem-se à interpretação e permitem um reconhecimento moral, psicológico e social das pessoas [...]”. (REVEL, 1991, p. 172)

No recorte privilegiado para discorrer a respeito da análise da temática do capítulo, ou seja, as primeiras décadas do século XX, segundo Elias (1994), o processo civilizador já havia atingido um estágio avançado na Europa, no qual a vergonha, o medo, o recato, o controle das funções corporais, já estavam tão incutidos nos homens que pareciam naturais. Portanto, para esse autor, no século XIX, o conceito de civilização já estava consolidado, necessitando, contudo, de que seus tentáculos atingissem outras nações ocidentais.

O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização – ou, em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado e esquecido. As pessoas querem apenas que esse processo se realize em outras nações, e também, durante um período, nas classes mais baixas de sua própria sociedade. Para as classes alta e média da sociedade civilizada, parece firmemente enraizada. Querem, acima de tudo, difundi-la e, no máximo, ampliá-la dentro do padrão já conhecido. (ELIAS, 1994, p. 113)

No que diz respeito à sociedade brasileira nesse mesmo período, era possível constatar essa característica social, pois aqui as elites tanto nas capitais como no interior, buscavam por uma maior polidez nos gestos e nas palavras, o refinamento e a elegância dos vestiários, a busca de um saber mais intelectualizado, intencionando marcar as diferenças entre elas e o restante da sociedade. O historiador Nicolau Sevcenko, ao estudar a capital brasileira, Rio de Janeiro, na passagem do século XIX para o século XX, constatou as primeiras manifestações no Brasil que evidenciavam a presença do estágio em que se encontrava o processo civilizador europeu:

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa

ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel de capital da República, tornando-a no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas acima de tudo os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima. [...] (SEVECENKO, 1998, P 522)

Este capítulo demonstra, portanto, as evidências de que esse processo também estava em andamento no interior do estado de São Paulo, no município em estudo e no recorte escolhido. As formas de lazer perpassavam os clubes, os salões dos cinemas, os campos de futebol, os circos, as praças e os teatros. A ideia das subdivisões deste capítulo, contudo, objetiva facilitar e sistematizar as várias formas de convívio dos penapolenses, entendidas como práticas sociais, políticas e culturais, que inseridas no cotidiano das pessoas, representam a busca de suas inserções na comunidade, bem como o fortalecimento e a preservação das relações em todos os atores da vida pessoal, profissional e política.

4.1 O teatro, o cinema e o circo

Os espaços mencionados no título do subcapítulo, presentes na localidade urbana do município de Penápolis entre os anos de 1910 e 1920, dão a dimensão da importância de seus estudos. Eram lugares veiculadores de arte e entretenimento, novidades que traziam em si a êxtase de ter a experiência e a sensação de compor o seleto grupo usufruidor da civilização ocidental. Realçando que, mesmo a despeito de um número ínfimo de pessoas usufruidoras, não deixa de ser relevante que no interior do estado de São Paulo e do Brasil irrompessem tais sentimentos de pertença e de fruição humana.

O jornal denominado “O Pennapolense”, em sua segunda edição publicada no dia 31/07/1915, trouxe uma matéria alusiva a um grupo de dramaturgia existente no Collegio S. Francisco sob a responsabilidade da Congregação dos Frades Franciscanos. Os jovens inauguraram um clube para a prática teatral denominado “Club Dramatico de São Francisco”.

Este sympathico Club, composto de inteligentes alunos do acreditado Collegio S. Francisco desta cidade, mantido pelos virtuosos Irmãos de S. Francisco, realizou no dia 25 do expirante, num dos salões daquelle collegio, um attrahente festival, que obedeceu ao seguinte programa:

I PARTE: I. Symphonia pela Orchestra / II. Funeraes e Danças: Comedia em 1 acto / III. Symphonia pela Orchestra / IV. “Meu Primo” Monologo por Colombo Meirelles

II PARTE: I. Symphonia pela Orchestra / II. O Barãozinho de Castel-canhão” – Comédia Burlesca em 1 acto

O entusiasmo do redator responsável pela matéria é representado pela expressão “desempenho cabal” dando conta de que o “evento agradou imensamente aos numerosos espectadores”. Demonstrando efusiva retribuição e reconhecimento, os espectadores “regatearam seus merecidos aplausos”. Acrescenta ainda, que tal evento foi protagonizado por uma plêiade de estudiosos jovens, que “deram provas de sua inteligência precoce e tendência para o palco”. Vale ressaltar, contudo, que os pais dos “jovens estudiosos” pagavam mensalidades para frequentarem o referido colégio.

Alguns meses depois, mais especificamente no dia 09/01/1916, o mesmo jornal anunciava mais um espetáculo teatral. Desta vez, sob a responsabilidade da família Amaral foi apresentado um espetáculo de variedades. Segundo o responsável pela matéria, a casa esteve repleta de espectadores, tendo agradado muito o “espíritoso palhaço”, que fez rir “ao mais sisudo dos espectadores”.

No dia 12/03/1916, o número 23 do jornal “O Pennapolense” estampava em sua primeira página a manchete “O Theatro em Pennapolis”. Os regozijos são pelo fato de ter sido inaugurado naquele ano um grupo de teatro denominado “Grupo Dramatico Beneficente Filhos do Trabalho”. O redator se arvora em informar que o referido grupo é composto de elementos da boa sociedade penapolense e estava ensaiando o espetáculo “Arthur, o Jogador”. Porém, manifestou descontentamento em relação a pouca adesão dos comerciantes no patrocínio do espetáculo.

Os seus directores, que não poupam trabalho e sacrifícios de toda a espécie, inclusive o de lutar com o indiferentismo dos que nada podem compreender, nem ver, porque certa poeira lhes entenebrece as vistas, não conseguiram reclames das nossas casas commerciaes para serem inscriptos no panno de boca, trabalho que, consta-nos, vae ser executado em S. Paulo. Não perde o publico de Pennapolis com isso, porque, sendo, como é, o theatro a representação viva do romance da vida nas diversas epochas e segundo os seus próprios costumes, é, a par de uma inegualavel distracção, um lugar, onde actores e espectadores simultaneamente se instruem.

Aqui é possível constatar que o redator, ao se referir às dificuldades de patrocínio, menciona que, mesmo as pessoas moradoras da localidade próxima ao local do espetáculo, possuidoras de condições financeiras, não foram capazes de se dignarem ao apoio, pois “nada podem compreender, nem ver, porque certa poeira lhes entenebrece as vistas”. A poeira entenebrecedora são os valores, os costumes e os hábitos de uma população ainda imersa num cotidiano, cujas relações sociais se pautavam na vivência de um lugarejo rústico e patrimonialista. Estava, portanto, atônita com essas novidades típicas de cidade grande e de gente escolarizada. Contudo, a despeito da existência desses eventos, eram ainda

acontecimentos quixotescos num local árido e permeado por pessoas com capital material, mas com escassez de capital cultural.

O referido espetáculo aconteceria no espaço do Cinema Popular, mas, em função de um problema no dínamo gerador de energia, o público, que já se encontrava no espaço, não conseguiu assistir a ele. No dia 09/04/1916, “O Pennapolense” lamentou o ocorrido e discorreu sobre o comportamento do público e, segundo seu redator e membros do grupo teatral, foi de tamanha nobreza e de tão “alevantadas qualidades pela maneira cavalheiresca com que, não assistindo ao espetáculo, abandonou o cinema”.

Um acontecimento emblemático evidenciou a dificuldade de se empreender o cinema e o teatro na cidade, pois, no dia 23/04/1916, foi estampada a seguinte manchete no Pennapolense:

Desabamento

Terça-feira última, às 3 horas da tarde, desabou o teto que cobria a parte posterior do palco ultimamente construído no barracão do Cinema desta cidade. Felizmente, não resultaram desse desabamento, desgraças pessoais. [...] Não vem fora do propósito lembrar a quem de direito que é indispensável exigir que as casas de diversões públicas tenham duas ou mais portas para dar saída num caso deste aos espectadores [...].

É importante registrar aqui que esse grupo perdurou por muitos anos ocupando o palco do Cinema Popular. Como resultado, uma importante e famosa companhia paulistana de teatro da época, denominada, Carrara, apresentou-se durante alguns dias do mês de agosto de 1916, o que demonstra que, aos poucos, ia se consolidando essa prática cultural e social na cidade no recorte de tempo optado pela pesquisa. A evidência disso foi que essa companhia voltou ao município de Penápolis para se apresentar no palco do Cinema Popular no mês de dezembro de 1923, fato noticiado da seguinte forma pelo redator do “O Pennapolense”:

[...] vamos fazer hoje uma ligeira apreciação sobre a Companhia Carrara ora trabalhando no Popular desta cidade. O seu elenco é ótimo. Luiz Carrara é um artista perfeito, que agrada imensamente em todos os papéis. Segue-se-lhe Emilio Russo, um bom artista que imprime muita naturalidade aos personagens que lhe são confiados. Vem depois Antonio Guimarães, um artista culto, de muito valor, seguindo-se Barbosa Junior e J. Fernandes, dois artistas também que agradam pelo seu trabalho fino e natural. O elemento feminino compõem-se de Electra Carrara, a artista admirável que diz bem e que imprime aos seus papéis uma graça encantadora. Segue-se-lhe Georgina Guimarães, artista que vai admiravelmente bem em todos os seus papéis, seguindo-se-lhe Margarida Barbosa, artista que também possui os seus méritos, vindo por último Yzaura Craveiro, que agrada bem no desempenho dos papéis que lhe são entregues. Assistimos já a “Rosas de Nossa Senhora”, “Scenas da Roça”, “Está na hora”, “Rapto de Fernanda”, “Uma anedocta” e “Infanticida”, que agradaram extraordinariamente ao público penapolense. As casas tem sido aumentadas à medida dos espetáculos, notando-se nelles a presença do que de

melhor existe no nosso meio. Para hoje está anunciado “Boneca Allemã”, ultimo espectáculo da Companhia, que naturalmente levará ao popular uma enchente à cunha.

No que diz respeito ao cinema no município de Penápolis, durante muito tempo, seu espaço físico serviu de abrigo para várias apresentações e eventos sociais. No mês de janeiro de 1916 já havia o anúncio de que a população penapolense poderia contar, a partir de fevereiro do mesmo ano, com esse espaço cultural. Assim anunciava “O Pennapolense” do dia 30/01/1916:

Sabado próximo começará a funcionar o Cinema local, do qual é proprietário o sr. Amadeo Soliani, forte e acreditado negociante de nossa praça. O espaçoso barracão onde se acha instalado o Cinema está passando por grandes reformas, de modo a ficar mais adaptável a esse gênero de diversão e ter as necessárias acomodações para o público. Sabemos que a empresa do Cinema esforçar-se-á em organizar attrahentes programas, focalizando films novos, variados e interessantes. Muito bem!

Esse feito estimulou murmúrios entre as pessoas não deixando de evocarem o bairrismo e narrativas de distinções. Um cronista desse jornal que se auto-denominava de “Baptista, o flautista”, no ano de 1916, descreve, em sua coluna, um panorama do momento que estava vivenciando na *urb* penapolense. Enaltecia a pujança da cidade a partir de um olhar de pessoa que circulava no meio restrito da sociedade onde aconteciam os fatos políticos, sociais e culturais. Ele reverberava a partir de seu estilo de narrativa as impressões e representações das pessoas que passavam a se deleitarem e consumirem os incipientes produtos culturais.

[...] A banda de musica está em constantes ensaios, tirando o pigarro que outrora lhe embargava a voz; o compadre Amadeo está tratando de remontar o Cinema local, dando-lhe novo aspecto de modo a torna-lo atraente e um ponto forçado de diversões para nós que levamos aqui nestas paragens uma vida de monge e ele esforçar-se-á para ser muito agradável aos frequentadores do Cinema, principalmente a mim, eu bem sei, que terei entrada franca no seu barracão nos dias em que ... não houver funções. [...]

Ele atuava no jornal como um catalisador de sentimentos e sensações com uma narrativa irônica e cômica, ora narrando na primeira pessoa, ora dando um aspecto de objetividade. De qualquer forma, aqui nos possibilitou a representação e a significação de um balanço positivo dos avanços que, aos poucos, iam deixando a cidade longe de ser “paragens de vida de monge” para se sintonizar com a modernidade.

[...] Emfim, tudo vae participando do progresso, que procura envolver em seu manto protector esta fertilíssima terra. Eu aqui estou para fazer o discurso do estylo e soltar os foguetes do costume em regozijo por esse desdobramento da vida de Pennapolis, não faltando a cerveja usual porque quem quiser beber à saúde de si mesmo que a compre e beba a fartar-se. [...]

No dia 19/03/1916, uma nota no jornal informava que agora o Cinema Popular estava sob o comando de um novo proprietário, Caetano Beraldo. De qualquer forma, na maioria das edições desse jornal, apareceram anúncios de lançamentos de filmes e a programação do mês. Como apelo para as pessoas frequentarem, um dos anúncios conclamava a população com o seguinte chamamento: “[...] quem quizer, portanto, dissipar por alguns momentos o *spleen* desta vida sertaneja que vá logo a noite ao Cinema Popular.”, ou seja, uma nítida demonstração de vivência em um ambiente onde ainda prevalecia a rusticidade dos costumes sertanejos e a representação de que o cinema seria um veículo de garantia de experienciar outros modos e costumes, agora mais refinados, a serem, aos poucos, ofertados à população. Um desejo que encontrava no jornal guarida e meio para a sintonização e libertação de uma vivência “sertaneja e de monges”.

Uma evidente preocupação dos arautos do comportamento adequado estava estampada no jornal do dia 14/03/1920. Tratava-se de uma manifestação que representava boa parcela do público dos cinemas locais, o que denotava a distinção almejada, cômico de seu lugar na sociedade, pois se apresentavam como urbanos, civilizados e detentores dos comportamentos adequados em lugares públicos. Ao vociferar contra a algazarra no cinema, o redator externou o conflito que permeava e ameaçava atravancar o progresso e o processo civilizador em curso no município, pois os “caipiras” representavam o passado que deveria ser sepultado. Certamente, ele estava reverberando a indignação e a preocupação dos paladinos dos costumes modernos. Eis um trecho da matéria:

Cessou de uma vez, felizmente, a algazarra e o ensurdecido bate-pés que havia no Cinema, produzido por pessoas caipiras e incivis, todas as noites de espetáculo. Era uma manifestação própria de gente atrasada e tola que desconhecendo as regras do bom tom praticava aquella infernal algazarra, transformando a plateia de um theatro, em verdadeiro pandemônio, julgando quiçá, que estivesse em uma cocheira. [...]

Em junho de 1925, estreou no município de Penápolis, no atual cruzamento das ruas Ramalho Franco com Luiz Osório, outro cinema, denominado Cine Theatro-Avenida, após consulta pública sobre qual nome o referido cinema teria. Portanto, entre os anos de 1925 e 1930, dentro do recorte escolhido para estudo, o município contou com dois cinemas,

disputando o seletor público local e regional, mesmo com algumas dificuldades técnicas e, principalmente, pela localização geográfica que deixava suscetível o cumprimento de horário e de data para as exhibições, pois, algumas vezes, o trem que trazia as fitas de São Paulo, atrasava, obrigando assim o adiamento da exhibição.

Abaixo, seguem a relação de alguns filmes em cartaz entre 1916 e 1930 nos dois cinemas e a figura 16: foto do prédio do Cine Theatro-Avenida:

- O Pequeno Tom
- Lugano
- O Rei dos Corsários
- Duqueza da Dúvida
- O canto do inverno
- Os dois irmãos
- Os aliados no Levante (Campanha dos Dardanellos)
- O Sobrinho do Ministro
- A libertação de Trieste
- Gaumont Actualidades
- As mulheres são furiosas
- As cascatas de Pliwitz
- O Kri Kri Julio Cezar
- Estrada dos alpes
- O bandido de Port Haven
- Gontran e as contas
- A irmãzinha
- A explosão do forte B2

Figura 16: Foto do Cine Theatro-Avenida: prédio de esquina à esquerda



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

O cronista do jornal *O Pennapolense*, Baptista, o flautista, na época deixou registrado o fato do município possuir dois cinemas, cujos proprietários gozavam de prestígio perante a seleta sociedade, o que causaria embaraço se se preterisse um pelo outro. Também nos informa que os empreendedores do Cine Theatro-Avenida, foram Paschoal Senatore e José da Silva Pereira. Assim se manifestou o cronista:

Um dia destes tive o prazer de visitar o Cine Theatro Avenida desta cidade, de propriedade dos meus caros compadres Paschoal Senatore e José da Silva Pereira. O Cine é um Bello edifício, e ao mesmo tempo uma prova do espírito emprehendedor destes dois compadres, que acabam de dotar a nossa cidade com uma confortável casa de diversão. [...] Mas... o Cine veio colocar-me numa posição embaraçosa. Ora, como devem saber todos os meus compadres e aquelles que lerem a presentes pinganças ou delas conhecimento tiverem, que o compadre Caetano, proprietário do velho Cinema Popular, é um dos meus mais antigos compadres, e assim sendo não sei qual dos dois cinemas hei de frequentar [...]

Era assim, portanto, que os filmes, consubstanciados em um dos vasos comunicantes de valores, costumes, culturas e hábitos, colocavam uma parcela da população penapolense conectada com vários fazeres e saberes produzidos no continente europeu e nos Estados Unidos, com suas fábricas cinematográficas, chacoalhando e inebriando a sociedade inserida num tempo histórico ainda pautado no mandonismo, no coronelismo e no regionalismo. Era o movimento da conformação social dentro da fronteira, ligando um tempo histórico ao outro.

Como se discorreu no capítulo 2 desta tese, entre os anos de 1910 e 1920, o município de Penápolis iniciava uma vivência em um espaço urbano que se pretendia moderno. Já tinha

ferrovia com estação de embarques e desembarques de pessoas, equipamentos e produtos, o que facilitou a mobilidade de ideias e valores, além de políticos e artistas em geral.

Um exemplo foi a presença de circos denotando a viabilidade dessa manifestação artística e de entretenimento com roupagem de apelo comercial. No recorte em estudo, a fase em que se encontrava o circo foi de uma combinação picadeiro/palco, ou seja, circo e teatro, denotando uma das mais originais soluções ou formas de hibridização da cultura popular no Brasil. Segundo Rocha (2018), o circo de variedades combinou o circo com o teatro, dividindo o programa em duas partes: na primeira, números acrobáticos e de animais; na segunda, encenação de dramas e comédias. Dessa maneira, o público penapolense tinha contato com artistas nacionais e estrangeiros de diversas linguagens culturais.

Por isso, é interessante o registro da presença de várias companhias circenses. No dia 05/08/1917, na sessão Diversão, O Pennapolense assim noticiava pela primeira vez a chegada de um circo na cidade:

Circo Guarany

Brevemente chegará a esta cidade a apreciada companhia de cavalinhos, equestre, gymnastica e acrobática de que é director-proprietario o sr. João Alves, que pretende dar aqui uma serie de espectaculos com que fará a delicia dos apreciadores desse gênero de diversões. Esta companhia dispõe de um bom elenco de hábeis artistas e tem merecido muitos aplausos em todos os lugares onde tem trabalhado.

Após o anúncio, até 1930, data limite do recorte desta pesquisa, observam-se inúmeras outras companhias circenses, tais como, Grande Circo Americano, Circo Variedades, Circo Fluminense, Circo São João, Circo Alcebiades, Circo François, Circo Novo Horizonte e Circo Polytherpsia. Todos eles eram montados em lugares nobres do centro urbano. Vários artistas do Rio de Janeiro e de São Paulo vinham se apresentar, dentre eles, palhaços, malabaristas, cantores, dançarinas(os), trapezistas e atores. Os espaços destinados à plateia variavam, chegando até trezentos assentos. Ou seja, a volúpia do número de companhias que se apresentavam no município de Penápolis naquele período, denotava a viabilidade comercial do município, que atraía esses empreendedores de diversões ambulantes.

4.2 Os clubes, os grêmios e as associações

O Grêmio Littero-Recreativo foi fundado, no dia 04/07/1915, no Salão Nobre da Câmara de Vereadores com a participação de representantes do comércio, funcionários públicos e industriais. Sua composição inicial contava com o Presidente: Saturnino Aymbirê, proprietário de um armazém de secos, molhados, armarinho e ferragens; 1º Secretário: Andreilino Vaz de Arruda; Tesoureiro: Amadeu Soliani e Redator chefe do jornal “O Pennapolense”, órgão oficial do Grêmio: Altino Vaz de Mello.

O Grêmio era formado apenas por homens detentores de status e prestígio na sociedade, pois eram proprietários de lojas, farmácias, hotéis, máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, além de cafeicultores, médicos e advogados. Um grupo seletivo apropriou-se da missão de serem responsáveis pelo progresso do município de Penápolis, o que redundou com suas atividades na primeira experiência de um veículo de comunicação. Posteriormente, seus integrantes fundaram diversas outras agremiações, tais como clubes de futebol e clubes sociais. Foram também os mesmos que participaram da vida política, ocupando os cargos de prefeito e vereador, ou assumindo alguma função nos órgãos governamentais.

Um grupo de jovens fundou o Grêmio Dançante Recreativo no mês de maio de 1917, e como os demais espaços e iniciativas, o referido grêmio era formado por moços da elite penapolense com a perspectiva de garantir um espaço familiar para que as jovens mulheres também pudessem frequentá-lo com suas famílias, deleitarem-se com os concorridos bailes e, ainda, frequentarem aulas de dança.

No que diz respeito aos clubes, no ano de 1916, surge o Foot Ball Club Americano, e neste mesmo ano, no dia 07/05, inaugura seu campo com bastante pompa. Consta em uma das páginas de “O Pennapolense”, que seus jogadores e membros do clube desfilaram pelas principais ruas do município acompanhados pela banda musical, denominada Popular. O campo estava localizado nos terrenos da capela da Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Muitos dos integrantes do clube futebolístico, também eram membros do Grêmio Littero-Recreativo.

Nesse mesmo ano, o município de Penápolis também contava com outro clube futebolístico. Tratava-se do Clube Atlético Avandava. Uma demonstração de que esses clubes, naquele ano, promoviam e provocavam na população a curiosidade e o desejo de assistirem aos jogos. No dia 04/06/1916, noticiou-se o seguinte evento no “O Pennapolense”:

Chegou a esta cidade pelo passageiro de ontem o 1º *team* do Foot-Ball Club America de Araçatuba, que vem realizar um amistoso *match* com o 1º *team* do

Avanhandava desta cidade. Os *playeres* do *America* foram recebidos gentilmente pelos nossos jogadores que com a banda Popular aguardavam o seu desembarque junto a Estação, acompanhando-os em seguida ao hotel do sr. Antonio Cantareira, onde se hospedaram.

No dia 15/12/1919, o Corinthians Pennapolense era inaugurado. O proprietário de uma cervejaria do município, Pepino Melchiorre, foi seu primeiro presidente. Em uma das partidas, cuja cobertura foi realizada pelo “O Pennapolense”, o redator da matéria informava que, após a partida, todos os *players* se dirigiram ao Hotel do Commercio, onde foram recebidos com uma caixa de cerveja ofertada por Pepino Melchiorre.

Assim, observa-se que, ao mesmo tempo em que a seleta sociedade urbana entrava em contato com as atividades culturais, agora também usufruía das atividades esportivas proporcionadas pelos clubes futebolísticos, sejam como atletas ou como apenas espectadores e o único veículo de comunicação da época, cujo propósito estava bem definido; que era de compartilhar esses acontecimentos na perspectiva de criar uma narrativa de progresso e de identidade local, exaltou o fato da presença feminina, o “bello sexo”, nesta novidade de evento social esportivo.

O nosso principal escopo, é desenvolver neste meio, onde o foot-ball outrora tão menosprezado começa d’ora avante ter a predilação merecida, o máximo de esforços, afim de que continue a gosar, como naquela tarde de domingo ultimo, todas as glórias e applausos da culta população pennapolense com especialidade do bello sexo que é como em toda parte, a alma das diversões.

O município de Penápolis, em 1918, completou cinco anos da sua formalização. Mesmo já contando com cinema, teatro, clubes futebolísticos, grêmios literários e recreativos, havia uma parcela da população que se ressentia pela ausência de um clube recreativo com sua sede social própria a fim de “amenizar a vida dos que ali estão ou que pudessem chegar”.

Por isso, os regozijos de “O Pennapolense” quando anuncia uma reunião em um dos salões do Paço Municipal com “pessoas gradas” do município objetivando a criação de um clube com essa natureza. No dia 31/03/1918, assim exultava e deixava registradas as razões para sua criação;

Cidade muito nova ainda, mas que vem surgindo, nos sertões da Noroeste, com a exhuberancia magnifica das flores dos trópicos, conta já, Pennapolis com fartos elementos sociaes e econômicos, para a manutenção de uma sociedade recreativa e literária, que muito há de concorrer, para amenizar a vida dos que aqui estão ou venham, a procura de acolhida. [...] Quem observe, com olhos de vêr, o numero e qualidade dos rapazes que fazem o *footing* por essas ruas afóra ... Quem tenha o preciso bom gosto para apreciar a graça das senhoritas Pennapolenses, não poderá

atinar com o *porque* da inexistência, até agora, de um Club Recreativo e Literário nesta cidade. Mas, nem só aos rapazes e senhoritas, é deliciosa a notícia do club. Si para estes, há os requebros do *tango*, a loucura *one-step*, a languidez do *Boston*, haverá para o papás o plácido *gamão* e o barulhento *truque*. Consolem-se pois os papás e mãos a obra.

O que é importante realçar é que havia um incômodo em função dos encontros entre moços e moças no *footing* praticado nas ruas da cidade. Afinal de contas, ali todos poderiam estar sem distinção de qualquer natureza. Os encontros ocorriam entre os diferentes; pessoas do campo e da cidade, patrões e empregados, nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, dividindo espaços de entretenimento. Portanto, para uma parcela da população,urgia algo mais intimista para que os encontros fossem mais requintados e seguros.

No entanto, além da alternativa de se criar um clube privado, a sociedade penapolense, no ano de 1916, não contava com uma praça (jardim público) para encontro de transeuntes de todas as idades para a prática do *footing*, motivo pelo qual foi reivindicada pelo cronista Baptista, o flautista em 05/03/1916.

[...] A's tardes domingueiras, horizontes límpidos, céu de um azul impecável, quando Phebo lança à terra seus últimos lampejos, vejo gentis senhoritas, elegantemente vestidas, braços dados, alegres, cheias de vida e de graça, passarem pelas nossas ruas. Então digo cá com os meus botões: si na esplanada que margeia a linha férrea, em vez daquela relva sertaneja que lá viceja eternamente e que dá à principal artéria da cidade um aspecto tão feio, tivesse um jardim, modesto embora, e um coreto, idem idem, o mestre da banda Popular pudesse empoleirar-se com a sua destrocida rapaiazada e encher aquella amplidão com as notas alegres de uma musica buliçosa, como seria poético, encantador, as gentis senhoritas em doce promiscuidade com as flores, braços dados passeiarem garbosas, enquanto que nós, representantes do sexo feio, sentados pelos banquinhos methodicamente esparsos pelo jardim afora contemplávamos esse quadro tão elegante... [...]

O jardim público retiraria as pessoas das ruas e as colocaria em ambiente delimitado com mais conforto, cujo espaço florido, arborizado e com bancos, pudesse também ser um elemento a mais para causar boa impressão aos viajantes que desembarcavam diariamente na estação localizada ao lado. Dessarte, no ano de 1922, finalmente estava em andamento a construção do requerido e reivindicado jardim público. No dia 31 de dezembro de 1922, “O Pennapolense” anunciava que a Prefeitura Municipal tinha acabado de adquirir um coreto para o jardim.

A Prefeitura Municipal acaba de adquirir, para o embelezamento do jardim que está sendo feito na faixa de terreno, nesta cidade, um lindo typo de coreto, todo construído de ferro e zinco pela Companhia Lidgervood de São Paulo. Dentro de pouco tempo teremos mais esse embelezamento em uma das nossas melhores praças publicas.

Abaixo, veja a figura 17, foto do jardim público já com o coreto instalado.

Figura 17: Foto do Jardim público do município de Penápolis, 1925



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

Consta em uma das páginas do jornal “O Pennapolense” que, no dia 11 de janeiro de 1925, aconteria no jardim público, nesse coreto, a apresentação da banda musical “Italo-Brasileira”, que executaria o seguinte programa:

- 1- *Marcha Militar* – L. Ferri;
- 2- *Soluços de Virgem* – Valsa I – Sepe;
- 3- *Sarambé I* – Tango – Paraguassú;
- 4- *Catterina* – Polka – Puglielli;
- 5- *Dueto na Opera* – Linda de Chamounix – Donizetti
- 6- *Italia – Brasil* – Marcha – A. Mani

Consta, também, em uma das páginas do “O Pennapolense”, que, no dia 03 de maio de 1925, aconteceria uma apresentação da corporação musical do Circo Polytherpsia, também no coreto com a seguinte programação:

1ª Parte:

- 1- *Anno Velho já findou* (dobrado) por Antonio Nascimento;
- 2- *Divertimento* (fantasia) por N.N;
- 3- *Que calor* (Tango) por Antonio Nascimento;
- 4- *Samba do crioulo* por N.N;

5- *Um Solievo a Palermo* (Symphonia) N.N.

2ª Parte:

1. *Rapsodia Portuguesa* por J. Conceição;
2. *Zé Macaco* (Tango) por Antonio Nascimento;
3. *Noite de Nupcias* (Valsa);
4. *Olha essa linha* (Tango critico) por Antonio Nascimento;
5. *Agostinho de Souza* (dobrado) por J. Germano

Isso demonstra que o jardim público aos poucos se tornou espaço onde se apresentavam as variadas práticas sociais e culturais. Portanto, é possível intuir que ocorria no município um acesso cada vez maior da população pelo menos a um espaço promovedor das novidades artísticas.

A concretização da criação de um clube social para atendimento da demanda descrita acima e para variadas práticas culturais, sociais e políticas, ocorreu por volta do ano de 1919, pois no dia 05/10/1919, em sua edição 209, “O Pennapolense” informava que a sede de um clube social denominado Club Pennapolense havia sido transferida para a Avenida Luiz Ozorio, onde, residiu Antonio Pinto. Consta que o seu presidente na época era o Juiz da Comarca de Penápolis, Dr. Candido da Cunha Cintra. O jornal informava ainda, que o mesmo estava em viagem na cidade de São Paulo para aquisição de um bilhar e outros móveis para o clube.

Doravante, no dia 04/04/1920, o jornal informava que havia findado o mandato da diretoria, e que houvera uma assembleia geral no dia 29 de março, em que fora eleito o coronel Luiz de Paula Leite, Presidente; Euclides de Oliveira Lima, Vice-Presidente; José Pedro de Castro, Secretário e Pedro Arrastia, Tesoureiro. Para a comemoração da posse da nova diretoria, realizou-se um baile dançante.

No dia 23/01/1921, “O Pennapolense” informava que ocorrera uma nova eleição e o novo presidente empossado foi o Dr. Aniceto Correa de Mello, tendo como Vice-Presidente, Amadeu Soliani. O seu estatuto aprovado em 16 de janeiro de 1921, cuja cópia se encontra nos arquivos do atual Clube Penapolense, dispõe no 2º artigo: A sociedade terá por fim; a) proporcionar aos sócios e suas famílias um ponto de reuniões para leituras, palestras, saraus e conferências; b) Facultar aos sócios nos seus salões, jogos permitidos pelas leis do “paiz”.

A partir daquele ano, o Clube empreendeu várias campanhas para aquisição de instrumentos musicais e até biblioteca. No dia 03/07/1921, o Clube anunciava no jornal a aquisição de um piano e estava agendado para o dia 14 do mesmo mês, um festival litero-

musical e dançante. O Clube esperava receber doações de obras literárias para a composição do acervo da biblioteca.

Além da recreação e das atividades culturais, os sócios do clube ocupavam-se também em garantir que o calendário cívico brasileiro fosse praticado ritualisticamente. Portanto, 07 de setembro, 15 de novembro, 21 de abril e demais datas, sempre eram vivenciadas como uma forma de cimentar uma identidade de nação e, assim, manter vivo o espírito patriótico e nacionalista. Um exemplo disso foi a iniciativa de um grupo de senhoritas que passou a arrecadar fundos para a aquisição de uma bandeira brasileira como patrimônio do Club Pennapolense. E, evidentemente, isso era motivo de publicidade em uma das páginas do jornal “O Pennapolense” do dia 23/10/1921, uma vez que a entrega fora marcada para a data da realização de sarau e baile.

[...] A entrega deverá se dar no dia 15 de novembro, havendo nessa ocasião um sarau literário em comemoração a gloriosa data da nossa emancipação política. Em seguida a parte literária, a directoria do club offerecerá aos seus associados e convidados um *succulento* baile. [...]

As programações do clube denotavam a preocupação em demonstrar os refinados e distintos gostos artísticos e culturais e, assim, formar pessoas que exibissem seu patrimônio cultural. Era uma forma privada de formação de pessoas aptas para o protagonismo na construção do município que se queria, dentro dos parâmetros da civilidade, progresso e patriotismo. Exemplo disso foi a notícia de que, no dia 15 de novembro de 1923, ocorrera uma festa musical dançante, cuja programação foi descrita em uma das páginas do jornal:

[...] Eram 21 horas e já o salão do Club se achava repleto do que de mais fino existe na nossa sociedade, quando se deu início à audição musical em que tomaram parte a laureada violinista D. Celina Branco Murgel e D. Sinhá Carneiro. O programma que constou de Czardas, por V. Monti; La'beille (Bagatelle) por Fr. Schubert; Zamacueca (Danse chilienne) por J. White; Cavatina por J. Ralf; Sérénade por G. Pierné; Spanische Tanze por Pablo de Sarasate foi executado sob aplausos constantes e prolongados da assistência. Depois da audição musical seguiu-se animado baile que se prolongou até a madrugada.

Já no dia 04 de maio de 1924, a notícia foi de uma exposição de pintura: “O hábil pintor paysagista Araujo Lima, actualmente entre nós, tem exposto no salão nobre do Club Pennapolense numerosos e belos quadros, que muito recomendam a sua pericia de artista de reconhecido valor.”

Esse clube social foi responsável por abrigar uma demonstração, até então inusitada e extraordinária, não só aos olhos de pessoas residentes nos rincões do interior brasileiro, mas também de grandes centros urbanos. Tratava-se da exibição de um aparelho radiotelefônico, instalado no salão do Club Pennapolense, no dia 15/02/1925, cuja demonstração ficou a cargo do Dr. Gumerindo dos Reis, representante de uma Companhia, fabricante de tal aparelho. O jornal “O Pennapolense” informou que, durante duas noites, os sócios tiveram a oportunidade de ouvir a Tosca, radiografada do Rio de Janeiro pela Estação da Praia Vermelha.

Um exemplo emblemático do seu crescimento e consolidação é que o Club Pennapolense informava aos seus sócios e à comunidade em geral por meio do jornal que a pedra fundamental do lançamento das obras, cujo projeto arquitetônico da nova sede social foi confeccionado pelo engenheiro Abelardo Caluby, ocorreria no dia 13 de maio de 1924. “O Pennapolense”, na edição do dia 18 de maio de 1924, confirmou o fato quando descreveu em uma das suas páginas como fora o evento.

A inauguração da nova sede, a segunda, localizada na Avenida Rui Barbosa, ocorreu no dia 20 de dezembro de 1925. O prédio contava, naquela ocasião, com salões de dança, de banquete, sala de leitura, sala para bilhar e sala para barbeiro. Abaixo, na figura 18, foto do prédio da segunda sede do Clube Penapolense:

Figura 18: Foto do prédio da 2ª sede do Club Pennapolense, 1925



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

É importante deixar registrado que apenas o Clube Penapolense permanece até hoje em outra sede social mais ampla com espaços, atividades e serviços muito mais variados. Permanece também como espaço elitizado, uma vez que para se tornar sócio é necessário adquirir um título e arcar com mensalidades, cujos valores não cabem no orçamento da maioria das pessoas do município, motivo pelo qual poucas pessoas conseguem usufruir do mesmo. Todas as demais agremiações, associações e clubes mencionados aqui deixaram de ter suas atividades no município.

Em relação às associações, no dia 29/04/1917, “O Pennapolense” informava em sua primeira página que um grupo de espanhóis residentes no município iria se reunir, no dia 13/05/1917, com a finalidade de fundar uma sociedade. A reunião estava agendada para acontecer na residência do Sr. João Reche.

No dia 27/05/1917, o mesmo jornal noticiava a formação da diretoria da referida sociedade: Presidente: Pedro Arrastia; Vice-Presidente: João Pedro Reche; Secretário: Manoel Rodrigues e Tesoureiro: Cristovão Sanches. O objetivo da fundação da associação era a beneficência, por isso a denominação “Sociedade Hespanhola de Socorros Mútuos”.

Essa iniciativa tem a ver com a questão do reforço da identidade étnica dos imigrantes espanhóis no interior do estado de São Paulo. Sobre isso, no capítulo denominado *Espanhóis no interior de São Paulo. Inserção, mobilidade e identidade*, do autor João Paulo da Silva, inserido na obra *Migrações internacionais no interior paulista. Contextos, trajetórias e associativismo*, organizado por Oswaldo Truzzi, constam dois fatores para o entendimento dessa questão. O primeiro, segundo o autor, diz respeito ao processo de assimilação, e o segundo está ligado à invisibilidade. Embasado em Herbert Klein, o autor afirma ainda que, apesar de o grupo ter sido considerado um dos mais ideais para projeto de branqueamento do Brasil, pois eram brancos, europeus, católicos, portanto, seriam, em tese, mais facilmente “assimiláveis” pelos moldes mais tradicionais e desejáveis pelas elites nacionais, se referenciando em José de Souza Martins, o autor postula que a imigração tardia, pós-imigração italiana, as dificuldades de ascensão social e as diferenças regionais oriundas da Espanha, “também contribuíram para uma possível dificuldade na construção de uma identidade étnica espanhola um pouco mais sólida em diversas regiões.” Segundo ainda o autor, como consequência, apesar de o grupo ser numericamente relevante, teria se construído uma “invisibilidade” dos espanhóis ante outros grupos de imigrantes no interior de São Paulo.

Por isso, as inaugurações de associações espanholas pelo interior paulista inserem-se nesse contexto, e conforme nos apresenta o autor mencionado acima:

É fundamental ressaltar a importância das associações étnicas como espaços de reforço de identidade étnica do país de origem. Nesses espaços, os imigrantes exercitam laços de sociabilidade que possibilitavam o contato com o país de origem e, conseqüentemente, a manutenção da memória do grupo. Foram encontrados registros de várias associações espanholas no interior de São Paulo, espalhadas por diferentes cidades. (SILVA, 2021, p. 185)

Conforme apresentado em capítulos anteriores, a existência de uma companhia de terras que loteou e vendeu terras a um preço menor do que em outras regiões, devido ao seu tamanho, atraiu muitos imigrantes, dentre eles os espanhóis que fizeram parte do maior contingente no município de Penápolis, principalmente a partir de 1920. Em decorrência disso, segundo Silva (2021), pelo fato de o *timing* de chegada da grande maioria dos espanhóis ter sido um pouco posterior a dos italianos, foram atraídos na busca de adquirirem uma propriedade na região mais a oeste do estado.

Ao traçar o itinerário de algumas famílias desde a Espanha até o interior do estado de São Paulo, Silva (2021) encontrou o percurso traçado pela família de Bravo Del Val. Ao descrever o caso dessa família, o autor informa que o mesmo era oriundo do município de Lorca, na província de Murcia, e que teria desembarcado no Rio de Janeiro e seguido para descavado, no interior de São Paulo, onde trabalhou como colono até 1917. Nesse mesmo ano, segundo o autor, ele parte para o município de Penápolis com o objetivo de adquirir um sítio. Entretanto, Francisco é informado nesse município que, com a mesma quantia, conseguiria comprar maior quantidade de terras na região de Santa Anastácio.

Ainda sobre a associação de espanhóis de Penápolis, após quatro anos, a diretoria da “Sociedade Hespanhola de Socorros Mútuos” colocava um anúncio em “O Pennapolense”, convidando para inauguração do seu novo prédio da sede social e para isso prepararam uma programação extensa que se iniciaria às 5h e iria até à noite quando finalizaria com um baile. Localizada no denominado Bairro Alto, hoje Vila Martins, chamaria a atenção de todos os moradores com uma passeata que concomitante arrecadaria donativos para a instituição. Abaixo, na figura 19, convite publicado no dia 21/08/1921, contendo a programação da festa da Sociedade Hespanhola Socorros Mutuos de Pennapolis.

Figura 19: Convite publicado no dia 21/08/1921, no jornal “O Pennapolense” contendo a programação da festa da Sociedade Hespanhola Socorros Mutuos de Pennapolis.



Fonte: Hemeroteca do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

No dia 25/02/1923, a Sociedade Espanhola anunciava em “O Pennapolense” que havia realizado uma reunião na qual ficou deliberado escolher por votação um dos médicos do município para prestar assistência aos seus associados e à colônia em geral. Informou, ainda, que a maioria dos presentes votou no Dr. Erico Sodré.

A maioria dos seus compatriotas era composta de lavradores no município e na região e, segundo o redator da matéria sobre a referida reunião, a justificativa pela iniciativa foi “muitas vezes perecem falta de recursos e especialmente assistencia medica, tão necessárias as suas condições de vida rustica nas agruras da roça.”

Em relação a outras nacionalidades, apenas a portuguesa teve também a iniciativa de fundar uma associação, cuja denominação foi Sociedade Beneficente Portuguesa Guerra Junqueiro. Por falta de fontes que pudessem fornecer mais informações, apenas “O Pennapolense” nos fornece este convite feito pelo secretário da mesma, José Maria, publicado no dia 09/12/1923.

Por ordem do Sr. Presidente convido os Sr. Sócios e todos os portugueses em geral, a comparecerem à assemblea geral que terá lugar hoje às 12 horas no salão da Sociedade Hespanhola, gentilmente cedido pelo seu presidente. Sendo o assumpto de interesse social e aprovação dos Estatutos da mesma sociedade, espera-se o comparecimento dos Srs. socios e de todos os portugueses de todos os municípios e desta cidade.

Curiosamente o jornal “O Pennapolense” nos demais números e anos não trouxe mais informações sobre a referida associação, portanto não foi possível constatar suas ações e durabilidade na sociedade penapolense.

4.3 Carnaval penapolense

Nas páginas anteriores foram apresentados os clubes, circos, cinemas, teatros, associações, jardim público e ruas, espaços de atividades lúdicas que serviam como locais de socialização. Com exceção das ruas e da praça, para frequentar esses lugares, eram necessários certos atributos e pré-requisitos, muito embora nas ruas também se externassem as diferenças, como nos festejos carnavalescos.

Antes de discorrer sobre essa importante manifestação popular, faz-se mister recorrer a algumas reflexões concernentes à temática. A historiadora Zélia Lopes da Silva, na obra intitulada *Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo – Metamorfose de uma festa (1923-1938)*, resultado de sua tese de livre-docência defendida na Unesp, campus de Assis-SP, em 2004, apresenta os diferentes sentidos que foram atribuídos pelos contemporâneos e pela bibliografia especializada ao carnaval brincado na cidade de São Paulo de 1923 a 1938. A autora inicia suas reflexões relatando que o carnaval brasileiro nem sempre despertou interesse ao pesquisador, muito embora o assunto tenha sido tematizado em representações diversificadas, tais como pelas artes plásticas, pela fotografia, pela literatura, pelos meios de comunicação de massa e pela imprensa periódica de grupos étnicos e pelas correntes políticas das classes populares.

Segundo Silva (2008), para a inteligibilidade do tema, precisou levar em consideração o fato de que existem duas facetas de suas representações, uma a partir do mundo paradisíaco, livre de amarras, em oposição a um outro, sujeito a regras e normas que hierarquizavam as relações das pessoas. Ainda segundo a autora, após examinar os cenários e a movimentação dos foliões, nos diversos espaços da cidade que ora estava em estudo, São Paulo, percebeu que, nas visões dos sujeitos da época, emergiram percepções multifacetadas e um duplo enfoque sobre o carnaval. No que diz respeito ao onírico, os dias de folias estariam marcados

por uma nova sociabilidade, cujo sentido seria dado pela quebra da ordem que reorganiza as relações entre os indivíduos e no outro polo, esse mundo dos “sonhos” e dos “prazeres ilimitados”, mas carregado de perigos (o mal), que conclama todos a se submeterem às suas determinações.

No que diz respeito ao município de Penápolis, ao folhear as páginas dos diversos números de “O Pennapolense”, foi possível constatar a cobertura do jornal em relação ao carnaval apenas a partir de 1917, o que não significa afirmar a inexistência da festa carnavalesca antes desse ano. As ruas foram, no primeiro momento, o espaço para os festejos, certamente pela ausência de espaços privados como salões de clubes.

No dia 25/02/1917, o redator do jornal informava que não tinha passado despercebida a festa do “deus Momo” em Penápolis, pois, no dia 21 do mesmo mês, viam-se alguns pequenos grupos fantasiados, sendo em sua maioria formados por crianças. Foram constatadas as aglomerações das pessoas nas praças e ruas da cidade, “logo não foram olvidados os festejos de Momo pelos pennapolenses”, realçava o redator.

Vale registrar também, a oportunidade que os festejos carnavalescos traziam para as casas comerciais. Exemplo disso foi que, no dia 09 de janeiro de 1921, uma importante casa comercial da época, denominada Casa Rolim, anunciava no jornal que, para o carnaval daquele ano, ela possuía um variado sortimento de máscaras, serpentinas, confetes, narizes, bigodes, lança-perfumes “Rodo” e “Mon Plaisir”, além de fantasias e barretes. Dessarte, no ano de 1922, a Pharmacia Normal estampava uma propaganda, na primeira página do mesmo jornal, que havia acabado de receber o importado lança-perfume “Pierrot”, garantindo ser o melhor lança-perfume na praça, visto que o atual “Rodo” era de fabricação nacional.

Realmente, pelo entusiasmo e pelo volume de lugares informados pelo jornal do dia 13/02/1921, observa-se que as casas comerciais lograram sucesso de vendas de produtos e materiais carnavalescos. Consta pelo redator do O Pennapolense que o carnaval daquele ano foi “encantador e animado”, pois o povo havia se aglomerado pelas principais ruas do município para apreciar o corso e as batalhas de confetes, serpentinas e lança-perfumes. A seu ver, naquele momento, ocorriam manifestações de desprendimentos dos rigores da disciplina que os costumes requeriam e se libertavam de todos os males, ao descrever que “parecia ter atirado ao monturo tudo quanto éra tédio, economia e preconceito social, entregando-se aos folguedos que a humanidade consagra a Momo.”

É interessante mencionar que, naquele ano de 1921, já se notava o uso dos espaços privados para os festejos. Consta na reportagem do jornal que dias antes do carnaval, no cinema, realizaram duas soirees a fantasia “[...] promovidas por uma comissão distinta

graciosas senhoritas e ilustres cavalheiros, compareceu tudo o que há de mais fino do escol social de Pennapolis [...]” e pelo tom enfático e entusiasmado do redator sobre esse evento, parece que a sociedade penapolense inauguraria nova era do carnaval do município: “como nunca se fez talvez em toda a vida de Pennapolis”.

No ano de 1922, não houve carnaval pelas ruas da cidade, somente nos clubes e associações do município, demonstrando com isso o início de uma elitização da festa. Consta, pela sua divulgação, que o Club Pennapolense estava sendo ricamente ornamentado para a realização do baile a fantasia com o diferencial de uma premiação à moça, rapaz, cavalheiro ou senhora que apresentar a fantasia que mais realce, quer pela elegância ou pela originalidade. E no mês de dezembro do mesmo ano, o clube já informava que para o carnaval de 1923, estava em organização uma orquestra que já ensaiava as mais modernas músicas, inclusive, trazidas do Rio de Janeiro, pelo Dr. Aniceto Correia de Mello, especialmente para o clube. A elite penapolense se diverte no Club Pennapolense com o carnaval.

No ano de 1923, a Sociedade Recreativa Hispano-Brasileira, atual denominação da associação espanhola mencionada anteriormente, cuja sede continuava localizada no Bairro Alto, naquela época distante do centro da cidade, atual Vila Martins e onde morava a maioria dos espanhóis do meio urbano, foi um ponto dos penapolenses que não tinham condições de usufruírem do Club Penapolense. Consta que um carnavalesco famoso dessa associação, o Sr. Bartolomeu Fernandes, popular Bartolo, era muito criativo, a ponto de apresentar em seu cordão, no primeiro dia de carnaval, um carro alegórico puxado por animais em forma de locomotiva, que transportava doentes, numa alusão à demora da construção da Santa Casa, motivo pelo qual as pessoas teriam que se locomover para Bauru ou até mesmo para a capital, São Paulo. Além disso, no segundo dia, continuou com sua ácida crítica quando apresentou pelas ruas da cidade um carro alegórico, uma carreta puxada por animais transformou-se num consultório médico com instrumentos cirúrgicos em tamanho exagerado. Abaixo, na figura 20, foto do carnavalesco Bartolomeu Fernandes com sua esposa Margarida.

Figura 20: Foto do carnavalesco Bartolomeu Fernandes com sua esposa Margarida



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

O jornal O Pennapolense do dia 18/03/1923 trazia, em suas páginas, a narrativa de seu redator que testemunhava com sua lente observacional e com sua impressão, os dias de carnaval daquele ano.

[...] No Cinema local que esteve sempre repleto travaram-se combates animadíssimos de lança-perfume, serpentinas e confetis e no estrugir das gargalhadas e dos gritos de alegria, nos sons vibrantes dos sambas carnavalescos, ao chiste das canções, em tudo, enfim, palpitava a alma da população, que parecia viver numa só pessoa, estuante de goso, expansiva e cordial. [...]

O redator da matéria informava ainda que, na “terça-feira gorda”, realizou-se das cinco da tarde às oito da noite um animadíssimo corso nas ruas principais, do qual tomaram parte cerca de cinquenta automóveis quase todos ornamentados de flores, serpentinas e festões. É interessante que aqueles carros alegóricos confeccionados pelo espanhol Sr. Bartolomeu

Fernandes, estavam entre esses automóveis, assim narrado pelo redator do jornal: “[...] Dentre os divertimentos populares, salientaram-se alguns membros da colônia hespanhola que organizaram um cortejo crítico sobre o sargeamento, sobre o encanamento d’agua e sobre os impostos. [...]”

Destarte, no ano de 1925, o jornal trazia a informação de que não saíram à rua bandos carnavalescos, porém numerosos automóveis, muitos enfeitados com flores e ramagem, conduzindo cavalheiros, senhoras e senhoritas, referindo-se a estas pessoas como sendo da melhor sociedade. Formaram curso pelas ruas Bento da Cruz, São Francisco, Luiz Osório e Araçatuba (atualmente Ramalho Franco), repletas de povo desde o final da tarde até à noite. Vale salientar que pelos relatos dos redatores do jornal “O Pennapolense” as mulheres da elite, além de responsáveis por sua organização, tiveram participação ativa durante as festanças carnavalescas no Club Pennapolense e nos desfiles do curso pelas principais ruas do município de Penápolis.

O redator da matéria comemorava, ao dizer que, em relação à ordem pública, nada de anormal havia se verificado, pois segundo ele, isso se devia ao “espírito reconhecidamente ordeiro dos pennapolenses” e às boas medidas postas em práticas pelo Delegado e pelo Prefeito Municipal. O Club Pennapolense, desde a sua fundação, apresentou-se como um espaço privativo e seletivo para os festejos e, no ano de 1925, ofertou três bailes a fantasia.

Concluindo a exposição sobre o carnaval penapolense, pela leitura de vários números do jornal “O Pennapolense” entre os anos de 1917 e 1929 e pelas fotos do arquivo do Museu, foi possível constatar que os clubes que organizavam e saíam com seus cordões pelas principais ruas centrais do município de Penápolis foram o Clube Recreativo Hispano-Brasileiro, Club Pennapolense, Club Corinthians e Clube Sete de Setembro.

No período ainda não havia Escolas de Samba, por isso cada clube saía às ruas com seus devidos temas e, depois do desfile, cada qual ia para o seu clube e brincava até as quatro da manhã, pois a lei severa da época, coibia as pessoas de amanhecerem nos clubes.

Destarte, nas décadas seguintes, o Clube Sete de Setembro, conhecido também como Clube dos Pretos, foi o único que se transformou em Escola de Samba a partir do ano de 1937 com a Sra. Luzia Rosa, popularmente conhecida como “Dona Luzia do Grupo”. O clube era mais popular, permitindo a frequência dos mais pobres e reunia também uma grande parcela da população afrodescendente do município. Abaixo, na figura 21, foto da carnavalesca Luzia Rosa da Escola de Samba 07 de Setembro.

Figura 21: Foto da carnavalesca Luzia Rosa da Escola de Samba 07 de setembro, 1954



Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico “Memorialista Gláucia Maria de Castilho Muçouçah Brandão”

A personagem Luzia Rosa, componente do Clube 07 de setembro, retratada na figura 20 como rainha do carnaval penapolense do ano de 1954 e uma das fundadoras da escola de samba denominada “07 de setembro”, remete-nos ao contexto apresentado no artigo intitulado *Mulheres negras nos carnavais paulistanos: quem são elas? (1921-1967)*, onde a historiadora Zélia Lopes da Silva, informa-nos que nas narrativas dos dirigentes de agremiações, no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, a inserção das mulheres negras na organização e nos destinos de muitos cordões e escolas de samba foi limitada. Ela afirma que, não obstante a essa constatação, as mulheres projetaram-se nas frestas do discurso machista e foram consideradas o suporte importante para a montagem e para a realização desses festejos, exibindo-se como porta-estandartes, balizas, amadoras ou porta-bandeiras. No caso do estudo que ora é apresentado, Luzia Rosa chega ao destaque de rainha nos anos de 1950, mesmo sendo carnavalesca desde os anos de 1930.

O jornal “O Pennapolense” apenas noticiava os festejos carnavalescos com destaque ao carnaval da elite: o curso das avenidas Luiz Osório, Bento da Cruz e da rua São Francisco, bem como destacava os bailes em clubes e teatros. Portanto, as informações sobre essa mulher e sobre o clube “07 de setembro” foram adquiridas por meio de relatos orais de pessoas que compuseram a maioria dos grupos carnavalescos do município de Penápolis no ano de 1986. Os relatos foram registrados a partir de uma iniciativa do Museu Histórico e Museu do Folclore que, antes, no ano de 1982, já haviam montado uma Exposição, uma vez que conseguiram para seus acervos, artigos de jornais, fotos de foliões, carros alegóricos, imagens de desfiles.

No texto elaborado pelo estudante Marcemino Bernardo Pereira, um dos pesquisadores de campo que compôs o grupo de trabalho dos museus, consta que Luzia Rosa nasceu em 21 de setembro de 1914, em São José do Rio Pardo, estado de São Paulo, mudando-se em 1930 para Braúna, também no estado de São Paulo e depois para o município de Penápolis no ano de 1932, onde inicia o trabalho de doméstica nas casas das famílias Monteiro e Waldemarim. No ano de 1935, consegue uma vaga no funcionalismo público como servente no Grupo Escolar Luiz Chrisóstomo de Oliveira, o primeiro grupo escolar do município. É importante salientar que Luzia Rosa foi abandonada pelo marido, logo após ao nascimento de sua filha. Segundo os depoimentos das pessoas entrevistadas, era uma senhora negra, altura média e muita entusiasmada que, em 1937, funda a Escola de Samba com o nome “07 de setembro”. Durante os festejos carnavalescos do clube, sua mãe era a cozinheira do bar, fazendo comidas típicas: quindins, vatapás, cuscuz e outros salgados comuns. Constam, nos depoimentos dos carnavalescos entrevistados, que a escola de samba possuía cuica, chocalho, surdos, caixas, reco-reco, pandeiros e alguns de sopro.

Apesar de essa personagem conseguir perfilar na memória e nos registros dos locais de memória do município, segundo ainda Zélia Lopes, a maioria das mulheres ficou no anonimato, como aquelas que costuravam as fantasias e as que cozinham para os integrantes da escola durante a preparação dos desfiles ou trabalhavam para arrecadar recursos para a agremiação.

Como conclusão, ela nos apresenta a seguinte assertiva:

[...] Assim, pode-se afirmar que a forma como as agremiações se apresentaram no seu dia a dia, indicaram que as relações entre os sexos eram marcadas por hierarquias e diferenças que estavam evidentes na divisão de tarefas de acordo com os conhecimentos “naturais” de parte a parte. Aos homens cabiam os elementos de criação voltados à música e ao batuque e a estruturação administrativa da agremiação requerida para realização do evento, por serem eles, supostamente, os

detentores dos saberes e conhecimentos nesse campo. Às mulheres negras cabiam a execução de certas tarefas que envolviam a modelagem e a confecção das fantasias, a dança e o canto, considerados apropriados ao sexo feminino, além de cozinhar e cuidar da proteção espiritual de toda a comunidade. Enfim, a repetição dos papéis aceitos pela sociedade brasileira, que mantém as hierarquias assentadas em valores já consagrados – patriarcal e machista – para orientar as relações entre homens e mulheres. (SILVA, 2018, p. 14)

A maioria das pesquisas concernentes ao carnaval realizadas por historiadores e cientistas sociais, optou pelo festejo nas grandes cidades, certamente em função de detectar ali uma melhor compreensão dessa manifestação cultural e social. Assim, ao discorrer neste capítulo sobre a temática, espera-se ampliar e aprofundar o conhecimento sobre essa festa, ajudando assim a inteligibilidade do seu perfil.

A concepção do carnaval torna-se complexa pelas diversas e diferentes formas de brincá-lo, motivo pelo qual traz muitas dificuldades para quem deseja estudar a temática, pois exigem sempre diferentes pontos de vista e metodologias. Contudo, faz-se necessário mencionar os estudos de Maria Isaura P. de Queiroz (1999) que, em sua obra denominada *Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito*, ao analisar o carnaval carioca ao longo de décadas, afirma que em suas manifestações a ordem cotidiana era mantida. Já, em seu artigo intitulado *A Ordem Carnavalesca*, publicado em 1994, demonstra que a estrutura social permanecia durante os festejos, mesmo em cidades interioranas, como Tatuí, São João Del Rey e Piracicaba, e a despeito de existir uma maior permissividade e mistura de classes, tanto a elite quanto os populares preservavam brincadeiras e espaços diferenciados.

O que foi constatado a partir de leituras e fotos no município de Penápolis entre os anos de 1917 e 1929, foi que o carnaval representou mais uma possibilidade de sociabilidade garantidora dos laços entre famílias, grupos e agremiações, o que não quer dizer que existia harmonia entre as classes e falta de conflitos numa sociedade extremamente conservadora, elitista e autoritária. Outra constatação foi que, mesmo no interior do estado de São Paulo, no município ora pesquisado, entre os anos de 1917 e 1929, já estavam presentes, pela configuração de sua específica composição populacional e pela dinâmica própria da formação econômica e social, o carnaval de luxo, com seus préstitos e bailes de máscaras que exibiam diversas fantasias.

Concluindo o capítulo, dentro do rol de espaços e formas de vivências, vale mencionar também, a partir da verificação de vários números de “O Pennapolense”, anúncios de eventos religiosos no decorrer de todo ano. Os eventos religiosos possuíam suas comissões organizadoras constituídas, em sua maioria, pelas mulheres da elite local. Eram quermesses, procissões, festejos em comemoração do dia de Santo Antônio, São João, São Pedro, São

Francisco, Nossa Senhora, Corpus Christi e Semana Santa, além de tantos outros ligados ao calendário da igreja católica. Além de terem caráter religioso, esses eventos também possuíam um sentido de diversão, de passatempo e de possibilidades de encontros, flertes e de estabelecimento das relações sociais cotidianas.

É emblemática a constatação da ausência das mulheres nos noticiários do “O Pennapolense”, a não ser para colocá-las em posição de condjuvantes dos esposos fazendeiros, profissionais liberais, comerciantes e colonos, os ajudando nas tarefas executoras ou de atividades caseiras de recepção à convidados em festas íntimas ou encontros políticos, nas arrumações e preparos das festas e eventos no Clube Social e nos auxílios aos frades nas preparações das liturgias das missas. Vale salientar que a grande maioria delas somente aparece quando é dos setores da elite do município.

O memorialista e geógrafo, Fausto Ribeiro de Barros é quem nos traz em sua obra *Penápolis, História e Geografia*, publicada em 1992, informações de algumas mulheres no item denominado “Verbetes femininos”. A exposição sobre elas nesse capítulo se justifica em função da confirmação das evidências de seus papéis nos espaços de convivência do município de Penápolis.

A “Madame Lucia” casou-se em 1899 com Fernando Ribeiro Paes de Barros, pioneiro fazendeiro já mencionado anteriormente, nascida em Alais, França, em 10 de dezembro de 1880. Chegou nos campos do Avandava com os pais, vindos de Jaú, no dia 18 de agosto de 1904, onde em 1907 já se encontravam em sua fazenda denominada São José do Urutagua. Fez o curso primário na França, estudou nos colégios de Guaratingueta de Santana, e nos anos de 1897 e 98 manteve um curso noturno de alfabetização para adultos, em São Paulo. Já com idade avançada, colaborou com várias festas onde angariou recursos para a construção da igreja da vila São João, hoje vila Planalto, bem como defendeu os frades capuchinhos dos ataques por conta das contendas políticas. Uma outra mulher merecedora de deferência pelo autor, é a dona Cassiana Goulart, casada com outro fazendeiro pioneiro, João Antonio de Castilho, que estava nos campos do Avandava desde o ano de 1842. Em 1886 os Kaingang entram em conflito com os posseiros fazendeiros, resultando nas mortes de onze pessoas que trabalhavam para um outro fazendeiro posseiro, Joaquim Evaristo Pinto Caldeira, ocasião em que, segundo o autor, dona Cassiana reuniu seus agregados e os colocou em carros de bois, animais de cela e cargueiros, guiando-os até o Salto do Avandava e dali para o povoado de Santa Bárbara. Em 1904, voltou para os campos do Avandava, localizando-se primeiro no Patrimônio de Nosso Senhor dos Passos, no Lageado, e, depois, para a Fazenda Água Limpa. Destaque também foi dado para dona Leonor Tibiriça Coelho, pianista e cantora, de

fina educação e, nas palavras do autor, de largo traquejo social, fazia de sua residência um ambiente agradável. Era esposa do Dr. Aphrodisio Coelho, comprador da fazenda Sta. Leonor de Manuel Bento da Cruz. Já a dona Maria Amélia, viúva de Aureliano Pires de Moraes e posteriormente esposa do prof. Ernesto Marcondes, era artista de decoração da igreja matriz do município de Penápolis, no arranjo dos andores, na confecção dos paramentos religiosos, no vestimento dos anjos de procissão e nos adornos residenciais. A dona Eugênia Roxo Nobre, se destacou nas campanhas de auxílio às entidades da benemerência, como a Santa Casa e o Anjo da Guarda, estabelecimento social de amparo às crianças, e dirigiu grandes quermesses. Numa outra obra já mencionada nesta pesquisa, denominada *Achêgas para a História de Penápolis (de 1767 a 1948)*, o mesmo autor nos apresenta Maria Francisca do Carmo, a “Maria Chica”, que deu o nome à um córrego que atravessa o município de Penápolis. O autor ressalva, ao apresentar essa mulher, que não se tratava de “alguma figura de relevo na história da região”. Seu argumento é de que naqueles tempos era de costume fazer referência a bairro qualquer designando-o pelo nome maior do proprietário ou do rio principal. O fato é que essa mulher perdeu seu marido, Alexandre Ferreira de Souza, dono da Fazenda Lageado, morto em 1872, em Rancho Queimado, obrigando a ser “cabeça de casal”. Moradora próxima da estação ferroviária, ao lado das margens de um córrego que levaria seu nome, “Maria Chica”, segundo o autor, teve vários filhos, sendo que dois deles eram “mentecaptos”.

Assim, o que foi possível observar na descrição acima, é que somente as fidalgas apareceram nas páginas do “O Pennapolense” e nas preocupações inseridas nos textos memorialistas aqui utilizados. As demais mulheres, conforme Possas (2001, p. 127-128), ao não perfilarem nas linhas dos textos da época se deveu ao discurso ideológico que enquadrou o ideal tipo da mulher, e isso “além de desumanizá-las como sujeitos históricos, essas atitudes reforçaram os papéis sociais rígidos, com a difusão de comportamentos ideais a serem traduzidos no “recôndito do lar”, reduzindo suas atividades e aspirações e enquadrando-as, definitivamente, no papel de “rainha do lar”, sustentada pelo tripé mãe/esposa/dona-de-casa”.

Enfim, vale salientar que é complexo o estudo sobre as formas de convívio e lazer, pois trata-se de representações e significações de pessoas imersas a tempos conflitantes e, portanto, no processo ainda de conformação social, significando e ressignificando suas existências num processo dinâmico da constituição de suas identidades.

A produção social da identidade neste território e espaço deu-se inserida na característica da sua constituição populacional formada pelos denominados nacionais e estrangeiros. Em decorrência disso, constatou-se a existência de associações beneficentes

fundadas por iniciativas de espanhóis e portugueses, não se consubstanciando, com isso, em colônias que buscassem uma permanência de hábitos, costumes e valores de suas terras natais e sim, um auxílio e assistência médica e social.

Portanto, o que se verificou aqui, estava em sintonia com o que ocorria em nível nacional, na perspectiva de se construir uma nacionalidade brasileira a partir de instituições republicanas como as escolas, o calendário cívico e toda uma simbologia em torno do feito da construção do Estado e do país. O que foi possível perceber, contudo, é que neste microcosmo de vivências humanas, as pessoas, cujas nacionalidades eram díspares, envidavam mais ações na perspectiva de se identificarem como classe social, seja por distinção pelas ocupações das atividades rurais, seja por distinção pelas atividades profissionais na urb.

No que diz respeito aos antagonismos percebidos e representados que permeavam o convívio de pessoas que circulavam no meio rural e urbano, alguns autores, como por exemplo Sevcenko (1992), realizaram reflexões e estudos sobre essa sobreposição temporal em grandes cidades como São Paulo. No caso desse historiador, vislumbrou interpretar as mudanças de percepções e de circulação na cidade de São Paulo no início do século XX, procurando reconstruir diferentes aspectos da ruptura com o mundo da ordem estabelecida no século XIX, bem como envidou esforços na busca de dar inteligibilidade a múltiplas temporalidades e diversos níveis de experiência às dimensões da urbanização.

Portanto, na obra intitulada *Orfeu Estático na metrópole – São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20*, o autor nos traz o ineditismo da experiência representada pela metrópole São Paulo, que se apresentava já “tecnológica, fluida, pontual, plástica, descontínua e multifária”. Muito embora, no caso de estudo de experiências humanas manifestadas num universo menor dentro de uma localização geográfica e ritmos diferentes de relações sociais verificados no município de Penápolis, alguma expressões utilizadas por Sevcenko também se aplicam para traduzir o momento no qual as pessoas estavam imersas no interior do estado de São Paulo, na região Noroeste, no início do século XX: choque, padronização, normas, símbolos e desvario. Veja abaixo sua narrativa sobre São Paulo no estudo mencionado, contendo as expressões mencionadas:

[...] A multiplicação ciclópica das escalas do ambiente urbano tinha como contrapartida o encolhimento da figura humana e a projeção da coletividade como personagem em si mesmo. O que era um choque tanto para orgulhos individuais malferidos, quanto para liames comunitários esgarçados por escalas de padronização que não respeitavam quaisquer níveis de vínculos consanguíneos, grupais, compatrióticos ou culturais, impondo uma produção avassaladora de mercadorias, mensagens, normas, símbolos e rotinas, cujo limiar de alcance pretendia abranger não menos do que a extensão da superfície do globo terrestre. Diante da magnitude

desse panorama, as próprias opções para os artistas oscilavam entre limites extremos do desvario, da afluência, da náusea, da desmistificação[...] (SEVCENKO, 1992, p. 19)

Enfim, não cabe toda essa narrativa do autor para explicar o que ocorreu no território e espaço, ora em estudo, porém, o ineditismo, a êxtase e a fremência foram percebidas nas imagens e textos da época, pois no município de Penápolis, o desejo de se constituir numa sociedade civilizada também estava permeando as ações da elite local. Por isso, envidaram esforços para as providências materiais necessárias para viabilizar essa possibilidade, como a implantação entre os anos de 1915 e 1930, das primeiras instituições básicas como a Santa Casa, a escola, a polícia e, como exemplo emblemático, foi fundado um clube recreativo, Club Pennapolense, onde havia exposições, bailes, recitais de pianos, literatura, poesia, biblioteca, enfim, onde a elite se reunia em torno de seus iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a fronteira localizada no território e no espaço dos campos do Avanhandava trouxe como premissa o fato de que ela possui naturalmente uma abundância de água e, portanto, um generoso relevo. A existência dos rios Tietê, Feio e do Peixe, sendo que, o primeiro, na região em estudo, possuía um salto com diversas cachoeiras, contribuiu para ocorrências de frentes demográficas, de expansão e econômica em diversos tempos históricos. Somam-se a esse fator, as dinâmicas econômicas e políticas perpassadas por esses tempos históricos, pois denotam também sua importância para a compreensão das frentes de ocupação.

No tempo dos povos indígenas, assentados numa economia de subsistência, o nomadismo, o seminomadismo e, posteriormente, a sedentarização caracterizavam essas populações. Os Guarani, Oti-Xavante e Kaingang, em contatos constantes entre eles por diversas circunstâncias, foram os primeiros a explorar os campos do Avanhandava. Segundo registros oficiais do início do século XIX, sem se precisar ao certo desde que época chegaram a esse território e espaço, essas populações estavam inseridas na lógica da produção primitiva de caça, coleta e pesca, a partir de seus instrumentos, ferramentas e armas.

No tempo do escravismo colonial e da lógica do mercantilismo, os gestores da capitania de São Paulo viram nos campos do Avanhandava uma possibilidade estratégica para o apresamento de indígenas, para vias de comunicação à região aurífera, como no Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, para assentamentos para o fornecimento de insumos para as incursões mencionadas acima, seja para os apresamentos ou viagens, e para a proteção contra as possíveis incursões espanholas rumo a essas terras. Os indícios da materialização dessas ações foram a colônia Degredo, Arraial da Nossa Senhora do Carmo, Patrimônio Nosso Senhor dos Passos, Colônia Militar Avanhandava e Povoado Santa Cruz do Avanhandava. Um momento onde se verificou o choque das temporalidades, o etnocídio e o genocídio de indígenas, ocorrendo a sobreposição de um sistema econômico caracterizado pelo monopólio, pela exploração comercial e assentado na mão de obra escravocrata, sobre outro, de economia de subsistência e de coletivismo em suas relações sociais.

No tempo da transição do escravismo colonial para o capitalismo, esse território e espaço foram palco para a inauguração de uma economia que, aos poucos, transformava a terra em mercadoria e em possibilidade de produção em larga escala de um produto extremamente lucrativo que foi o café. Era o tempo da racionalização administrativa e financeira, com estratégias de mensuração do potencial de exploração dos campos do

Avanhandava. A partir de iniciativas republicanas, foram elaborados mapas, censos e inventários capazes de apontar as necessidades de transportes e de vasos comunicantes para a consolidação dos ditames dos costumes e valores modernizantes da época. Um tempo de hibridismos e dualismos na constituição do município de Penápolis com seus distritos, pois coexistiam a tradição, a produção econômica assentada no espaço rural por meio da meiação, da parceria e do colonato, as relações sociais calcadas em valores típicos de colonos, fossem eles estrangeiros ou nacionais, com a vida urbana assentada em tentativas de implementação de práticas modernas a partir de legislações e vasos comunicantes, ou seja, um assentamento humano no qual se erigiram diversas redes de relacionamentos proporcionadoras de variadas formas de convívio nos diversos espaços onde aconteciam. Um tempo no qual se iniciou a conformação social na fronteira, pois essas coexistências de tempos distintos denotam ainda a sua presença.

Longe ainda de se chamar de resultados de uma expansão pioneira, constatou-se nessa tese que a trajetória das mobilidades humanas e as características constituidoras da população da cidade de Penápolis na região Oeste do estado de São Paulo, dá-se ao longo de diversos contextos históricos, pois, antes mesmo da instalação da estação na linha férrea da Estrada de Ferro Noroeste (NOB), fato que ocorreria apenas em 1908, já existia a presença de pessoas num adensamento importante que se caracterizou como o embrião para a constituição de um importante núcleo urbano verificável em 1908, e que foi consolidado quando ganha o status de cidade em 1913, realçando, contudo, que, neste território e espaço, ainda não se configurava uma transformação onde se eliminaram características pré-capitalistas e houve a irrupção de uma outra lógica totalmente diferente assentada em relações sociais e econômicas de um capitalismo típico brasileiro verificado a posteriori.

O que as fontes puderam demonstrar foi um processo que, pelo menos até os anos da década de 1920, nos campos do Avanhandava perduraria uma realidade de dualismos interpenetrados caracterizados por uma economia ainda voltada para o meio rural com suas consequentes relações sociais inerentes a ela, e uma outra realidade com alguns elementos de urbanização a partir de uma incipiente economia verificável no meio urbano através de um centro comercial e com algumas indústrias voltadas aos beneficiamentos dos produtos agrícolas.

Por conta disso, foi possível inferir que os campos do Avanhandava, no contexto da República, tornou-se proeminente para o adentrar do espaço geográfico mais a oeste do estado de São Paulo e ao estado do Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul, pois o setor da sociedade que implementou as instituições da República e as primeiras legislações, era composto por

peças de várias nacionalidades e possuidoras de propriedades agrícolas, do setor comercial e do setor industrial e que tinham, na lógica do mandonismo e do coronelismo, interlocuções políticas facilitadoras dos seus negócios no município e região.

Enquanto o município de Bauru-SP notabilizou-se como “boca do sertão” pelo entroncamento de ferrovias no século XIX, a fronteira em estudo notabilizou-se por estar dentro do escopo de “boca de sertão” devido às condições geográficas perpassadas pela abundância hídrica já mencionada anteriormente, possibilitadora de atração e fixação humana, e conseqüentemente, transformou-se em referência para a continuidade da ocupação econômica nesta área da região oeste do estado de São Paulo.

Enfim, ao esboçar, nesta tese, as evidentes mobilidades humanas e seu assentamento nos campos do Avanhandava em diversos contextos históricos, demonstrou que se tratou de uma expansão demográfica na perspectiva discutida por José de Souza Martins, pois ainda não se constatou no período uma ruptura econômica e social nas relações humanas, características da denominada frente pioneira apresentada por alguns geógrafos para explicar o povoamento da região Oeste do estado de São Paulo.

A tese colocou em relevo as experiências humanas de um território e espaço do interior paulista apresentando a existência de mais uma fronteira até então não mencionada na literatura das ciências sociais preenchendo, assim, uma lacuna, sem, no entanto, ter pretendido esgotar as possibilidades de inteligibilidade de toda a região, suscitando com isso, eventuais estudos sobre diversificadas temáticas inerentes à esse espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702).

AB'SABER, Aziz Nacib. A geomorfologia do estado de São Paulo. In: **Aspectos geográficos da terra bandeirante**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

AGUIAR, Cláudio. **Os espanhóis no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AGULHON, M.. **Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848**. Étude d'une mutation de sociabilité. Paris, Armand Colin, 1977.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ALVIM, Zuleika Maria Forcione. O Brasil Italiano (1880-1920). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

ARENDT, Hannah. **La crise de la culture**. Paris, Gallimard, 1972.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. As famílias de povoadores em áreas de fronteira da Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 34, n.3, p. 549-565, 2017.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, Raymond. **Tratado de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

BANDECCHI, B. O município no Brasil e sua função política (I). **Revista de História**, [S. l.], v. 44, n. 90, p. 495-530, 1972. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1972.131778. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131778>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Achêgas para a história de Penápolis**. De 1767 a 1948. Penápolis: [s.n.], 1948.

BARROS, Fausto Ribeiro de. **Penápolis, História e Geografia**. Penápolis: Intergraf, 1992.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo; SCOTT, Ana Silva Volpi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Orgs.) **Atlas da imigração internacional em São Paulo 1850-1950**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo (Org.) **São Paulo do Passado: Dados Demográficos**. Núcleo de Estudos de População (NEPO), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 1999.

BEOZZO, José Oscar. Noroeste paulista: Aspectos Demográficos (**ou Um Caso Típico de Povoamento**), Revista de Cultura Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro. 63 (9). setembro, 1969.

BERNARDES, N. **Vale do Paraíba, serra da Mantiqueira e arredores de São Paulo**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

BLUTEAU, R. **Vocabulário Portuguez e Latino...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOURDIEU, P. A identidade e a Representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 107-132.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/T.16.2001.tde-29122022-153000. Acesso em 24 mar. 2023.

CANNABRAVA, A. **Primeiras notas para um estudo acerca dos bairros no estado de São Paulo**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, IX., 1941, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação de Geógrafos do Brasil, 1941. v. 3. p. 650-652.

CANO, Wilson; NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora. O processo de interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980) – In: **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1920-1980**. São Paulo: SEADE, 1988. (Coleção economia paulista, V.1, n.1).

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. In. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 252-280.

DEFFONTAINES, P. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades**. Boletim Geográfico n. 14, 1944, pp. 141-148.

DONZELLI, Cleivaldo Aparecido. **Bairros rurais de Penápolis – SP no contexto do processo migratório - 1940-1970**. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v.1.

ERCILLA, A. M. de; PINHEIRO, Brenno (Orgs.). **Zona Noroeste**. São Paulo: Propagadora Pan Americana, 1928.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre, Globo, 1979.

FERNANDES, L. L. **Bairros rurais do município de Limeira: estudo geográfico**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

FERRARI, Daniel Candeloro. **O Projeto da Colônia Militar do Avanhandava no Ensaio da ocupação territorial paulista (1858-1878)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, 2020.

FONTANARI, Rodrigo. **O problema do financiamento: uma análise histórica sobre o crédito no complexo cafeeiro paulista. Casa Branca (1874-1914)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579833359. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109227>>. Acesso em 24 mar. 2023.

GHIRARDELLO, Nilson. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GURVITCH, G.. **La vocation actuelle de la sociologie**. Paris, PUF, 1969.

HARLEY, John Brian. Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas [1990]. In: **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. Compilación de Paul Laxton. Introducción de J. H. Anderson. Traducción de Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, p. 59-78.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IHERING, Hermann Von. **A questão dos índios no Brasil**. Revista do Museu Paulista, São Paulo, 1911.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KLEIN, Herbert. **Imigração espanhola no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré: FAPESP, 1994.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História da América. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LANDIN, Paula da Cruz. **Desenho de paisagem urbana: as cidades do interior paulista**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. O Município e o Regime Representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LECOCQ-MÜLLER, N.. **Tipos de sitiante em algumas regiões do estado de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1946.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

LEVY, M. S. F. . O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: **Rev. Saúde públ.**, S. Paulo, **8**(supl.):49-90, 1974.

LIMA, João Francisco Tidei. **A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) – **Fontes históricas** – São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINEZ, Elda Evangelista G.. O Brasil como país de destino para os migrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto: 2016.

MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. **R. História**, São Paulo, n 121, p. 5-26, ago/dez. 1989.

MARTINS, Orentino. **Cel. Manoel Bento da Cruz**: Apontamentos biográficos. Araçatuba: NOROGRAF, 1968.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros Ensaios**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MONBEIG, Pierre. O problema da divisão regional de São Paulo. In: **Aspectos geográficos da terra bandeirante**. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1988.

MORAES, Antônio Carlos Robert. O Sertão: um outro geográfico. In: **Terra Brasilis** [Online], v. 4-5, 2003. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/341>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

MOYA, José C. **Primos y extranjeros**: la inmigración española en Buenos Aires, 1850-1930. Buenos Aires: Emecé, 2004.

PAHL, Raymond E.. The rural-urban continuum. In: **Readings in urban sociology** – Oxford: Pergamon Press, 1968. P. 2633-297

PETRONE, P. **A região de São Luiz do Paraitinga**. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 239-336, jul./set. 1959.

POSSAS, Lidia Maria Vianna Possas. **Mulheres, trens e trilhos: modernidade no sertão paulista**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. A ordem carnavalesca. In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, v.6, 1994.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Carnaval brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

REDFIELD, Robert. **The Little community and peasant society and culture**. Chicago: The University Chicago Press, 1989 [1960].

REVEL, Jacques. Os usos da civilidade. In: ARIÈS, Philippe (Org.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROCHA, Gilmar. O circo: memórias de uma arquitetura em movimento. In: **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 503-532, julho-dezembro, 2018. Disponível em [file:///C:/Users/Home/Downloads/Dialnet-OCirco-6745348%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Home/Downloads/Dialnet-OCirco-6745348%20(1).pdf) Acesso em 08/02/2024.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941) In: FAUSTO, Boris (Org.). **Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAMPAIO, Teodoro. **O tupi na geografia nacional**. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Vol 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: **História da vida privada no Brasil**: São Paulo, Companhia das Letras, 1998, Vol. 3.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Extático na Metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Pedro Paulo da. Espanhóis no interior de São Paulo: inserção, mobilidade e identidade. In: TRUZZI, Oswaldo Mário Serra (Org). **Migrações internacionais no interior paulista: contextos, trajetórias e associativismo**. São Carlos: EduFSCAR, 2021.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1986.

SILVA, Zélia Lopes da. Imigração e cidadania: os impasses e disputas nos caminhos da brasilidade. In. HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Zélia Lopes da. **Mulheres negras nos carnavais paulistanos: quem são elas? (1921-1967)** In: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(2): e47409. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/47409> Acesso em 06/02/2024

SILVA, Zélia Lopes da. **Os carnavais de rua e dos clubes na cidade de São Paulo**. Metamorfoses de uma festa (1923-1938). São Paulo: Editora Unesp; Londrina: Eduel, 2008.

SOUSA, A. C. **Os parceiros do rio bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.

SQUEFF, Enio (Org.). **A origem dos nomes dos municípios paulistas**. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

TRUZZI, O.; PALMA, R. da; MONSMA, K. Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição. **Tempo Social**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 83-106, 2023. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.203882. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/203882>. Acesso em: 27 fev. 2024.

WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: SUPREN, 1979

WAWZYNIK, Sidinalva Maria. A “Colônia” como representação: imigração japonesa no Brasil. In. HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo. **Cem anos da imigração japonesa: história, memória e arte**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.